



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

José Ivo Sartori
Governador

2016



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

José Ivo Sartori
Governador

2016

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

José Ivo Sartori

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Paulo Cairoli

CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR

João Carlos Mocellin

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Márcio Biolchi

CHEFE DA CASA MILITAR

TEN.CEL. Everton Santos Oltramari

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Euzébio Fernando Ruschel

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cristiano Roberto Tatsch

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fábio de Oliveira Branco

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO

Carlos Antônio Búrigo

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO

Cleber Benvegnú

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Maria Helena Sartori

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Carlos Eduardo Vieira da Cunha

SECRETÁRIO DA SAÚDE

João Gabbardo dos Reis

SECRETÁRIO DA CULTURA

Victor Hugo Alves da Silva

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Wantuir Francisco Brasil Jacini

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Giovani Feltes

SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

Eduardo Rafael Vieira Olivera

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Pedro Bandarra Westphalen

SECRETÁRIO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Gerson Burmann

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

César Luis de Araújo Faccioli

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Volmir José Miki Breier

SECRETÁRIO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

Juvir Costella

SECRETÁRIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ana Maria Pellini

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

Ernani Polo

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

Tarcísio José Minetto

SECRETÁRIO DE MINAS E ENERGIA

Lucas Bello Redecker

APRESENTAÇÃO

Atendendo ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual, encaminho à Assembleia Legislativa do Estado a Mensagem anual do Poder Executivo que apresenta à consideração do Poder Legislativo as informações relevantes sobre a situação econômica do Estado e o desenvolvimento regional, bem como dá ciência dos principais indicadores sociais, das perspectivas das finanças públicas e das ações governamentais previstas para o ano de 2016.

Nesta oportunidade, desejo primeiramente agradecer de maneira muito efusiva aos parlamentares da base governista pelo apoio, ao mesmo tempo leal, esclarecido e criterioso, que ofereceu aos projetos encaminhados para a apreciação desta Assembleia. Esse agradecimento se estende aos parlamentares opositores que, com suas críticas e propostas, serviram igualmente aos interesses do Estado, auxiliando o Governo Estadual a avaliar suas iniciativas de uma maneira mais equilibrada e pluralista. Espero, neste ano, aprofundar este espírito de cooperação, que não exige a unanimidade, mas demanda sinceridade de propósitos e disposição para a negociação, atitudes que têm caracterizado a atividade dos parlamentares da Assembleia Legislativa.

Entendo que a política é a atividade através da qual o conjunto da sociedade toma consciência das diferentes alternativas de futuro à sua disposição. Ela exige dos que a ela se dedicam tanto um compromisso constante com um conjunto de valores que visa o bem estar dos cidadãos, como um esforço contínuo para transformar em realidade esses valores através de ações eficazes, que tragam benefícios permanentes e bem distribuídos entre todos os membros da sociedade. Feita com honestidade e convicção, a boa política é avessa às promessas que não se cumprem e às iniciativas efêmeras que não deitam raízes e cedo se evaporam.

É tarefa dos representantes da sociedade, em qualquer dos três poderes, trabalhar e, dentro dos limites e objetivos de suas atribuições específicas, identificar na sociedade as dificuldades do presente e as potencialidades de futuro para traduzi-las, dentro do possível, em iniciativas concretas, de resultados permanentes. No caso do Poder Executivo, trata-se de administrar o presente com vistas ao amanhã, o que implica em não fazer hoje aquilo que poderá inviabilizar oportunidades futuras.

É próprio das sociedades democráticas reconhecerem em seu seio a existência de necessidades, interesses e esperanças múltiplas, com frequência em conflito. Dentre essas sociedades, as que melhor atendem aos interesses distintos e às diferentes necessidades dos cidadãos são aquelas em que existe um alto grau de cooperação social. Refiro-me aqui a uma cooperação que reconhece o pluralismo e respeita as diferenças, mas busca na construção da convergência e da confiança recíproca um instrumento privilegiado para a solução dos problemas comuns.

Nesse sentido, merece atenção o comportamento de muitos de nossos cidadãos durante a calamidade que atingiu a Região Metropolitana na semana passada. Muitos deles, independentemente de sua condição social ou idade, juntaram-se espontaneamente aos esforços dos poderes públicos para dar conta das numerosas tarefas que se impunham para devolver a Região Metropolitana à normalidade. Esses exemplos de solidariedade social se multiplicaram espontaneamente, gerando redes de cooperação social de grande eficácia.

Essa é uma lição que nossa sociedade deu a si mesma e sobre a qual todos nós devemos refletir seriamente. O Rio Grande do Sul conhece já há muito tempo, inúmeras instituições e iniciativas individuais voltadas para o atendimento das mais diversas necessidades da sociedade. Refiro-me a pessoas que dedicam parte de seu tempo e de seus meios a ajudar outras pessoas a enfrentar suas dificuldades, carências e sofrimentos ou ainda ocupam-se de preservar, melhorar ou ampliar nosso patrimônio comum.

Pensa-se com demasiada frequência que os meios para administrar uma sociedade dependem acima de tudo de recursos financeiros à disposição dos poderes públicos. Esta é apenas parte da verdade. O capital social de uma sociedade, associado à disposição de seus cidadãos para utilizá-lo na cooperação é tanto ou mais importante.

O capital social, o estoque de talentos, o capital de conhecimentos e inovação, a capacidade de iniciativa e de ação autônoma, orientados para a generosidade e para a solução de problemas vividos por todos, quer individual, quer coletivamente, quando mobilizado pela sociedade, deixa de servir a interesses individuais imediatos. Presente entre nós, conclama a que identifiquemos as oportunidades que aguardam sua aplicação. Esse capital não é limitado por fronteiras estreitas de classe, educação ou riqueza. Ele é o corpo vivo da sociedade. Cabe a nós reuni-lo em redes estáveis de solidariedade e cooperação, para torná-lo ainda mais efetivo e disseminado.

Por nascer espontaneamente da sociedade, essa força de cooperação é versátil e sabe encontrar soluções para problemas que muitas vezes passam despercebidos aos nossos órgãos de governo, limitados por carências de toda sorte. O emprego criativo de formas inovadoras de gestão é algo que o poder público pode aprender com a sociedade. Estamos incorporado gradativamente essa visão. Como, na sua fonte e no seu exercício, ele se confunde com as capacidades dos cidadãos, o capital social identifica com maior rapidez e precisão as necessidades e dificuldades de indivíduos e grupos. No Brasil e no exterior, existem inúmeros exemplos bem sucedidos de redes de cooperação social que oferecem a outros seres humanos atenção, apoio, proteção, segurança, estímulo, educação, treinamento, oportunidades, etc. Em cada uma dessas áreas é possível identificar oportunidades socialmente relevantes para sua utilização.

O capital social é generoso e inventivo por natureza. Em razão de seu potencial para induzir transformações na sociedade, ele atrai naturalmente os mais jovens, como foi possível constatar na semana passada. Para o seu exercício, nossa juventude se encontra especialmente habilitada, graças à sua enorme capacidade para interagir de forma inteligente e rápida, valendo-se com facilidade, por exemplo, dos recursos do mundo da tecnologia e da informação. Para tais iniciativas, o uso inteligente das redes sociais é instrumento privilegiado ao alcance de grande parcela da sociedade.

No estímulo e no apoio à formação de novas redes de solidariedade e cooperação, bem como na sua divulgação, o Governo do Estado não deixará de fazer sua parte. Estamos cientes que essas iniciativas, se adotadas e aprofundadas pela nossa sociedade, trarão mudanças que serão gradativas, mas positivas e profundas, seja para o aumento de bem estar coletivo, seja para a nossa forma de encarar e administrar, na esfera pública e privada, nossos problemas e desafios comuns. Reconhecer essa oportunidade é preparar-se para um futuro melhor, cuja realização dependerá apenas da mobilização ativa de nossas reservas de capital social que se encontram disponíveis.

Por fim, quero reafirmar meu compromisso com as medidas de saneamento financeiro que nortearam o primeiro ano de governo. Dolorosas, mas indispensáveis em face das dificuldades financeiras do Governo do Estado. Outras medidas e ações nas diferentes áreas de governo – descritas nesta Mensagem – complementarão outras iniciativas desenvolvidas em 2015. Destaco, contudo, por seu caráter prioritário, o reforço às iniciativas nas áreas de segurança, saúde e educação.

Continuaremos de maneira franca e transparente a prestar contas das decisões e iniciativas de governo. Não esperamos a unanimidade, mas a controvérsia construtiva que identifica objetivos comuns e encaminha a união de esforços.

Uma última palavra sobre o acervo de capital social existente nas esferas de governo, cujas atividades e iniciativas atendem, mesmo nas condições atuais muito adversas, a um leque amplo de necessidades dos cidadãos. Refiro-me ao funcionalismo público estadual. A prioridade que dedicamos ao pagamento de seu salário não a vemos apenas como obrigação do Estado. Ela é também a garantia de um investimento indireto muito expressivo que Estado faz a cada mês na economia do Rio Grande.

Desejo a todos os parlamentares de nossa Assembleia Legislativa um ano de atividades muito produtivas em prol do bem estar da sociedade rio-grandense.

JOSÉ IVO SARTORI
Governador do Estado

SUMÁRIO

SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	7
Situação Econômica.....	9
Situação do Desenvolvimento Regional.....	27
Situação dos Indicadores Sociais.....	41
Situação das Finanças Públicas Estaduais.....	49
Gestão dos Objetivos Estratégicos do Governo.....	71
REALIZAÇÕES DE GOVERNO EM 2015 E AÇÕES PARA 2016.....	76
Eixo Econômico.....	78
Eixo Social.....	109
Eixo Infraestrutura e Ambiente.....	172
Eixo Governança e Gestão.....	199

Situação do Rio Grande do Sul

SITUAÇÃO ECONÔMICA

CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia global continuou crescendo em um ritmo relativamente lento em 2015, em função da recuperação ainda modesta das economias avançadas e da quinta redução consecutiva da taxa de crescimento anual das economias emergentes. De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global cresceu 3,1% em 2015, em meio a incertezas econômicas e políticas, como a evolução da economia grega, a política monetária americana e a desaceleração chinesa, conforme verificado na Tabela 1.

Com relação às economias desenvolvidas, a taxa de crescimento em 2015 deve ser de 2,0%, não muito superior à de 2014, e com perspectivas de alcançar 2,2% em 2016. Por outro lado, os países emergentes devem crescer 4,0% em 2015, segundo estimativas do FMI, frente a avanços de 4,6% em 2014 e 5,0% em 2013. A Índia é a única economia emergente de grande porte que não desacelerou e manteve o ritmo de crescimento verificado no ano anterior (7,3%).

Tabela 1: Taxa de Crescimento de Países e Regiões Selecionadas, 2014 – 2016 (em %)

	2013	2014	2015*	2016*
Mundo	3,4	3,4	3,1	3,6
Economias avançadas	1,4	1,8	2,0	2,2
Estados Unidos	2,2	2,4	2,6	2,8
Área do Euro	-0,4	0,9	1,5	1,6
Alemanha	0,2	1,6	1,5	1,6
França	0,7	0,2	1,2	1,5
Itália	-1,7	-0,4	0,8	1,3
Espanha	-1,2	1,4	3,1	2,5
Japão	1,6	-0,1	0,6	1,0
Reino Unido	1,7	2,9	2,5	2,2
Canadá	2,0	2,4	1,0	1,7
Países emergentes e em desenvolvimento	5,0	4,6	4,0	4,5
Rússia	1,3	0,6	-3,8	-0,6
Ásia emergente e em desenvolvimento	7,0	6,8	6,5	6,4
China	7,7	7,4	6,8	6,3
Índia	6,9	7,3	7,3	7,5
América Latina e Caribe	2,9	1,3	-0,3	0,8
Brasil	2,7	0,1	-3,0	-1,0
Argentina	2,8	0,5	0,4	-0,7
África Sub-Saariana	5,2	5,0	3,8	4,3

Fonte: IMF, World Economic Outlook, October 2015. * Projeções.

A economia dos Estados Unidos teve um ano positivo. O ritmo de crescimento econômico acima de 2,0% ao ano desde 2013, juntamente com a queda no desemprego para 5,0% frente a 5,5% em dezembro 2014, indicam que a economia americana está se

recuperando após a crise de 2008, mesmo que de forma mais lenta. O consumo das famílias e o investimento foram os principais componentes da demanda agregada em favor do maior crescimento. Esse desempenho precipitou uma elevação na taxa de juros americana, o *Fed Funds Rate*, do intervalo entre 0% e 0,25% para o intervalo entre 0,25% e 0,5%, passados sete anos desde a última modificação.

Tanto o desempenho econômico quanto a expectativa de elevação de juros contribuíram para que a moeda americana se valorizasse de forma considerável desde meados de 2014 frente às moedas de seus principais parceiros comerciais¹. Para 2016, espera-se uma continuação da recuperação econômica, auxiliada por menores preços para a energia, menor dificuldade fiscal e uma melhora no setor imobiliário. Esses fatores tendem a compensar a redução nas exportações advindas de uma valorização do dólar. Assim, projeta-se que o crescimento de 2016 será de 2,8%, um pouco superior aos 2,6% esperados para 2015².

A recuperação na Zona do Euro, verificada desde 2014, teve continuação em 2015, mas o ritmo se reduziu no último trimestre. No acumulado, a economia da região deve crescer 1,5% no ano. Esse ritmo é considerado instável, dado que está sendo impulsionado por três fatores que podem se alterar rapidamente: (i) queda nos preços do petróleo, que têm auxiliado a elevação no consumo – a principal fonte de crescimento da economia europeia; (ii) política monetária expansionista que o Banco Central Europeu está conduzindo desde março; e (iii) depreciação do Euro perante o Dólar. Assim, surgem incertezas com relação à capacidade da economia da região de retomar um crescimento maior, ainda mais em um período politicamente conturbado como o atual. O crescimento em 2016 deverá ser de 1,6%, ligeiramente acima dos 1,5% em 2015, mesmo com as incertezas políticas existentes.

As dificuldades encontradas pela economia chinesa para descobrir um novo vetor de crescimento alternativo às exportações foram mais uma vez verificadas em 2015. A volatilidade do índice de ações SSD (*Shanghai Stock Exchange*), que, após alcançar seu valor máximo em junho, entrou em tendência de queda contínua, sinaliza que a desaceleração da economia tem ocorrido de forma mais rápida do que o esperado. De acordo com as estimativas do FMI, o PIB da China deve apresentar variação de 6,8%, ante um crescimento de 7,3% verificado em 2014, como reflexo, entre outras coisas, do desempenho do setor industrial e do investimento agregado, que têm efeitos sobre a demanda global e os preços das *commodities*.

Algumas medidas para solidificar os fundamentos macroeconômicos foram adotadas pelo governo chinês e, de certa forma, surtiram efeitos no curto prazo. Após uma queda no primeiro semestre, as vendas do varejo voltaram a acelerar no fim de 2015 e os investimentos apresentaram estabilização depois de diversos períodos com quedas recursivas.

Para 2016, espera-se que a tendência gradual de desaceleração seja continuada e que a taxa de crescimento se aproxime de 6,3%. Os investimentos, sobretudo aqueles do setor imobiliário residencial, devem se reduzir. Por outro lado, são pequenas as chances de uma

¹ Zona do Euro, Canadá, Japão, México, China, Reino Unido, Taiwan, Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong, Malásia, Brasil, Suíça, Tailândia, Filipinas, Austrália, Indonésia, Índia, Israel, Arábia Saudita, Rússia, Suécia, Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia.

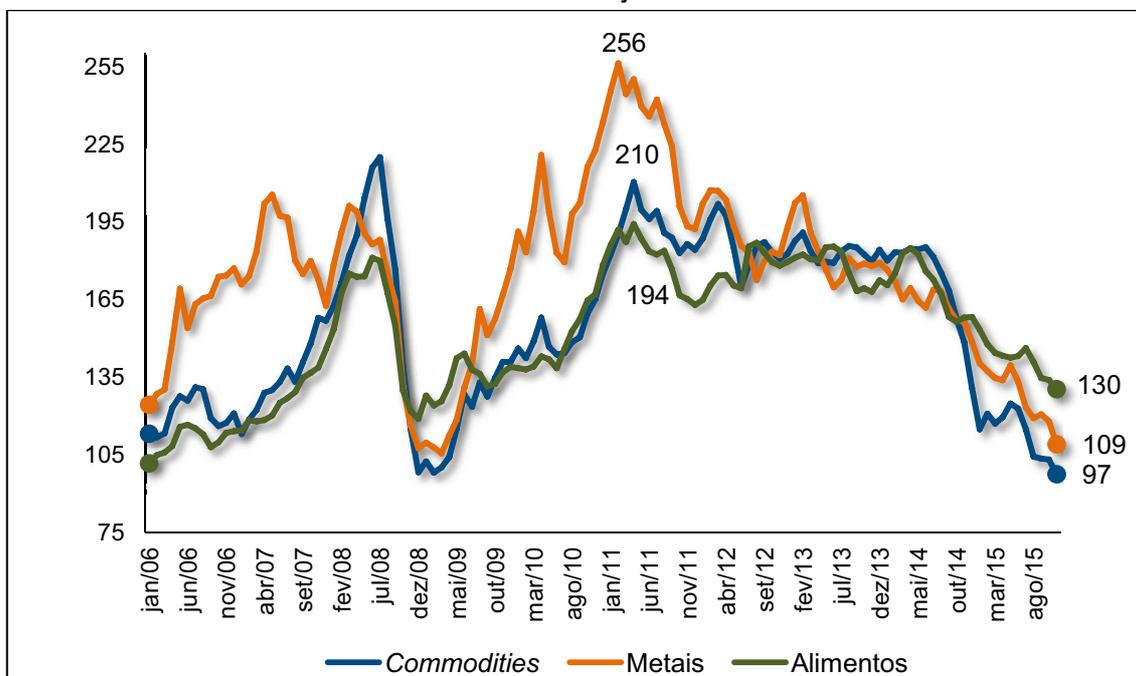
² FMI (2015) – *World Economic Outlook* (WEO).

crise financeira, sem contar que o nível de reservas da economia chinesa encontra-se em patamar elevado.

A Argentina, importante parceira comercial do Brasil e do RS, deve apresentar em 2015 resultado semelhante ao registrado no ano anterior (0,3% ante 0,4%), que, em parte, pode ser explicado pela retração do PIB do Brasil. Por outro lado, a confiança dos consumidores alcançou, em novembro, o seu valor mais alto em oito anos. Esse otimismo consiste na esperança de que o novo governo, eleito em 2015, tome políticas econômicas que reverterão algumas das medidas adotadas nos últimos anos como controle de preços, maquiagem nos índices oficiais de inflação, limites nos saques em dólares e substituição de importações, a exemplo do que fez quando extinguiu as barreiras comerciais à importação (as chamadas DJAIs³) e permitiu a desvalorização do câmbio. Assim, espera-se que seja possível reincluir a Argentina nos mercados de capitais internacionais, facilitando a obtenção de crédito e dando o impulso necessário para a retomada do crescimento no País.

A inflação global em 2015 declinou um pouco, refletindo, principalmente, os menores preços do petróleo e das outras *commodities* (Gráfico 1). Essa redução auxiliou, especialmente, as economias importadoras dessas mercadorias, como os Estados Unidos e o Japão, através da melhora dos seus termos de troca e redução das pressões de custo, abrindo espaço para o crescimento do PIB. Nos países emergentes, apesar da hiperinflação venezuelana e da elevação dos preços na Ucrânia de aproximadamente 50%, também houve uma redução na inflação média. Excluindo esses dois países, a inflação nos países emergentes reduziu-se para 4,2% em 2015, ante 4,5% em 2014.

Gráfico 1: Índice de Preços de *Commodities*



Fonte: IMF (*World Economic Database*).

Nota: Número índice – Base 2005 = 100.

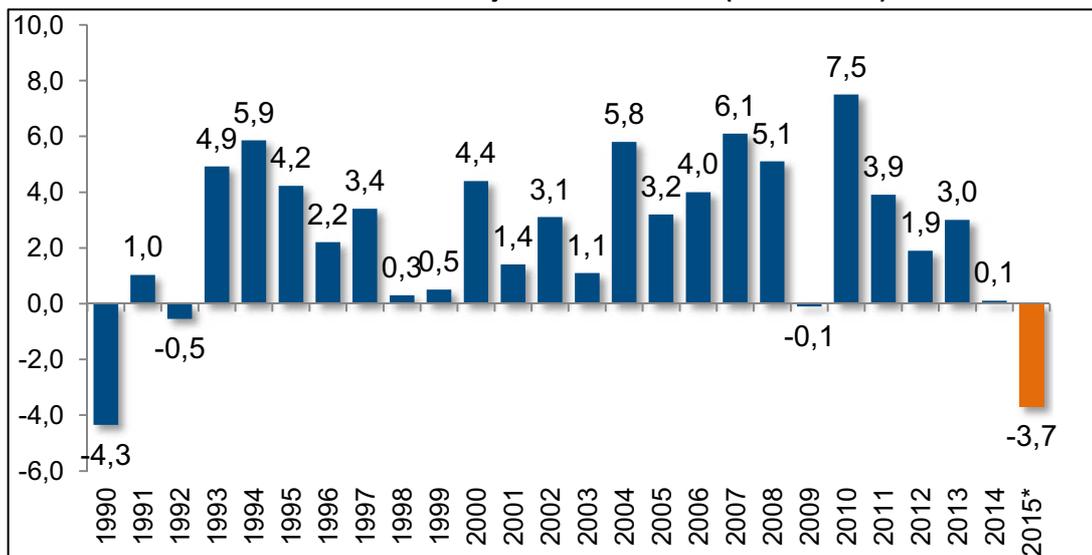
³ Declaração Jurada de Autorização à Importação.

As moedas nos países emergentes, de modo geral, experimentaram uma depreciação cambial em 2015, enquanto as mudanças nas taxas de câmbio entre as moedas de países desenvolvidos foram menores. Em grande parte, a evolução dos fundamentos econômicos dos países emergentes, com prognósticos de queda na taxa de crescimento e a piora dos termos de troca devido à queda nos preços das commodities, que se iniciou em 2014 e continuou ao longo de 2015, ocasionaram as depreciações cambiais como parte de um realinhamento global. Os preços do petróleo declinaram substancialmente, devido ao aumento na oferta global, à expectativa de elevação na produção futura após o acordo nuclear com o Irã e à queda na demanda global. A menor demanda chinesa por minérios e soja também teve impacto negativo sobre os seus preços.

CONJUNTURA NACIONAL

Apesar de a economia mundial ter apresentado taxa de crescimento positivo em 2015, a economia brasileira registrou forte retração, com queda de 3,2% até o terceiro trimestre e com perspectivas de contração ainda mais forte no encerramento do ano (-3,7%) segundo o Relatório Focus⁴ do Banco Central do Brasil (BC). Se confirmada, essa representará o pior desempenho da economia brasileira em 24 anos, superando o resultado negativo visto na crise de 2009 e, inclusive, os efeitos econômicos das dificuldades encontradas pelo Governo Collor no início da década de 1990.

Gráfico 2: Variação % do PIB – Brasil (1996 – 2015*)



Fonte dos dados brutos: IBGE.

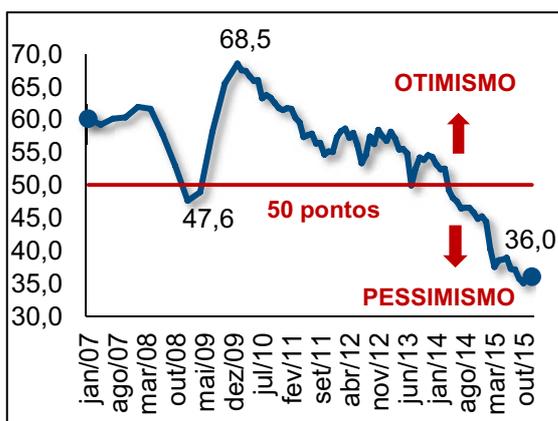
Nota: *A variação de 2015 reflete a mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 31/12/2015.

O resultado do ano reflete os efeitos da crise de confiança instaurada na economia brasileira, que tem afastado o investimento e vem contribuindo para a queda do consumo. Tanto a confiança dos empresários, quanto a dos consumidores brasileiros se encontram nos seus níveis historicamente mais baixos – considerando o início das séries em 2007 e 2005,

⁴ Expectativas em 31/12/2015.

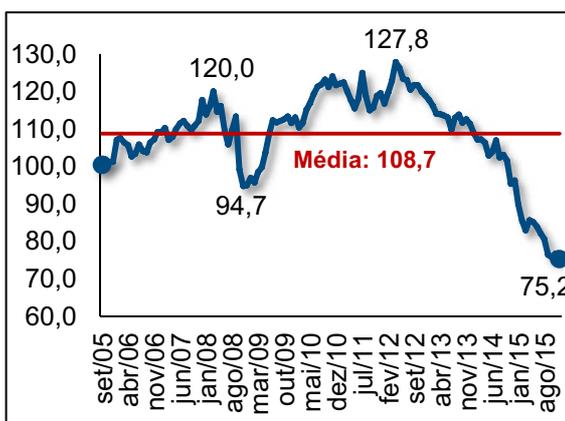
respectivamente. O pessimismo dos industriais está em vias de completar o seu segundo aniversário, uma vez que, desde abril de 2014, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) se encontra abaixo da linha de 50 pontos (Gráfico 3). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por sua vez, bateu novo recorde em dezembro de 2015 (Gráfico 4), sinalizando a percepção pessimista dos consumidores tanto em relação às condições atuais da economia (inflação, questão financeira, mercado de trabalho), quanto no que diz respeito às expectativas para os próximos meses (IBRE/FGV, 2015).

Gráfico 3: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – Brasil



Fonte dos dados brutos: CNI.

Gráfico 4: Índice de Confiança do Consumidor (ICC) – Brasil



Fonte dos dados brutos: IBRE/FGV.

A recessão atual, de acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da FGV, começou no 2º trimestre de 2014. A moderação da expansão do crédito em função tanto do alto endividamento das famílias⁵, quanto da elevação da taxa de juros e da redução da oferta por parte das instituições financeira vem contribuindo para o arrefecimento de uma das vias de crescimento dos últimos anos, isto é, o consumo privado.

No âmbito externo, a mudança na dinâmica dos preços das *commodities*, decorrente em grande medida da desaceleração chinesa, também impôs restrições ao crescimento econômico do Brasil. Desde maio de 2011, o preço das principais *commodities*, excluindo os combustíveis, sofreu queda de 41%, com efeito sobre a receita em dólares das exportações brasileiras.

Os canais de transmissão dos preços das *commodities* na economia não são triviais. Sabe-se que esses produtos representam aproximadamente 45% do total das exportações do Brasil, mas esse valor representa cerca de 4% do PIB⁶. No entanto, vale notar que a queda no preço de tais mercadorias não afeta a economia brasileira apenas através das exportações, mas também pelo seu efeito sobre a disponibilidade de crédito. As taxas de juros internacionais oferecidas às empresas dos países exportadores de *commodities* acabam se

⁵ O tamanho das dívidas passou a representar 46% da renda acumulada das famílias em doze meses em 2015, ao passo que essa relação era de 20,3% em 2005, em média, segundo dados do Banco Central do Brasil.

⁶ Percentual obtido através dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

elevando, e esses países passam a ter um prêmio de risco maior para o investidor estrangeiro. Além disso, os ativos domésticos acabam se desvalorizando, o que aumenta a alavancagem de empresas e instituições financeiras. Assim, o efeito da restrição do crédito sobre a economia interna é intensificado.

Esses efeitos, somados a questões internas como inflação elevada, ausência de equilíbrio das contas públicas e interferência governamental, tanto no mercado de câmbio quanto em alguns preços monitorados, culminaram no cenário recessivo de 2015. A análise das contas nacionais mostra que, além dos investimentos terem mantido a trajetória de queda que vinham apresentando nos últimos anos, finalizando o terceiro trimestre com retração de 11,2% em relação aos quatro trimestres anteriores, tanto o consumo das famílias quanto o do Governo apresentaram retração pela primeira vez desde 2004 e 2001, respectivamente, na variação em doze meses encerrada no terceiro trimestre de 2015.

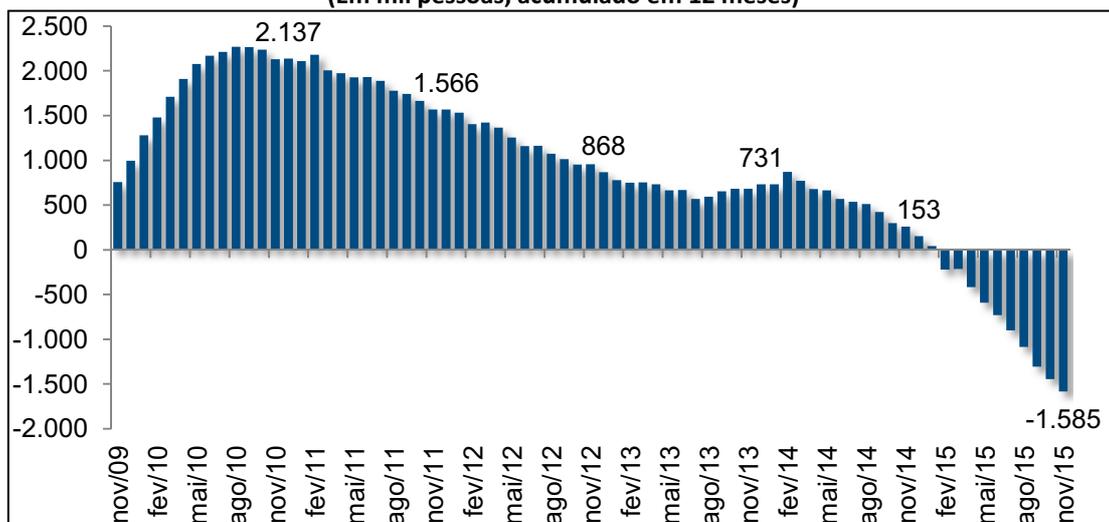
Pelo lado da oferta, os segmentos setoriais ligados ao consumo e à renda dos trabalhadores, isto é, Comércio e Serviços, que se mostravam resilientes às dificuldades econômicas enfrentadas pelo País até então, apresentaram retração do seu Valor Adicionado Bruto (VAB) de 6,1% e 1,6%, respectivamente, no acumulado em doze meses.

O setor industrial, primeiro a sentir os efeitos da crise econômica do Brasil, manteve trajetória declinante observada desde meados de 2013. A produção industrial apresentou variação negativa de 7,7% no acumulado em doze meses finalizados em novembro, com perspectivas de encerrar o ano com queda próxima a 8,0%. O bom desempenho da indústria extrativa, que variou 5,2% no mesmo período, impediu que a retração chegasse próxima a dois dígitos, como ocorreu com a indústria de transformação (-9,5%).

A recessão foi sentida por todos os segmentos da indústria de transformação, resultando em uma inversão da política de retenção do quadro de funcionários, dada a baixa expectativa de reversão do atual cenário. Assim, com um quadro generalizado de deterioração entre os setores da economia, os indicadores do mercado de trabalho, que ainda não haviam sido atingidos, passaram a registrar resultados negativos em 2015. A geração líquida de empregos, ou seja, a diferença entre o total de contratações realizadas no ano e o total de demissões de trabalhadores com carteira assinada passou para o terreno negativo em 2015, acumulando destruição líquida de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho em doze meses até novembro, como pode ser visto no Gráfico 5.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), a taxa de desemprego no Brasil chegou a 8,9% no terceiro trimestre de 2015, sendo que, no mesmo trimestre do ano anterior, essa taxa era de 6,8%. Tal elevação também se traduziu na queda da massa salarial, que, depois de sucessivas elevações, reduziu 0,1% em termos reais no terceiro trimestre de 2015 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

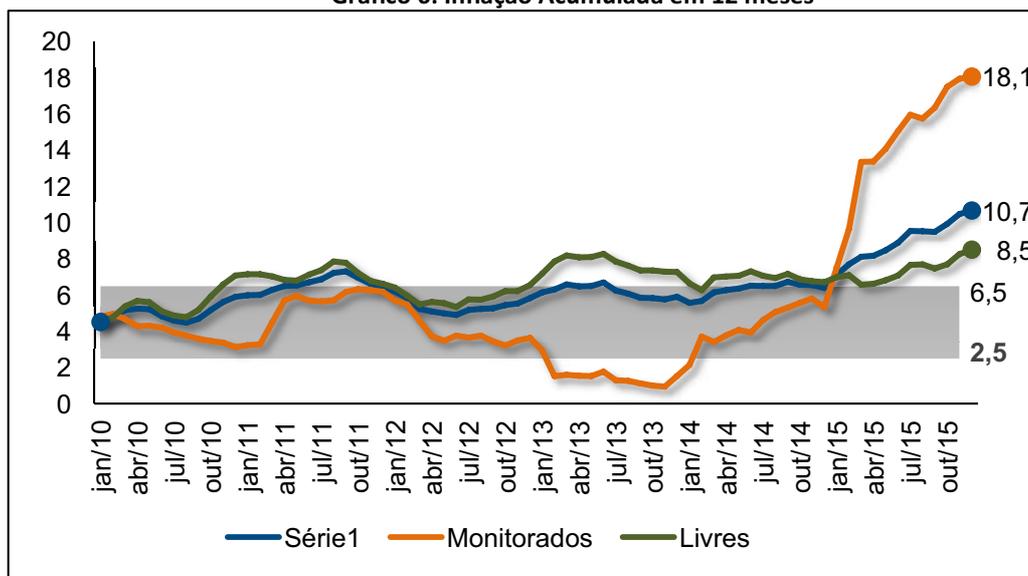
**Gráfico 5: Geração de Emprego Formal – Brasil
(Em mil pessoas, acumulado em 12 meses)**



Fonte dos dados brutos: CAGED/MTE.

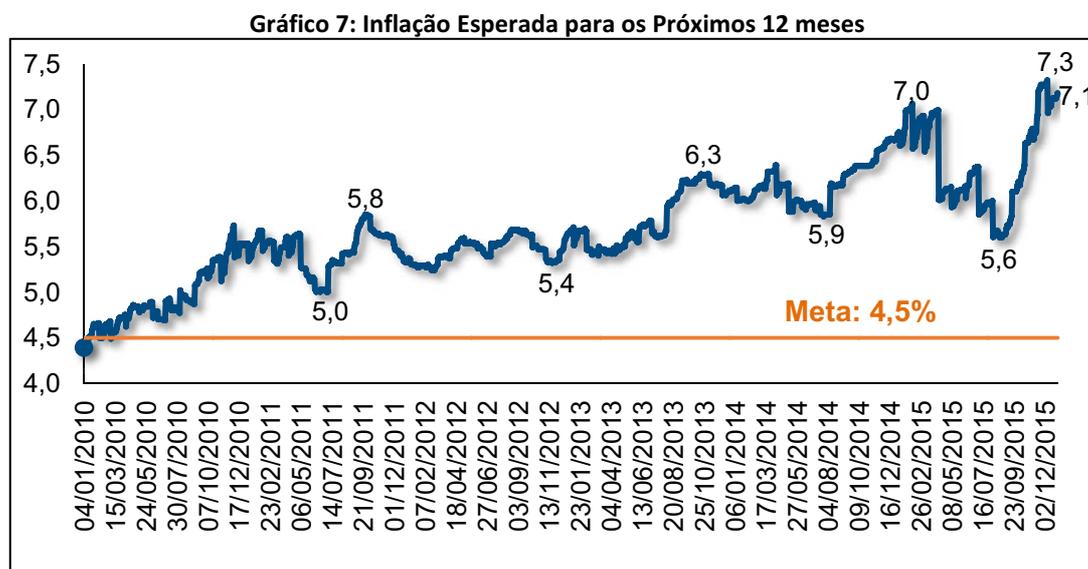
A inflação, que já estava elevada e próxima da banda superior da meta há bastante tempo (desde 2010 de acordo com o Gráfico 6), ganhou força em 2015, retirando ainda mais o poder de compra dos brasileiros e ampliando os custos das empresas. A inversão da política de contenção de alguns preços administrados, como gasolina, energia elétrica e tarifas de ônibus, que fez os preços monitorados variarem 18,1%, contribuiu para a elevação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que variou 10,7% no acumulado do ano. Entretanto, a desvalorização cambial e, sobretudo, a deterioração do quadro fiscal impuseram pressão também sobre os preços livres, colocando um alerta elevado na condução da política monetária.

Gráfico 6: Inflação Acumulada em 12 meses



Fonte dos dados brutos: IBGE. BACEN.

Diante da escalada dos preços, o Banco Central elevou a taxa básica de juros da economia (SELIC) em 2,5 pontos percentuais, passando para 14,25%, nível que não era verificado desde 2006. Isso contribuiu para arrefecer ainda mais a demanda interna e os investimentos. Ainda assim, não foi possível ancorar as expectativas de mercado para inflação futura. O Gráfico 7 mostra a curva de expectativa de inflação para os próximos doze meses do Relatório Focus do Banco Central. O que se percebe é que a nova postura da autoridade monetária no início de 2015 obteve sucesso na tentativa de trazer para mais próximo da meta as expectativas dos agentes, entretanto, tão logo o Banco Central deixou de agir frente à persistência dos preços em patamares elevados, as estimativas voltaram a ficar desancoradas - em dezembro de 2015, a expectativa era de que para os próximos 12 meses a inflação chegasse a 7,1%.



Fonte dos dados brutos: Relatório Focus – 31/12/2015 – BCB.

Além de o cenário recessivo ter imposto dificuldades para a condução da política monetária no combate à inflação, o que se verificou no ano foram indícios de um fenômeno denominado “dominância fiscal”, que ocorre quando o desequilíbrio das contas públicas é tão elevado que um aumento da taxa de juros, com intuito de controlar a inflação, se torna pesado demais e impacta excessivamente a dívida pública. O pagamento de juros da dívida interna brasileira passou de 4,7% do PIB, em 2013, para 8,4% em 2015⁷, em função tanto da elevação da SELIC quanto do avanço do endividamento do setor público. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) avançou 13 pontos percentuais do PIB desde 2013, alcançando o patamar de 65% do PIB em novembro de 2015, como resultado de diversas políticas adotadas desde então.

Além da expansão acelerada dos gastos do Governo – que passaram a representar 19% do PIB em 2014 frente a 16%, em média entre 2000 e 2010 – foram adotadas políticas de desonerações fiscais e de subsídios ao longo dos últimos anos, especialmente a partir de 2012, cujo efeito sobre as contas públicas foi expressivo sem que se pudesse verificar o resultado prático dessas medidas. Como resultado, foram observados sucessivos descumprimentos das metas de superávit primário ao longo do mesmo período, que culminaram em déficit primário

⁷ Juros pagos no acumulado em 12 meses até novembro.

registrado em 2014 equivalente a 0,6% do PIB, quando a meta estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) era de 3,1% do PIB.

O resultado negativo de 2014, inédito desde 2002, trouxe à tona a deterioração fiscal do País, considerada uma das principais responsáveis pela atual crise ao colocar o Brasil em uma trajetória de risco em relação à capacidade de honrar seus compromissos com seus credores. Esse fato afeta a economia por pelo menos dois canais. Em primeiro lugar, age como um inibidor de investimentos privados, uma vez que gera incerteza para os empresários em relação ao futuro da economia como um todo (inflação, possíveis aumentos de impostos, solvência do Governo). Em segundo lugar, a situação fiscal limítrofe inviabiliza qualquer política contracíclica que, em momentos de crise econômica, poderiam ser justificadas.

O ano de 2015 começou com uma inversão dessa postura, com o entendimento de que a solução da crise atual passava pelo reequilíbrio das contas públicas. Entretanto, o esforço para colocar as contas em dia esbarrou na instabilidade política que se instaurou no Congresso Nacional e que impediu a aprovação de diversas medidas ao longo do ano. Tais dificuldades e a falta de perspectiva para um ajuste fiscal que resultasse em superávit primário em 2016 resultaram na perda do grau de investimento do Brasil por duas das três principais agências de risco do mundo⁸, o que impôs ainda mais dificuldades para os próximos anos.

As perspectivas para 2016 mostram um cenário de dificuldades a ser superado. A inflação persistirá elevada, e o arrefecimento da demanda interna não deve ser revertido. Entretanto, a saída da atual crise não deve seguir os mesmos preceitos de crises anteriores, quando medidas contracíclicas eram suficientes e viáveis. Algumas questões como o ajuste fiscal e a retomada da estabilidade econômica e dos investimentos se impõem como importantes desafios para os próximos anos. A desaceleração da China, a despeito da recuperação dos países desenvolvidos, é outro ponto crítico para o crescimento brasileiro. A desvalorização cambial, por outro lado, tende a compensar as perdas de receitas advindas da queda dos preços das *commodities*, auxiliando para um reequilíbrio das contas externas.

Entre todos os desafios, o principal reside na questão política, uma vez que, sem consenso político, muitas das medidas de que a economia brasileira necessita não poderão tomar forma. Assim, espera-se que o este ano seja de ajuste para que se possa vislumbrar crescimentos nos próximos anos.

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

A economia do Rio Grande do Sul não passou incólume pela crise econômica em escala nacional verificada em 2015. A deterioração no cenário econômico provocou nível recorde de estoques e de capacidade ociosa na indústria gaúcha, fazendo com que muitas empresas tomassem medidas emergenciais para evitar demissões em massa, como férias coletivas e *layoffs*⁹. Como agravante, o contingenciamento de crédito e aumento nas taxas de juros

⁸ Em setembro a *Standard & Poors* reclassificou o risco soberano do Brasil, que passou de “BB-” para “BB+”, o que retira o País do grupo dos bons pagadores. Em dezembro, a agência *Fitch* replicou essa decisão, tornando o Brasil ineligível como alternativa destino para os investimentos de grande parte dos fundos de investimento mundiais que exigem a classificação de grau de investimento de, pelo menos, duas das três agências de risco.

⁹ *Layoff* é a suspensão temporária do contrato de trabalho, em prazo de dois a cinco meses, para requalificação e treinamento de funcionários.

decorrentes da crise causaram problemas de liquidez para muitas firmas, amplificando os efeitos sobre a economia.

Em comparação ao Brasil, a crise fez com que o crescimento relativo dos estados fosse determinado pelas especificidades produtivas de cada um, uma vez que a crise brasileira atingiu atividades econômicas de maneira heterogênea. Nesse sentido, há aspectos que favoreceram e outros que desfavoreceram o desempenho econômico do RS em 2015. A Tabela 2 sintetiza alguns segmentos que foram especialmente impactados pelo cenário macroeconômico no ano e relaciona-os com as especificidades produtivas do Estado. Por um lado, a combinação de importância do setor agropecuário, clima favorável e safra recorde de grãos impulsionou o crescimento da economia gaúcha, principalmente nas regiões noroeste e sudoeste, mais sensíveis à renda agrícola. Por outro lado, a ausência de atividade econômica significativa na indústria extrativa – única atividade do setor industrial que apresentou desempenho positivo no Brasil, 8,7%, nos últimos quatro trimestres findados em setembro de 2015 – impediu que o RS fosse beneficiado tal qual ocorreu com outras unidades da federação, especialmente aquelas que extraem minérios ferrosos e petróleo.

Um terceiro diferencial da economia gaúcha em relação à nacional é oriundo da especialização produtiva na indústria de transformação. O RS é o segundo Estado em número de estabelecimentos e empregados na produção de bens de capital (RAIS, 2012), justamente o segmento industrial mais afetado pela queda da taxa de investimento. Dados do IBGE indicam que a produção de bens de capital declinou 22,3% nos últimos 12 meses (até outubro de 2015), decréscimo muito acima do registrado na fabricação de bens intermediários (4,4%), bens de consumo duráveis (16,1%) e semiduráveis e não duráveis (6,4%). Do ponto de vista de usos de recursos, as expansões fabris e modernizações de maquinário e equipamentos tendem a ser mais sensíveis às expectativas futuras do que outras despesas, como o pagamento de salários e compra de insumos. O aumento das taxas de juros, as reduções de programas de incentivo à indústria, como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI)¹⁰, e a deterioração das expectativas dos agentes em relação ao futuro da economia afetaram negativamente a demanda por bens de capital.

De maneira geral, apesar do desempenho industrial relativamente fraco – dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) apontam que, dentre os Estados que são contemplados por ela, apenas o Amazonas apresentou queda maior que o RS nos 12 meses até outubro de 2015 – as informações parciais do PIB trimestral do RS e do Brasil mostram que, nos últimos 12 meses, a economia do RS apresentou decréscimo na atividade produtiva levemente menor que o Brasil (-1,7%, ante -2,5% do Brasil). A Tabela 3 resume o desempenho do PIB e seus principais componentes nos últimos 12 meses, para o RS e o Brasil.

¹⁰ O PSI foi criado em 2009 e operado por meio de repasses do BNDES, com destinação para projetos de inovação tecnológica e bens de capital como ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas, máquinas e equipamentos com alta eficiência energética, entre outros. No entanto, com as restrições orçamentárias observadas no ano de 2015, houve forte redução dos subsídios para a compra desses produtos, afetando diretamente diversas empresas gaúchas.

Tabela 2: Conjuntura Econômica e Especialização Produtiva de Alguns Setores e Atividades Econômicas Importantes do RS, em 2015.

Setor	O RS possui especialização produtiva?	Conjuntura econômica em 2015	Efeito sobre o RS em 2015	Detalhamento
Agropecuária	Sim	Favorável	Positivo	Aumento tanto na produção quanto na produtividade de importantes produtos da lavoura temporária do RS, como soja, milho, arroz e trigo. No cenário nacional, houve queda na produção de cultivos importantes como café, cana-de-açúcar e laranja, importantes produtos do setor agropecuário do sudeste e nordeste brasileiro.
Indústria extrativa	Não	Favorável	Neutro	A ausência de produção significativa na indústria extrativa torna o desempenho industrial do RS mais sensível à indústria de transformação do que a média nacional. Até outubro, a indústria extrativa foi a única atividade industrial que registrou desempenho positivo, principalmente devido à extração de petróleo e minerais ferrosos. Essa conjuntura afetou positivamente estados produtores como Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Indústria de bens de capital	Sim	Desfavorável	Negativo	O RS é o segundo polo nacional na indústria de bens de capital, atrás somente de SP. Dentre os segmentos mais importantes, destacam-se máquinas e implementos agrícolas, máquinas e equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas, bombas e carneiros hidráulicos, entre outros. O mercado interno deprimido e a falta de confiança do empresariado brasileiro colaboraram para a queda abrupta na taxa de investimento e, conseqüentemente, a demanda por bens de capital se deteriorou. Mesmo com a depreciação cambial, que tende a favorecer as exportações desses segmentos, ainda não há sinais claros de recuperação por meio do mercado externo. Como consequência, estados como SP e RS tendem a ser mais afetados pela conjuntura econômica nacional do que outros estados com perfil produtivo industrial focado em bens intermediários e bens de consumo não duráveis e semi-duráveis, cuja queda de demanda foi significativamente menor.

Fonte: FEE

Tabela 3: Taxa de Crescimento Acumulada em 12 Meses do PIB e de seus Componentes, no RS e no Brasil, em 2014-2015.

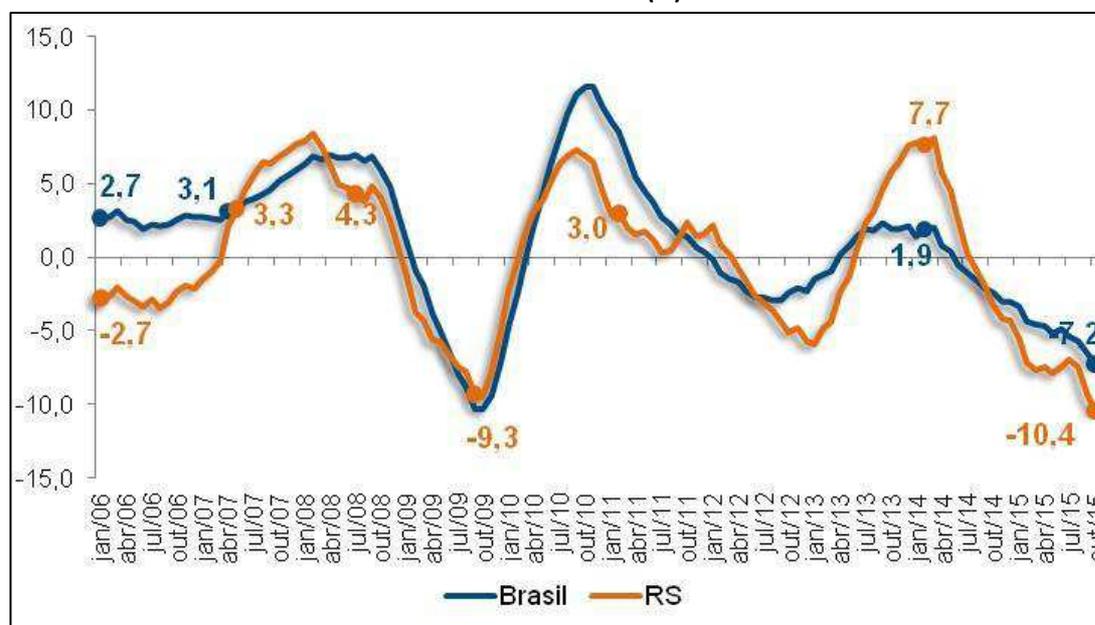
		2014				2015		
		I	II	III	IV	I	II	III
RS	PIB	6,5	2,2	1,2	-0,3	-1,4	-0,9	-1,7
	VAB	6,6	2,2	1,3	-0,1	-1,2	-0,6	-1,3
	Agropecuária	32,7	0,4	2,0	0,6	0,0	8,1	8,9
	Indústria	5,3	1,6	-1,1	-3,3	-5,4	-5,8	-7,3
	Transformação	6,6	2,1	-1,3	-4,2	-6,8	-7,1	-8,9
	Serviços	3,8	2,8	2,0	0,9	0,2	-0,1	-0,9
Brasil	PIB	3,1	1,9	0,9	0,1	-1,2	-1,7	-2,5
	VAB	3,0	1,8	0,9	0,1	-1,0	-1,5	-2,2
	Agropecuária	4,5	1,6	2,4	2,1	1,9	2,7	2,1
	Indústria	3,7	1,9	0,4	-0,9	-3,0	-3,8	-4,7
	Extrativa mineral*	0,5	3,1	5,8	8,6	10,1	10,2	8,7
	Transformação	3,5	0,4	-1,6	-3,9	-5,9	-6,3	-8,2
	Serviços	2,6	1,8	1,0	0,4	-0,5	-1,0	-1,6

Nota: (*) como a indústria extrativa mineral do Rio Grande do Sul é economicamente pouco significativa, não há taxa explícita para esta atividade no PIB trimestral.

Fonte: FEE (2015) e IBGE (2015).

A indústria de transformação teve queda no Valor Adicionado Bruto (VAB) maior no RS (8,9%) do que no Brasil (8,2%). Pelo Gráfico 8, constata-se que os ciclos da indústria gaúcha apresentaram maior amplitude nos últimos anos, possivelmente influenciados pela ocorrência de estiagem em 2012 e pela recuperação econômica no ano seguinte.

Gráfico 8: Taxa de Variação da Produção da Indústria de Transformação, Acumulada em 12 Meses, RS e Brasil (%)



Fonte dos dados brutos: Produção Industrial Mensal (PIM/IBGE).

Em 2015, porém, a crise industrial intensificada na produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis afetou diversas cadeias produtivas, como o complexo metal

mecânico, cuja concentração espacial na Serra, Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre trouxe importantes implicações do ponto de vista regional (Fialkow, 2015)¹¹.

Dada a fragilidade da indústria local, parte significativa da resiliência da economia gaúcha diante da crise pode ser atribuída ao bom desempenho do setor agropecuário e seus efeitos de transbordamento sobre a economia, principalmente sobre o setor de serviços (-0,9%, ante -1,6% do Brasil)¹². Conforme a Tabela 4, o VAB das atividades serviços imobiliários e alugueis (2,1%), da administração, saúde e educação públicas (2,7%) e dos demais serviços (0,1%) cresceram nos últimos 12 meses. O VAB dos serviços de transporte, muito em função da queda na produção industrial e conseqüente impacto no movimento de cargas, apresentou leve baixa (-0,8%). O destaque negativo ficou para o comércio, cujo VAB apresentou queda acumulada até outubro de 6,8%.

Tabela 4: Taxa de Crescimento Acumulada em 12 Meses do PIB e de seus Componentes, no RS, em 2014-2015

	2014				2015		
	I	II	III	IV	I	II	III
PIB	6,5	2,2	1,2	-0,3	-1,4	-0,9	-1,7
Impostos líquidos de subsídios	5,7	2,2	0,4	-1,5	-2,8	-3,0	-4,5
VAB	6,6	2,2	1,3	-0,1	-1,2	-0,6	-1,3
Agropecuária	32,7	0,4	2,0	0,6	0,0	8,1	8,9
Indústria	5,3	1,6	-1,1	-3,3	-5,4	-5,8	-7,3
Indústria de transformação	6,6	2,1	-1,3	-4,2	-6,8	-7,1	-8,9
Construção civil	1,9	-1,3	-3,0	-4,6	-5,3	-5,1	-5,8
Demais indústrias	3,9	4,8	4,2	5,7	3,2	2,0	0,7
Serviços	3,8	2,8	2,0	0,9	0,2	-0,1	-0,9
Comércio	5,0	3,5	2,0	0,1	-2,2	-3,9	-6,8
Transporte	9,0	6,1	3,4	1,0	-0,5	-0,4	-0,8
Serviços imobiliários e alugueis	2,7	2,8	2,9	3,0	2,7	2,4	2,1
Administração, Saúde e Educação Públicas	2,7	2,6	2,6	2,5	2,6	2,7	2,7
Demais serviços	3,1	1,4	0,8	0,3	0,0	0,4	0,1

Fonte: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais (2015).

Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC – IBGE) apontam que a queda na atividade comercial varejista foi maior nos bens de consumo duráveis e semiduráveis, como veículos, motocicletas, partes e peças (-22,2%), tecidos, vestuário e calçados (-10,9%), móveis e eletrodomésticos (-9,8%), equipamentos para escritório (-14,5%) e material de construção (-2,5%). Esses segmentos, sozinhos, foram responsáveis por cerca de dois terços (67,1%) da queda total do volume de vendas do comércio, conforme decomposição exposta na Tabela 5.

Por outro lado, segmentos varejistas cuja demanda depende mais da renda e menos do crédito registraram resultados relativamente melhores, apesar da escalada da inflação, que atingiu dois dígitos. Isso vale para as atividades de hipermercados e supermercados (-2,1%), combustíveis e lubrificantes (-2,7%) e artigos farmacêuticos, médicos, de perfumaria e cosméticos (5,3%). Em síntese, os resultados do comércio por categoria econômica dos bens

¹¹ Fialkow, Jaime Carrion. Impactos regionais da desaceleração no RS. Carta de Conjuntura FEE, Ano 24, nº 08, 2015.

¹² A agropecuária também tem efeitos importantes sobre o setor industrial, a exemplo do beneficiamento de grãos, abate de animais e demanda por máquinas e equipamentos para uso no campo. No entanto, a crise econômica nacional e a falta de perspectivas para crescimento do Brasil nos próximos anos agiram em sentido oposto, minimizando esse efeito.

expõem os efeitos amplificadores da falta de confiança dos consumidores, medo do desemprego e incertezas sobre o estado da economia no futuro, frutos da ausência de medidas efetivas que coloquem o endividamento público federal em uma trajetória sustentável.

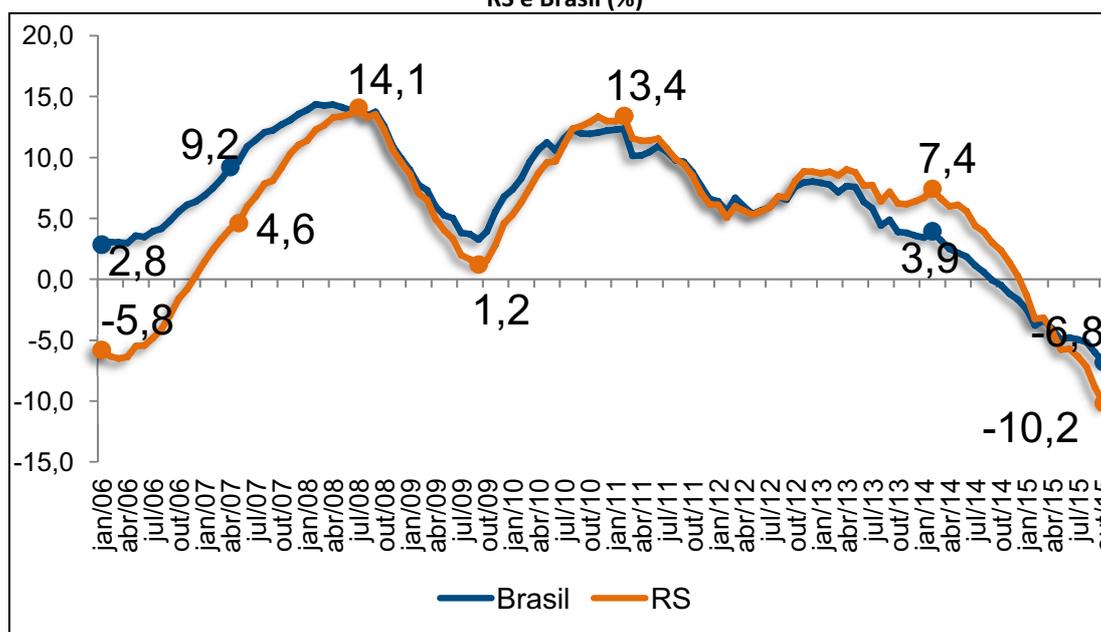
Tabela 5: Taxa de Variação das Atividades do Comércio do RS em 2015, no RS (%)

Atividades	Acum. em 12 meses (%)	Decomposição da taxa (pontos percentuais)
Veículos, motocicletas, partes e peças	-22,2	-3,7
Outros tipos de comércio atacadista	-6,5	-2,8
Tecidos, vestuário e calçados	-10,9	-1,5
Móveis e eletrodomésticos	-9,8	-1,0
Hipermercados e supermercados	-2,1	-0,5
Material de construção	-2,5	-0,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-14,5	-0,3
Representantes comerciais e agentes do comércio	-6,5	-0,3
Combustíveis e lubrificantes	-2,7	-0,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,8	-0,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,0	0,0
Outros tipos de comércio	-6,5	0,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,4	0,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,3	0,3
Comércio	-10,2	-10,2

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) e Sistema de Contas Regionais.

Sob uma perspectiva mais ampla, o comércio no RS aprofundou, em 2015, a tendência de queda no volume de comercialização, ciclo que se iniciou já no primeiro trimestre de 2014 (Gráfico 9). A tendência cíclica de queda é semelhante à observada em esfera nacional, embora a magnitude da queda tenha se acentuado mais no RS do que a média brasileira. A redução mais acentuada na massa salarial no Estado em comparação com o Brasil (4,2% em termos reais frente a 0,1% verificado no nível nacional na variação acumulada em 12 meses) ajuda a explicar essa diferença.

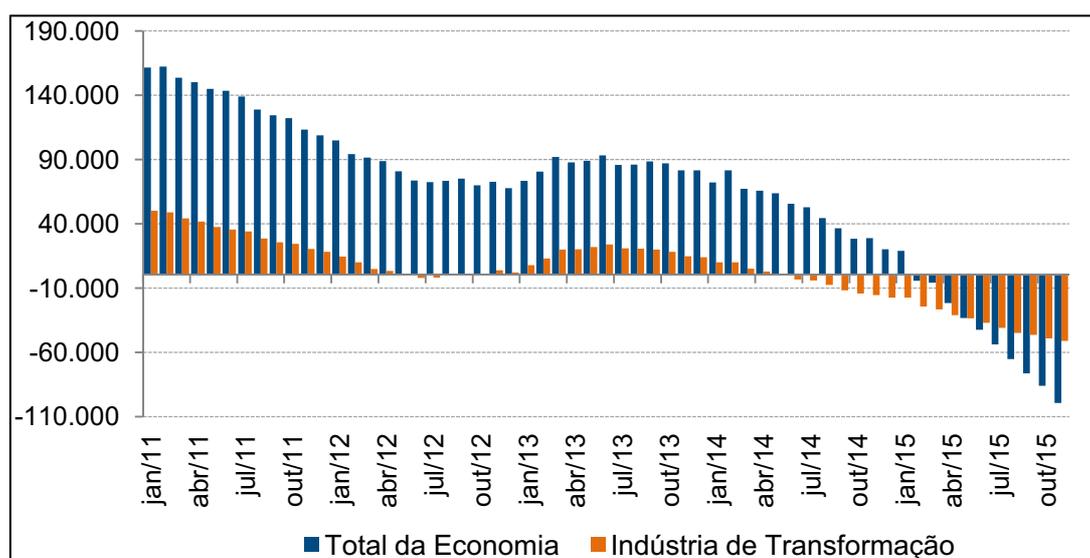
Gráfico 9: Taxa de Variação do Volume de Vendas do Comércio Varejista, Acumulado em 12 Meses, RS e Brasil (%)



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE)

A retração intensa da massa salarial sinaliza as novas condições do mercado de trabalho, com queda dos salários somada à perda de emprego. O Gráfico 10 mostra a geração de empregos formais na economia gaúcha como um todo e para a indústria de transformação. Até novembro de 2015, a economia do RS havia perdido cerca de 99 mil empregos formais em 12 meses. Destes, cerca de metade dizem respeito à indústria de transformação (aproximadamente 51 mil empregos perdidos). Esta vinha acumulando perdas desde junho de 2014, corroborando a noção de que a crise econômica teve seu início em algum momento do segundo trimestre de 2014.

Gráfico 10: Geração de Emprego Formal – Brasil, Em Mil Pessoas, Acumulado em 12 Meses



Fonte dos dados brutos: CAGED/MTE.

A redução dos postos de trabalho resultou em considerável aumento na taxa de desemprego. A taxa de desocupação calculada pela PNAD subiu de 5,2%, no terceiro trimestre de 2014, para 6,8% no mesmo trimestre de 2015.

A dinâmica de crescimento do setor agropecuário e sua influência sobre a economia agregada do RS são temas recursivos, especialmente em períodos em que a ocorrência de estiagem é disseminada e atinge grandes áreas do RS. Embora os efeitos totais do setor sobre o valor adicionado da economia não seja consensual, há evidências de que déficits hídricos penalizam mais a economia quando ocorrem no primeiro bimestre do ano, período que abrange a etapa de enchimento dos grãos de soja e milho, importantes produtos da lavoura temporária. Muito mais do que na média anual, reduções (aumentos) no índice pluviométrico centradas nesse período estão associadas a um crescimento do PIB muito menor (maior) (Pessoa e Colombo, 2014)¹³.

No ano de 2015, a ausência de eventos de estiagem ou outra intempérie climática nos primeiros meses do ano proporcionou condições climáticas favoráveis para o crescimento na produção das safras de verão, como a soja (20,4%) e o milho (4,5%). Influenciada pelo preço ainda em patamar elevado e pelo esgotamento da fronteira agrícola no Estado, observou-se uma substituição na área colhida de milho (-6,6%) por soja (5,5%), fenômeno já observado em anos anteriores. Mesmo com a queda na área colhida, ganhos de produtividade levaram a produção de milho a superar aquela verificada no ano anterior. O arroz, outra cultura importante no primeiro semestre do ano, também registrou aumento de produção (5,3%) e produtividade (4,5%).

Tabela 6: Produção, Área Colhida e Produtividade dos Principais Produtos Agrícolas do RS – 2014-15

Produto	2015			2014			Variação (2015/2014)		
	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)
Soja	15.700.264	5.262.520	3,0	13.041.720	4.986.542	2,6	20,4%	5,5%	14,1%
Arroz	8.679.490	1.121.675	7,7	8.241.840	1.113.532	7,4	5,3%	0,7%	4,5%
Milho	5.633.650	863.550	6,5	5.389.520	924.363	5,8	4,5%	-6,6%	11,9%
Trigo	1.903.035	871.804	2,2	1.670.623	1.180.817	1,4	13,9%	-26,2%	54,3%
Mandioca	1.150.997	65.697	17,5	1.181.422	68.674	17,2	-2,6%	-4,3%	1,8%
Uva	876.286	49.737	17,6	812.517	49.995	16,3	7,8%	-0,5%	8,4%
Cana-de-açúcar	834.810	19.523	42,8	1.043.336	24.583	42,4	-20,0%	-20,6%	0,8%
Maçã	598.513	16.368	36,6	690.422	17.433	39,6	-13,3%	-6,1%	-7,7%
Fumo	414.936	199.661	2,1	412.618	204.608	2,0	0,6%	-2,4%	3,1%
Aveia	367.048	179.975	2,0	230.691	142.016	1,6	59,1%	26,7%	25,6%
Laranja	360.365	24.989	14,4	379.100	26.003	14,6	-4,9%	-3,9%	-1,1%
Batata - inglesa	399.473	19.007	21,0	357.221	18.234	19,6	11,8%	4,2%	7,3%
Tomate	221.861	4.510	49,2	117.176	2.373	49,4	89,3%	90,1%	-0,4%
Cebola	147.439	8.714	16,9	171.179	9.755	17,5	-13,9%	-10,7%	-3,6%
Banana	134.201	11.814	11,4	138.072	12.226	11,3	-2,8%	-3,4%	0,6%
Cevada	72.770	34.595	2,1	63.153	38.860	1,6	15,2%	-11,0%	29,4%
Feijão	95.727	66.798	1,4	110.765	76.133	1,5	-13,6%	-12,3%	-1,5%
Sorgo	16.247	5.867	2,8	34.528	12.821	2,7	-52,9%	-54,2%	2,8%
Alho	16.092	2.099	7,7	16.614	2.188	7,6	-3,1%	-4,1%	1,0%
Triticale	8.167	3.755	2,2	5.195	4.980	1,0	57,2%	-24,6%	108,5%
Abacaxi	5.154	311	16,6	4.365	306	14,3	18,1%	1,6%	16,2%
Amendoim	5.063	2.939	1,7	5.350	3.178	1,7	-5,4%	-7,5%	2,3%
Girassol	4.305	2.792	1,5	5.092	3.302	1,5	-15,5%	-15,4%	0,0%
Centeio	3.403	2.235	1,5	991	1.100	0,9	243,4%	103,2%	69,0%
Total	37.649.296	17.681.870	2,1	34.123.510	17.848.044	1,9	10,3%	-0,9%	11,4%

Fonte dos dados: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) – IBGE.

¹³ Pessoa, Mariana Lisboa; Colombo, Jéfferson Augusto. A recorrência dos eventos de estiagem e seus reflexos na economia do Rio Grande do Sul. In: Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha. Org: Walter Arno Pichler ... [et al.]. Porto Alegre: FEE, 2014.

Os dados da Tabela 6 apontam que a produção do setor agrícola gaúcho encerrou o ano de 2015 em 37,6 milhões de toneladas, um recorde. Em relação ao ano anterior, representa um incremento de 10,3% na quantidade produzida. Além do crescimento na produção das principais culturas do Estado, como soja (20,4%), arroz (5,3%), milho (4,5%), trigo (13,9%) e fumo (0,6%), outras culturas menos representativas também apresentaram crescimento em quantidade e produtividade.

As chuvas em excesso observadas no segundo semestre de 2015 prejudicaram as lavouras de trigo no RS, favorecendo a proliferação de doenças fúngicas como septoria e giberela. No que se refere à quantidade, no entanto, as previsões mais atuais apontam que a produção deverá aumentar 13,9%¹⁴ em relação ao ano anterior, mesmo com queda nas áreas plantada e colhida. Em grande parte, isso se deve à base de comparação fraca – em 2014 houve queda de 50% na produção de trigo – e também à ausência de perdas derivadas de geadas, já que o inverno de 2015 registrou temperaturas historicamente elevadas. As chuvas, intensificadas pelo fenômeno El Niño, afetaram também a qualidade do trigo gaúcho, o que poderá render preços novamente abaixo do esperado pelos produtores.

Do ponto de vista externo, a queda no preço internacional de *commodities* foi contrabalanceada pela desvalorização cambial, que fez aumentar a renda ao produtor oriunda das exportações. No caso da soja, produto que tem sistematicamente ganhado importância na lavoura gaúcha, o preço permanece em patamar elevado, gerando rentabilidade e renda ao produtor.

Historicamente, a dinâmica do setor agropecuário determina em grande medida o desempenho da economia do RS vis-à-vis a do Brasil. Fochezatto e Grando (2011)¹⁵ levantaram a hipótese de que, quando o VAB da agropecuária gaúcha cresce mais (menos) que o PIB gaúcho, este crescerá mais (menos) que o PIB brasileiro. De 1986 a 2008, essa regra foi confirmada em 18 oportunidades (78% das vezes). Os desdobramentos diretos e indiretos do setor agropecuário parecem mais uma vez dominar e sobressair-se a outros efeitos que concomitantemente condicionam o crescimento da economia gaúcha relativamente à média nacional, como a queda acentuada da produção industrial.

Nesse sentido, as previsões de safra para a temporada 2015/16 são de queda na produção em cerca de 5,8% no RS. A ocorrência do fenômeno El Niño e o consequente aumento das chuvas na região sul do Brasil já trouxe – dificultou o plantio das safras de verão, como fumo, arroz, milho e soja – e provavelmente trará novos desafios ao setor.

Em síntese, em 2016, a economia gaúcha deve acompanhar em grande medida o desempenho econômico do Brasil, assim como em 2015. Portanto, espera-se que a indústria e o comércio permaneçam com dificuldades para crescer, pelo menos na primeira metade do ano. Como já dito anteriormente, as previsões para a agricultura indicam uma queda na produção. Embora o setor possa se beneficiar do câmbio desvalorizado, ainda assim esse efeito é consideravelmente amenizado pela queda nos preços das *commodities* agrícolas, bem como

¹⁴ Segundo a EMATER, até o fim de novembro, cerca de 85% da produção de trigo de 2015 havia sido colhida. Ou seja, esse número poderá apresentar variações marginais até que seja contabilizado 100% da produção.

¹⁵ Fochezatto, Adelar; Grando, Marinês Zandavali. Efeitos da estiagem de 2008 na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem multissetorial. Ensaios FEE, v. 32, n. 1, p. 137-160, jun. 2011.

pela redução na demanda por tais produtos em função da desaceleração chinesa e também da desvalorização do Yuan (que torna os produtos importados mais caros para os chineses). O elemento, portanto, que trouxe fôlego à economia gaúcha em 2015, parece não ter a mesma capacidade de trazer alívio em 2016.

SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

A promoção do desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões do Rio Grande do Sul, constitui um dos 19 objetivos estratégicos do Governo Estadual. A realização desse objetivo vem sendo perseguida desde o início do Governo, tendo sido objeto central do processo de participação da sociedade e regionalização do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Na elaboração do PPA, foram realizados nove Fóruns Regionais durante a Caravana da Transparência, em cada uma das Regiões Funcionais de Planejamento (RFs), e coletados os objetivos estratégicos das diferentes regiões do Estado para o período de vigência do Plano. Em 18 dias, a Caravana percorreu 3.044 quilômetros, apresentando a situação das contas públicas e discutindo as prioridades de investimento de cada região para os próximos quatro anos. Como resultado, programas, ações, produtos e metas do PPA foram regionalizados e divulgados em nove Cadernos de Regionalização, um para cada Região Funcional de Planejamento do Estado¹⁶.

Os Cadernos de Regionalização apresentam a programação do Governo Estadual regionalizada por Região Funcional de Planejamento, COREDE ou município. Foram regionalizados 40% das ações e 35% dos produtos, o que indica o esforço conjunto para que as ações de Governo estejam conectadas com a realidade das regiões.

Assim, os Cadernos possibilitam a identificação das ações do Governo para as diferentes regiões do Estado, fornecem transparência às ações públicas e um maior comprometimento dos gestores com o que foi planejado, qualificando o gasto público. A dimensão territorial foi valorizada no processo de planejamento governamental, tendo sido estimulada a construção dos programas com base em uma problematização feita a partir da visão territorial e utilização dos Objetivos Regionais como auxiliares na regionalização das metas do PPA.

¹⁶ As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS - Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.

instalação, deslocando-se para regiões próximas, bem servidas em infraestruturas e com custos mais baratos.

Uma segunda dinâmica territorial importante é a realização de investimentos em novas áreas, como o Polo Naval de Rio Grande. Esses investimentos resultaram, inicialmente, em um crescimento substancial no número de empregados na Indústria de Transformação do município de Rio Grande, especialmente nos segmentos de material de transporte e petroquímico. No entanto, a atração populacional exercida por esses novos investimentos demanda a adequação de políticas públicas que priorizem a habitação e o saneamento nessa Região. Convém assinalar que esse núcleo foi significativamente afetado pela recente crise econômica e política enfrentada pelo País.

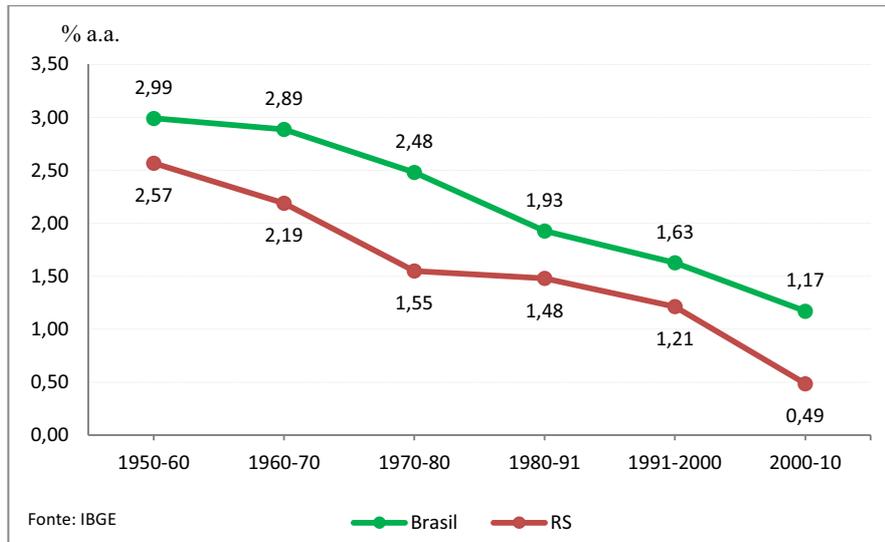
A terceira dinâmica territorial observada é um esvaziamento populacional, principalmente dos municípios da faixa de fronteira. O Rio Grande do Sul é o Estado cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, com uma taxa de 0,49% ao ano. Esse baixo crescimento populacional indica que estamos passando por um processo de Transição Demográfica¹⁹, no qual o peso da população inativa sobre a população ativa ainda é menor. Essa condição indica uma vantagem para o desenvolvimento, visto que a população ativa mais numerosa cria melhores condições de produção, poupança e investimento. No entanto, observa-se um processo de crescimento da população idosa e de estabilização do número de crianças e da população em idade ativa. Os fatores preponderantes para esse aspecto são o declínio das taxas de fecundidade²⁰ e de mortalidade e o aumento da expectativa de vida²¹. O Gráfico 11 demonstra a taxa geométrica de crescimento populacional no Brasil e no Rio Grande do Sul no período 1950-2010:

¹⁹ Transição demográfica é um fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo, em que, em um primeiro momento, presencia-se um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento.

²⁰ Em 2010, a taxa de fecundidade do Rio Grande do Sul era 1,8 filhos por mulher, não constituindo uma taxa suficiente para reposição populacional.

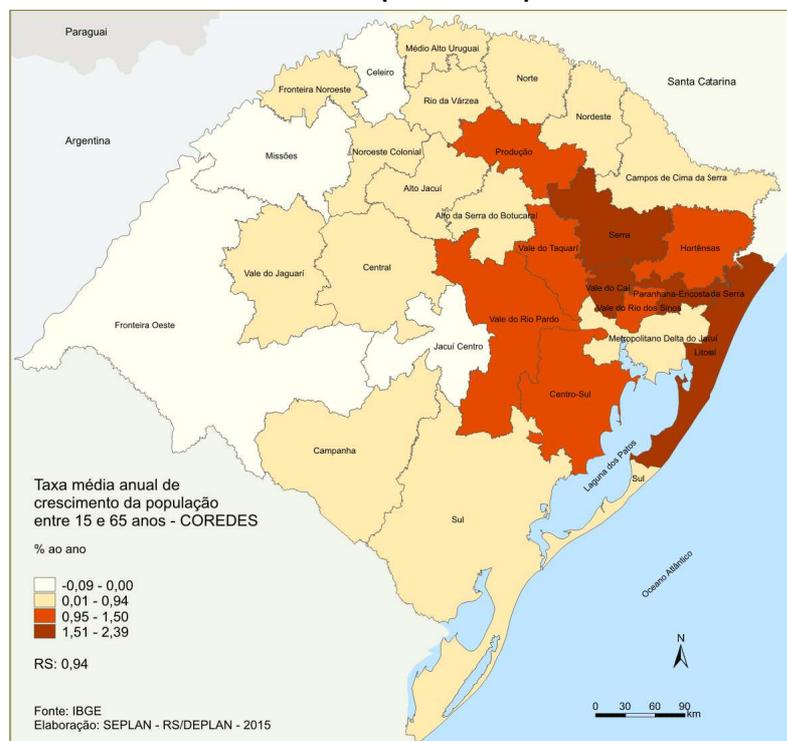
²¹ Em 2010, a expectativa de vida da população do Rio Grande do Sul era de 75,7 anos, enquanto a do Brasil era de 73,4.

Gráfico 11: Taxa Geométrica de Crescimento Populacional no Brasil e no RS (1950-2010)



Os municípios da faixa de fronteira são os mais afetados por esse processo pois, além desses fatores, apresentam perda de população jovem para outras regiões do Estado devido a diferentes características, como a importante participação de mão de obra rural nos municípios ao norte e a estagnação dos centros urbanos na região de fronteira da Metade Sul. Nesse sentido, vem ocorrendo uma importante perda de participação da População Economicamente Ativa (PEA) nos COREDES fronteiriços, o que enfraquece as economias de aglomeração regionais.

Figura 2: Taxa Média Anual de Crescimento da População Entre 15 e 65 Anos de Idade, por COREDE (2000- 2010)



A Figura 2 indica a taxa média anual de crescimento da população entre 15 e 65 anos nos COREDEs no período 2000-2010, demonstrando a diminuição da faixa de população em idade ativa nos COREDEs Celeiro, Missões, Fronteira Oeste e Jacuí Centro.

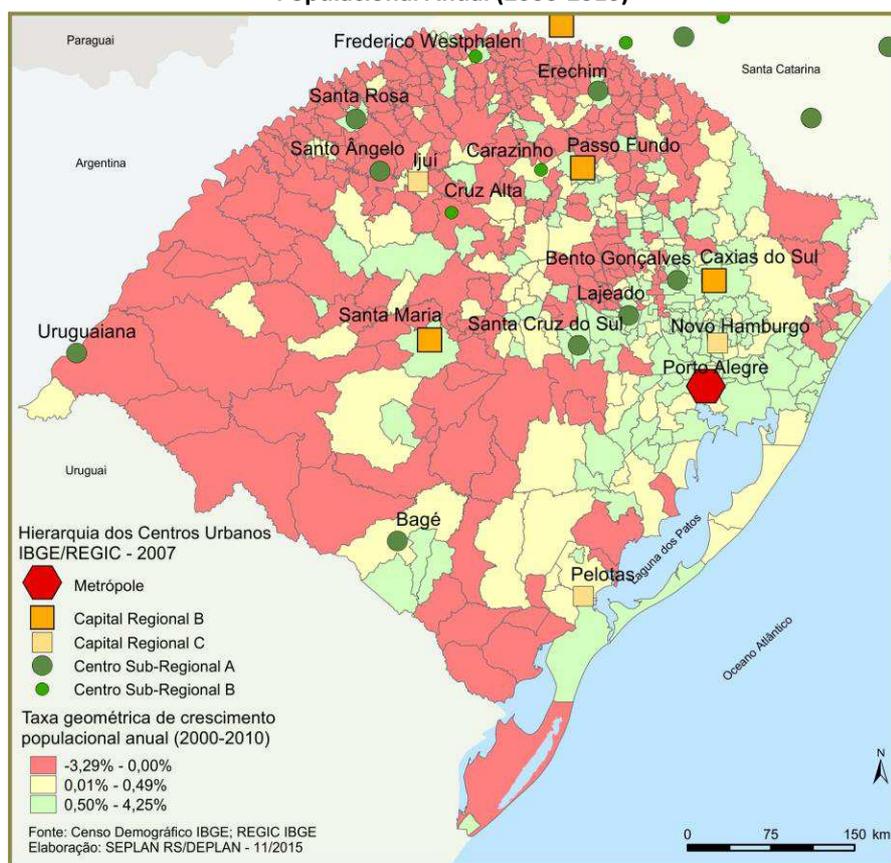
Esses aspectos demográficos, com repercussões no desenvolvimento regional, devem demandar políticas públicas cada vez mais ajustadas, especialmente nas áreas da saúde e da educação. Essas políticas devem levar em conta o envelhecimento da população e sua repercussão diferenciada nas regiões. Além disso, são necessárias políticas para a dinamização econômica dos municípios situados nas áreas menos dinâmicas, com intuito de incentivar a manutenção da população em idade ativa desses COREDEs.

Analisando-se o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), o Rio Grande do Sul possuía uma Metrópole (Porto Alegre), três Capitais Regionais B (Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria), três Capitais Regionais C (Pelotas-Rio Grande, Novo Hamburgo-São Leopoldo e Ijuí), oito Centros Sub-Regionais A (Erechim, Santa Rosa, Santo Ângelo, Uruguaiana, Bagé, Santa Cruz do Sul, Lajeado e Bento Gonçalves) e três Centros Sub-Regionais B (Cruz Alta, Frederico Westphalen e Carazinho), conforme demonstrado na Figura 4²². O Estudo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, estabelece a hierarquização dos centros urbanos a partir de uma análise das centralidades administrativa, jurídica e econômica e das ligações entre as cidades no que se refere às gestões pública e empresarial, complementadas pelos serviços de saúde.

Observa-se, na Figura 3, que alguns centros urbanos do centro-norte do Estado, como Santa Rosa, Ijuí, Frederico Westphalen, Erechim e Santa Maria, constituem exceções em suas respectivas regiões por não apresentarem perdas populacionais no período 2000-2010, polarizando seu entorno. O fortalecimento dessa rede de cidades médias é fundamental para a diminuição das perdas populacionais em direção ao leste do Estado, contribuindo para isso investimentos em saúde, educação e infraestrutura. Identifica-se, também, a baixa densidade de municípios que polarizam seu entorno no sul do Estado, o que reforça a necessidade de qualificação dos serviços prestados nessa Região, promovendo o surgimento de novas centralidades.

²² A hierarquização é definida por: 1. Metrópole - caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si. Em geral, possuem extensa área de influência direta. Subdivididas em três subníveis (Grande metrópole nacional, Metrópole nacional e Metrópole); 2. Capital Regional - como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios. Também subdivididas em três subgrupos, conforme número de habitantes e relacionamentos; 3. Centro Sub-Regional - centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as metrópoles. Divididos em A e B também conforme número de habitantes e relacionamentos.

Figura 3: Hierarquia dos Centros Urbanos (2007) e Taxa Geométrica de Crescimento Populacional Anual (2000-2010)



Para uma análise mais aprofundada, com o objetivo de qualificar a territorialização das políticas públicas, foram elaborados, no ano de 2015, os Perfis Socioeconômicos dos 28 COREDEs. Os perfis, feitos por um grupo técnico do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN) da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN), discutem alternativas para que o crescimento esteja alinhado com o equilíbrio territorial. Ao sintetizar os avanços de diagnósticos, estratégias e proposições de estudos realizados nas últimas décadas pelo Estado e pelas regiões, os Perfis são um subsídio para que os órgãos governamentais aprofundem a regionalização das políticas públicas, já materializadas nos Cadernos de Regionalização do Plano Plurianual 2016-2019. Mais que um conjunto de dados econômicos de fontes como a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhos apontam alternativas para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, algumas das principais dinâmicas territoriais, anteriormente abordadas, tiveram uma análise regional mais apurada. Os Perfis Socioeconômicos realizam um diagnóstico da situação regional do Estado, abordando temas como demografia; indicadores sociais; economia; infraestrutura de transportes, de energia e de comunicações; meio ambiente e saneamento. São compostos por uma caracterização detalhada das regiões, iniciativas promissoras para seu desenvolvimento e questões que merecem atenção especial. Dessa forma, utilizando as escalas dos COREDEs e das Regiões Funcionais de Planejamento, podem ser

resgatados problemas e oportunidades para o desenvolvimento de cada uma das regiões do Estado, conforme seu diagnóstico.

Os Perfis Socioeconômicos deverão servir como subsídio para a elaboração dos Planos Estratégicos dos COREDEs, em 2016. Constituem um ponto de partida para o debate a ser realizado nas regiões a fim de fomentar seu desenvolvimento, estruturando uma agenda estratégica mínima entre Estado e COREDEs, assim como um auxílio para a regionalização das políticas públicas por parte dos órgãos governamentais, materializada nos Cadernos de Regionalização do PPA 2016-2019.

Nessa perspectiva, em grandes linhas, a Região Funcional 1, formada pelos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Centro Sul e Paranhana Encosta da Serra, concentra a maior parte de municípios com características metropolitanas, com funções que extrapolam os limites do Estado. A Região reúne cerca de 41% da população estadual e é responsável por 45% da atividade econômica. Abrange as principais funções de serviços especializados e da Indústria de Transformação. Além disso, apresenta os maiores volumes de circulação de mercadorias e de passageiros, contando com a mais densa rede de transportes.

Embora nos últimos anos tenha ocorrido um processo de desconcentração de algumas atividades industriais do Estado, os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos ainda apresentam os segmentos de maior tecnologia agregada da Indústria de Transformação do Estado, além de polarizarem o setor de Serviços. No entanto, apesar do destaque dos dois COREDEs no que se refere à renda, há problemas nos indicadores de saúde e educação.

Na educação, os dois COREDEs têm baixa taxa de matrícula na Pré-Escola. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí apresenta baixo desempenho dos alunos na Prova Brasil, voltada ao Ensino Fundamental, enquanto o Vale do Rio dos Sinos possui baixa taxa de matrículas no Ensino Médio. Na saúde, as condições gerais, a taxa bruta de mortalidade e a saúde materno-infantil se destacam negativamente.

A concentração econômica nos dois COREDEs também acarreta problemas infraestruturais, como no caso dos transportes, com deficiências de acessibilidade interna e de articulação da Região com as regiões da Serra e Sul, cujos casos mais emblemáticos são a saturação da BR-116 e os problemas causados pelas limitações da Ponte do Guaíba, que liga a capital ao Sul do Estado, na intersecção das rodovias BR-116 e BR-290.

O ramo de calçados, que concentra a maior parte dos empregos do COREDE Vale do Rio dos Sinos, vem enfrentando dificuldades. No período 1995-2012, a indústria calçadista perdeu espaço nos empregos da Indústria de Transformação do Estado, ocupando 23,8% no início da série histórica, passando a ser responsável por 15,3% em 2012. Alguns fatores contribuíram para essa queda relativa, como a migração de empresas para o Nordeste do País, a entrada dos calçados asiáticos e os períodos de valorização do câmbio, o que diminui a competitividade dos calçados brasileiros

O perfil aponta que são iniciativas promissoras para os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos a promoção da multimodalidade no setor de transportes e o

fortalecimento dos polos de inovação tecnológica. Algumas questões que merecem atenção especial se referem às fragilidades ambientais decorrentes da aglomeração excessiva, além dos já mencionados baixos indicadores de saúde e educação e perda de competitividade de alguns segmentos tradicionais, como o de calçados no Vale do Rio dos Sinos.

Os COREDEs Vale do Caí e Paranhana Encosta da Serra apresentam segmentos da Indústria de Transformação tradicionais, intensivos em mão de obra, com realce para o de Máquinas e Equipamentos e o de Alimentos, no Vale do Caí, e o de Couro e Calçados, no Paranhana Encosta da Serra. Nesse sentido, a estrutura econômica dessas regiões é altamente dependente desses segmentos, devendo ocorrer o apoio à prospecção de novos mercados e à agregação de valor aos produtos. Um problema comum aos dois COREDEs é a poluição dos rios, especialmente dos Sinos e Caí, dois dos mais poluídos do País. Dessa forma, são necessárias ações de saneamento, controle de dejetos e recuperação da mata ciliar.

O COREDE Centro Sul apresenta indicadores sociais entre os mais baixos do Estado, principalmente no que se refere à educação e à renda. Além disso, apresenta problemas de infraestrutura de transportes, destacadamente nos pequenos municípios próximos ao COREDE Vale do Rio Pardo, dependentes do cultivo do fumo.

A Região Funcional 2, formada pelos COREDEs Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, mostra características de transição entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o interior do Estado, podendo aproveitar oportunidades decorrentes da proximidade em relação à RMPA. Assim, a Região tende a absorver alguns dos benefícios advindos do movimento de desconcentração concentrada das áreas metropolitanas de Porto Alegre e de Caxias do Sul, devido à proximidade e acessibilidade, reforçadas por fatores locais, como menores custos da terra e de mão de obra, disponibilidade de recursos humanos capacitados e boa infraestrutura.

O COREDE Vale do Rio Pardo, especialmente sua porção centro-norte, apresenta dependência em relação aos produtos do fumo no setor da Agricultura e na Indústria de Transformação. Essa produção também predomina nos municípios do oeste do COREDE Vale do Taquari. A perspectiva de restrições do mercado do fumo, impostas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco das Nações Unidas, levanta a necessidade de diversificação produtiva. A proximidade com a RMPA oferece oportunidades de desenvolvimento da criação de aves e da hortifruticultura, assim como de segmentos da Indústria de Transformação, principalmente alimentos, produtos de metal e máquinas e equipamentos.

O COREDE Vale do Rio Pardo dispõe dos modais rodoviar, ferroviário e hidroviário para a circulação de mercadorias. Igualmente, conta com as hidrovias dos rios Jacuí e Taquari, com estruturas importantes como portos e eclusas articulados com os modais rodoviar e ferroviário. A hidrovia e a ferrovia permitem o acesso ao Porto de Porto Alegre e à hidrovia da Laguna dos Patos.

O COREDE Vale do Taquari possui alto dinamismo econômico. No setor primário, sobressai a pecuária, com a criação de aves, bovinos e suínos, predominantemente, em pequenas propriedades. Alguns outros segmentos, como o cultivo do fumo e da erva-mate, além da silvicultura, também têm importância. Na Indústria de Transformação, predominam

segmentos intensivos em emprego, especialmente os ligados à fabricação de alimentos e de calçados. Nos indicadores sociais, o COREDE se destaca, sobretudo, na educação e na saúde. Um dado preocupante para a Região é o alto percentual de população adulta com Ensino Fundamental incompleto.

A Região Funcional 3 é composta pelos COREDEs Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra. Na RF3 encontra-se a recém constituída Região Metropolitana da Serra Gaúcha, que se articula fortemente com a Região Metropolitana de Porto Alegre, formando o chamado Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, considerada atualmente a porção mais dinâmica do território gaúcho. Possui polos consolidados de produção industrial, de prestação de serviços e de atividade primária, como a produção e processamento de grãos, carnes, frutas, entre outros produtos.

O COREDE Serra apresentou, no período 2000-2010, alto crescimento populacional, o que pode ser explicado pelo dinamismo econômico regional. O COREDE se destaca nos indicadores relativos à educação, saúde e renda. Os indicadores de saneamento se encontram abaixo das médias estaduais, sendo necessários maiores investimentos nesse setor na Região.

A Agropecuária dispõe de bastante diversidade, com ênfase para a criação de aves e cultivo de produtos da lavoura permanente, sobretudo uva e maçã. Na Indústria, destaca-se o segmento metal-mecânico e outros de menor tecnologia, principalmente couro e calçados, alimentos, produtos de metal e móveis. No setor de Serviços, o segmento de transportes se destaca no contexto estadual, ligado ao escoamento de produtos da Região.

O COREDE Hortênsias apresenta diferenças significativas entre os municípios de seus eixos leste e oeste. Os municípios do oeste possuem menor área, produção agropecuária em pequenas propriedades e concentram os melhores indicadores sociais e empregos no setor industrial do COREDE; os municípios do leste, situados nos campos de altitude, possuem maior área e alguns dos piores indicadores sociais do Estado. No turismo, se constituem dois eixos: no oeste, ligado principalmente a atrativos culturais, com melhor aproveitamento econômico por parte dos municípios; e a leste, ligado ao turismo rural e contemplativo de belezas naturais, com deficiência de infraestrutura e com demandas de melhor aproveitamento de suas potencialidades.

Os COREDEs Hortênsias e Serra dispõem de uma estrutura econômica com grande participação de segmentos tradicionais da Indústria de Transformação, como alimentos, couro e calçados, móveis e produtos de metal. Essas indústrias são responsáveis por grande contingente de empregos, devendo ser incentivado seu potencial de inovação.

O COREDE Campos de Cima da Serra apresenta um perfil mais voltado à agropecuária em relação à média estadual. A produção da agricultura do COREDE dispõe de bastante diversificação, com ênfase para a fruticultura, enquanto na pecuária, destaca-se a criação de bovinos de corte e de leite. A Indústria possui pouca participação e está concentrada, em sua maior parte, em Vacaria. Ainda, tem indicadores sociais preocupantes no que se refere à saúde e renda.

A Região Funcional 4 é composta pelo COREDE Litoral. O COREDE apresenta o maior crescimento populacional do Estado, o que pode ser explicado pelo dinamismo de alguns segmentos, como a construção civil e o setor de serviços. Por outro lado, o grande fluxo de trabalhadores para essa Região resulta em problemas ligados à informalidade dos empregos, com baixa geração de renda, e à organização territorial, com problemas de habitação e saneamento. Os pequenos municípios da encosta do planalto têm baixos indicadores sociais, reforçados pelo fraco desempenho no que se refere à geração de renda. Os municípios ao sul possuem melhor desempenho, dinamizados pela cultura do arroz. A Indústria mostra pouca participação na economia local, com relevo para a Construção Civil.

Algumas iniciativas promissoras no COREDE Litoral se referem ao apoio ao turismo e ao surgimento de novas atividades econômicas, o fomento à multimodalidade de transportes e incentivos à diversificação energética, aproveitando o potencial para o estabelecimento de parques de energia eólica. Alguns pontos de atenção constituem os baixos indicadores de saneamento básico, saúde, educação e renda, as fragilidades ambientais e a ocorrência de desastres naturais, principalmente nos municípios da encosta do planalto.

A Região Funcional 5 é formada pelo COREDE Sul. Este conta com uma estrutura agropecuária concentrada na criação de bovinos e na produção de arroz, fumo, cebola e na fruticultura. A Indústria de Transformação está concentrada na fabricação de alimentos, nos produtos químicos e, recentemente, na indústria naval, com o Polo Naval de Rio Grande. Esse último segmento impulsionou o setor nos últimos anos, embora seja dependente de investimentos exógenos, provenientes do governo federal.

De modo geral, o COREDE Sul apresenta baixos indicadores sociais, especialmente no que se refere à educação e à saúde. Os indicadores de saneamento se encontram abaixo das médias estaduais, principalmente nos municípios menores. Na infraestrutura de transportes, grande parte da produção do Estado é escoada pelo Porto do Rio Grande, o que acarreta gargalos devido ao uso quase exclusivo do transporte de cargas por modal rodoviário, com alto número de acidentes e congestionamentos. Os municípios de São José do Norte e Tavares, na margem leste da Laguna dos Patos, mostram problemas de acesso à infraestrutura de transportes devido à limitação física imposta pelo acesso à laguna.

São iniciativas promissoras para a Região o desenvolvimento de segmentos produtivos de média-alta e alta tecnologia, a consolidação do Polo Naval e do Porto do Rio Grande, a ampliação da competitividade das atividades tradicionais, com o fortalecimento da matriz produtiva, e incentivos à diversificação energética, com o estabelecimento de parques de energia eólica.

A Região Funcional 6 é formada pelos COREDEs Campanha e Fronteira Oeste. Caracteriza-se por ter uma formação histórico-cultural fortemente influenciada pelas atividades rurais desenvolvidas principalmente em médias e grandes propriedades, com pouca ocupação de mão de obra, o que resultou na formação de uma estrutura urbana esparsa com grandes vazios demográficos. A presença da faixa de fronteira internacional com o Uruguai e Argentina, historicamente, não se constituiu em um ativo para o seu desenvolvimento, devido, sobretudo, aos entraves burocráticos e políticos entre o Brasil e os países do MERCOSUL.

Na agropecuária, destacam-se o cultivo do arroz e a criação de bovinos de leite e de corte. A Indústria possui pouca participação na economia local. A pobreza regional, aliada à baixa densidade e rede urbana dispersa, não suscita o surgimento de indústrias e serviços que imprimam maior dinâmica à Região. Os indicadores sociais da Região estão, em sua maioria, abaixo das médias estaduais, com a situação mais preocupante ocorrendo na área da saúde. No que se refere ao saneamento, todos os indicadores dos COREDEs estão também abaixo das médias estaduais.

Algumas iniciativas promissoras para a Região se constituem no apoio à produção e à diversificação agropecuária, ações para a integração da Faixa de Fronteira e diversificação da matriz energética, representada pelos parques de energia eólica. O estímulo às boas práticas no uso do solo é fundamental, devido à presença de ravinas e voçorocas no COREDE Fronteira Oeste. Alguns pontos de atenção especial se referem aos baixos indicadores sociais relativos à educação, saúde e renda, às fragilidades ambientais e aos baixos indicadores de saneamento.

A Região Funcional 7 reúne os COREDEs Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. A Região possui forte tradição na atividade agrícola voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho e trigo; e, na pecuária, com produção de leite e criação de aves e suínos. As atividades primárias possuem boas possibilidades perante a expansão de novos setores, como o biodiesel e a produção de frutas.

Os COREDEs da RF7 tiveram significativa diminuição de população no período 2000-2010, com exceção do Fronteira Noroeste. Esse aspecto parece estar ligado às dificuldades de geração de renda na Região, que apresenta alto grau de população rural nos COREDEs fronteiriços. Essa última característica se relaciona à alta participação de população adulta sem Ensino Fundamental completo.

Os COREDEs Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial contam com grande participação do segmentos de máquinas e implementos agrícolas na Indústria de Transformação, principalmente em Santa Rosa e Horizontina, no Fronteira Noroeste, e Panambi e Ijuí, no Noroeste Colonial. É fundamental a manutenção competitiva dessa cadeia produtiva, com a atenção para uma adequada malha de transportes e o suprimento de energia, especialmente devido à concorrência do mercado do centro-oeste brasileiro. Além disso, o segmento apresenta dificuldades decorrentes das restrições argentinas à compra de seus produtos e da queda dos preços das *commodities*.

Os COREDEs Missões e Celeiro possuem potencialidades turísticas no que se refere à presença de quatro sítios arqueológicos remanescentes das Reduções Jesuíticas, no primeiro, e o Parque Estadual do Turvo e o Salto do Yucumã, no segundo. Nesse sentido, é fundamental a melhoria da infraestrutura não só do turismo, como também a de transportes, insuficiente em toda a RF7. As distâncias e restrições da infraestrutura de transportes resultam em dificuldades de escoamento da produção local, agravando os problemas de geração de renda.

A Região Funcional 8 é composta pelos COREDEs Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari. Na Agropecuária, a Região possui características de transição entre as plantações de arroz, características da porção sul do Estado, e da soja, localizada mais ao norte. O cultivo do

fumo aparece em porções da Região, bem como de outras produções ligadas às pequenas unidades familiares.

A maioria dos municípios da RF8 é polarizada por Santa Maria, cidade que se destaca na Região e no COREDE Central pela importância do setor de Serviços. Por conta disso, a cidade tem significativa relevância na hierarquia urbana, polarizando inclusive municípios das regiões vizinhas. O COREDE tem indicadores sociais intermediários, e seus dados econômicos são muito influenciados pelo setor de serviços. Cabe destacar que possui importantes estruturas de ciência e tecnologia, ligadas ao bom número de instituições de ensino superior existentes na Região. Assim, além da busca do aumento da produtividade na lavoura empresarial e do apoio à agroindustrialização, é fundamental para a Região o fortalecimento das atividades vinculadas à ciência e tecnologia. Outra iniciativa promissora se refere ao apoio ao turismo da Região, sobretudo da Quarta Colônia.

O COREDE Alto Jacuí conta com forte presença do segmento de Máquinas e Implementos Agrícolas, especialmente no eixo industrial formado pelos municípios de Não-Me-Toque, Ibirubá e Cruz Alta. Também sobressaem a criação de bovinos e cultivo de grãos, com ênfase para a soja, o que lhe confere certo dinamismo. Por consequência, a ocorrência de secas e estiagens periódicas tem considerável impacto sobre a economia local. O COREDE apresenta bons indicadores sociais, quando comparados às médias estaduais.

O COREDE Jacuí Centro tem sua base agropecuária voltada ao arroz, ao fumo, à soja e à pecuária bovina. O município de Cachoeira do Sul concentra cerca de 62% da produção econômica da Região, com ênfase para o setor de serviços. A renda *per capita* regional é inferior à média estadual, e a Região apresenta baixo desempenho em todos os blocos do IDESE. A circulação de mercadorias utiliza basicamente o modal rodoviário, embora os modais ferro e hidroviário estejam presentes na Região.

O COREDE Vale do Jaguari é uma região de transição entre a produção agrícola da soja, no norte do COREDE, e do arroz, no sul, se destacando pela criação de bovinos de corte e de leite. A participação econômica da Indústria é pequena e, nesse sentido, o apoio ao desenvolvimento agroindustrial é de grande relevância. No que tange aos seus indicadores sociais, a Região apresenta baixos indicadores de saúde e educação frente às médias estaduais. Entretanto, os indicadores de renda são os mais preocupantes, enfatizando a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento econômico para a Região. Cabe ressaltar que, na Região, está localizado um dos mais importantes sítios paleontológicos da humanidade, com a presença de fósseis vegetais e animais de aproximadamente 200 milhões de anos.

A Região Funcional 9, situada, predominantemente, no limite com o Estado de Santa Catarina, é formada por seis COREDEs: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Nordeste e Rio da Várzea. A base produtiva da Região é bastante diversificada, mas fundamentada nas atividades agroindustriais. A RF9 é a principal produtora de grãos do Estado, com o predomínio da lavoura empresarial de soja, milho e trigo. Entretanto, a produção agrícola em todos os COREDEs é bastante diversificada, com um amplo leque de culturas. Essas atividades são desenvolvidas sobretudo nas pequenas propriedades, utilizam a mão de obra

familiar e contribuem em grande parte na manutenção de um significativo contingente populacional nas áreas rurais.

Na pecuária, destaca-se a presença dos segmentos de aves e suínos, que são bem estruturados na maior parte da Região. Registra-se também uma importante bacia leiteira, que tem sido reforçada pelo aporte de novos estabelecimentos para o beneficiamento, processamento do leite e produção de derivados.

Na estrutura urbana, destaca-se um eixo formado por Erechim, Passo Fundo e Carazinho. Com menor hierarquia, diferenciam-se as cidades de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Soledade e Lagoa Vermelha. A cidade de Passo Fundo exerce grande polaridade na Região devido, principalmente, à estrutura de serviços e à função estratégica que desempenha devido à centralidade da logística de transportes.

O COREDE Produção possui uma estrutura agropecuária voltada à criação de aves, de bovinos de corte e de leite e de produção de grãos. Sua indústria está vinculada à agroindústria, com relevo para os segmentos de máquinas e equipamentos voltados à agricultura e pecuária e de fabricação de alimentos. Essa Região vem se destacando como centro de expansão territorial do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, o que pode ser demonstrado pelo dinamismo econômico regional e pelo deslocamento do emprego. As fortes conexões entre a agropecuária e as indústrias, com várias cadeias agroindustriais dominantes presentes, como soja, milho, trigo, aves, suínos e leite, aliadas à alta produtividade agrícola, apoiada por solos de grande potencialidade, imprimem uma dinâmica forte e crescente à Região. Esse dinamismo do COREDE, demonstrado pelos indicadores de renda, se refletiu em um crescimento populacional superior à média estadual no período 2000-2010. Os indicadores de saúde e educação, igualmente, são satisfatórios, exceto pelo desempenho dos alunos nas avaliações do Ensino Fundamental.

O COREDE Norte possui uma base agropecuária relacionada às agroindústrias da Região e de Santa Catarina, sobressaindo principalmente a criação de aves, bovinos e suínos e, em menor escala, a produção grãos. O setor industrial possui destaque, ligado especialmente à fabricação de produtos alimentícios e de cabines, reboques e carrocerias de veículos automotivos, com concentração em Erechim. Alguns pequenos municípios possuem dificuldades de geração de renda, notadamente no noroeste do COREDE, o que contribui para a perda populacional ocorrida na Região no período 2000-2010. A infraestrutura de transportes, especialmente a rodoviária, reflete a polarização exercida por Erechim, bem como as ligações da Região com os municípios do sul de Santa Catarina, sobretudo Chapecó, Concórdia e Seara.

O COREDEs Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea possuem uma base agropecuária importante, com a produção de grãos e outros produtos da lavoura temporária, além da criação de bovinos, especialmente de leite. A Indústria de Transformação possui pouca participação, destacando-se os laticínios. Os dois COREDEs possuem dificuldade de geração de renda, agravada pelas deficiências na infraestrutura de transportes. Isso se espelha no alto grau de perdas populacionais identificado nessas regiões. O alto percentual de população rural dos COREDEs está relacionado ao grande contingente de população rural sem Ensino Fundamental completo. Como iniciativa promissora, aponta-se o apoio à produção e diversificação agropecuária, com o estímulo ao desenvolvimento de cadeias produtivas e ao surgimento de

agroindústrias. Merece atenção o avanço de culturas temporárias sobre áreas de florestas, a infraestrutura de transportes, as secas e estiagens periódicas e os baixos indicadores de saneamento.

O COREDE Nordeste possui sua produção agropecuária voltada ao cultivo de grãos, como a soja, o milho e o trigo, e à criação de bovinos e aves. Sua estrutura industrial está vinculada a esse setor, com ênfase para o abate e fabricação de produtos de carne e laticínios. Embora a Indústria possua pouca participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE, possui significativa participação no pessoal ocupado, o que reflete a estrutura tradicional da Indústria de Transformação da Região. Nos indicadores sociais, a saúde se destaca positivamente, enquanto na educação, preocupa o alto número de adultos com Ensino Fundamental incompleto. Os indicadores de saneamento se apresentam abaixo das médias estaduais, assim como a densidade de estradas pavimentadas, o que dificulta o escoamento da produção local.

O COREDE Alto da Serra do Botucaraí apresenta considerável participação de população rural e da produção agropecuária em sua produção, com a predominância de pequenas propriedades produtoras principalmente de fumo, soja e bovinos de corte e de leite. A Indústria de Transformação possui pouca importância na economia local. O PIB *per capita*, um dos mais baixos do Estado, revela as dificuldades enfrentadas pela economia local, que não suscita o surgimento de indústrias e serviços que imprimam maior dinâmica à Região. Os indicadores sociais, no que se refere à renda, saúde e educação, e no acesso ao saneamento básico, estão bastante abaixo das médias estaduais, demandando políticas públicas direcionadas a esses problemas. O COREDE apresenta contrastes entre os municípios localizados em sua porção norte, com economia mais dinâmica e melhores indicadores sociais, e no sul, com dificuldades econômicas e indicadores sociais entre os mais baixos do Estado.

Com base no exposto, o processo de atualização dos Planos Estratégicos dos 28 COREDEs, iniciado com assinatura de protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e o Fórum dos COREDEs, em 16 de novembro de 2015, e que teve consequência com a assinatura e publicação de convênio em 10 de dezembro, representará o aprofundamento desse diagnóstico e deve definir com clareza as estratégias para o desenvolvimento regional. Além disso, possibilitará a elaboração de projetos para a concretização dessas estratégias e para o atingimento do objetivo estratégico de governo de "Promover o desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões".

SITUAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE), divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético de desenvolvimento, baseado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. Sua elaboração resulta de um amplo conjunto de indicadores, agrupados em três blocos: Educação, Renda e Saúde.

O IDESE foi criado em 2003, mas sua metodologia foi reformulada no início de 2014, quando foi divulgado o IDESE referente ao ano de 2010. Nessa nova formulação, avalia-se a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto a Educação, Renda e Saúde, considerando indicadores relacionados a aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento. Após a transformação dos indicadores em índices e sua agregação, obtém-se o IDESE, que varia entre zero (mínimo) e um (máximo). Com os dados disponíveis para essa metodologia, é possível avaliar a evolução do índice durante o período 2007-12.

O último resultado disponível mostra que o IDESE estadual foi de 0,744 em 2012. A dimensão do IDESE com índice mais elevado no Estado foi o bloco Saúde, com índice de 0,804, seguido por Renda, com 0,745, e Educação, com 0,685. Em 2007, o IDESE do Estado foi de 0,699. Comparando-se o resultado de 2007 com o índice estadual de 0,744 em 2012, houve um aumento de 6,5% entre esses anos. Esses números indicam que houve melhorias socioeconômicas no Estado durante esse período. Além disso, pode-se dizer que o RS apresenta nível médio de desenvolvimento, considerando a classificação do índice em alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499) nível de desenvolvimento. O crescimento do índice foi, em boa parte, influenciado por melhorias nos indicadores que compõem os blocos Renda e Educação. A contribuição do bloco Renda foi de 3% para a variação total do índice do Estado no período 2007-12, enquanto o bloco Educação contribuiu com 2,7% na taxa total do Estado. O bloco Saúde impactou 0,8 pontos percentuais (p.p.) na variação total.

Tabela 7: IDESE e blocos Educação, Renda e Saúde, Índice, Variação e Contribuição para Variação no IDESE do Estado, RS — 2007 e 2012

IDESE e Blocos	Índice		Variação no Período	Contribuição para variação no IDESE (p.p.)
	2007	2012		
Renda	0,682	0,745	9,1%	3,0%
Saúde	0,788	0,804	2,1%	0,8%
Educação	0,628	0,685	9,0%	2,7%
IDESE	0,699	0,744	6,5%	-

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

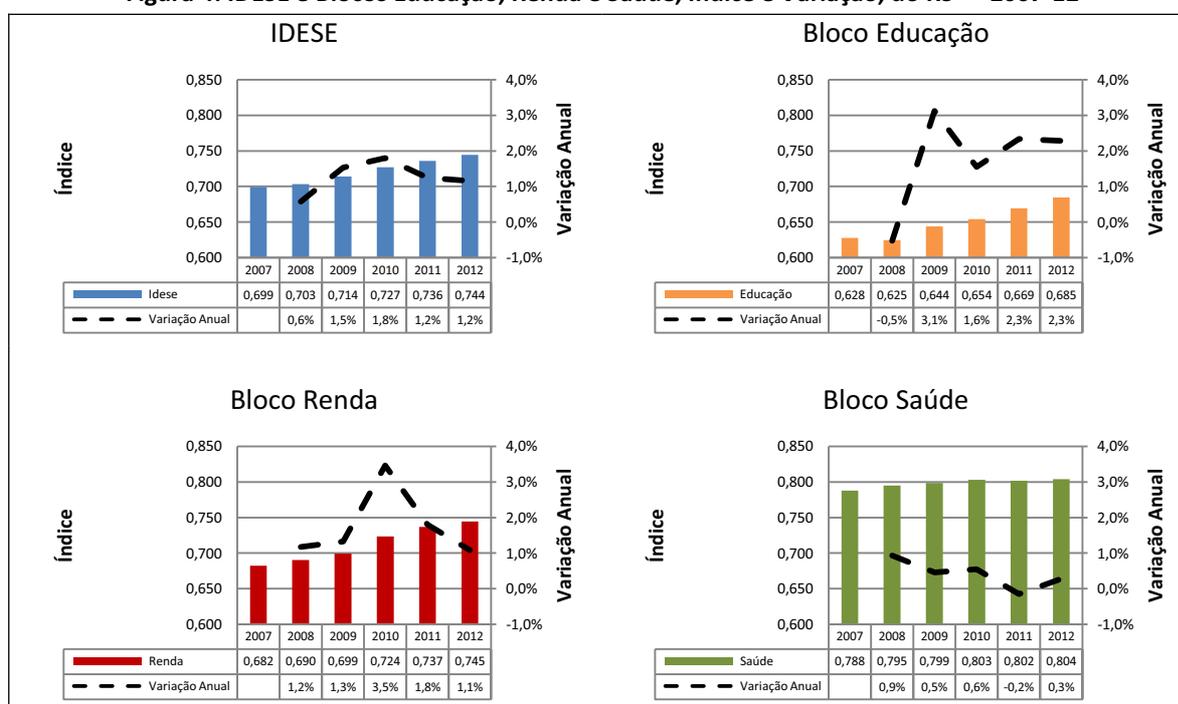
O índice do bloco Saúde variou 2,1% no período 2007-12, elevando-se de 0,788 em 2007 para 0,804 em 2012. Observando-se apenas essa dimensão, o bloco Saúde passou de médio

desenvolvimento para alto desenvolvimento (conforme o IDESE). O ano de maior elevação em Saúde foi 2008, quando o índice do bloco Saúde se elevou 0,9%, enquanto que o ano de pior desempenho foi 2011, quando o índice caiu 0,2%.

Por sua vez, o índice do bloco Renda variou 9,1% no período, passando de 0,682 em 2007 para 0,745 em 2012, permanecendo categorizado como de médio desenvolvimento. O bloco Renda obteve seu maior crescimento em 2010, quando o índice dessa dimensão se elevou 3,5%, enquanto que o ano de pior desempenho foi 2012, com aumento de 1,1%.

Por fim, o índice do bloco Educação variou 9,0% no período, elevando-se de 0,628 em 2007 para 0,685 em 2012. O bloco Educação continuou na faixa de médio desenvolvimento. A maior variação desse bloco ocorreu em 2009, quando o índice de Educação se elevou 3,1%. O ano de pior desempenho foi 2008, quando houve queda de 0,5%.

Figura 4: IDESE e Blocos Educação, Renda e Saúde, Índice e Variação, do RS — 2007-12



Fonte: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico Segundo Regiões Funcionais e COREDEs

A diversidade socioeconômica e a extensão territorial do Estado demandam a realização de análises regionalizadas. Com esse intuito, utilizam-se neste trabalho as Regiões Funcionais de Planejamento (RFs) e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e analisa-se o desempenho das RFs e COREDEs em termos de IDESE e seus blocos entre os anos de 2007 e 2012.

Tabela 8: IDESE, Ordem e Variação, Segundo Regiões Funcionais do RS — 2007 e 2012

Estado e Regiões Funcionais	2007		2012		Variação no Período
	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	
RF 3	0,734	1	0,793	1	8,1%
RF 2	0,694	5	0,754	2	8,6%
RF 9	0,695	4	0,752	3	8,3%
RF 1	0,713	2	0,751	4	5,3%
RF 7	0,696	3	0,750	5	7,7%
RF 8	0,680	6	0,729	6	7,2%
RF 4	0,665	7	0,698	7	5,1%
RF 5	0,645	9	0,691	8	7,2%
RF 6	0,654	8	0,689	9	5,4%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

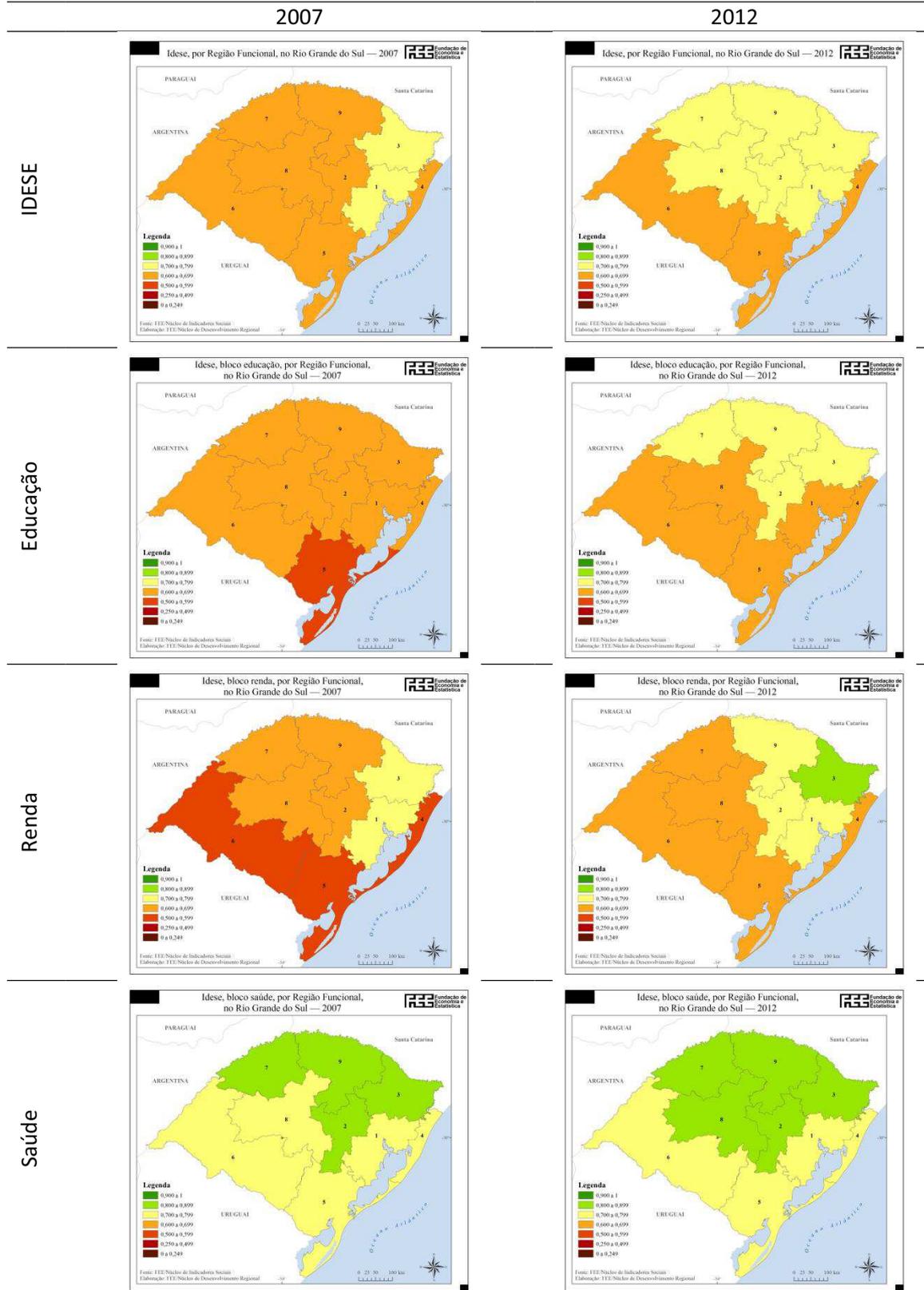
A Tabela 8 acima apresenta o IDESE de cada RF do Estado nos anos de 2007 e 2012, sua classificação no *ranking* das RFs nos referidos anos e a variação do IDESE no período. Essa Tabela mostra que a RF 3 obteve o melhor índice em 2012 (0,793), mantendo sua classificação com relação aos resultados de 2007. A Tabela 9, por sua vez, mostra os índices de cada bloco que compõe o IDESE apenas para o ano de 2012, último ano disponível da série.

Tabela 9: IDESE e Ordem, Segundo Regiões Funcionais do RS — 2012

Regiões Funcionais	Educação		Renda		Saúde		IDESE	
	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem
RF 3	0,855	1	0,803	1	0,721	2	0,793	1
RF 2	0,834	2	0,723	3	0,707	4	0,754	2
RF 9	0,830	3	0,716	4	0,711	3	0,752	3
RF 1	0,796	7	0,786	2	0,671	8	0,751	4
RF 7	0,820	4	0,686	6	0,744	1	0,750	5
RF 8	0,800	5	0,691	5	0,696	5	0,729	6
RF 4	0,796	6	0,626	9	0,674	6	0,698	7
RF 5	0,759	8	0,682	7	0,633	9	0,691	8
RF 6	0,758	9	0,636	8	0,672	7	0,689	9

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

Figura 5: Mapas do IDESE e de Seus Blocos, Segundo Regiões Funcionais do RS — 2007 e 2012



Fonte dos dados: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

A Figura 5 apresenta mapas comparando o IDESE e seus blocos por RF nos anos de 2007 e 2012. A maioria dos mapas mostra a desvantagem relativa das áreas meridionais do Estado em termos dos blocos do IDESE, além da evolução dos índices ao longo do tempo.

Na classificação por Regiões Funcionais, a RF 3, composta pelos COREDEs Campos de Cima da Serra, Hortênsias e Serra, destacou-se por ser a mais desenvolvida do Estado ao longo de toda a série. A RF em que se localizam os municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, importantes centros em termos populacionais e econômicos, obteve seu índice mais elevado no bloco Saúde, com índice de 0,855, seguido por Renda com 0,803 e Educação com 0,721. Em todo o período, o IDESE da RF 3 avançou de 0,734 em 2007 para 0,793 em 2012, o que representa uma variação de 8,1% no período. O bloco com maior impacto nessa variação foi Educação, seguido por Renda.

Embora seja a Região de maior IDESE, a RF 3 apresenta marcadas diferenças internas. O COREDE Serra foi o mais desenvolvido em 2012 conforme o IDESE, ao passo que o COREDE Campos de Cima da Serra, também da RF 3, figura apenas na 22ª posição dentre todos os 28 COREDEs do Estado em 2012. Essa heterogeneidade se deve principalmente à avantajada situação socioeconômica da área próxima aos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves em termos comparativos.

A Região Funcional 2 foi a segunda colocada na classificação dentre as RFs. Composta pelos COREDEs Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, a RF 2 era apenas a quinta mais desenvolvida do Estado de acordo com o IDESE em 2007, o que indica substanciais avanços entre 2007 e 2012. Os principais municípios (em termos de população e renda) dessa RF são Santa Cruz do Sul e Lajeado. A melhoria na classificação é explicada pelo aumento de 8,6% do IDESE da região, que avançou de 0,694 para 0,754 em 2012. O bloco com maior impacto nessa variação foi a Educação. No entanto, a dimensão do IDESE com índice mais elevado era a Saúde, com índice de 0,834, seguido por Renda, com 0,723, e Educação, com 0,707.

É importante destacar o papel do COREDE Vale do Taquari no bom desempenho do IDESE da RF 2. Localizado no entorno dos municípios de Lajeado e Estrela, o Vale do Taquari passou da terceira colocação em 2007 (0,733) para o segundo maior IDESE dentre os COREDEs em 2012 (0,792), com aumento de 8,1%. Esse resultado pode ser observado na Tabela 8, que apresenta o IDESE por COREDEs para os anos de 2007 e 2012.

Além das duas RFs de melhor desempenho, é importante apresentar os resultados da Região Funcional 1, onde está localizada Porto Alegre. Os COREDEs que fazem parte da RF 1 são: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos. Além da capital do Estado, encontram-se na RF 1 outros importantes municípios (em termos de população e PIB), tais como Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Viamão e Alvorada. Tendo 40,9% da população e 44,0% do PIB do Estado, foi uma das RFs com menor crescimento do IDESE no período. O IDESE da Região Funcional 1 avançou de 0,713 para 0,751 em 2012, o que representou uma variação de 5,3%. Em 2007, a RF1 era a segunda região mais desenvolvida do Estado, mas caiu para a quarta posição em 2012. O bloco com maior impacto nessa variação do IDESE foi a Educação, com uma contribuição de 2,5 p.p. para a variação total da RF 1 no período. O bloco Renda contribuiu com 2,1 p.p. na taxa total da Região, ao passo que a variação em Saúde impactou 0,8 p.p. na variação total do IDESE da RF 1.

O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí merece ênfase especial, uma vez que concentra cerca de 23% da população do Estado, incluindo a capital. Segundo COREDE mais desenvolvido no Estado conforme o IDESE em 2007, o COREDE Metropolitano obteve crescimento do indicador bem abaixo da média do Estado (4,2%, contra 6,5% respectivamente) e se viu

ultrapassado por cinco outros COREDEs. Isso o conduziu apenas ao sétimo posto dentre os COREDEs mais desenvolvidos em 2012. Embora os indicadores do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí tenham apresentado variação positiva, muitos deles obtiveram crescimento do IDESE inferior do que as próprias médias estaduais, principalmente aqueles relacionados aos blocos Saúde e Educação. Esses resultados podem ser encontrados na Tabela 10, que apresenta o IDESE por COREDE em 2007 e 2012, e na Tabela 11, que contém os índices de cada bloco por COREDE para o período mencionado.

Tabela 10: IDESE, Ordem e Variação, Segundo COREDEs do Rio Grande do Sul — 2007 e 2012

COREDEs	2007		2012		Variação no Período
	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	
Serra	0,752	1	0,812	1	8,0%
Vale do Taquari	0,733	3	0,792	2	8,1%
Noroeste Colonial	0,726	4	0,792	3	9,0%
Produção	0,717	7	0,779	4	8,6%
Norte	0,713	8	0,772	5	8,3%
Alto Jacuí	0,726	5	0,768	6	5,8%
Metropolitano Delta do Jacuí	0,737	2	0,767	7	4,2%
Fronteira Noroeste	0,720	6	0,767	8	6,5%
Vale do Caí	0,694	10	0,754	9	8,6%
Nordeste	0,685	12	0,748	10	9,2%
Rio da Várzea	0,696	9	0,739	11	6,2%
Central	0,684	13	0,735	12	7,5%
Vale do Rio dos Sinos	0,689	11	0,733	13	6,4%
Hortênsias	0,673	15	0,730	14	8,5%
Vale do Rio Pardo	0,665	16	0,725	15	8,9%
Missões	0,678	14	0,721	16	6,3%
Celeiro	0,658	18	0,719	17	9,4%
Paranhana Encosta da Serra	0,652	19	0,709	18	8,8%
Médio Alto Uruguai	0,652	20	0,705	19	8,1%
Litoral	0,665	17	0,698	20	5,1%
Campanha	0,649	23	0,695	21	7,0%
Campos de Cima da Serra	0,643	25	0,694	22	7,9%
Sul	0,645	24	0,691	23	7,2%
Jacuí Centro	0,636	26	0,691	24	8,7%
Vale do Jaguari	0,651	22	0,689	25	5,9%
Alto da Serra do Botucaraí	0,635	27	0,689	26	8,4%
Fronteira Oeste	0,651	21	0,686	27	5,4%
Centro Sul	0,624	28	0,675	28	8,1%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

Os destaques negativos são as Regiões Funcionais 5 e 6. Em 2007, a última colocada era a RF 5, composta apenas pelo COREDE Sul, com IDESE de 0,645. O aumento de 7,2% no período possibilitou que essa Região, onde se localizam os municípios de Pelotas e Rio Grande, alcançasse o índice de 0,691 em 2012, subindo para a penúltima colocação. Esse aumento foi, em grande parte, determinado por elevação dos resultados do bloco Renda. A última posição

passou a ser da Região Funcional 6, cujo IDESE passou de 0,654 em 2007 para 0,689 em 2012 (elevação de 5,4% no período). A RF 6 é formada pelos COREDEs Campanha e Fronteira Oeste, onde estão municípios como Uruguiana e Santana do Livramento. Embora tenha ocorrido crescimento de 5,4% no IDESE, também liderado em grande parte pelo bloco Renda, esse aumento não foi suficiente para impedir que a RF 6 fosse ultrapassada pela RF 5.

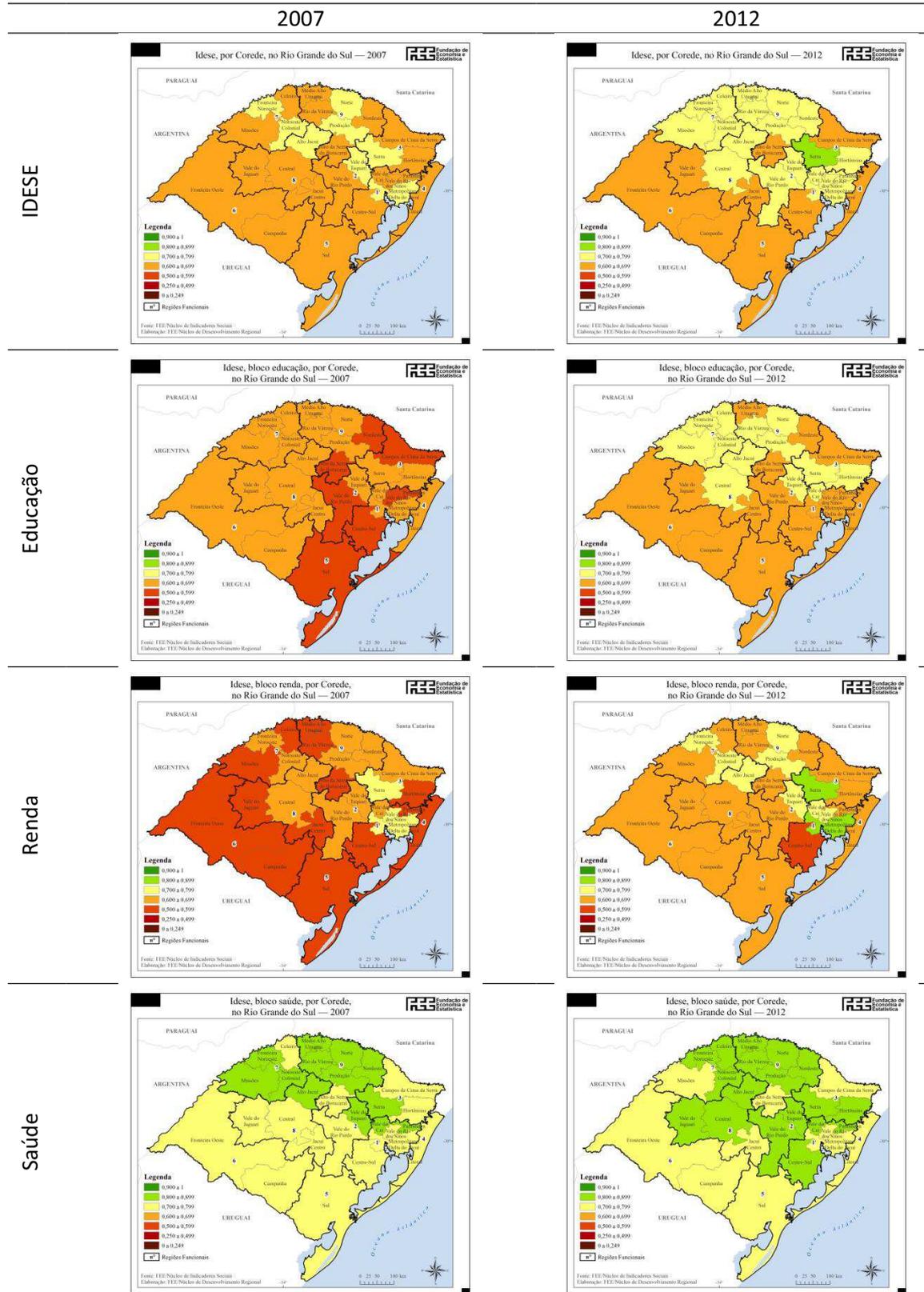
Tabela 11: IDESE e Ordem, Segundo COREDEs do Rio Grande do Sul —2012

Regiões Funcionais e COREDEs	Educação		Renda		Saúde		IDESE	
	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem
Serra	0,736	5	0,830	2	0,871	1	0,812	1
RF 3 Hortênsias	0,701	13	0,670	16	0,817	11	0,730	14
Campos de Cima da Serra	0,631	27	0,673	15	0,779	24	0,694	22
RF 2 Vale do Taquari	0,765	2	0,755	6	0,857	3	0,792	2
Vale do Rio Pardo	0,664	23	0,695	12	0,815	13	0,725	15
RF 9 Produção	0,728	8	0,791	3	0,819	10	0,779	4
Norte	0,750	3	0,738	8	0,830	8	0,772	5
Nordeste	0,690	14	0,695	11	0,858	2	0,748	10
Rio da Várzea	0,721	10	0,648	18	0,848	4	0,739	11
Médio Alto Uruguai	0,671	18	0,603	26	0,840	6	0,705	19
Alto da Serra do Botucaraí	0,648	25	0,619	24	0,799	19	0,689	26
RF 1 Metropolitano Delta do Jacuí	0,676	16	0,831	1	0,796	22	0,767	7
Vale do Caí	0,722	9	0,715	9	0,824	9	0,754	9
Vale do Rio dos Sinos	0,665	22	0,749	7	0,785	23	0,733	13
Paranhana Encosta da Serra	0,671	19	0,648	17	0,809	15	0,709	18
Centro Sul	0,622	28	0,595	28	0,808	16	0,675	28
RF 7 Noroeste Colonial	0,768	1	0,761	5	0,847	5	0,792	3
Fronteira Noroeste	0,748	4	0,715	10	0,838	7	0,767	8
Missões	0,729	7	0,637	19	0,796	21	0,721	16
Celeiro	0,733	6	0,615	25	0,810	14	0,719	17
RF 8 Alto Jacuí	0,716	11	0,770	4	0,817	12	0,768	6
Central	0,708	12	0,694	13	0,802	17	0,735	12
Jacuí Centro	0,667	21	0,630	22	0,776	25	0,691	24
Vale do Jaguarí	0,663	24	0,603	27	0,802	18	0,689	25
RF 4 Litoral	0,674	17	0,626	23	0,796	20	0,698	20
RF 5 Sul	0,633	26	0,682	14	0,759	27	0,691	23
RF 6 Campanha	0,685	15	0,636	20	0,763	26	0,695	21
Fronteira Oeste	0,667	20	0,636	21	0,756	28	0,686	27

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

A Figura 6 apresenta mapas que ajudam a visualizar a evolução do IDESE entre os anos 2007 e 2012, utilizando como recorte os COREDEs e não as RFs, como na Figura 2. Assim como nos mapas anteriores, a Figura 6 também revela uma redução das áreas de baixo desenvolvimento conforme o IDESE.

Figura 6: Mapas do IDESE e de Seus Blocos, Segundo COREDES do RS — 2007 e 2012



Fonte dos dados: Fundação de Economia e Estatística - Núcleo de Indicadores Sociais.

SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

O Quadro Geral das Finanças Públicas Estaduais

O quadro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é grave, com enorme fragilidade fiscal e com sérios problemas estruturais. As receitas arrecadadas são insuficientes para fazer frente às despesas consideradas fixas. Dessa forma, faltam recursos financeiros para honrar fornecedores e convênios, para pagar em dia os salários do funcionalismo, além de forte contingenciamento nas áreas sociais e nos investimentos em infraestrutura.

As contas estaduais apresentam déficits fiscais recorrentes há mais de quatro décadas. Nesse período, gastou-se mais do que se arrecadou. Em 2016, mesmo com o aumento de alíquotas tributárias haverá déficit orçamentário significativo. Pelo lado da despesa: há uma estrutura de gasto já instalada. Pelo lado da receita: a pior crise econômica dos últimos tempos, deprimindo vertiginosamente a arrecadação. O constante desequilíbrio mostra a dura realidade enfrentada pelo governante. A partir de 1971 até 2015 (45 anos), somente em 7 anos as receitas arrecadadas foram maiores que as despesas empenhadas.

Sem dúvida, o mais grave problema das finanças públicas é a questão previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os encargos de seus atuais inativos e pensionistas. Ao final de 2015, o Estado já possuía um quantitativo de mais de 200 mil matrículas, entre inativos e pensionistas, que consumiu 39,7% da Receita Corrente Líquida, gerando um déficit previdenciário de R\$ 7,7 bilhões, equivalente a 25,6% da Receita Corrente Líquida.

Outro fator determinante do engessamento fiscal do Estado é o elevado comprometimento com os pagamentos da dívida contratualizada junto à União, através da Lei Federal nº 9.496/97, que faz despender 13% da Receita Líquida Real com o Serviço da Dívida, em torno de R\$ 3,5 bilhões em 2016. Esse valor, que é transferido para o Governo Federal, onera demasiadamente o Caixa do Tesouro, em detrimento de maiores repasses de recursos para as áreas sociais e de infraestrutura. Por isso, torna-se necessário um novo dimensionamento da capacidade de pagamentos dos Estados, com a construção de um novo pacto federativo, de forma que Estados e Municípios tenham maior participação no bolo tributário, hoje concentrado nas mãos da União.

Quanto ao índice de atualização do estoque dessa dívida, como parte de uma solução de longo prazo, em novembro de 2014, a Presidenta da República sancionou o Projeto de Lei Complementar nº 238/2013, que alterou o indexador da dívida, a contar de 01/01/2013, pelo IPCA mais 4% ao ano ou pela Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IPG-DI mais 6% ao ano. Em tese, há uma melhor perspectiva de equacionar o problema do estoque da dívida (em 31/12/2015, de R\$ 50,7 bilhões), surtindo seus efeitos no término do contrato, em 2028, tanto melhor quanto menor for a inflação e a Taxa Selic verificadas no período.

As contas públicas estaduais começaram a causar séria preocupação aos governantes, já a partir do Plano Real (1994), com o término do "financiamento inflacionário". E ao final da

década de noventa, do século passado, o cenário se agravou por conta da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos Estados, bem como pelo processo de renegociação de suas dívidas.

Esse período marcou o término das estratégias de endividamento pela emissão de títulos públicos e pela venda de bens, e impôs um austero ajustamento fiscal. Assim, não apenas o equilíbrio fiscal passou a ser perseguido, mas a própria mudança do espectro das políticas públicas a cargo dos Estados.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde 2000, o Estado viu-se em situação antagônica: de um lado, obrigado a disciplinar fortemente os gastos; e por outro, incumbido de atender às crescentes necessidades sociais em Saúde, Educação, Segurança e Infraestrutura. Nesse período, começaram a pesar fortemente os custos da previdência e do serviço da dívida. Assim, foram frustradas as sucessivas tentativas de recolocar as necessidades de financiamento das políticas públicas nos patamares de arrecadação. Como primeira solução, foram utilizados mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que otimizaram a alocação de recursos e administraram, no tempo, o fluxo de caixa. Assim, o Estado elegeu o endividamento de curto prazo.

Da mesma forma como ocorreu em 2015, a execução orçamentária de 2016 apresentar-se-á deficitária, tendo em vista o patamar de gasto de pessoal já incorporado legalmente até 2018 e a grave crise econômica que atinge em cheio a arrecadação tributária. Mesmo com medidas drásticas de contingenciamento sobre as despesas discricionárias (despesas livres ou não vinculadas), a arrecadação será menor do que as despesas fixas dotadas no orçamento.

Portanto, o problema das contas estaduais é de difícil solução no curto e no médio prazo. Há falta de recursos para fazer frente às demandas mais prementes das áreas sociais e infraestrutura. Mesmo assim, cabe ao governo eleito a responsabilidade de ser o protagonista do desenvolvimento e do crescimento econômico do Estado, sem as quais não é possível imaginar a quantidade de receitas necessárias para fazer frente às melhorias nos instrumentos de políticas públicas.

O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo

Como já se mostrou, as contas públicas estaduais apresentaram déficits fiscais sucessivos e recorrentes há, pelo menos, quatro décadas e meia. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, aos atrasos nos pagamentos de fornecedores, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Através de Lei sancionada ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos e serviços seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, o parcelamento de vencimentos e a realização de empréstimo para o pagamento do 13º salário de parte dos servidores. A partir do Governo Olívio, foram utilizados os recursos disponíveis do Caixa Único. Já no Governo Rigotto, houve lei autorizando saques de depósitos judiciais.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos. Conforme a LRF, o Estado está impedido de contratar novas operações de crédito, tendo em vista que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) é maior do que 2,0 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL).

Assim, sem outros recursos para fazer frente ao aumento nas despesas, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de passivos judiciais trabalhistas de precatórios e Requisições de Pequeno Valor, bem como os saques efetuados do Caixa Único e dos depósitos judiciais.

A Tabela abaixo mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit financeiro pelos diversos governos. É importante ressaltar o fato de que, apesar do uso de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, não se conseguiu estancar o baixo volume de investimento dos últimos governos.

Tabela 12: Principais Formas de Enfrentamento do Déficit Público Pelos Diversos Governos

Período	Governo	Formas de Enfrentamento do Déficit
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de ativos
1999-2002	OLÍVIO	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos com fornecedores, não pagamento de precatórios e não pagamento das Leis Britto.
2003-2006	RIGOTTO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos com fornecedores, não pagamento de precatórios, não pagamento das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos.
2007-2010	YEDA	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL, parcelamento de salários mensais, redução do gasto em custeio e em investimento e utilização dos recursos com a venda de ações do BANRISUL.
2011-2014	TARSO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas.
2015	SARTORI	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atraso a fornecedores, antecipação de impostos, parcelamento de salários mensais, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL, redução de gastos em custeio e investimento.

Fonte de dados brutos: Balanço do Estado do RS (CAGE).

A Tabela 13 demonstra os valores sacados do Caixa Único e dos depósitos judiciais nos diversos governos. O Governo Olívio, apesar de ter recebido com uma situação líquida financeira de mais de R\$ 200 milhões (R\$ 830 milhões, atualizados até 31/12/2015 pelo IGP-DI) fez uso total dos recursos existentes do Caixa Único. Por sua vez, o Governo Tarso zerou a margem de retirada dos depósitos judiciais.

Tabela 13: Saques do Caixa Único e dos Depósitos Judiciais, Em Valores Nominiais, em Mil Reais

Especificação	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015	Total dos Saques
	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda	Tarso	Sartori	
Caixa Único	0	1.728.728	85.388	779.800	1.750.000	306.146	4.388.282
Depósitos Judiciais	0	0	1.428.000	615.000	5.403.220	1.956.812	9.664.812
Saques por Governo	0	1.728.728	1.513.388	1.394.800	7.153.220	2.262.958	14.053.094

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais aconteceu no Governo Rigotto, através da Lei 12.069/04.

Nota 2: O Estado remunera os depósitos judiciais pela taxa Selic, que ao final de 2015 estava em 14,25% ao ano.

A Evolução dos Resultados Orçamentário²³, Primário²⁴ e Financeiro

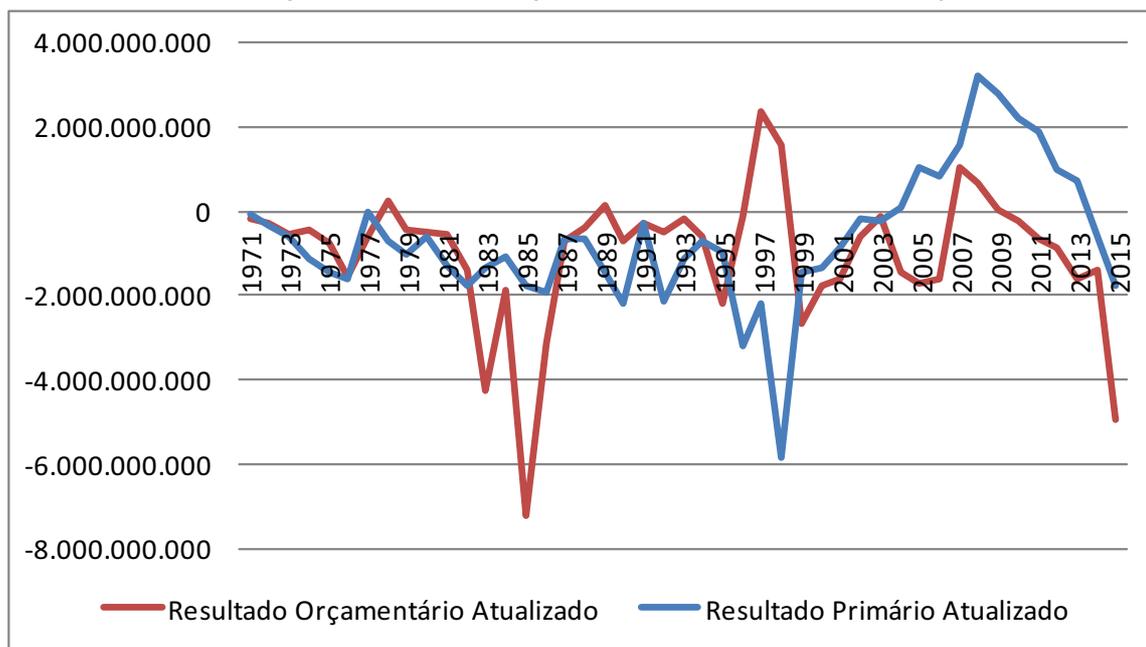
Observando o Gráfico 12, constata-se a frequência de resultados negativos. De 1971 até 2015 (45 anos), somente em sete anos a arrecadação foi maior do que as despesas empenhadas. Os dois pontos com maior resultado orçamentário negativo são dos anos de 1985 e 2015 - dois anos de crise econômica nacional e, conseqüentemente, estadual. Nos demais anos, o Estado se financiou com recursos extraordinários.

Ressalva-se que o resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); e ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida.

²³ O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário. O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

²⁴ As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzido dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Gráfico 12: Evolução dos Resultados Orçamentário e Primário²⁵ Atualizados pelo IGP-DI



Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do Estado RS.

Nota 1: Os resultados primário e orçamentário de 2015 estão dispostos em valores nominais.

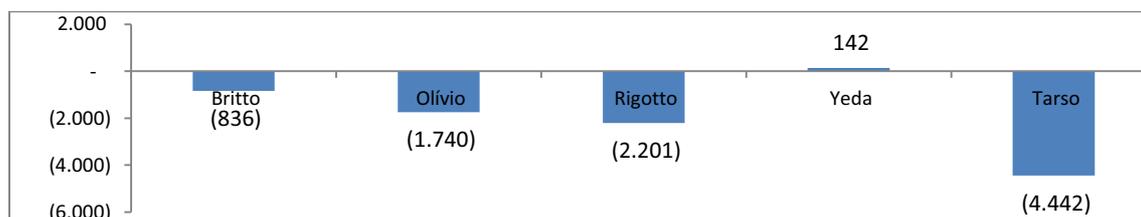
Nota 2: O PIB de 2014 é estimativa preliminar da FEE/RS. O PIB de 2014 não foi ainda divulgado.

Nota 3: As receitas e despesas estão pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias.

Nota 4: Os valores das séries foram atualizados com o IGP-DI até 31/12/2015.

O Gráfico 13 mostra a Situação Líquida Financeira Ajustada pelo Passivo Potencial, em valores nominais, entre 1998 e 2014. Nota-se que o Governo Britto deixou uma situação financeira de R\$ 836 milhões negativos; o Governo Olívio, de R\$ 1,740 bilhão negativo; o Governo Rigotto, de R\$ 2,201 bilhões negativos; o Governo Yeda, de R\$ 142 milhões positivos; e o Governo Tarso, de R\$ 4,442 bilhões negativos. No período, o resultado foi de R\$ 9,077 bilhões negativos.

Gráfico 13: Situação Líquida Financeira Ajustada por Governo, em Valores Nominais, em Milhões de Reais



Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado.

Nota: No cálculo estão computados os saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais.

²⁵ O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o mesmo critério da Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. Convém mencionar que, entre 1971 e 1983, tanto o resultado primário com o orçamentário refere-se à Administração Pública Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é referente à Administração Pública Consolidada. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço, publicado pela Contadoria-Geral do Estado.

Os Principais Agregados da Receita Pública

A Tabela 14 mostra a evolução da receita pública consolidada, de 2005 até 2015, atualizada pelo IGP-DI. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas da conta, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual.

Como se pode observar, as Receitas Tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro estadual, seguidas pelas Transferências advindas da União. Entre 2005 e 2015, em valores reais pelo IGP-DI, as receitas tributárias cresceram 45,2%, enquanto que as transferência correntes cresceram 36,5%. Comparando-se 2015 com 2014, as receitas correntes tiveram decréscimo de 2,2% e as transferências correntes tiveram decréscimo de 2,6%. As receitas totais de 2015, em relação a 2014, foram 7,7% menores, devido, principalmente, pela quantidade de operações de crédito contratadas em 2014.

Tabela 14: Receitas Orçamentárias Consolidadas, Atualizadas pelo IGP-DI, Em Milhões de Reais

Especificação das Receitas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	30.408	32.208	32.429	34.560	35.756	39.784	38.900	39.542	41.919	43.693	42.614
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.331	24.498	24.575	26.559	27.241	30.913	30.340	31.280	33.841	34.633	33.866
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.733	1.834	1.928	1.816	1.949	2.008	2.194	2.229	2.567	2.875	2.825
RECEITA PATRIMONIAL	475	707	538	826	1.024	857	821	768	569	662	619
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	1	2	1	5	1	2	3	1	3
RECEITA INDUSTRIAL	5	4	1	1	0	0	1	0	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	319	298	307	325	347	335	324	337	323	292	316
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.130	6.786	7.170	7.847	8.058	8.625	8.578	8.261	8.156	8.592	8.366
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.113	821	989	921	1.282	1.683	1.333	1.448	1.536	1.821	1.796
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	- 2.700	- 2.741	- 3.081	- 3.737	- 4.147	- 4.642	- 4.693	- 4.783	- 5.077	- 5.183	- 5.178
RECEITAS DE CAPITAL	344	607	2.363	1.975	365	1.502	496	1.351	1.059	2.967	450
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	234	54	-	1.795	- 0	1.134	327	1.156	635	2.456	205
ALIENAÇÃO DE BENS	54	412	2.249	7	46	6	7	52	116	108	145
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	23	94	59	38	26	50	51	21	78	185	59
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	33	46	55	135	293	313	112	122	230	218	41
TOTAL DAS RECEITAS	30.752	32.815	34.792	36.535	36.121	41.286	39.396	40.892	42.978	46.660	43.064

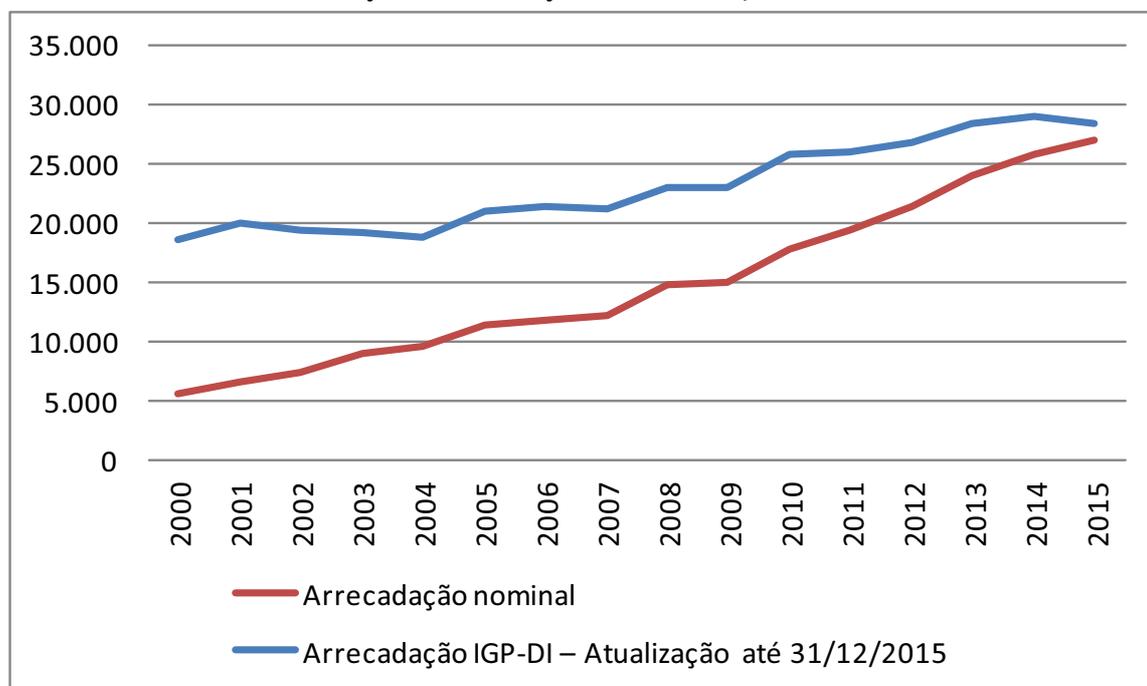
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

No que tange às operações de crédito, as mesmas obedecem às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os empréstimos realizados pelo Estado junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2008 e 2010, tiveram a finalidade específica de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite. Já entre 2011 e 2014, os empréstimos realizados foram avalizados pelo Governo Federal, totalizando R\$ 3,92 bilhões, direcionados para investimento e custeio.

O ICMS

O contexto econômico, em 2015, foi bastante adverso para a geração de tributos. Em 2015, a arrecadação do ICMS foi de R\$ 27,126 bilhões, significando uma variação sobre 2014, de 4,92% nominal e de -1,83% real pelo IGP-DI. O Gráfico 14 a seguir apresenta a evolução do imposto desde 2000, em termos nominais e reais pelo IGP-DI.

Gráfico 14: Evolução da Arrecadação do ICMS Total, Em Milhões de Reais



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.
Nota: O PIB de 2014 é estimativa preliminar, sujeito à alteração. O PIB de 2015 não foi divulgado.

A receita obtida, em 2015, foi a segunda maior da história do tributo desde sua criação 1989, substituindo o antigo ICM. Diversos foram os fatores que colaboraram para a realização da receita do ICMS.

A produção fiscal, em termos de lavratura de autos de lançamentos, atingiu o maior patamar dos últimos anos, com autuações de R\$ 1,973 bilhão, o melhor desempenho no combate à sonegação dos últimos quatro anos. Entre as ações que contribuíram para ampliar significativamente a constituição dos créditos tributários estão o uso em larga escala das novas tecnologias no cruzamento das informações fiscais e aperfeiçoamento de ferramentas utilizadas em auditorias e a realização de diversas operações especiais com enfoque em combate à sonegação, fraude estruturada e controle de devedores contumazes.

Também foram encaminhadas ao Ministério Público 361 representações fiscais para fins penais, que correspondem ao montante de R\$ 573 milhões em autuações lavradas contra contribuintes do ICMS que apresentaram indícios de cometimento de crimes contra a ordem tributária. A cobrança da dívida ativa de ICMS montou a R\$ 808 milhões, em 2015, representando um crescimento nominal da ordem de 52% em relação a 2014. Incluindo os valores pagos de autos de lançamento, o montante sobe para R\$ 1,497 bilhão, com crescimento

nominal de 30% em relação a 2014. Em termos reais, esse resultado foi o melhor da história do imposto.

Entre os fatores que contribuíram para esse bom desempenho estão: a) início das ações de cobrança mais próximas do inadimplemento; b) intensificação dos contatos com os devedores; c) criação de ferramenta de seleção de contribuintes devedores com maior potencial de pagamento; d) operações coordenadas realizadas pelas Delegacias da Fazenda Estadual para notificação de contribuintes devedores contumazes; e) incremento no número de empresas no REF (Regime Especial de Fiscalização); f) melhoria na troca de informações com a PGE (Procuradoria-Geral do Estado) g) programa especial de quitação e parcelamento de débitos fiscais de ICMS - "REFAZ 2015", que oportunizou aos contribuintes devedores de ICMS regularizem sua situação fiscal. Foram negociados valores brutos da ordem de R\$ 2,261 bilhões, ingressando nos cofres públicos, à vista, quase R\$ 600 milhões.

O ICMS por Setores de Atividade Econômica

A Tabela a seguir apresenta o desempenho setorial do ICMS, em 2015. O Comércio Atacadista, muito por conta do desempenho da energia elétrica, foi o segmento que apresentou o maior crescimento de ICMS sendo, também, o setor que mais contribuiu para a formação final da taxa de crescimento do imposto. A Indústria de Transformação, por sua vez, foi o setor que mais impactou negativamente a arrecadação, refletindo a queda da atividade industrial no país e no Estado.

Tabela 15: Desempenho Setorial do ICMS

Setores Econômicos	Valor Nominal	Varição Nominal 2015 / 2014	Varição Real pelo IGP-DI 31/12/2015	Varição Real 2015 / 2014	(%) Participação 2015	Contribuição (%)
PRODUÇÃO ANIMAL/VEGETAL	130.472.608	7,82	137.009.265	0,67	0,48	0,00
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	60.794.982	-24,11	64.136.609	-28,82	0,22	-0,09
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	11.966.886.888	-0,58	12.586.376.975	-6,94	44,12	-3,23
INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO	690.566.714	3,72	726.024.554	-2,98	2,55	-0,08
INDÚSTRIA DE MONTAGEM	72.853.437	-30,38	75.967.048	-35,49	0,27	-0,14
INDÚSTRIA DE ACOND.E RECOND.	11.726.329	6,47	12.291.514	-0,65	0,04	0,00
COMERCIO ATACADISTA	7.860.922.774	20,14	8.262.709.785	12,38	28,98	3,13
COMERCIO VAREJISTA	2.550.812.640	-2,56	2.684.095.253	-8,81	9,40	-0,89
SERVIÇOS (COMUNIC. E TRANSP.)	2.236.878.639	-1,53	2.356.754.334	-7,70	8,25	-0,68
OUTROS	1.543.977.785	10,08	1.615.273.775	2,53	5,69	0,14
Total do ICMS	27.125.892.798	4,92	28.520.639.112	-1,83	100,00	-1,83

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS - Receita Estadual.

A Arrecadação do ICMS nos Estados

No cenário nacional, o Estado do Rio Grande do Sul tem, desde a criação do ICMS, a quarta maior arrecadação do ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O ICMS dos sete maiores Estados, que representam em torno de 70% do "bolo" nacional do imposto, é apresentado na Tabela que segue.

Pode-se verificar na Tabela abaixo que, em 2015, o ICMS do RS apresentou crescimento nominal de 4,92%, superior ao conjunto dos sete maiores Estados, de 3,07%. Computando todos

os Estados, neste caso com dados disponíveis até novembro, a participação do RS no Brasil, no acumulado dos 11 meses, subiu de 6,64%, em 2014, para 6,77%, em 2015.

Tabela 16: Desempenho do ICMS dos Principais Estados, Em Valores Nominais, Em Bilhões de Reais

Principais Estados	2015	2014	Varição Nominal
São Paulo	125,929	122,836	2,52%
Minas Gerais	37,947	38,288	-0,89%
Rio de Janeiro	33,034	31,887	3,60%
Rio Grande do Sul	27,126	25,854	4,92%
Paraná	24,942	22,816	9,32%
Bahia	19,071	18,117	5,27%
Santa Catarina	15,968	15,769	1,26%
Total do ICMS	284,017	275,567	3,07%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS - Receita Estadual.

Nota: Os dados são preliminares.

As Transferências Federais ao Estado

As principais transferências da União para o Estado são o FPE, o FPEX (IPI-EXPORTAÇÃO), o ressarcimento da Lei Kandir, a partir de 1996, e o FEX, que é o auxílio às exportações, a partir de 2004 até 2015. A Tabela abaixo apresenta a evolução dessas quatro principais transferências federais, em comparação com a Receita Tributária própria do Estado. Verifica-se claramente uma dinâmica maior dos tributos próprios em relação aos de terceiros. Enquanto a Receita Tributária cresceu no período 57,0%, em termos reais, a expansão das transferências da União foi de apenas 12,1%. Com isso, a relação entre as transferências e a Receita tributária própria vem caindo drasticamente ao longo do tempo. Em 2004, a relação era de 12,3%, já em 2015, baixou para 8,8%, queda de 3,52 pontos percentuais ou 40,1%.

Tabela 17: Evolução das Principais Transferências Federais em Relação à Receita Tributária Própria do RS - em Valores Reais pelo IGP-DI de 31/12/2015

Ano	Transferências Federais	Varição anual	Receita Tributária	Varição Anual	% Transferência Federais / Receita Tributária
2004	2.508.641.593	-4,85%	20.415.295.668	-2,71%	12,29%
2005	2.782.428.919	10,91%	22.650.046.719	10,95%	12,28%
2006	2.819.167.144	1,32%	23.224.643.730	2,54%	12,14%
2007	2.855.366.216	1,28%	23.064.730.327	-0,69%	12,38%
2008	3.042.569.548	6,56%	25.023.204.528	8,49%	12,16%
2009	2.706.937.580	-11,03%	25.725.596.953	2,81%	10,52%
2010	2.794.449.079	3,23%	28.703.397.103	11,58%	9,74%
2011	2.983.573.550	6,77%	28.813.673.871	0,38%	10,35%
2012	2.691.630.610	-9,79%	29.806.373.189	3,45%	9,03%
2013	2.509.294.805	-6,77%	31.611.082.443	6,05%	7,94%
2014	2.837.491.946	13,08%	32.257.218.547	2,04%	8,80%
2015	2.811.164.627	-0,93%	32.046.768.252	-0,65%	8,77%
Varição % 2015 /	12,1%	-	57,0%		-40,14%

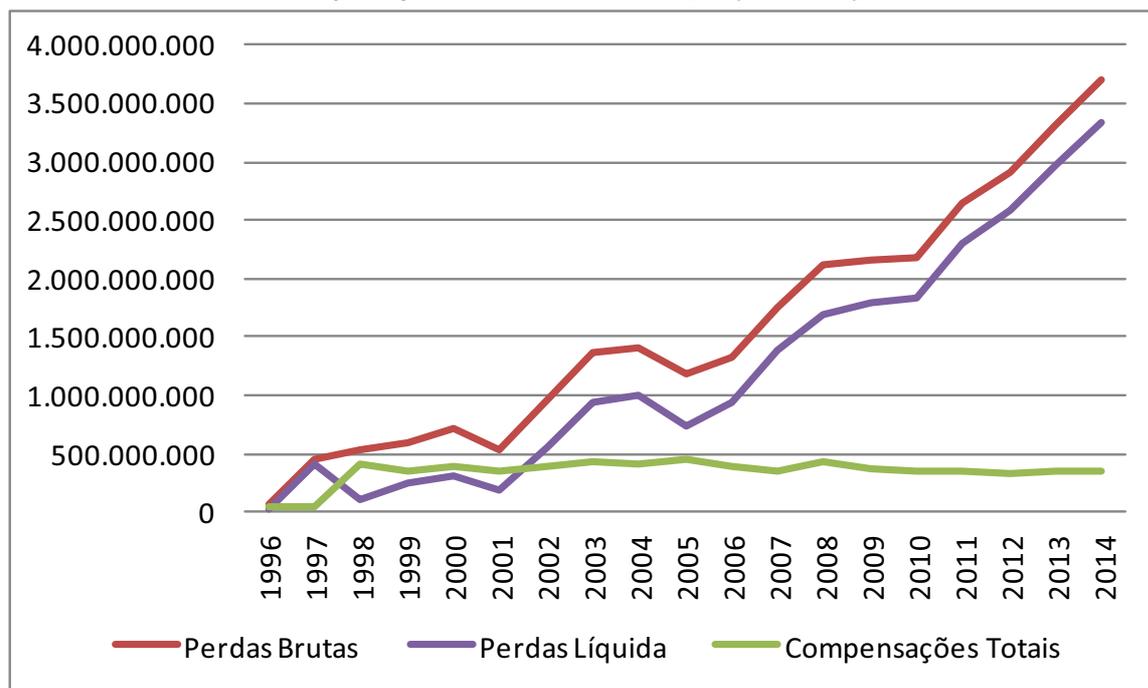
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS - Receita Estadual.

Nota: Os valores das transferências foram considerados pelo regime de caixa.

A Desoneração das Exportações e o Impacto da Lei Kandir

Neste item, é apresentada a avaliação da Receita Estadual sobre a estimativa das perdas financeiras do Estado do Rio Grande do Sul, referentes às desonerações de ICMS das exportações, bem como as promovidas especificamente pela Lei Kandir (LC 87/96). Cumpre salientar que tanto para as perdas com a imunidade aos produtos industrializados exportados, como para as desonerações promovidas pela Lei Kandir, há uma metodologia própria de apuração que foi definida em âmbito da COTEPE/CONFAZ e adotada pela Receita Estadual do RS.

Gráfico 15: Perdas e Compensações Decorrentes da LC 87/96 (Lei Kandir), Em Valores Nominais



Fonte dos dados brutos: Receita Estadual e COTEPE/CONFAZ.

Em valores nominais, no período entre 1996 e 2014, a perda líquida acumulada chega a R\$ 23,3 bilhões, resultante de uma perda bruta de R\$ 29,9 bilhões e de um ressarcimento de R\$ 6,6 bilhões. O percentual de compensação chegou a pouco mais de um quinto das perdas brutas. Em 2014, as perdas brutas foram de R\$ 3,7 bilhões, o valor compensado de R\$ 346 milhões e a perda líquida de R\$ 3,3 bilhões, ou seja, menos de um décimo das perdas foi ressarcido.

Tabela 18: Resumo das Estimativas de Perdas pelas Desonerações nas Exportações e Lei Kandir – 2014

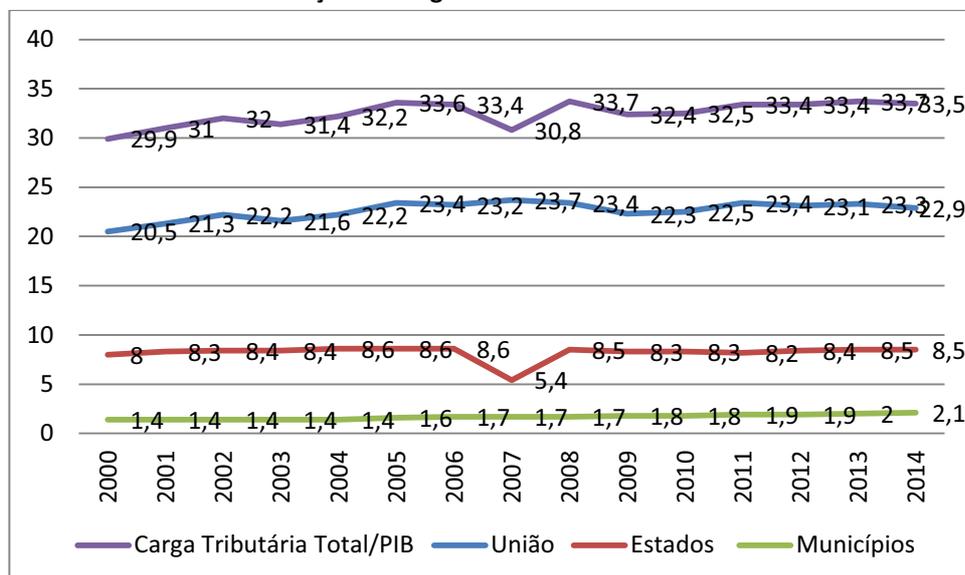
Especificação	Perdas Brutas	Compensações (FPEX)	Perdas Líquidas	% Compensado
Perdas com as exportações de industrializados x Compensação do FPEX	3.949.640.603	466.159.106	3.483.481.497	11,8%
Perdas com a Lei Kandir X Compensações totais (LK+FPEX)	3.692.401.753	346.447.169	3.345.954.584	9,4%
Perdas totais X Compensações totais	7.642.042.356	812.606.275	6.829.436.081	10,6%

Fonte dos dados brutos: Receita Estadual e COTEPE/CONFAZ.

Observando a carga tributária bruta total em relação ao PIB, por esfera de Governo, entre 2000 e 2014, denota-se que, em 2000, a União detinha uma carga tributária de 20,5% do

PIB, a qual saltou para 22,9% do PIB, em 2014. Os Estados passaram de 8,0% para 8,5% do PIB. Os Municípios detinham uma participação da carga tributária de 1,4% do PIB, passando para 2,1%. Assim, no período entre 2000 e 2014, a União cresceu 2,4 pontos percentuais sobre o PIB; os Estados, 0,5; e os Municípios.

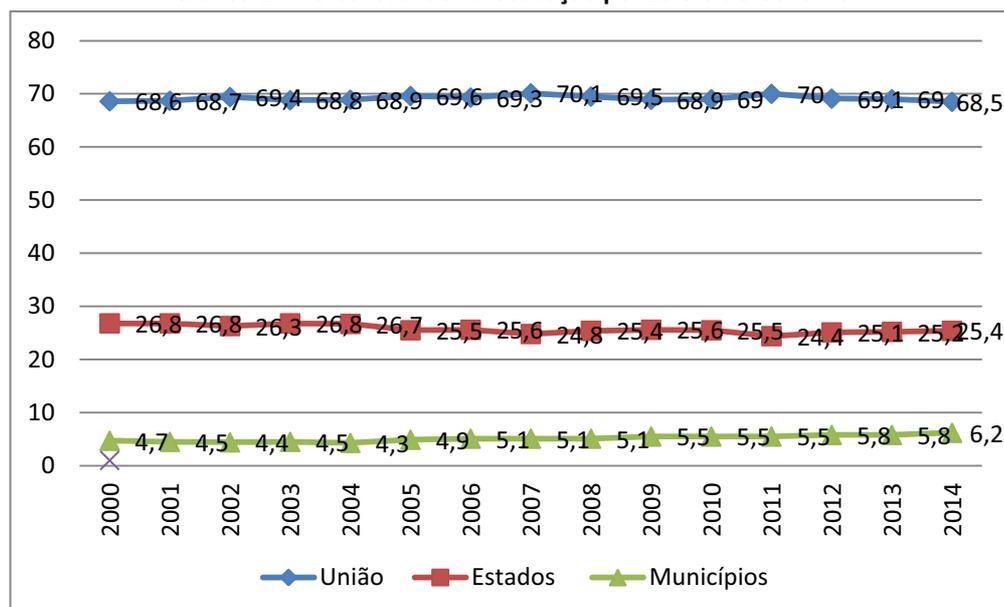
Gráfico 16: Evolução da Carga Tributária Total Sobre o PIB – em %



Fonte: Receita Federal do Brasil.

O Gráfico seguinte traz os percentuais de arrecadação de tributos em cada esfera de Governo. Em 2000, a União arrecadou 68,6% da totalidade dos tributos e, em 2014, esse percentual foi de 68,5%. Os Estados, que em 2000 detinham 26,8%, tiveram sua arrecadação diminuída para 25,4%, em 2014. No mesmo período, os Municípios passaram de 4,7% para 6,2% do total dos tributos.

Gráfico 17: Percentual de Arrecadação por Esfera de Governo



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para uma explanação mais aprofundada sobre a situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

O Gasto Total por Poderes e Órgãos do Estado

A Tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2005, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. Em 2015, os valores executados (empenhados) ultrapassaram em 24,2% a variação da Receita Corrente Líquida.

Tabela 19: Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado do RS, em Milhões de Reais

Grupo da Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal e Encargos Sociais	8.542	9.557	10.157	11.001	6.726	7.617	8.426	16.616	18.920	21.611	23.985
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	8.542	9.557	10.157	11.001	12.049	13.583	15.133	16.616	18.920	21.611	23.985
Outras Despesas Correntes	6.704	7.004	7.136	8.328	14.174	16.272	18.069	12.708	14.501	16.076	17.025
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	3.387	3.530	3.497	3.967	4.221	4.946	5.495	6.304	7.376	8.407	8.889
Serviço da Dívida	1.714	1.775	1.830	3.183	2.112	2.956	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	1.192	0	787	0	0	0	0	0
Serviço da Dívida Ajustado	1.714	1.775	1.830	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740
Investimentos Amplos	615	664	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809
Total do Grupo da Despesa	14.258	15.526	15.885	17.620	19.044	22.635	24.237	26.829	30.620	35.062	37.424
Receita Corrente Líquida - RCL	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139
% do Total do Grupo da Despesa / RCL	115,5	116,6	113,5	105,8	109,5	111,5	110,5	113,2	116,0	122,5	124,2

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 20: Grupo de Despesas em Relação à Variação da RCL – Ano 2005 como base 100

Grupo da Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7	109,1	115,0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	96,7	91,1	86,8	88,5	88,8	91,4	96,9	101,9	107,1	107,5
Serviço da Dívida Ajustado	100,0	96,1	94,2	86,1	87,5	77,0	82,3	81,6	79,0	82,3	89,4
Investimentos Amplos	100,0	100,2	57,6	79,7	76,5	191,6	101,2	103,6	108,7	124,5	53,9
Total da Despesa sobre a RCL	100,0	101,0	98,3	91,6	94,9	96,6	95,7	98,0	100,5	106,1	107,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 20 mostra a evolução dos grupos de despesas, entre 2005 e 2015, em relação à variação da Receita Corrente Líquida, tomando o ano de 2005 como base 100. No período,

verifica-se uma elevação de 7,5% em relação à variação da RCL. No período, comparando-se com a variação da RCL, constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais cresceu 15,0%; o de Outras Despesas Correntes cresceu 7,5%. Já o grupo do Serviço da Dívida decresceu 10,6% e o de Investimentos Amplos decresceu 46,1%.

A Tabela 21 traz o gasto consolidado do Estado, por Poderes e Órgãos. Entre 2005 e 2015, em valores nominais, tomando-se as transferências de recursos aos municípios, o gasto total passou de R\$ 17,6 bilhões para R\$ 45,6 bilhões, aumento de R\$ 28,0 bilhões. Importante destacar que, no mesmo período, a Receita Corrente Líquida passou de R\$ 12,3 bilhões para R\$ 30,1 bilhões, crescimento de R\$ 17,8 bilhões. Denota-se que, entre 2005 e 2015, gastou-se R\$ 10,2 bilhões a mais do que a variação da Receita Corrente Líquida (RCL).

Tabela 21: Gasto Total Empenhado por Poderes e Órgãos, Em Valores Nominiais, Milhões de Reais

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
APOSENTADORIAS	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.524
PENSÕES	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430
DISTRIBUIÇÃO REC. MUNICÍPIOS	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135
OPERAÇÃO BIRD - TROCA PERFIL DÍVIDA				1.192		787				0	0
AUTARQUIAS	1.501	1.686	1.536	1.652	1.907	2.890	2.648	2.892	3.260	3.365	3.329
FUNDAÇÕES	411	424	413	458	446	575	591	697	772	896	904
PODER EXECUTIVO	6.737	7.159	7.242	8.224	8.745	10.264	11.177	12.323	14.346	16.851	17.959
PODER JUDICIÁRIO	913	1.054	1.083	1.272	1.324	1.511	1.603	1.679	1.794	2.087	1.890
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	206	217	203	214	218	236	264	281	310	359	354
TRIBUNAL DE CONTAS	116	133	132	145	154	168	184	214	245	282	265
MINISTÉRIO PÚBLICO	361	401	410	424	456	498	533	602	647	723	768
Total	17.574	19.001	19.524	23.172	23.674	28.781	30.104	33.232	37.746	42.731	45.559

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: No demonstrativo não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

A Tabela 22 mostra a despesa empenhada em relação à RCL, entre 2005 e 2015, por Poderes e Órgãos, tendo como base 100 o ano de 2005. No período, as Aposentadorias, as Pensões e o Poder Executivo tiveram seus gastos acima da variação da Receita Corrente Líquida, devido, principalmente, aos aumentos das rubricas salariais do pessoal ativo e inativos e, ainda, aos maiores repasses de recursos para a área da Saúde.

Tabela 22: Gasto Total em Relação à RCL, por Poderes e Órgãos, Ano 2005 como Base 100

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
APOSENTADORIAS	100,0	102,4	107,2	97,6	103,6	98,4	102,0	106,8	110,0	116,0	31,6
PENSÕES	100,0	104,0	106,7	93,3	100,0	98,7	100,0	101,3	100,0	102,7	8,1
AUTARQUIAS	100,0	104,1	90,2	81,1	90,2	116,4	99,2	100,0	101,6	96,7	11,0
FUNDAÇÕES	100,0	97,0	90,9	84,8	78,8	84,8	81,8	87,9	87,9	93,9	3,0
PODER EXECUTIVO	100,0	98,7	94,8	90,5	91,9	92,8	93,5	95,4	99,6	107,7	59,6
PODER JUDICIÁRIO	100,0	106,8	104,1	102,7	102,7	100,0	98,6	95,9	91,9	98,6	6,3
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	100,0	94,1	88,2	76,5	76,5	70,6	70,6	70,6	70,6	76,5	1,2
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	111,1	100,0	100,0	100,0	88,9	88,9	100,0	100,0	111,1	0,9
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	103,4	100,0	86,2	89,7	86,2	82,8	86,2	86,2	86,2	2,5
Total	100,0	101,0	98,3	91,6	94,9	96,6	95,7	98,0	100,5	106,1	124,2

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O Grupo Pessoal e Encargos Sociais

Entre 2000 e 2014, sob o ponto de vista quantitativo, a Tabela abaixo mostra que, após 15 anos, as matrículas totais do Estado (ativos, inativos e pensionistas) cresceram 7,8%. Em 2000, os ativos representavam 52,3% do total das matrículas; em 2014, 49,6% do total das matrículas. Note-se, ainda, que o quadro de inativos teve acréscimo de 33.610 matrículas (média de 2.241 matrículas líquidas por ano), um aumento de 28,0%. Ressalva-se que, a partir de 2009, em média, foram para a inatividade 3.500 matrículas líquidas ao ano. Em 2013, pela primeira vez, os vínculos dos inativos e de pensionistas ultrapassaram os do pessoal ativo.

Tabela 23: Matrículas dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2014	2014 - 2000	% 2014 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	163.751	-1.429	-0,9
	Inativos	108.417	146.661	38.244	35,3
	Pensionistas	1.927	961	-966	-50,1
	Total	275.524	311.373	35.849	13,0
Fundações	Ativos	4.943	6.105	1.162	23,5
	Inativos	0	7	7	-
	Total	4.943	6.112	1.169	23,6
Autarquias	Ativos	4.305	3.717	-588	-13,7
	Inativos	6.277	4.888	-1.389	-22,1
	Pensionistas	53.992	45.921	-8.071	-14,9
	Total	64.574	54.526	-10.048	-15,6
Sociedades de Economia Mista	Ativos	18.636	23.646	5.010	26,9
	Inativos	5.200	1.948	-3.252	-62,5
	Pensionistas	157	178	21	13,4
	Total	23.993	25.772	1.779	7,4
Total Geral de Matrículas	Ativos	193.064	197.219	4.155	2,2
	Inativos	119.894	153.504	33.610	28,0
	Pensionistas	56.076	47.060	-9.016	-16,1
	Total	369.034	397.783	28.749	7,8

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Em agosto de 2015, a Secretaria da Educação possuía 95.002 matrículas ativas e a Secretaria da Segurança Pública 33.958 matrículas ativas. Juntas aglutinam 128.960 matrículas, 91,0% das matrículas ativas do Poder Executivo, sendo que as duas secretarias detêm 130.011 inativas, 88,8% das matrículas do Poder Executivo. Ainda, totalizam 258.971 matrículas ativas e inativas, 89,8% do total. Em termos de valores, os dois órgãos consomem, em média, 80% do gasto com a remuneração do Poder executivo.

A Tabela 24 mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 2005 e 2015. Tomando-se por base a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, em 2005, os gastos com a remuneração dos aposentados e pensionistas já estavam maiores.

Em 2015, do gasto total com remuneração, 44,9% foi para pagar a folha do pessoal ativo e 55,1% para os proventos de aposentados e pensionistas. O gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada. Entre os estados brasileiros, o RS é

o que mais gasta com o grupo de pessoal em relação à RCL e com aposentados e pensionistas em relação à RCL.

Tabela 25: Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
% gasto com a remuneração do pessoal ativo (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9	45,7	45,6	45,8	44,9
% gasto com a remuneração de Aposentados e Pensionistas - Elementos 01 e 03	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1	54,3	54,4	54,2	55,1

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela transcrita a seguir mostra os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, efetuados por Poderes e Órgãos do Estado, entre os anos de 2005 e 2015, em valores nominais. No período, a despesa total passou de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 24,0 bilhões. Enquanto que, no período de 11 anos, a Receita Corrente Líquida cresceu 144,1%, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais cresceu 180,8%. É importante salientar o fato de que somente o grupo Pessoal e Encargos Sociais consome 4/5 (quatro quintos) de toda a Receita Corrente Líquida.

Tabela 26: Demonstrativo de Gastos com o Grupo Pessoal e Encargos Sociais, Milhões de Reais

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
APOSENTADORIAS	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.521
PENSÕES	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430
AUTARQUIAS	306	384	248	281	342	387	501	595	637	633	490
FUNDAÇÕES	244	275	271	295	297	352	376	449	480	588	606
PODER EXECUTIVO	2.717	3.001	3.283	3.540	3.904	4.511	4.995	5.260	6.182	7.277	8.436
PODER JUDICIÁRIO	724	840	879	990	1.008	1.075	1.181	1.259	1.367	1.466	1.362
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	149	162	154	172	174	190	217	234	250	300	300
TRIBUNAL DE CONTAS	102	119	120	134	143	150	169	194	223	252	243
MINISTÉRIO PÚBLICO	288	322	337	359	389	425	457	483	536	594	597
Total Pessoal e Encargos Sociais	8.542	9.557	10.157	11.001	12.049	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985
Receita Corrente Líquida	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139
% Total da Despesa / RCL	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1	71,7	75,5	79,6

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O crescimento do grupo de Pessoal em relação à RCL, ocorrido em 2015, acima da variação de 2014, é causado pela atual estrutura de gastos inerciais e pelo forte contingenciamento no custeio e nos investimentos, aliado a uma base menor (arrecadação deprimida).

A próxima Tabela mostra a evolução do gasto com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, entre 2005 e 2015, em relação à variação da RCL, tomando-se o ano de 2005 como base 100.

Tabela 27: Gasto com Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL, Ano de 2005 Base 100

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
APOSENTADORIAS	100,0	102,4	107,1	97,6	103,3	98,3	102,0	106,7	110,0	115,8	126,2
PENSÕES	100,0	104,8	106,8	93,5	100,0	98,8	100,4	102,1	100,6	103,1	108,1
AUTARQUIAS	100,0	116,5	71,6	68,2	79,4	77,1	92,3	101,4	97,6	89,3	65,6
FUNDAÇÕES	100,0	104,8	98,0	89,8	86,5	87,8	86,8	96,1	92,2	104,1	101,8
PODER EXECUTIVO	100,0	102,5	106,6	96,6	102,0	101,0	103,5	100,8	106,5	115,5	127,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	107,6	107,1	101,4	98,8	90,3	91,8	90,6	88,3	87,3	77,1
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	100,0	101,0	91,3	86,0	83,0	77,8	82,3	82,1	78,6	87,0	82,5
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	108,0	103,7	97,6	99,6	89,6	93,4	99,4	102,6	106,8	97,4
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,0	103,5	92,6	96,1	89,9	89,4	87,5	87,2	89,1	84,9
Total	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7	109,1	115,0

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

No período os gastos cresceram 15,0 pontos percentuais em relação à variação da RCL. Os gastos de aposentadorias e pensões, do Poder Executivo e das Fundações tiveram crescimento acima da variação da Receita Corrente Líquida.

Para fins de transparência, é importante mostrar os salários médios dos Poderes e Órgãos da Administração Direta. Tomando-se a folha de pagamento do mês de outubro de 2015, a média salarial dos servidores ativos foi de R\$ 4.773, a dos inativos e pensionistas, de R\$ 4.901. Verifica-se que a média salarial da totalidade dos vínculos dos outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública é 3,5 vezes maior do que a do Poder Executivo (R\$ 14.246 contra R\$ 4.121).

Tabela 28: Média Salarial dos Poderes e Órgãos da Administração Direta do Estado do RS

Média Salarial - Outubro de 2015	Ativos	Inativos / Pensionistas	Geral
Assembleia Legislativa	10.169	21.354	13.381
Tribunal de Contas	18.754	27.735	22.345
Poder Judiciário	11.648	14.248	12.469
Ministério Público	16.238	18.367	16.586
Defensoria Pública	16.999	25.573	18.847
Poder Executivo	3.856	4.376	4.121
Secretaria da Educação	2.532	3.022	2.784
Secretaria da Segurança Pública	5.802	7.353	6.525
Secretaria da Saúde	6.207	4.368	5.211
Secretaria da Fazenda	21.054	23.468	22.465
Secretaria da Agricultura	5.661	4.510	4.977
Procuradoria Geral do Estado	13.930	24.005	15.768
Secretaria MA e dos Recursos Humanos	7.049	4.873	5.597
Demais Secretarias	6.216	4.425	5.062
Média Salarial da Administração Direta	4.773	4.901	4.836

Fonte de dados brutos: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela seguinte mostra uma correlação entre a arrecadação de ICMS líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2005, o ICMS líquido pagava a totalidade dos gastos com pessoal; já em 2015, foi necessário o aporte extra de R\$ 5,0 bilhões. Entre 2005 e 2015 (11 anos), a arrecadação do ICMS líquido cresceu 122,5%; já a despesa com o grupo de Pessoal cresceu 180,8%.

Tabela 29: Correlação Entre o ICMS Líquido e o Grupo de Pessoal e Encargos Sociais, Milhões de Reais

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gasto Pessoal e Encargos Sociais	8.542	9.557	10.157	11.001	12.049	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985
Total arrecadado de ICMS	11.383	11.813	12.258	14.825	15.087	17.893	19.503	21.378	24.061	25.854	27.126
(-) Transferências aos Municípios	2.846	2.953	3.065	3.706	3.772	4.473	4.876	5.345	6.015	6.464	8.135
(=) ICMS líquido	8.537	8.860	9.194	11.119	11.315	13.420	14.627	16.034	18.046	19.391	18.991
ICMS Líquido - Gasto Pessoal (R\$)	-5	-697	-963	118	-734	-163	-507	-582	-874	-2.220	-4.994
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	99,9	92,7	90,5	101,1	93,9	98,8	96,6	96,5	95,4	89,7	79,2

Fonte de dados brutos: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

O Grupo das Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. A Tabela seguinte traz os valores empenhados a título de Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos, entre 2005 e 2015. Em 2015, excluindo-se da conta as transferências aos municípios, os gastos com manutenção e custeio representaram 29,5% da

RCL. No período, em valores nominais, as despesas passaram de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 17,0 bilhões, crescimento de 154,0%. No mesmo interstício, a RCL cresceu 144,1%.

Tabela 30: Demonstrativo do Gasto com Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos, Milhões de Reais

Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135
AUTARQUIAS	932	962	1.113	1.185	1.324	1.470	1.760	1.903	2.235	2.415	2.548
FUNDAÇÕES	142	128	119	123	128	176	183	210	230	267	273
PODER EXECUTIVO	2.091	2.196	2.019	2.401	2.469	2.973	3.192	3.781	4.455	5.205	5.366
PODER JUDICIÁRIO	120	143	138	162	191	216	238	252	295	351	472
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	55	52	47	41	43	42	44	45	56	55	52
TRIBUNAL DE CONTAS	12	12	11	10	11	12	13	15	18	22	21
MINISTÉRIO PÚBLICO	35	38	49	45	55	56	64	98	86	93	157
Total	6.703	7.004	7.136	8.328	8.851	10.306	11.362	12.708	14.501	16.076	17.025
Receita Corrente Líquida - RCL	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139
Outras Despesas Correntes / RCL	27,4	26,5	25,0	23,8	24,3	24,4	25,1	26,6	28,0	29,4	29,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Para o cálculo das Outras Despesas Correntes foram excluídos os repasses para os municípios.

Nota 2: O crescimento do grupo "Outras Despesas Correntes", verificado nos últimos anos, é em função do maior volume de recursos direcionados para a área da Saúde, com o fim de cumprir o constitucional de 12,0% da RLIT.

A próxima Tabela mostra os gastos com Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos, entre 2005 e 2015, em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se o ano de 2005 como base 100, já excluídas da conta as transferências constitucionais e legais aos municípios. Consta-se que, no período, os gastos com manutenção e custeio foram 7,5 pontos percentuais acima da variação da RCL. As Autarquias, os Poderes Executivo e Judiciário e o Ministério público tiveram aumento superior à variação da RCL. A Assembleia Legislativa foi o Órgão que mais contingenciou recursos com o custeio, da mesma forma em pessoal e em investimentos.

Tabela 31: Gasto com Outras Despesas Correntes em Relação à RCL - Ano de 2005 Base 100

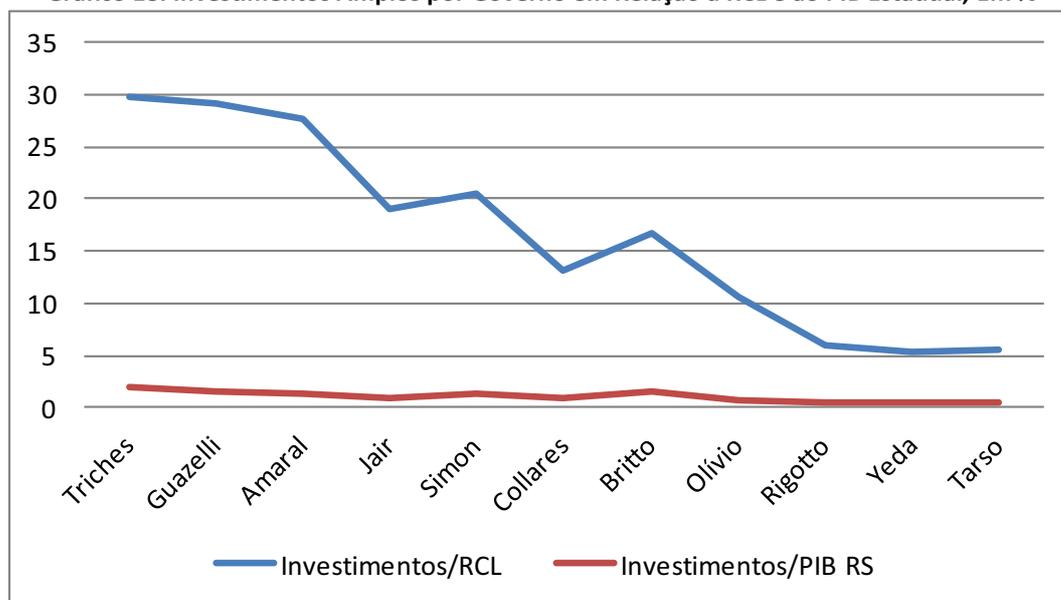
Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTARQUIAS	100,0	95,8	105,4	94,3	100,9	96,0	106,3	106,3	112,2	111,8	112,0
FUNDAÇÕES	100,0	83,6	74,0	64,2	64,0	75,4	72,6	77,0	75,8	81,1	78,8
PODER EXECUTIVO	100,0	97,4	85,2	85,1	83,9	86,5	86,0	94,2	99,7	107,4	105,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	110,5	101,5	100,1	113,0	109,5	111,7	109,4	115,0	126,2	161,1
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	100,0	87,7	75,4	55,3	55,5	46,5	45,1	42,6	47,6	43,1	38,8
TRIBUNAL DE CONTAS	100,0	92,8	80,9	61,8	65,1	60,8	61,0	65,1	70,2	79,1	71,3
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	100,7	123,6	95,3	111,6	97,3	103,0	145,8	115,0	114,6	183,9
Total	100,0	96,7	91,1	86,8	88,5	88,8	91,3	96,9	101,9	107,1	107,5

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Os grupos dos Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)

A Tabela seguinte mostra os investimentos dos vários governos desde o de Triches até Tarso. O Governo Triches investiu 29,7% da RCL. Já os governos mais recentes de Rigotto, Yeda e Tarso investiram, em média, respectivamente, 6,0%, 5,4% e 5,5% da Receita Corrente Líquida e 0,5%, 0,4% e 0,5% do PIB gaúcho. Consta-se que a crise estrutural das finanças públicas teve reflexo direto e implacável sobre a capacidade de investimento do Estado.

Gráfico 18: Investimentos Amplos por Governo em Relação à RCL e ao PIB Estadual, Em %



Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A Tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2005 e 2015. A média do período é de 5,0% da RCL.

Tabela 32: Investimentos Amplos Empenhados em Relação à RCL, Em Valores Nominais, Milhões de Reais

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
INVESTIMENTOS AMPLOS	615	664	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139
% Investimentos / RCL	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5	5,0	5,2	5,4	6,2	2,7

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: O percentual de investimento realizado em 2010, de 9,5% da RCL, muito acima da média anual dos anos anteriores e posteriores, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV - Lei nº 13.328/09), originados da venda de parte das ações do BANRISUL.

A Tabela 33 traz a evolução dos Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos, entre 2005 e 2015.

Tabela 33: Valores Alocados em Investimentos Amplos, por Poderes e Órgãos, Milhões de Reais

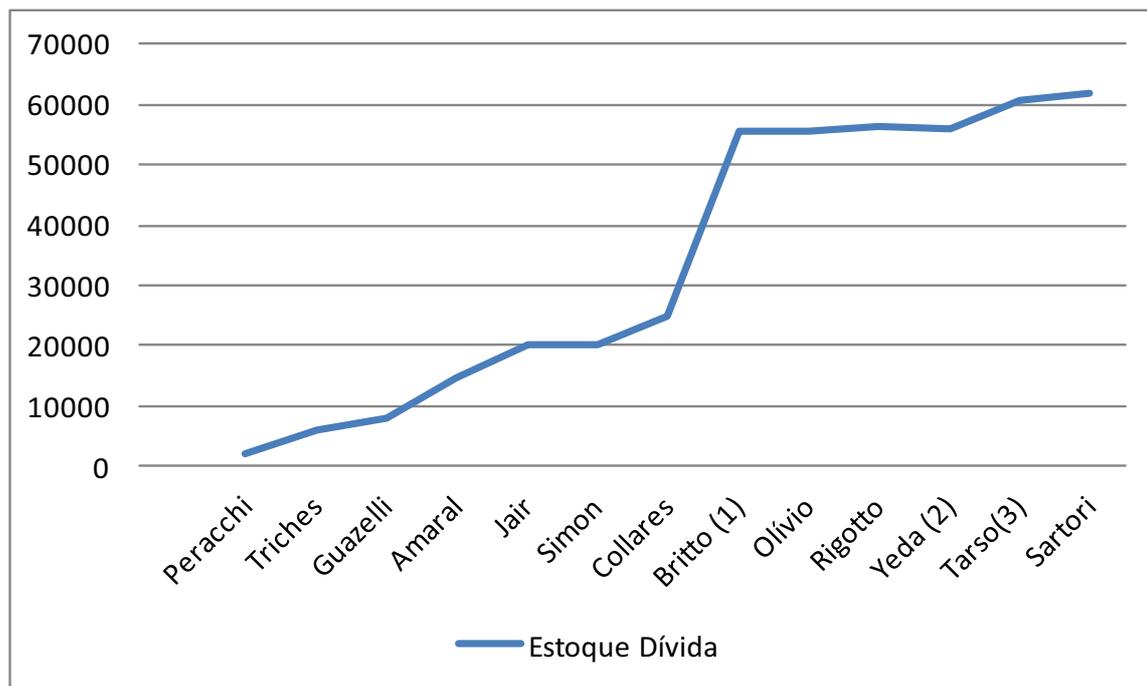
Poderes e Órgãos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
AUTARQUIAS	261	339	174	184	238	1.012	346	348	345	282	260
FUNDAÇÕES	24	20	22	39	21	46	31	37	62	41	25
PODER EXECUTIVO	217	188	112	296	263	632	528	644	858	1.135	451
PODER JUDICIÁRIO	68	71	65	120	125	221	183	168	132	270	57
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	3	4	2	1	2	4	3	2	4	4	1
TRIBUNAL DE CONTAS	2	2	1	1	1	7	1	4	3	7	1
MINISTÉRIO PÚBLICO	39	41	24	20	12	16	12	21	25	36	14
Total	615	664	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida Pública)

A Tabela seguinte mostra a evolução da dívida contratual interna e externa da Administração Direta, a partir do final do Governo Peracchi (1971) até o final do primeiro ano Governo Sartori (2015). Entre 1971 e 2015, a dívida cresceu 29,4 vezes, em valores reais pelo IGP-DI. Constatase que, a partir do Governo Britto até o Governo Yeda, a dívida manteve-se praticamente estável. Já no Governo Tarso, a dívida voltou a subir, em função de novas contratações de operações de crédito, no montante de R\$ 3,9 bilhões.

Gráfico 19: Estoque da Dívida Pública Consolidada Interna e Externa (Fundada e Flutuante), em Milhões de Reais



Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

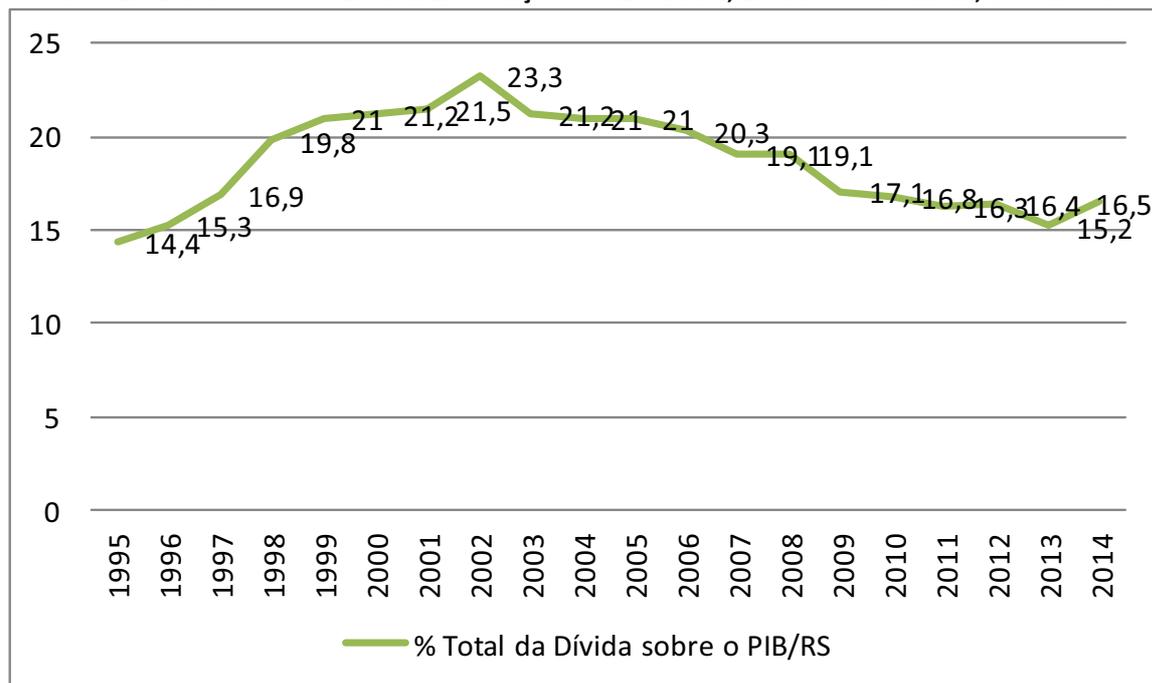
Nota 1: Incluiu-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998. Fonte: Balanço Geral de 1998, Pg. 115. Esses valores atualizados pelo IGP-DI até 31/dez/15 atingem R\$ 10,668 bilhões.

Nota 2: A partir de 01/01/2013, a dívida contratual do Estado com a União será atualizada, conforme nova Lei que alterou os indexadores de correção para o IPCA mais 4% ou a Taxa Selic, o que for menor, cuja regulamentação ocorreu no final de 2015 (Decreto nº 8.616, de 29/12/2015).

O aumento do estoque da dívida interna e externa no Governo Sartori deu-se por três motivos principais: (i) o alto índice de inflação pelo IGP-DI (10,7%), combinado com juros de 6% ao ano; (ii) a alta generalizada do dólar, que corrigiu os empréstimos externos; e (iii) a baixa arrecadação tributária, que fez com que 13% da Receita Líquida Real amortizasse pequena parte da dívida.

O Gráfico 20 analisa a evolução da dívida contratual interna e externa, em relação ao PIB gaúcho. Constatase que, em 1995, o estoque total, que era de R\$7,2 bilhões, representava 14,4% do PIB; em 2002, chegou a 23,3%, aproximadamente R\$55 bilhões. Em 2014, a dívida de quase R\$62 bilhões representou 16,5% do PIB do RS.

Gráfico 20: Dívida Interna e Externa Em Relação ao PIB Gaúcho, Em Valores Nominais, em Mil Reais



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: O PIB de 2014 é estimativa preliminar da FEE/RS, sujeito à alteração. O PIB de 2015 não foi divulgado.

Nota 2: Em 2013, 2014 e 2015, o estoque da dívida contratualizada com a União sofrerá modificação, em função de Lei que alterou os indexadores de atualização, cuja regulamentação ocorreu no final de 2015 (Decreto nº 8.616, de 29/12/2015).

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida), entre 2005 e 2015. Em 2005, foram comprometidos 13,9% da RCL. Já em 2015, a participação diminuiu para 12,4% da RCL. No período, despendeu-se com o serviço da dívida, em média, 12,0% da RCL.

Tabela 32: Valores Empenhados com o Serviço da Dívida em Relação à RCL, em Milhões de Reais

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	1.714	1.775	1.830	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139
% Serviço da Dívida / RCL	13,9	13,3	13,1	11,9	12,1	10,7	11,4	11,3	11,0	11,4	12,4

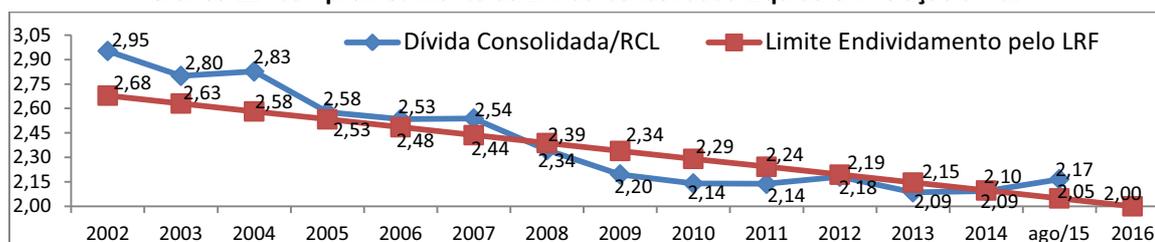
Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Não constam os valores pagos em contrapartida às contratações das operações de crédito com o Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), visto que os mesmos objetivaram mudar o perfil de parte da dívida extralimite.

Se o estoque da dívida interna e externa, ao final de 2015, de R\$ 61,8 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é a quantidade significativa de desembolso despendido para o pagamento de amortização, juros e encargos. Entre 2005 e 2015, foram empenhados R\$ 26,7 bilhões, em valores nominais. Nesse mesmo período, foram investidos somente R\$ 11,3 bilhões, ou seja, a cada R\$ 1,00 de investimento, R\$ 2,36 são apropriados para o pagamento do serviço da dívida.

O Gráfico a seguir faz menção à Dívida Consolidada Líquida, entre 2002 e agosto de 2015, em relação à Receita Corrente Líquida. Até o final de 2016, obrigatoriamente, o Estado do Rio Grande do Sul deverá se enquadrar no limite máximo de endividamento de 2,0 vezes a RCL, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2002, a dívida comprometia 2,95 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela LRF, de 2,39 vezes a RCL. Em 2015, a relação Dívida Consolidada Líquida foi de 2,2723 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento era de 2,0485 vezes a RCL.

Gráfico 21: Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b", da Secretaria Fazenda do RS.

Nota: Tendo em vista a Lei que alterou os indexadores de atualização da dívida do Estado com a União, somente regulamentada no final de 2015, o comupto do estoque da dívida será retroativo a 01/01/2013 (Decreto nº 8.616, de 29/12/2015). Dessa forma, os valores postos da DCL/RCL sofrerão alteração.

O Estado acordou com os termos contratuais de pagar para a União o equivalente a 13% da Receita Líquida Real (RLR) sobre a dívida intralimite. A RLR corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas de operações de crédito, as receitas da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

A dívida com a União constitui um sério problema estrutural para as finanças estaduais. Com a aprovação do PL 238/2013, a partir de 01/01/2013, o estoque passará a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. A matéria foi regulamentada através do Decreto nº 8.616, de 29/12/15. Em tese, o novo método de atualização poderá beneficiar tanto no curto como longo prazo, podendo abrir espaço para novas operações de crédito; no longo prazo, poderá reduzir o estoque da dívida, quando no final do contrato, em 2028. É importante salientar que, quanto menor for a inflação pelo IPCA ou quanto menor for a Taxa Selic, menor será o aumento do estoque da dívida.

O Déficit Previdenciário do Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado contribui com a parte patronal, na antiga proporção de duas vezes a contribuição pessoal. Como esses recursos são insuficientes, o caixa do Tesouro suplementa a diferença, o que resulta no chamado déficit previdenciário. Desde 2000, os proventos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com os vencimentos do pessoal ativo.

Em 2000, A Administração Pública Estadual (Direta, Fundações e Autarquias) possuía 345.041 matrículas, sendo 174.428 ativas contra 170.613 matrículas de aposentados e pensionistas. Já ao final de 2014, havia 372.011 matrículas, sendo 173.573 ativas contra 198.438

vínculos de aposentados e pensionistas. Entre 2000 e 2014, enquanto que os ativos tiveram um decréscimo de 855 matrículas, o quantitativo dos inativos e pensionistas teve um crescimento líquido de 27.825 vínculos, em média 1.855 novas matrículas líquidas anuais.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, o Estado não buscou formas de financiar os futuros aposentados e pensionistas, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são suficientes para pagar somente pequena parte do seu custeio.

Em 2005, o déficit previdenciário foi de R\$ 2,6 bilhões; já em 2015, saltou para R\$ 7,7 bilhões. Em 2005, as contribuições totais ao regime próprio de previdência (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a contribuição pessoal) cobriam 35,6% do gasto previdenciário total; em 2015, a participação foi de 35,4%, mesmo com a majoração da contribuição pessoal, que passou de 11,0% para 13,25%. A Tabela seguinte mostra o déficit previdenciário.

Tabela 33: Déficit Previdenciário, Em Valores Nominais Empenhados, Em Milhões de Reais

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gasto com Aposentadorias e Reformas	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.524
Gasto com Pensões	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430
Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)	4.013	4.454	4.866	5.229	5.793	6.493	7.238	8.141	9.246	10.500	11.955
Contribuição Pessoal Previdenciária ao RPPS	476	544	608	614	657	715	856	861	1.109	1.344	1.411
Contribuição Patronal (2 x Contribuição Pessoal)	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.713	1.722	2.218	2.688	2.822
Total Contribuições = Pessoal + Patronal (B)	1.427	1.631	1.824	1.842	1.972	2.145	2.569	2.583	3.326	4.031	4.233
Déficit Previdenciário = (B - A)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.585	2.822	3.042	3.387	3.821	4.347	4.669	5.558	5.919	6.469	7.721
% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B / A)	35,6 %	36,6 %	37,5 %	35,2 %	34,0 %	33,0 %	35,5 %	31,7 %	36,0 %	38,4 %	35,4 %

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com as Leis Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, que criou o sistema de capitalização. E através da Lei Complementar nº 14.750, de 15/10/15, foi criado o regime de previdência complementar.

Destaca-se que, no médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente. Tomando-se que os novos servidores estão abrigados no sistema de capitalização e no sistema complementar, é lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria, entre 15 e 20 anos – o Tesouro estadual não contará mais com as receitas das contribuições dos servidores ativos, resultando num aumento significativo do déficit previdenciário. Contudo, no longuíssimo prazo – entre 25 e 30 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro, paulatinamente, começará a ser menos pressionado.

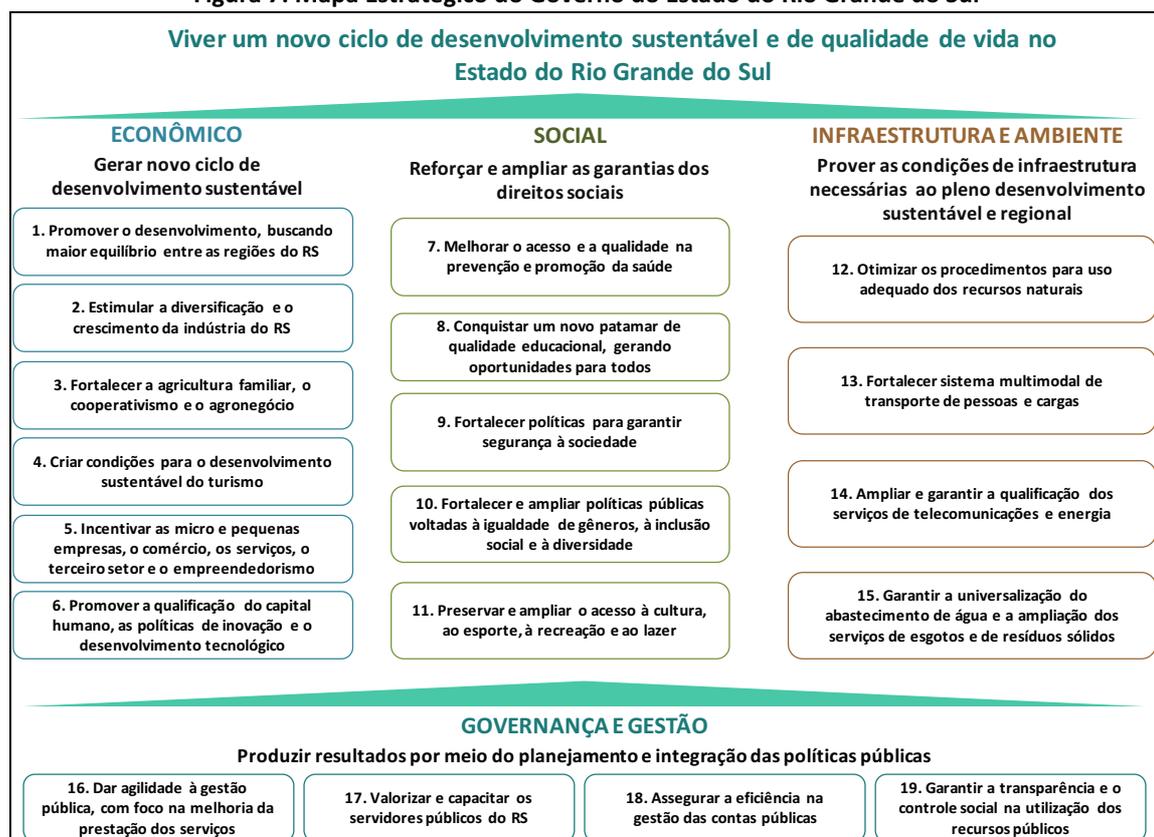
É importante publicizar a situação previdenciária dos demais estados da federação. A Tabela adiante traz essas informações, relativas ao ano de 2014. O RS está no topo da lista, apresentando, em relação à RCL, a maior despesa previdenciária em relação à Receita Corrente Líquida (35,2%) e o maior déficit previdenciário (30,7% da RCL). Os Estados de MG, RJ, SC, AL e PR vem em seguida. O Estado de SP, apresentado um déficit previdenciário de R\$ 21,0 bilhões, compromete 15,0% da RCL, a metade do que despense o Rio Grande do Sul.

GESTÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO

Nos dois primeiros meses de governo, foram estabelecidas a visão de futuro e os objetivos estratégicos para os quatro anos da gestão. Essas diretrizes estão expressas na figura 7, conhecida como Mapa Estratégico.

No Mapa Estratégico, todos os objetivos convergem para uma visão de futuro: "Viver um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul".

Figura 7: Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Para materializar o Mapa Estratégico em um plano de governo, a cada gestão é elaborado o Plano Plurianual (PPA), abrangendo a totalidade do planejamento para os quatro anos seguintes. O PPA 2016-2019 foi sancionado como Lei nº 14.755, em 20 de outubro de 2015, passando a nortear as ações de governo orientadas pelas diretrizes acima.

GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO

A gestão do PPA é um processo que visa, a partir do conhecimento da evolução dos programas e ações do Plano Plurianual, avaliar a ação governamental do ponto de vista da contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos, de modo a propiciar a adoção de

medidas corretivas quando for o caso. Para tanto, periodicamente, é executada a coleta e sistematização das informações da execução física de produtos e metas e financeira de ações.

Esse processo de tomada periódica de informações é denominado Acompanhamento do PPA²⁶ e é realizado pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, através do Sistema de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SISPLAG), conforme o Decreto nº 52.287, de 11 de março de 2015. A gestão do PPA envolve todos os programas e ações de governo.

O Acompanhamento dos programas e ações é previsto pela Lei do PPA 2012-2015, Lei nº 13.808/2011, em seu artigo 9º:

“Art. 9.º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.”

Também a Lei Villela, Lei nº 10.336/1994, atualizada pela Lei nº 11.180/1998, que estabelece normas para a elaboração e controle dos planos plurianuais do Estado, impõe a necessidade de ser realizado o acompanhamento, uma vez que o artigo 12 da referida Lei prevê que serão publicados no Diário Oficial do Estado, até 30 de maio de cada ano, quadros contendo informações sobre a execução do PPA vigente.

Com a publicação da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), o processo de acompanhamento se tornou ainda mais necessário, tendo em vista que, conforme o artigo 7º, VII, a, o acesso à informação se dará sobre aquelas relativas à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

Contudo, não são apenas as exigências legais que tornam o acompanhamento necessário. Esse processo possibilita:

- Conhecimento sobre o avanço na execução das ações dos programas estipulados no PPA;
- Conhecimento sobre a evolução das políticas públicas no Rio Grande do Sul, incluindo outras esferas de governo;
- Avaliação dos resultados dos programas, por meio dos indicadores;
- Avaliação da ação governamental em relação aos objetivos estratégicos e aos objetivos transversais;
- Prestação de contas no processo de participação da sociedade;
- Subsídios para a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa;

²⁶ Apesar de se tratar de um processo de monitoramento, a tomada periódica de informações da execução do PPA é denominada acompanhamento para diferenciá-lo do monitoramento dos programas e ações prioritários, que é um processo intensivo e com prazos menores de tomada de informações.

- Disponibilidade de informações que auxiliam a tomada de decisões e a correção de rumos, quando indicado.

Para tanto, é realizado o acompanhamento da evolução dos indicadores de programa, da execução das ações, em função da geração de seus produtos, e das denominadas realizações, que representam a descrição dos produtos gerados – as informações de execução de ações e realizações são coletadas de forma regionalizada, apresentando assim a visão territorial da atuação governamental.

O conjunto de informações gerado durante o acompanhamento do PPA é volumoso e de grande utilidade para o Governo e para a sociedade. Assim, após a análise dessas informações, são produzidos e publicados relatórios legais de acompanhamento do PPA, sobre os objetivos estratégicos e transversais e sobre as ações georreferenciadas.

Alguns indicadores, ações e produtos do PPA receberam atenção diferenciada por possuírem significativo efeito transformador da realidade e de realização da estratégia de governo e por conferirem visibilidade ao processo de mudança proposto no Mapa Estratégico, tornando-se parte do Acordo de Resultados.

Por meio dos Acordos de Resultados, o Governo formaliza os principais compromissos do setor público com a sociedade gaúcha. Os Acordos estabelecem as metas, as ações prioritárias e os compromissos com a eficiência na gestão. Esse processo é estendido a toda a Administração Indireta estadual e pode ser desdobrado até a menor célula do serviço público. Essas metas são negociadas de forma que não sejam impossíveis, mas suficientemente desafiadoras. Com orçamentos realistas, previamente acertados com a Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira, os projetos prioritários têm precedência na execução.

Os Acordos de Resultados, suas metas e ações ou projetos prioritários são monitorados periodicamente pelas equipes técnicas, pelos Secretários e Governador, de forma a manter o foco e somar esforços entre as secretarias afins ou coexecutoras.

O trabalho de monitoramentos dos compromissos assumidos nos Acordos de Resultados e dos projetos considerados prioritários envolve dois grandes ciclos, coordenados pela Secretaria-Geral de Governo com a colaboração da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.

Nos Ciclos de Monitoramentos dos Acordos de Resultados, o monitoramento dos compromissos acordados será feito dentro do órgão. O ciclo culmina com reunião bimestral na Sala de Governança. Nessa ocasião, os indicadores das Secretarias e de suas vinculadas são acompanhados no detalhe, visando identificar desvios e tomar ações corretivas. Esse também é o momento de monitorar os compromissos com a eficiência na gestão e tópicos específicos de cada Pasta.

Os Ciclos de Monitoramentos dos Projetos Prioritários ocorrem com a periodicidade de 42 dias, finalizando com uma reunião final de cada Eixo Estratégico na Sala de Governança: econômico, social, infraestrutura e ambiente e governança e gestão. Nessas reuniões, é analisado o andamento de cada projeto pelo Governador e Vice-governador, juntamente com os respectivos Secretários de Estado e seus coordenadores de gestão.

Até chegar à reunião final de Eixo, são realizadas cerca de 30 reuniões preparatórias nos vários níveis de governança, e feitas atualizações constantes das informações em uma base de dados informatizada – o Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

Semestralmente, todo o Governo se reúne para um seminário de alinhamento, garantindo sinergia e comunicação entre os órgãos. Nesses seminários, são mostrados os resultados alcançados e apresentados os novos desafios. Também é esse o momento de valorização do trabalho das diferentes equipes.

A atual gestão acredita que ações em rede são fundamentais para destravar problemas e agilizar resultados. A Rede de Governança implantada possui uma matriz de responsabilidades bem definida, que envolve desde os gerentes de projetos aos secretários de Estado e atua por meio de uma coordenação centralizada – Secretaria-Geral de Governo – e execução e suporte descentralizados – secretarias e órgãos vinculados.

A Rede de Governança para Resultados implantada pretende trabalhar de forma organizada e colaborativa; possuir planejamento e ações de governo e não de secretarias; aproximar a comunicação das secretarias e suas vinculadas; estabelecer indicadores de desempenho e metas que permitam o acompanhamento dos resultados finalísticos do Governo e da execução das ações prioritárias; garantir profundidade nas análises e execução das ações nas Secretarias; e articular parcerias dentro e fora do Governo.

Em 2015, esses dois processos de gestão da ação governamental foram utilizados para a finalização do PPA 2012-2015. E para os programas e ações expressos no PPA 2016-2019, o Governo do Estado buscará alcançar os objetivos traçados da forma mais eficiente possível utilizando os instrumentos de gestão apresentados.

Realizações de Governo em 2015

e

Ações para 2016

EIXO ECONÔMICO

AGRICULTURA PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

A **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI)**, juntamente com seus órgãos vinculados – **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** e **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)** – é a responsável pela articulação, planejamento e execução das políticas agropecuárias no Estado, fomento produtivo e de incentivo à competitividade.

A SEAPI e suas vinculadas têm participação estratégica na economia do Rio Grande do Sul por participarem ativamente com as suas políticas em um setor de grande importância - a safra de 2015 chegou a 32 milhões de toneladas, o Estado possui o 5º maior rebanho bovino e o 3º rebanho suíno, produz 15,8% da soja brasileira (15,7 milhões de toneladas), 7,3% do milho brasileiro (5,6 milhões de toneladas), 68% do arroz brasileiro (8,7 milhões de toneladas) e 39% do trigo brasileiro (1,6 milhões de toneladas).

As políticas públicas executadas pela Secretaria asseguram a sanidade das culturas agrícolas, a saúde dos rebanhos, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária, e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Essas ações resultam na certificação sanitária das cadeias agropecuárias, permitindo o acesso a mercados – interno e externo – e em consequência a agregação de valor aos produtos.

É possível demonstrar o retorno das ações da SEAPI através do reconhecimento internacional do Estado como área livre de Peste Suína Clássica, credenciando a cadeia para atingir mercados que exigem essa qualificação sanitária.

Resultados desse tipo são obtidos por ações diretas junto às mais de 400 mil propriedades rurais do Estado, através de inspeções de culturas, vigilância sanitária, coordenação das vacinações obrigatórias, certificação de propriedades, certificação de trânsito de animais e produtos vegetais, e fiscalização de ingresso de produtos vindos do restante do País.

Em 2015, houve o desafio representado pela ocorrência de mormo, nunca antes registrado no Estado, para o qual a SEAPI tem adotado medidas que permitem o controle da enfermidade. Segue, desde 2014, esforços para o controle da *Helicoverpa Armigera*, através de vigilância em propriedades, monitoramento da cultura e orientação de estratégias de controle.

Na fiscalização do uso de agrotóxicos e de resíduos de agrotóxicos em alimentos, foram realizadas coletas e análises de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em 250 amostras de produtos de origem vegetal, incluindo o monitoramento de produtos orgânicos.

Também buscando a inocuidade e segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, a Secretaria mantém 247 indústrias sob inspeção sanitária, registrando e analisando produtos e seus processos de fabricação. Na área vegetal, visando à garantia da genuinidade e qualidade dos vinhos e sucos de uva oferecidos a

população, a SEAPI, além da fiscalização de rotina já realizada em cantinas, iniciou a verificação do emprego de Boas Práticas na Elaboração (BPE) de vinhos e derivados da uva.

Na área de fomento agropecuário, a SEAPI é representada pelas Câmaras Setoriais, que atuam de forma consultiva e construtiva a fim de delinear objetivos para o desenvolvimento do agronegócio gaúcho em conjunto com os representantes das categorias.

A cadeia produtiva do feijão recebeu atenção através de tratativas para organização dos seus elos e interação entre seus agentes. Para estimular a produção do grão, foi publicado o Decreto de 52.241/15, que modifica a incidência do ICMS sobre o feijão. A cadeia da ervamate tem sido favorecida com recursos do FUNDOMATE, através de repasses ao IBRAMATE.

O “Mais Água, Mais Renda”, programa de incentivo à irrigação está presente em mais de 80 mil hectares. Em 2015, ampliou a área irrigada estadual em 15.559 hectares, através da implantação de dois mil projetos de irrigação e açudagem.

Visando estimular a utilização de silos e armazéns nas propriedades rurais, a SEAPI realizou, trinta cursos de capacitação de agricultores e trabalhadores rurais e quatro cursos para os seus técnicos.

O Programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite - Dissemina contemplou 157 municípios. Executado em parceria com os municípios, o programa tem como objetivo o melhoramento genético do rebanho bovino gaúcho, realizando a Cessão de Uso de veículo e botijões para o armazenamento de sêmen.

A SEAPI coordena o Comitê Gestor Estadual (CGE) do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) que tem por finalidade a organização e o planejamento de ações, visando à adoção das tecnologias de produção sustentáveis para responder aos compromissos assumidos pelo País, de redução de emissão de gases do efeito estufa no setor agropecuário. Desde a sua instituição, através do DECRETO Nº 49.484/12, o CGE/ABC/RS vem realizando seminários, elaborando boletins técnicos e já solicitou o pedido de inclusão da cultura do arroz irrigado em sistemas de produção de plantio direto e integração lavoura pecuária junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ainda em 2015, a Secretaria lançou três programas de grande importância para a agropecuária gaúcha: o Programa Estadual de Olivicultura, o Programa de Conservação do Solo e da Água e o Programa de Qualidade na Produção, Transporte e Comercialização de Leite.

O Programa Estadual de Olivicultura visa incentivar o cultivo das oliveiras e a industrialização do azeite no Rio Grande do Sul.

O Programa de Conservação do Solo e da Água que servirá para melhorar a qualidade do solo em todos os sistemas de produção agropecuária, tem por objetivo estabelecer diretrizes e instrumentos específicos, visando à proteção e conservação da qualidade do solo e da água, em harmonia com o desenvolvimento econômico e social, a fim de assegurar a qualidade de vida da população rural e urbana e do meio ambiente no estado do Rio Grande do Sul. Juntamente com o Programa, foi publicado o Decreto 52.751, de 04 de dezembro de 2015, que institui a Política de Conservação do Solo e da Água.

No sentido de qualificar a produção, transporte e comercialização de leite, a equipe técnica da SEAPI em conjunto com o setor lácteo e o Ministério Público encaminhou projeto de lei com a finalidade de ampliar controles e combater fraudes, estabelecendo sanções mais rígidas em casos comprovados de adulterações, resultando na Lei Estadual 14.835 de 06 de janeiro de 2016.

A identificação e o cadastro dos produtores junto à SEAPI e a obrigatoriedade da coleta e do transporte do leite serem executados por profissionais treinados e vinculados a estabelecimentos de processamento ou pontos de refrigeração são algumas das ferramentas que irão atribuir transparência à produção de leite gaúcha e, assim, valorizar e resgatar a confiança das famílias na Cadeia Leiteira.

A Expinter 2015 apresentou um superávit de mais R\$ 1,5 milhão, que será investido em outras melhorias do próprio Parque. Uma das medidas inovadoras que o Estado promoveu foi a Parceria Pública Privada (PPP) na qual foi assinada a concessão do Parque de Exposições Assis Brasil para a iniciativa privada. O contrato prevê a implantação da infraestrutura necessária à exploração comercial e à construção de um complexo no local.

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** tem como missão implementar a política de pesquisa e difusão de tecnologia agropecuária; estimular, planejar, promover e executar projetos de pesquisa agropecuária; participar da formação, orientação, coordenação e execução da política agropecuária do RS, bem como programar e desenvolver pesquisas em cooperação com instituições privadas ou públicas; produzir, difundir e preservar material genético de espécies vegetais e animais, bem como produtos imunobiológicos necessários ao desenvolvimento agropecuário.

Buscando cumprir essa missão, em 2015, a FEPAGRO publicou 96 artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais; estabeleceu 18 linhas de pesquisa (são elas: conservação de recursos genéticos; fitossanidade; fitotecnia; melhoramento genético; recursos florestais; epidemiologia e defesa sanitária animal; medicina veterinária preventiva; nutrição animal; pastagem e forragicultura; patologia veterinária; reprodução animal; sistemas produtivos; vetores e doenças zoonóticas; agroecologia; agrometeorologia, climatologia e irrigação; ciência do solo; uso e conservação de recursos genéticos naturais; desenvolvimento territorial e cadeias produtivas); e concedeu 54 bolsas para estudantes de nível médio e graduação - sendo 23 delas de iniciação científica e inovação tecnológica.

A equipe de pesquisa em Fixação Biológica de Nitrogênio efetuou um conjunto de estudos que renderam artigos científicos publicados em revistas internacionais. Desta forma promoveu inserção da FEPAGRO na geração de conhecimento sobre o assunto. Os seguintes trabalhos foram publicados: a) *Microbial quality of soil from the Pampa biome in response to different grazing pressures. Genetics and Molecular Biology*; b) *Multilocus sequence analysis reveals taxonomic differences among Bradyrhizobium sp. symbionts of Lupinus albus plants growing in arenized and non-arenized areas*; c) *Diazotrophic bacilli isolated from the sunflower rhizosphere and the potential of Bacillus mycoides B38V as biofertiliser*; d) *Functional abilities of cultivable plant growth promoting bacteria associated with wheat (Triticum aestivum L.) crop*.

Todo esse trabalho fez com que a Fundação ampliasse para 60% do seu indicador de produtividade científica. O avanço foi possível mediante o desenvolvimento de 124 projetos de pesquisa e inovação tecnológica coordenados pela Fepagro, totalizando R\$ 9.532.008,66 em recursos captados.

No que tange às atividades do Centro Estadual de Meteorologia, ligado à FEPAGRO, foram disponibilizados, em 2015, 38 boletins meteorológicos semanais, três mensais, dois elaborados em conjunto com o Conselho Permanente de Agrometeorologia Aplicada do Estado e oito prognósticos climáticos.

Além disso, a FEPAGRO alcançou a marca de sete dos seus laboratórios credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - distribuídos da seguinte forma: quatro no IPVDF em Eldorado do Sul (Virologia, Leptospirose, Brucelose e Parasitologia); e três na Sede em Porto Alegre (Microbiologia Agrícola, Química Agrícola e Sementes) - e 12 laboratórios com sistema de gestão da qualidade laboratorial implantado. Em 2015, o conjunto de laboratórios da Fepagro forneceu ao setor agropecuário do Rio Grande do Sul análises laboratoriais nas áreas animal e vegetal, totalizando 112.759 serviços prestados.

O **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)** tem por missão promover o desenvolvimento sustentável do setor orizícola gaúcho, por meio da geração e difusão de conhecimentos, informações e tecnologias, bem como propor políticas de interesse setorial e do consumidor.

Buscando concretizar a sua missão no que tange à ampliação e qualificação de conhecimentos científicos, de forma a proporcionar maior produtividade e competitividade à lavoura arrozeira gaúcha, em 2015, o IRGA realizou 137 experimentos de pesquisa e 20 ensaios científicos. Nos seus laboratórios, foram analisadas 8.300 amostras de sementes e 5.600 amostras de solo, água e grãos.

Em 2015, 15% dos artigos científicos elaborados por pesquisadores do IRGA foram publicados em periódicos internacionais, promovendo, assim, a difusão do conhecimento gerado no meio acadêmico de outros países.

Para maximizar os ganhos do orizicultor gaúcho, o IRGA trabalhou na busca de alternativas de diversificação e agregação de valor da lavoura. O Sistema ILAP (integração lavoura arrozeira-pecuária) teve 27 avaliações realizadas e três pesquisas sobre a sua rentabilidade. Também foram realizados sete ensaios para a produção de arroz orgânico e desenvolvido um cultivar de soja adaptado ao cultivo em várzeas.

Trabalhando para a ampliação do mercado consumidor de arroz, o Instituto realizou 72 eventos para a divulgação de uso alternativo e aumento do consumo ao longo de 2015. A vantagem do arroz em relação a outros cereais está na sua fácil digestibilidade e no seu valor nutricional, agregados à característica diferencial de não conter glúten. Todo este trabalho também está sendo levado para as merendeiras nas escolas e apresentado à Secretaria de Educação e ao CONSEA estadual para serem identificadas formas de agilizar estas iniciativas.

No que tange a difusão de conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural, foram

realizados quase 8.900 atendimentos no campo e no escritório e assistidos mais de 4.900 orizicultores com Assistência Técnica e Extensão Rural. Além disso, o Instituto realizou eventos de difusão de tecnologia para mais de 11.800 pessoas.

A atividade do IRGA tem grande impacto na produtividade da lavoura orizícola do Rio Grande do Sul, o que é demonstrado pelo rendimento médio - que em 2015, alcançou o valor de 7,78 toneladas de arroz por hectare.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Comunicação da Pesquisa Agropecuária Desenvolvida na FEPAGRO
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária, Inovação Tecnológica e Prestação de Serviços na FEPAGRO
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Otimização da Gestão da Pesquisa na FEPAGRO
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Otimização da Infraestrutura dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Otimização e Ampliação da Rede Laboratorial de Diagnósticos na FEPAGRO
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Projeto de Pesquisa Mais Água
IRGA	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Centro de Excelência
IRGA	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Incentivo ao Consumo do Arroz
IRGA	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Orizicultura e Sustentabilidade
IRGA	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Pesquisa para Orizicultura
SEAPI	Defesa Agropecuária Estadual	Defesa Sanitária Animal
SEAPI	Defesa Agropecuária Estadual	Defesa Sanitária Vegetal
SEAPI	Defesa Agropecuária Estadual	Inspeção de Produtos de Origem Animal
SEAPI	Defesa Agropecuária Estadual	Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SEAPI	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Apoio e Articulação para a Gestão e Qualificação de Cadeias Produtivas Agropecuárias
SEAPI	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Boas Práticas para o Solo

Órgão	Programa	Ação
SEAPI	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Conservação e Recuperação de Vias de Acesso
SEAPI	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Mais Água, Mais Renda
SEAPI	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Qualificação do Parque de Exposições Assis Brasil
SEAPI	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Secagem e Armazenagem de Grãos em Propriedades Rurais - RS Mais Grãos
SEAPI	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Elaboração de projetos, construção de açudes e capacitação de técnicos
SEAPI	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais
SEAPI	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Implementação do Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A **Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT)** foi criada em janeiro de 2015 e marca a política do Governo do Estado voltada à promoção do desenvolvimento econômico, à tecnologia e apoio às micro e pequenas empresas. Tem como missão levar o Rio Grande do Sul ao desenvolvimento sustentável, através da inovação, incrementando os setores econômicos tradicionais, atraindo novos investimentos, adensando cadeias produtivas e superando desigualdades regionais.

Para atrair novos investimentos para o Rio Grande do Sul, a SDECT fortaleceu os mecanismos de ação da Sala do Investidor e do FUNDOPEM/RS.

Na Sala do Investidor, em 2015, foram acompanhados 161 projetos de investimentos privados no Estado, que totalizam R\$36,18 bilhões e devem gerar 24.488 empregos diretos. Dentre os projetos acompanhados, 11 resultaram em protocolos de intenções entre o Governo estadual e as empresas privadas com interesse em investir no Rio Grande do Sul, totalizando R\$14,134 bilhões em investimentos e 2.467 empregos diretos.

O FUNDOPEM/RS e o Integrar/RS firmaram 24 Termos de Ajustes com investimentos que somam R\$266,8 milhões e 1.015 empregos diretos; 54 projetos aprovados, com investimentos no montante de R\$959 milhões e 1.647 empregos diretos; e cinco projetos ainda em análise, com investimentos da ordem de R\$36,1 milhões e 152 empregos diretos. Entre os projetos aprovados, foi publicado o decreto beneficiando 34 empresas que estão investindo mais de R\$3 milhões e criando 1.647 empregos.

Também foram realizadas missões internacionais com o objetivo de divulgar o Estado para potenciais investidores. Em 2015, a SDECT participou de cinco missões (duas missões na China, duas no Japão e uma na Alemanha).

No conjunto das ações para atração de investimentos, as áreas destaques são: automotiva, geração de energia limpa, fabricação de módulos fotovoltaicos, dormentes de plásticos para linhas férreas e microfibras para setores calçadistas e automotivos. Deve-se destacar o incentivo à produção de biocombustível, especialmente o querosene de aviação a partir do tabaco, e a organização do *cluster* da Saúde para a geração de novas tecnologias.

No apoio às micro e pequenas empresas, a SDECT trabalhou em 2015 com o estímulo à formação das Redes de Cooperação para que empresas com características semelhantes, a partir de estratégias coletivas, sejam capazes de oferecer melhores condições de concorrência frente às exigências do mercado. Foram acrescentadas 76 empresas às redes já existentes através do trabalho de expansão, ministrados 1.560 horas/cursos específicos para as redes de cooperação e acompanhadas 80 redes já estruturadas pelos consultores dando assessoramento técnico - tudo isso de acordo com as metas contidas no Plano de Trabalho de cada convênio com as Universidades Regionais conveniadas (UCS; UCPEL; PUCRS; UNIJUI; ULBRA/SÃO JERÔNIMO; FEEVALE; URI/FREDERICO WESTPHALEN. UPF/SOLEDADE).

No mesmo Programa, a Secretaria, através de convênio com a Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS, estabeleceu uma metodologia de Avaliação da Gestão das Redes de Cooperação formadas e apoiadas pelo Estado e o desenvolvimento de instrumentos para o

aprimoramento da coordenação Estadual do Programa. Este projeto se insere no contexto de necessidades de sustentação dos pequenos empreendimentos gaúchos e está fundamentado na ideia de que a melhoria das metodologias de trabalho do Governo do Estado é um vetor essencial para reduzir a vulnerabilidade dos empreendimentos e, simultaneamente, construir bases sólidas para promover a sua perenidade. Neste convênio foi elaborada uma Metodologia de Projetos Colaborativos em Rede. Para sua elaboração, foram avaliadas 50 redes já existentes, previamente definidas. O resultado do convênio foi testado em 8 redes já estruturadas como Projeto Piloto.

- Rede CONSTRUIR-NÚCLEO REGIONAL: com 23 estabelecimentos, na região Noroeste Colonial e 187 empregos diretos, segmento material de construção, em convênio com o Programa Redes de Cooperação entre FIDENE/UNIUI/SDECT. Foi realizada a remodelação do Centro de Distribuição da Rede), através do Projeto Piloto de projetos colaborativos em redes, metodologia nova elaborada pela Unisinos para ser aplicada nas Redes já estruturadas.
- Rede MACSUL-UCPEL: foi aplicado um Plano de Marketing para as empresas da Rede e elaborado o Planejamento Estratégico da Rede. Também está em construção um pavilhão para a sede, na qual abrangerá espaço para treinamentos, está localizado em Pelotas.
- Rede PROJETAR-FEEVALE: projeto Colaborativo em redes com nove empresas do segmento de fabricantes de móveis em geral totalizado 129 empregos diretos, com faturamento mensal de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Comercialização de produtos para outros estados, sendo que os móveis fabricados são para a Rede hoteleira de móvel corporativo, para todos os estados do Brasil. Verificou-se que a rede vem desenvolvendo um ótimo trabalho com relação ao Projeto Colaborativo em rede, sempre muito comprometida com o desenvolvimento e prática das ações, refletindo à respeito de outras ações estratégicas que garantam o sucesso do projeto.
- REDE FARMA/RS-PUCRS: projeto Colaborativo em redes com 12 empresas, desenvolvendo produtos próprios com a marca da rede, definição pela embalagem e folder do produto, foi desenvolvido produtos estéticos com a ideia de enxugar gorduras para o verão e trazer mais vida às clientes, como também alternativas para a comercialização. Foram distribuídas as embalagens para todas as associadas das redes pudessem iniciar a comercialização em suas empresas.

Ao todo o Programa de Redes de Cooperação atende 6.989 empresas em 335 redes.

Ainda no intuito de fortalecimento das micro e pequenas empresas, através do Decreto 52.438 de 26 de junho de 2015, foi regulamentado o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Rio Grande do Sul/FOPEMEPE, previsto no art. 76 da Lei Complementar Federal nº 126, de 14 de dezembro de 2006, como órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SDECT, de natureza consultiva e propositiva, tendo por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações relativas ao tratamento

dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. A SDECT através do FOPEMEPE/RS, em conjunto com a JUCERGS e o SEBRAE/RS, implantou em 28 municípios do RS a REDESIM – Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – que é um sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do país, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. Até o final de 2015, foram 40 municípios contemplados, superando em mais de 100% a meta estabelecida no início do ano. A SDECT através do FOPEMEPE/RS, em conjunto com a Frente Nacional dos Prefeitos, o Fórum Estadual de Secretários Municipais de Desenvolvimento Econômico e o SEBRAE/RS promoveu a elaboração de documento que contém a compilação das demandas e potencialidades das 10 regiões do Estado do RS.

O Programa Gaúcho do Microcrédito tem por finalidade fortalecer e ampliar o microcrédito no âmbito do Estado em parceria com instituições financeiras, agentes de Intermediação (AGIs) e instituições de microcrédito (IMs). Os empréstimos são direcionados a um público restrito (empreendedores formais e informais, pessoas físicas e jurídicas), definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não tem acesso às formas convencionais de crédito. Até outubro de 2015, a SDECT realizou 12.242 operações de microcrédito e R\$ 31.892.910,58 milhões contratados. O Programa possui 30 agentes financeiros credenciados e já alcança 24 regiões do Estado.

No que tange ao incentivo à inovação, a SDECT trabalhou em 2015 com quatro ações:

- Apoio aos Polos Tecnológicos: visa estimular a integração entre universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adequadas às diferentes regiões do RS. Integram o programa do governo gaúcho 27 polos. Foi realizado o acompanhamento de 108 projetos, a consolidação do Polo Metropolitano e lançamento de edital, no valor de R\$6 milhões no segundo semestre de 2015 - foram recebidos 48 projetos, dentre os quais 11 foram apoiados.
- Apoio aos Parques Científicos e Tecnológicos: tem como objetivo criar um ambiente inovador ao desenvolvimento desse segmento em todas as regiões do Estado. Atualmente, 12 parques tecnológicos são parceiros do programa estatal. No segundo semestre de 2015, foi feito o lançamento de edital de R\$8 milhões - foram recebidos 7 projetos, dentre os quais 4 foram apoiados.
- Programa RS Tecnópole de Apoio a Incubadoras de Base Tecnológica e da Indústria Criativa: objetiva estimular a inovação e o empreendedorismo, viabilizando a criação de novas empresas e novos mercados, conectando pesquisa científica e tecnológica à geração de novos negócios. Cabe ao governo do Estado credenciar as incubadoras que atendem aos requisitos para integrar o sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado. O RS Tecnópole abriga 20 incubadoras. Em 2015, foi lançado edital de R\$ 850 mil no qual foram recebidos sete projetos e três apoiados. Para a Indústria Criativa, foram destinados mais R\$850 mil.
- Rede Riograndense de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - REDERIOSUL: é um instrumento centrado na gestão eficiente da pesquisa científica dos

Institutos Científicos e Tecnológicos do RS, fomentando a pesquisa em rede, principalmente em áreas estratégicas, e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade. Participam dessa rede 25 instituições gaúchas. Em 2015, foi realizado o acompanhamento de 12 projetos, envolvendo a análise de relatórios trimestrais, solicitações de alterações de equipamentos, equipe e termos aditivos.

A **Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)** expressa a política de desenvolvimento pretendida pelo Governo do Estado, voltada à captação de investimentos, sobretudo nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do Estado.

Integrante do Sistema de Desenvolvimento, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), a AGDI participa de projetos visando ao fomento da economia gaúcha. Também integram as ações da AGDI os projetos vinculados à Economia da Cooperação: o Extensão Produtiva e Inovação e o Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O projeto Extensão Produtiva e Inovação atua de forma regionalizada, por meio de Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI) constituídos em parceria entre a Agência e instituições universitárias e tecnológicas. Cada núcleo – unidade básica do projeto – é formado por extensionistas, profissionais formados nas áreas de administração, engenharia, contábeis, economia, entre outras, que auxiliam a empresa na solução de problemas e implantação de melhorias. Os NEPI se destinam a indústrias de pequeno e médio portes, preferencialmente participantes de APLs, de Setores Econômicos priorizados pelas comunidades regionais e pelos planos dos COREDEs. Com o objetivo de desenvolver a cultura de acesso, geração e oferta permanente de serviços de planejamento, pesquisa, tecnologia, inovação, financiamento e cooperação, em 2015, foram atendidas 1.890 empresas em 16 Núcleos.

Através do Projeto APLs, a AGDI objetiva fomentar a governança e a capacidade técnica das comunidades dos arranjos produtivos e de setores e comunidades priorizadas pelo Estado a estimularem seus fatores endógenos que ampliam sua capacidade de agregação de valor, geração e apropriação local da renda. A cooperação entre instituições públicas e privadas e a coordenação de ações transversais são tidas como determinantes para geração de externalidades econômicas locais. Em 2015, foram apoiadas 232 ações setoriais e 10 Planos de Desenvolvimento Produtivo nos arranjos enquadrados no Projeto. Ao todo foram beneficiadas 2.415 empresas pelo apoio aos projetos de desenvolvimento dos APLs.

Ainda em 2015, foram lançados dois editais de apoio aos arranjos. O edital de apoio à governança do APL teve 29 propostas inscritas e 15 selecionadas. O valor disponibilizado foi de R\$2,25 milhões, sendo que cada arranjo selecionado receberá R\$150 mil. O edital de apoio a projetos prioritários dos APLs contemplou oito projetos de diferentes arranjos de um total de 29 inscritos. O valor disponibilizado para os projetos selecionados perfaz o montante de R\$3,4 milhões. Os selecionados nos dois editais encontram-se na fase de conveniamento.

O **Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento (BADESUL)** atua no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no apoio à formulação e execução da política industrial e de desenvolvimento estadual, por meio de ferramentas de financiamento tradicionais a investimentos, de apoio à inovação tecnológica e de novos instrumentos para participação no capital de empresas.

Visando ao aumento da competitividade das empresas gaúchas através do apoio à inovação tecnológica via financiamento, o BADESUL desembolsou R\$7,3 milhões em 2015 para empresas inovadoras localizadas no Rio Grande do Sul, ao que se acrescenta a subscrição, pelo BADESUL, de R\$ 10,0 milhões no Fundo de Investimentos em Participações - CRIATEC II, gerido pelo BNDES, para o fim de aplicação desses recursos em participações societárias em empresas com alto potencial de tecnologia e inovação na economia gaúcha.

No que se refere ao financiamento para a modernização da gestão e da infraestrutura municipal foram desembolsados pelo BADESUL, em 2015, R\$ 76,7 milhões, destinados à realização de investimentos públicos por prefeituras municipais situadas em todas as regiões do Rio Grande do Sul.

No financiamento empresarial para a realização de investimentos voltados ao desenvolvimento industrial, comercial e da infraestrutura econômica do Rio Grande do Sul, foram desembolsados R\$ 216,5 milhões, com destinação a empreendimentos situados em toda a geografia rio grandense e associados à expansão e melhoria da produtividade de empresas dedicadas em especial à produção de alimentos, metal mecânica, energia e eletroeletrônicos.

O financiamento de investimentos projetados por produtores rurais e agroindustriais com a finalidade de modernizar e aumentar a produtividade da agricultura e da pecuária, com ênfase em máquinas e implementos agrícolas, armazenagem, irrigação e manejo sustentável da economia primária gaúcha, teve o aporte de R\$ 356,1 milhões desembolsados em 2015 pelo BADESUL.

E ainda foram realizados financiamentos e refinanciamentos no valor de R\$ 61,3 milhões destinados ao apoio financeiro e reescalonamento de débitos de empresas afetadas em seus fluxos de caixas pela retração da economia nacional em 2015, visando à sustentação de investimentos apoiados pelo BADESUL e realizados por essas empresas, com importante impacto na preservação de empregos na economia gaúcha.

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, órgão da administração indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é uma fundação pública, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. Criada pela Lei nº 6.370, de 06/06/1972, é sucessora do Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul – ITERS, criado em 11/12/1942. Sua personalidade jurídica é de direito privado, sem fins lucrativos, destinada ao estudo e à aplicação de métodos científicos e tecnológicos, na solução de problemas peculiares, de entidades privadas e governamentais, para estimular o crescimento econômico do Estado e do País.

No decorrer dos seus 73 anos, a CIENTEC tem colaborado efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, atuando em tecnologia industrial básica (TIB) e executando projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

A CIENTEC tem como missão: “produzir soluções tecnológicas para o desenvolvimento da sociedade”, ou seja, promover o desenvolvimento da sociedade através de ações em TIB e PD&I. Tem como objetivos gerais: participar de programas ou projetos de interesse da sociedade, dar suporte ao desenvolvimento tecnológico de empresas públicas e privadas, tornando-as mais competitivas; participar da resolução de problemas de ordem tecnológica de órgãos governamentais e orientar e assistir a comunidade na solução de problemas técnicos. Tem como visão: ser referência nacional no desenvolvimento e inovação tecnológica sustentável, com reconhecimento internacional.

Através de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desenvolve novos processos e produtos que sejam de interesse da sociedade, da indústria local, ou que sejam estratégicos para o País, contribuindo assim com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A CIENTEC orienta indústrias e empresas para que ofereçam produtos de qualidade, testados e comprovados, através de processos ecologicamente corretos, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos.

Sediada no município de Porto Alegre, em um complexo composto por 8 (oito) prédios, onde estão localizados os Departamentos de Alimentos (DEPALI), Materiais de Construção Civil (DEMACC), Engenharia de Edificações (DEEDIF), Tecnologia Metal mecânica (DETEC), Química (DEQUIM) e Geotecnia (DEPGE), e seus respectivos laboratórios, em uma área construída de, aproximadamente 11.600 m². Possui um Campus, no município de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, onde, em área construída de aproximadamente 6.200 m², estão instaladas plantas piloto e de demonstração de processos químicos, os Departamentos de Engenharia de Processos (DEPROC) e de Engenharia Eletroeletrônica (DENELE), bem como seus respectivos laboratórios.

Em 2015, a CIENTEC beneficiou mais de 900 clientes diferentes, entre pessoas físicas e jurídicas, emitiu 11.351 laudos, realizou 32.575 ensaios, faturando R\$ 10.209.702,54, e fez investimentos do seu próprio orçamento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Pesquisa de Satisfação de Clientes, realizada através do Departamento da Qualidade (DEQUAL), apontou, em 2015, o melhor resultado dos últimos anos, com nível de satisfação geral de 93%. Destacaram-se os itens Gentileza na Recepção das Solicitações (96%), Confidencialidade (96%) e Competência dos Profissionais Envolvidos (95%). Esse resultado, além de um reconhecimento, reflete o elevado nível de qualificação técnico-científica dos serviços prestados e dos profissionais envolvidos, na CIENTEC.

Com relação à PD&I aplicados à indústria e serviços, merece destaque a SIBRATEC - Rede de Serviços Tecnológicos, em que a CIENTEC imprimiu esforços na estruturação da Rede de Produtos para Saúde, visando à ampliação da oferta de serviços tecnológicos para atender as demandas das empresas e as indicadas pelas autoridades sanitárias competentes no segmento da saúde.

Visando promover a melhoria da qualidade de produtos e processos industriais, induzindo aumento da competitividade do parque industrial gaúcho, mediante ações estratégicas, especialmente nas áreas de energia e fontes renováveis (com redução de desperdício de energia e matérias-primas, prevenindo a indesejável poluição ambiental), indústria do polo naval (metal mecânica, química e eletroeletrônica) e insumos para saúde, a Fundação manteve em execução 16 projetos de melhoria da infraestrutura e 7 projetos focados exclusivamente em PD&I.

Dentre esses, ressaltam-se: CARVEG II, que chegou a uma proposição de alteração no projeto dos fornos de carvão vegetal para a minimização das emissões de alcatrão; CCR, que é o desenvolvimento de um produto para aplicação como Concreto Compactado com Rolo para pavimentação, utilizando cinza de carvão fóssil; o desenvolvimento das tecnologias de leito fluidizado borbulhante e circulante pela co-combustão e oxicombustão de biomassas; e, o estudo sobre a migração específica de substâncias orgânicas e inorgânicas a partir de embalagens em contato com alimentos.

A CIENTEC possui, também, uma Incubadora Tecnológica, composta de duas unidades: uma na sede, em Porto Alegre, e outra no campus, em Cachoeirinha, voltada ao desenvolvimento de empreendimentos de base tecnológica, que tem como fundamento a viabilização mercadológica de inovação de processos e produtos. A unidade de Porto Alegre possui 11 módulos individualizados para a instalação de empresas incubadas, tendo sido ocupados seis módulos em 2015. Na unidade de Cachoeirinha, são 18 módulos, quatro dos quais ocupados. Em 2015, a CIENTEC graduou 03 empresas, nas áreas de eletroeletrônica e automação, e iniciou um trabalho de reestruturação, com a finalidade de adequar a gestão ao ambiente e aos procedimentos gerais do empreendedorismo incubado existente no país.

Para isto, busca sua Certificação através do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE), desenvolvido pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), com o apoio do SEBRAE, na qual qualificam-se os incubados para um trabalho profissional de gestão, o que propicia maior probabilidade de sucesso das empresas graduadas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) foi criada pela Lei nº 4.920, de 31 de dezembro de 1964, com a finalidade de ser uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas fixadas para o setor. Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT) é mantida por recursos do Tesouro do Estado, conforme Lei nº 9.103, de agosto de 1990, e recursos provenientes de convênios ou de parcerias.

Em 2015, a Fundação trabalhou para induzir e fomentar a capacitação de recursos humanos (RH) em cursos de pós-graduação, graduação, ensino médio e técnico e a fixação de RH nas empresas, Instituições de Ensino Superior (IES), Institutos de Pesquisa, Incubadoras e Parques e Polos Tecnológicos, além de participar junto à SDECT na formulação de políticas públicas que visem a uma produção mais integral do conhecimento. Com esse objetivo, foi realizada concessão de 1.444 bolsas de Iniciação Científica - BIC e de 326 bolsas de Iniciação Técnica - BIT, em agosto de 2015, com vigência de até 12 meses. Também houve a continuação do apoio aos seguintes programas, iniciados em exercícios anteriores:

- Concessão de 04 bolsas de Mestrado - MEST e 03 bolsas de Doutorado - DOUT, para apoiar a formação de recursos humanos, em março de 2012, com vigência de até 36 meses.
- Concessão de 1.646 bolsas de Iniciação Científica - BIC e de 336 bolsas de Iniciação Técnica - BIT, em agosto de 2014, com vigência de até 12 meses.
- Concessão de bolsas de estudo para formação de recursos humanos em cursos superiores de base tecnológica, visando atender as demandas regionais de qualificação para a promoção do desenvolvimento do Estado, dentro do PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – ProUni RS, com vigência de até 36 meses. Edital 12/2012, 70 bolsas, a partir do primeiro semestre de 2013; Edital 03/2013, 85 bolsas, a partir do segundo semestre de 2013. Edital 06/2014, 16 bolsas, a partir de outubro de 2014, com vigência de 12 meses.
- Concessão de 9 bolsas de complementação de Pós-Doutorado - COMPL-POSDOC, visando aumentar a competitividade dos Programas de Pós-Graduação com a atração e fixação de doutores nos Programas de Pós-Graduação das IES do Rio Grande do Sul, com vigência de até 48 meses.
- Concessão de 03 bolsas de Pós-Doutorado em Inovação Tecnológica - POSDOC-IT, para profissionais, com titulação de doutor, executarem projetos de inovação tecnológica, no ambiente de empresas localizadas em polos tecnológicos no Rio Grande do Sul, com vigência de até 24 meses.
- Concessão de 130 bolsas de Pós-Doutorado - DOCFIX, com o objetivo de fixar doutores para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em núcleos de inovação e transferência de tecnologia (NITs) e nos programas de pós-graduação (PPG) gaúchos, com vigência de até 48 meses.

Desta forma, foi possível induzir e apoiar a pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, IES, centros de pesquisa, incubadoras e parques e polos Tecnológicos; consolidar conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento sustentável; apoiar ações voltadas para propriedade intelectual e transferência de tecnologia; e apoiar as estruturas de pesquisa. Além disso, a FAPERGS concedeu oito auxílios ao fomento e formação de RH, em parceria com outras agências financiadoras do exterior, 115 auxílios para a organização de eventos de âmbito nacional e internacional sediados no Rio Grande do Sul e 39 auxílios para a participação de pesquisadores do Rio Grande do Sul em eventos científicos. Também foram disponibilizados 150 auxílios para o desenvolvimento científico e tecnológico sustentável, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Ao todo, em 2015, foram aportados nessa ação mais de R\$21 milhões.

A **Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS)** tem como atribuições executar os registros do comércio, o assentamento dos usos e práticas mercantis, os encargos de processar a habilitação e a nomeação, bem como fiscalizar, punir, e exonerar os tradutores públicos, os leiloeiros, os avaliadores, os corretores de mercadorias e os demais agentes auxiliares do comércio.

Buscando cumprir cada vez melhor as suas funções, a JUCERGS trabalhou em 2015 para a digitalização do seu acervo, emitir certificados de forma digital e implantar a REDESIM.

Com a execução da Digitalização do Acervo de Documentos, as atividades de registro desenvolvidas pela JUCERGS têm se demonstrado mais eficazes quanto ao resultado entregue ao cliente e à sociedade, permitindo a modernização dos procedimentos relacionados ao arquivamento e emissão de documentos das empresas no Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2015, através de convênio firmado com o SEBRAE, ocorreu a digitalização de 25% do acervo histórico arquivado desta Autarquia - isto é, mais de 6,8 milhões de folhas. Cabe ainda ressaltar que, a JUCERGS digitalizou integralmente todos os documentos de novos atos do registro a partir da implantação do Via Única, procedimento que eliminou a necessidade de vias adicionais de quaisquer documentos a serem arquivados na JUCERGS, desburocratizando os procedimentos, e portanto, agilizando a disponibilização de documentos via internet de forma célere e eficiente.

A JUCERGS disponibilizou o procedimento 100% digital para solicitação e recebimento de Certidão Simplificada, sendo uma opção do cliente utilizar os meios digitais via internet ou meios físicos via balcão de atendimento na Sede ou nos seus Escritórios Regionais, o que garante a satisfação dos clientes quanto à forma de utilização do serviço disponibilizado. Outro serviço oferecido para o cliente é a emissão via internet de documentos após o arquivamento dos atos, por até 30 dias, quando da opção da utilização do Sistema do Via Única por parte do cliente.

Por fim, considerando que a REDESIM tem como objetivo o registro dos atos através do processo digital, com encaminhamento de documentos certificados eletronicamente no lugar de documentos físicos, envolvendo a integração de Órgãos Federais, Estaduais e Municipais com o propósito de simplificar e desburocratizar o registro de empresários e pessoas jurídicas e que, atualmente, o encaminhamento de documentos à JUCERGS para registro ocorre em meio físico, é possível afirmar que o sistema já é uma realidade apesar das mais diversas legislações e particularidades de cada região do Estado - iniciando na Consulta de Viabilidade junto à JUCERGS para aprovação do nome empresarial, em parceria com Municípios que já estão integrados ao Sistema para emissão do alvará, nos casos de atividades de baixo risco, juntamente com a inscrição na Receita Federal, resultando no registro em um único Órgão, com respectiva disponibilização de documentos em meio digital pela internet.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) tem como missão promover o desenvolvimento regional sustentável através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado. Com 24 Unidades distribuídas pelo Rio Grande do Sul e cerca de 4 mil alunos regularmente matriculados, ministra cursos de graduação que habilitam tecnólogos, bacharéis e licenciados em diferentes áreas. Além disso, oferece pós-graduação, pesquisa e extensão, participando ativamente do desenvolvimento regional sustentável.

Atuando com esse propósito, em 2015, a UERGS ofertou à sociedade gaúcha 2.060 vagas em cursos de graduação e pós-graduação, articulados com a realidade de cada campus regional e a matriz das três áreas de conhecimento da Universidade: ciências exatas e engenharias, ciências humanas e ciências da vida e do meio ambiente.

Na pós-graduação, houve a criação e desenvolvimento de linhas de pesquisa focadas na inovação tecnológica, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, o desenvolvimento humano e formação cidadã, a ampliação dos serviços de qualificação acadêmica, transferência de tecnologia, aumento do número de núcleos e grupos de pesquisa, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado. Em 2015, foram implementados 17 novos cursos *lato-sensu*. A UERGS apresentou 168 projetos de pesquisa e inovação tecnológica ativos e realizou-se 150 projetos de extensão. Ainda, foi autorizado o primeiro curso de Mestrado da UERGS, em Ambiente e Sustentabilidade, com proposta interdisciplinar, o qual iniciará em abril de 2016 na Unidade em São Francisco de Paula.

A UERGS ofertou 1.014 bolsas acadêmicas, distribuídas entre prodiscência, monitoria, pesquisa, extensão, iniciação à docência e formação de professores. O Programa Prodiscência incentiva a permanência na Universidade de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mediante a concessão de auxílio financeiro. Por meio dele, os acadêmicos recebem 10 parcelas no valor de R\$ 300 mensais, para auxiliar nas despesas com alimentação, transporte, habitação, etc. Foram ofertadas 426 bolsas distribuídas nas 24 Unidades de Ensino.

O Programa de Monitoria da Universidade tem como principais objetivos: proporcionar uma formação acadêmica ampla e aprofundada ao aluno universitário; despertar nos alunos interesse pela carreira docente; conferir maior interação entre o corpo docente e o corpo discente; prestar auxílio a professores para o desenvolvimento de atividades técnico-didáticas; dar suporte pedagógico aos alunos da graduação com dificuldades, contribuindo com a redução dos índices de reprovação e de evasão e melhorando o desempenho acadêmico. O processo seletivo de monitoria acontece por semestre e, em 2015, foram ofertadas 100 bolsas.

Em 2015, a UERGS manteve o foco na consolidação das suas instalações físicas e patrimoniais, atendendo necessidades de acessibilidade e infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, a UERGS é proprietária de seis áreas recebidas por doação e possui dominialidade de outras 12 áreas através de termo de cessão de uso por 20 ou 30 anos.

A UERGS manteve a faixa 4 no Índice Geral de Cursos do MEC, indicador de qualidade do ensino superior por meio da avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, sendo 5 a faixa máxima.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
AGDI	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Apoio ao desenvolvimento de setores da Economia do Rio Grande do Sul
AGDI	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Apoio ao empreendedorismo e inovação

Órgão	Programa	Ação
AGDI	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)
AGDI	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Desenvolvimento de Negócios e Projetos
AGDI	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Fortalecimento Organizacional AGDI
AGDI	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Implementação de políticas de promoção comercial
AGDI	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Implementação de políticas para Atração de Investimento
BADESUL	Dinamização Econômica do Estado, Modernização de Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual	Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS
BADESUL	Dinamização Econômica do Estado, Modernização de Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual	Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS
BADESUL	Dinamização Econômica do Estado, Modernização de Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual	Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS
BADESUL	Dinamização Econômica do Estado, Modernização de Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual	Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha
BADESUL	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas
CIENTEC	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Incubadora Tecnológica

Órgão	Programa	Ação
CIENTEC	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Modernização Institucional
CIENTEC	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho
CIENTEC	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Tecnologia Industrial Básica
FAPERGS	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos
FAPERGS	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação
JUCERGS	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Implantação da REDESIM - Rede Nacional
JUCERGS	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Junta Digital
JUCERGS	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Processo Digital
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Apoio à Indústria Criativa do Estado do Rio Grande do Sul
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do RS - FOPEMEPE/RS
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Fundo APL

Órgão	Programa	Ação
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Instrumento de fomento setorial à Inovação
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Internacionalização da pesquisa e desenvolvimento tecnológico com vistas a startups e joint ventures
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Programa Gaúcho de Microcrédito
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Qualificação da Rede de Incubadoras Municipais
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Rede Riograndense de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – REDERIOSUL
SDECT	Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica	Redes de Cooperação
SDECT	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Adequação da infraestrutura dos espaços físicos industriais do Estado
SDECT	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Apoio aos Distritos Industriais Municipais
SDECT	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Apoio e incentivo aos investimentos privados e a inovação empresarial
SDECT	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Articulação de negócios internacionais e inteligência estratégica competitiva
SDECT	Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado	Fomento a promoção comercial
UERGS	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural
UERGS	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais

Órgão	Programa	Ação
UERS	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Formação inicial e continuada
UERS	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano	Melhoria e ampliação da infraestrutura

DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

A **Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)** tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, visando: a elevação da qualidade de vida; a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; a agricultura familiar como um modo de vida; um meio rural com gente e o fomento ao cooperativismo.

Em 2015, a Secretaria deu continuidade aos programas e ações que tinham bons resultados e remodelou aqueles que necessitavam de aperfeiçoamentos para adaptá-los a nova forma de gestão.

Assim, o Troca-Troca de Sementes atendeu 94 mil famílias na safra e safrinha de milho, com investimento de R\$ 10 milhões, e nas forrageiras de inverno foram R\$ 3,2 milhões para 12 mil famílias para a aquisição de sementes de aveia, azevém, trigo duplo propósito, ervilhaca e trevo. Ao todo foram disponibilizados, aproximadamente, 245.700 sacas de sementes.

O Programa de Pesca e Aquicultura promove o desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar. As ações e projetos buscam a inclusão produtiva do público assistido (pescadores artesanais e aquicultores) para ampliar a produção de pescado, o autoconsumo e a venda, com geração de renda para as famílias. Em 2015, foram atendidas 120 famílias para a aquisição de infraestrutura, 218 tanques construídos, 555 empreendimentos regularizados, totalizando 3.762 famílias atendidas. Além disso, visando a popularização do consumo de pescado, a SDR organizou o 1º Dia Estadual do Peixe, no município de Estrela, em 23 de outubro.

O Programa Estadual de Agroindústria Familiar regularizou, em 2015, 202 empreendimentos em relação aos aspectos sanitário e ambiental e foram capacitados 447 agricultores familiares para a operação das agroindústrias. A SDR também apoiou a participação de agroindústrias familiares em grandes feiras, como Expodireto, Expoagro-Afubra e Expointer, além de outras pequenas feiras, que juntas comercializaram R\$3,8 milhões, consagrando uma estratégia que injeta recursos de forma direta na agricultura familiar.

Buscando o desenvolvimento das cadeias produtivas do leite e da pecuária familiar, neste primeiro ano de gestão, foram atendidas 11.285 famílias com ações de custeio e investimento, mais de 25 mil famílias com serviços de assistência técnica e extensão rural e capacitados quase 4.800 produtores.

Através do projeto Quintais Sustentáveis foram investidos mais de R\$ 15 milhões para incentivar a produção agroecológica de famílias de assentamentos da reforma agrária do Estado, com a distribuição de quase 2 mil kits produtivos (compostos por mudas, insumos, materiais diversos e irrigação) e a capacitação em agroecologia e comercialização para o mercado institucional. Somando todas as ações de agroecologia e base ecológica, em 2015, a SDR atendeu 5.500 famílias com assistência técnica e extensão rural de base ecológica ou transição e capacitou quase 1.700 famílias.

Sob coordenação da Secretaria foi elaborado o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PLEAPO 2016-2019. O Plano contou com a colaboração de 42 entidades

da administração pública estadual e federal e organizações não governamentais ligadas aos temas. O PLEAPO deve ser lançado em março de 2016, contudo já está em execução desde janeiro.

Em 2015, a SDR manteve convênio com a EMATER/RS, que possibilitou a prestação de assistência técnica e extensão rural a cerca de 211.000 agricultores familiares do Estado, bem como viabilizou a elaboração de mais de 2.000 projetos técnicos, que totalizaram cerca de R\$ 34 milhões em financiamentos através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER.

Também em parceria com a EMATER/RS, foram elaborados e executados 40 projetos integrados para a viabilização dos planos de desenvolvimento etnosustentável para áreas indígenas. Suas principais ações se traduzem no fortalecimento da segurança alimentar e da etnosustentabilidade das comunidades indígenas por meio de atividades de manejo e recuperação ambiental, de práticas de produção agrícolas e não agrícolas sustentáveis e de qualificação através de processos formativos.

Em 2015, a SDR, através do Programa de Extensão Cooperativa, atendeu 198 cooperativas introduzindo melhorias técnico-gerenciais, produtivas e educacionais, visando incrementar a competitividade e promover a interação e a cooperação entre associados e entre cooperativas.

No que se refere à capacitação, foram capacitadas 3.715 pessoas em cooperativismo, através das sete Unidades de Cooperativismo – UCPs que a SDR mantém em parceria com a EMATER/RS.

Já o sistema financeiro estadual viabilizou 19 operações de crédito para cooperativas agropecuárias (contabilizadas operações do Badesul e BRDE), totalizando investimentos de R\$ 171 milhões.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que visa à aquisição, com doação simultânea, de alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (centros de assistência social, creches e abrigos), teve a adesão de 192 municípios. Destes, em 2015, 37 executaram aquisições na monta de quase R\$ 3,2 milhões, adquirindo mais de 1,1 toneladas de alimentos de 1.038 agricultores familiares fornecedores. Também houve o início da execução de um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que prevê repasse de R\$ 40 milhões (R\$ 20 milhões empenhados e R\$ 10 milhões já depositados) para aquisição de alimentos, com doação simultânea, para órgãos públicos estaduais. As primeiras Chamadas Públicas visam à aquisição de alimentos para 11 mil apenados (SUSEPE). Tal iniciativa, além de fortalecer as Cooperativas da Agricultura Familiar que fornecem os alimentos, desonera momentaneamente o Estado de parte do custo da alimentação, racionalizando assim, os recursos públicos estaduais.

O programa Regionalização do Abastecimento investiu R\$ 1,5 milhão para apoiar cooperativas na melhoria de sua comercialização e adequação de armazenagem e industrialização dos produtos. A iniciativa financia projetos da agricultura familiar, através de cooperativas, associações e agroindústrias, para fortalecer as estratégias comerciais e ampliar

a participação da agricultura familiar no mercado institucional de alimentos tais como o PAA, PNAE e Compra Coletiva/RS. De igual forma, proporcionar espaços de comercialização permanente dos produtos da agricultura familiar diretamente aos consumidores por intermédio de feiras municipais.

Visando ampliar a infraestrutura rural, a SDR perfurou e instalou 123 poços tubulares profundos em 51 municípios, o que beneficiou 4.152 famílias. Foram implementados ainda, mais de 700 projetos de armazenamento de água e irrigação em unidades da agricultura familiar por meio do Programa Irrigando a Agricultura Familiar e do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural. Também foram doados para municípios 171 máquinas e/ou equipamentos usados para o fortalecimento das Patrulhas Agrícolas locais. Além disso, o projeto do FEAPER Desenvolvimento da Infraestrutura Energética e Tecnológica financiou R\$ 6 milhões em projetos para a melhoria da rede elétrica no interior da propriedade ou geração de energia por meio de fontes alternativas, aquisição de geradores para resolver problemas de queda de energia e acesso à internet nas unidades da agricultura familiar.

Em 2015, também foi iniciada a execução das obras de um Convênio no valor de R\$ 26 milhões firmado com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com o objetivo de realizar construções rurais (540 tanques de piscicultura, 1.080 cisternas escavadas com sistema simplificado de irrigação e 1.080 microaçudes também com sistema simplificado de irrigação) para famílias do meio rural do Estado inscritas no CadÚnico (extrema pobreza). Tal ação foi denominada pelo Estado como “Programa Segunda Água” (Água para Produção). Até o final do ano de 2015, haviam sido contratadas empresas para a construção de 591 microaçudes com sistemas simplificados de irrigação e 410 tanques de piscicultura. Destes, 121 já foram escavados.

Por fim, a SDR, em parceria com a OCERGS, organizou em 2015, o 1º Prêmio Cooperativismo Gaúcho de Jornalismo, visando reconhecer e valorizar trabalhos jornalísticos que mostraram os reflexos econômicos e sociais promovidos pelas Cooperativas gaúchas.

As **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA/RS)** têm como seu principal objetivo a centralização do abastecimento de hortigranjeiros do Estado, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação saudável de preços, através da transparência de mercado, disponibilizando serviços para o bom atendimento dos usuários da infraestrutura do Complexo CEASA e visando à harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e à melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

Em 2015, o complexo de Porto Alegre beneficiou mais de 17.400 usuários e comercializou mais de 560 mil toneladas de alimentos.

A CEASA/RS ainda possui um Banco de Alimentos que, com a parceria da SDR, STDS, EMATER/RS, GPS e Seven Boys, lançou o programa Prato para Todos, visando combater o desperdício de alimentos, através do aproveitamento de excedentes não comercializados de hortigranjeiros, bem como através de doações de alimentos. Na sua primeira etapa, o Programa irá alimentar a população de 300 entidades de Porto Alegre que abrigam crianças,

jovens e adultos, 15 fazendas de recuperação de jovens e as famílias em estado de pobreza que circundam o bairro onde se situa a CEASA/RS.

A segunda etapa deste Programa é de responsabilidade do SESC, que através da sua equipe de nutricionistas, utilizará um ônibus da CEASA/RS, transformado em sala de aula, com 24 lugares e uma cozinha industrial em seu interior, onde serão ministradas aulas de combate ao desperdício de alimentos.

O Prato para Todos começará atendendo 30 mil pessoas e deverá, até dezembro de 2016, beneficiar 60 mil pessoas, quase 4% da população de Porto Alegre, se tornando o maior Programa Social dentre todas as CEASAs do Brasil.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
CEASA	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul
CEASA	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Modernização do Sistema de Gestão e Capacitação na CEASA/RS
CEASA	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Qualificação da Infraestrutura de Abastecimento no Estado do RS - CEASA/RS
SDR	Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural	Apoio e Ampliação da Infraestrutura Rural
SDR	Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural	Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural
SDR	Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural	Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas
SDR	Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural	Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo
SDR	Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural	Patrulha Agrícola
SDR	Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas
SDR	Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas
SDR	Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio e Fomento a Cooperativas
SDR	Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Fomento à Intercooperação

Órgão	Programa	Ação
SDR	Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS	Apoio à Formação, Educação, Profissionalização e Capacitação de Jovens, Públicos Especiais e Agricultores e Pecuaristas Familiares ou de Base Cooperativa
SDR	Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS	Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS
SDR	Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS	Gestão e Adequação Socioeconômica e Ambiental dos Estabelecimentos Rurais
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio à Agroindústria Familiar
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio à Comercialização e Fortalecimento dos Sistemas Locais e Regionais de Abastecimento
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio à Permanência do Jovem no Campo
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas

Órgão	Programa	Ação
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Inclusão Social e Produtiva no Meio Rural - Combate à Extrema Pobreza
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Regularização e Reorganização Fundiária
SDR	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável	Troca-Troca de Sementes

TURISMO, ESPORTE E LAZER

A **Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETEL)** planeja, coordena e executa os programas públicos do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento das atividades turísticas e esportivas. Isso inclui identificação, aprimoramento e promoção de potencialidades, em cooperação com a administração e o conjunto da sociedade civil organizada de cada município, assim como com outras entidades governamentais e privadas da União. Dentro desses esforços, a SETEL também promove a interação e o intercâmbio com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais. O objetivo final desse conjunto de ações é a inclusão social e o aumento da qualidade de vida no Estado.

Para a Secretaria, o ano de 2015 serviu para a construção de um processo de rearticulação das políticas de turismo, esporte e lazer, com a criação de uma Secretaria unificada. Quanto ao Turismo, a SETEL se inseriu no Plano Plurianual 2012 – 2015 executando dois Programas Finalísticos, o Programa Conheça o Rio Grande e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo, e visou criar condições para o desenvolvimento sustentável do setor, buscando consolidá-lo como um grande catalisador para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul. O objetivo foi o de fortalecer a cadeia produtiva do turismo e ampliar a oferta turística nas regiões menos desenvolvidas como estratégia para maior equidade social.

No programa Conheça o Rio Grande, destacam-se os projetos de revitalização e posicionamento de mercado de produtos turísticos ícones do Rio Grande do Sul nas regiões menos desenvolvidas, são eles: Destino Pampa – Os Gaúchos do Brasil (Região Costa Doce, Pampa Gaúcho e Fronteira); Rotas Gemas e Joias (Regiões Porto Alegre e Delta do Jacuí, Vale do Taquari, Alto da Serra do Botucaraí); Uva e Vinho; e Rota das Terras Encantadas e Águas e Pedras. No segmento do turismo rural, na ação de consolidação do turismo rural gaúcho, está em produção um guia atualizado de propriedades ativas no RS, rotas e roteiros. Em parceria com EMATER, SENAR, SEBRAE, SDR, SEFAZ, IPA, PUCRS e UCS, ocorreram diversos cursos de formação durante o período. No segmento de turismo de negócios e eventos, a secretaria apoia a captação de eventos e incentivo aos municípios interessados na estruturação do setor (*MICE - Meetings, Incentives, Congress e Exhibitions*), destacando-se as cartas de apoio à captação e palestras motivacionais e explicativas.

Com relação à participação em eventos promocionais divulgando o destino “Rio Grande do Sul” para o setor do turismo e aos turistas que circulam no estado, a Secretaria participou de 12 eventos, sendo um internacional, seis nacionais e cinco estaduais. Destaca-se a participação no Festival Internacional de Turismo (FIT), ocorrido no mês de setembro em Buenos Aires, onde a SETEL foi convidada a integrar o estande organizado pela Embratur. Além disso, houve a participação, no primeiro semestre de 2015, no *World Travel Market Latin America (WTM)*, em São Paulo; no BNT Mercosul, em Balneário Camboriú; e no Festival de Turismo das Cataratas, ocorrido na cidade de Foz do Iguaçu. No segundo semestre, a SETEL representou o Turismo gaúcho na Expotchê, em Brasília, na ABAV Expo, em São Paulo e no Festival de Turismo de João Pessoa. Por fim, entre os eventos estaduais, com destaque para a participação na 27ª edição do Festival de Turismo de Gramado (Festuris), onde, como estado anfitrião, foi divulgada a campanha promocional e lançado o aplicativo mobile “Turismo RS”.

Durante a vigência do PPA 2012-2015, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo visou desenvolver a atividade turística gaúcha como fator de desenvolvimento econômico, por meio da geração de trabalho e renda, com a inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os gaúchos, tendo por público-alvo, além dos turistas nacionais e internacionais, a própria população gaúcha. Assim, buscou promover a ampliação da infraestrutura e apoiar a qualificação dos serviços turísticos em localidades turísticas, ou com forte potencial, sejam aqueles serviços prestados por empresas do setor turístico, ou por órgãos públicos.

Também foi mantido o trabalho de produzir, sistematizar e monitorar informações, estudos e estatísticas que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos turísticos. Nesse sentido, buscou-se promover a consolidação de dados estatísticos destinados a subsidiar o desenvolvimento da política setorial, por meio do Observatório do Turismo. A acumulação das informações e o seu adequado tratamento poderão contribuir com o incremento do fluxo de turistas através de ações de divulgação da informação turística, devendo ainda ser insumo para a realização de estudos para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao setor, destacando-se: 13 infográficos – OBSERVANEWS; avaliação do fluxo turístico, baseado na publicação do Ministério do Turismo; e o registro de 509 eventos no Calendário de Eventos do Rio Grande do Sul (disponibilizado no site www.turismo.rs.gov.br).

Outra atividade realizada foi o desenvolvimento do Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), que tem o objetivo de reunir todos aqueles prestadores que estejam legalmente constituídos e em operação. O CADASTUR é executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de Turismo das Unidades da Federação. Sendo assim, a análise da documentação e homologação do cadastro, e consequente disponibilização do certificado, são realizadas pelo órgão delegado. A SETEL mantém cadastro de 4.942 empreendimentos e prestadores de serviços, 2.337 cadastrados em 2015. Desse total, 1.407 foram fiscalizados no ano de 2015. Em referência à qualificação de recursos humanos, no seminário “Valorização dos Guias de Turismo do RS” participaram 150 profissionais registrados no CADASTUR. O programa Pronatec Turismo na Empresa RS, realizado em parceria com os ministérios do Turismo e da Educação, qualifica os trabalhadores da área e também aqueles que pretendem se profissionalizar no segmento. No RS, as ações são coordenadas pela SETEL, que atendeu 346 alunos em 13 municípios. Por meio do Senac-RS, os cursos realizados foram: Espanhol Básico, Agente de Informações Turísticas, Francês Básico, *Bartender*, Cerimonialista e Camareira em Meio de Hospedagem. Também foram treinados e qualificados 12 estagiários dos Centros de Atenção ao Turista de Porto Alegre. Com enfoque na Regionalização do Turismo, foram realizadas oficinas e reuniões técnicas com as governanças regionais e associações de municípios, além de assessoramento técnico à Câmara de Desenvolvimento e Regionalização. Além disso, o Mapa Turístico do Rio Grande do Sul passa por atualização.

Ainda, a SETEL elaborou e aguarda a captação de recursos para o projeto Jogos da Juventude do Mercosul, associado às diretrizes estratégicas do projeto Avenida do Litoral/Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. A intenção é realizar um grande evento esportivo internacional, integrando os países do Mercosul (Brasil- RS, Uruguai, Argentina, Paraguai e Venezuela) para promover a prática esportiva no meio estudantil e transformar a Região Turística Litoral Norte Gaúcho em polo de eventos esportivos como

estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade do destino turístico, minimizando os efeitos da sazonalidade e seus impactos sociais negativos.

No que diz respeito ao esporte e lazer, a SETEL se inseriu no Plano 2012 – 2015 executando outros dois Programas Finalísticos: Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, e, RS COPA 2014, finalizado antes do início do último ano de vigência do PPA.

Dentro do Programa de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, o Programa de Incentivo ao Esporte do Rio Grande do Sul (Pró-Esporte/RS) protocolou 48 projetos durante o ano de 2015, aprovando, posteriormente, 31 desses, sendo três projetos educacionais, cinco de participação e 23 de rendimento, totalizando R\$ 11.954.544,88 repassados pelas empresas patrocinadoras através de renúncia fiscal. Em termos de montante de recursos, as modalidades esportivas mais representativas foram o vôlei, o futebol e o automobilismo, com R\$ 2.757.391,10, R\$ 2.166.154,24 e R\$ 1.422,600,00 abarcados, respectivamente. Por outro lado, as modalidades com maior número de projetos aprovados foram o vôlei, o futsal e o futebol, com cinco aprovações para os dois primeiros e quatro para o último.

Utilizando recursos provenientes das loterias oficiais da Caixa Econômica Federal, foram investidos R\$3,65 milhões de reais. No que tange aos Editais, foram aprovados 96 projetos, desses, 37 com entidades sem fins lucrativos e 59 com prefeituras, com repasse total de mais de R\$ 842 mil. Ressalta-se ainda que, foram realizados três cursos e seminários, sendo um internacional, no Polo UPF em Passo Fundo, um regional, no Polo UFPel em Pelotas, e outro também regional no Polo Unisinos, na cidade de São Leopoldo.

Relativamente aos eventos, foram realizados oito em seu calendário de 2015, quais sejam: Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS); Gauchão de Várzea; Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (CERGS); Jogos de Integração das Pessoas Idosas do RS; Festival Paralímpico; Campeonato Paradesportivo Estudantil do RS (PARACERGS); Paralimpiadas Escolares 2015 (Evento organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, realizado em Natal/RN) e Jogos Escolares da Juventude (categoria de 12 – 14 anos realizado em Fortaleza/CE e de 15 – 17 anos em Londrina/PR, o evento foi organizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro).

A SETEL ainda administra o Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CETE), que passou por ampla reforma concluída em 2015, de modo a tornar-se um espaço público de prática esportiva de referência no País. O mesmo recebe usuários de toda a região metropolitana. Entre seus usuários estão as escolas da rede de ensino estadual, atletas profissionais, atletas amadores e o público em geral, que usam a pista atlética e os ginásios do complexo. Os profissionais do CETE, atendem cerca de 3.000 pessoas por dia, entre esses, alunos de Ginástica Olímpica, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Judô, Basquete, Vôlei, Badminton, Atletismo, Handebol, Capoeira, Karatê, Hapkido, Goalball, Boxe, Muay Thai, Paraesgrima. Esse trabalho que é realizado pelo corpo docente do CETE tem sido muito importante, pois muitos atletas de nome nacional e internacional iniciaram suas atividades esportivas e recreativas nas suas escolinhas. Em 2015, foi construída a nova pista para caminhadas no CETE. O objetivo é priorizar a manutenção e a utilização para treinos e provas de atletismo na pista oficial já existente. No CETE, existem centros de excelência que operam,

em parceria com o Estado, no intuito de fomentar o esporte nas seguintes modalidades, Badminton, Ginástica Olímpica, Judô e Vôlei.

Em relação aos Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, ação iniciada em 2012, com a criação da Divisão de Polos, a implantação dos Polos Regionais avançou com a implantação de oito polos nos municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Leopoldo, Osório, Pelotas e Uruguaiana em parceria com as universidades locais, UCS, UPF, UNISC, URI, UNISINOS, FACOS e UNIPAMPA.

Por fim, o investimento total de recursos pelo Estado, em relação aos repasses, via edital para prefeituras, foi de R\$ 681.729,42, atendendo 59 prefeituras. Para o repasse às entidades, o valor foi de R\$ 160.296,50, atendendo 37 entidades. Nos 8 eventos realizados, o valor disponibilizado foi de R\$ 1.474.702,77. De aplicação direta, o montante foi de R\$ 663.520,96. Finalmente, em Consulta Popular, o valor foi de R\$ 670.415,97, atendendo 16 prefeituras. O total de investimento foi de R\$ 3.650.665,62

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Apoio a projetos na área de Esporte e Lazer
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Implantação e manutenção de centros de excelência do esporte e do lazer
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Implantação e manutenção dos Polos Regionais do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Realização e participação de eventos esportivos (jogos, campeonatos, seminários, cursos) voltados ao esporte educacional, participação e rendimento.
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Reestruturação e ampliação do CETE
SETEL	Caminhos do Rio Grande do Sul	Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo
SETEL	Caminhos do Rio Grande do Sul	Desenvolvimento e marketing de destinos e produtos turísticos
SETEL	Caminhos do Rio Grande do Sul	Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Apoio à divulgação promocional das ações de trabalho relacionadas ao Esporte e ao Lazer

Órgão	Programa	Ação
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Apoio, desenvolvimento e promoção de eventos esportivos e de lazer no Estado
SETEL	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Desenvolvimento de Ações de incentivo à prática de Esporte e Lazer e à formação e qualificação de atletas
SETEL	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Cadastramento das empresas prestadoras de serviços turísticos
SETEL	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Consórcio Turístico RMPA - Prodetur RS
SETEL	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Informações, estudos e estatísticas do Turismo no RS
SETEL	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
SETEL	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Programa de Regionalização do Turismo
SETEL	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Qualificação profissional e empresarial do Turismo

EIXO SOCIAL

CULTURA

A **Secretaria da Cultura** (SEDAC) e seus órgãos vinculados apoiam a produção, valorização e difusão das manifestações culturais; a proteção do patrimônio cultural; a democratização e a descentralização do acesso à cultura e a promoção do desenvolvimento das linguagens culturais. Entre outras competências buscam o fortalecimento das diferentes manifestações culturais do RS, promovendo a sua integração com outros estados e países, além de realizar a manutenção do patrimônio histórico e do acervo cultural público, fornecendo orientação técnica para a manutenção dos acervos culturais municipais.

A SEDAC tem importância estratégica uma vez que no RS a área da cultura inclui, além do próprio órgão central, mais 32 órgãos vinculados, entre eles, as três Fundações - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Fundação Theatro São Pedro e Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - seis institutos, nove museus, cinco bibliotecas, dois sistemas implantados (de Bibliotecas e de Museus) além do Sistema de Cultura do Estado, em implantação, e sete outras instituições.

Em 2015, foi aprovado o Plano Estadual de Cultura pela Assembleia Legislativa, Lei 14.778/2015, dando continuidade ao ciclo institucional das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da cultura iniciado pela aprovação da Lei 14.310/13 que instituiu o Sistema Estadual de Cultura. O Plano, que foi amplamente discutido com a comunidade antes de sua aprovação, estabelece diretrizes para os próximos dez anos na área da Cultura no RS.

Entre os objetivos do Sistema Estadual de Cultura estão o estímulo aos municípios para criarem os sistemas municipais de cultura e a participarem dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura. Além disso, busca-se a integração entre municípios para a promoção de metas culturais conjuntas, por meio da criação de consórcios e o fomento à formação de redes colaborativas de trabalho sociocultural, e à articulação e implementação de políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, o que permite verificar o papel estratégico do Sistema Estadual de Cultura e da Secretaria no processo de desenvolvimento social e econômico do RS.

Para o fortalecimento do Sistema, a SEDAC vem desenvolvendo ações, no âmbito do Programa Mais Cultura RS, que propiciaram a ampliação da participação popular por meio de Conferências Municipais e de Encontros Municipais, Regionais e Estaduais. Ações que, ao longo de 2015, reuniram mais 1,2 mil pessoas em diferentes regiões do Estado. Ainda, neste ano a SEDAC articulou e promoveu a reorganização dos 11 Colegiados Setoriais da Cultura, por meio da realização de reuniões plenárias, com a participação de 450 pessoas, para a eleição das respectivas coordenações.

Outras ênfases da ação da SEDAC visam o fortalecimento da economia da cultura e o desenvolvimento do processo cultural no plano técnico didático-pedagógico. No RS as políticas públicas para a cultura têm sido formuladas a partir de um conceito transversal, que entende a

cultura como primordial para o desenvolvimento da arte, economia e cidadania. Com essa finalidade está sendo desenvolvido o RS Criativo, primeira incubadora pública de Economia Criativa do Governo do Estado, que ofertará capacitações e consultorias gratuitas aos empreendedores da cultura. As obras de reforma e adequação dos espaços para suas instalações, na Casa de Cultura Mário Quintana, iniciaram em 2015. A iniciativa, coordenada pela SEDAC tem investimento de cerca de R\$ 310 mil, viabilizado por meio do convênio da Secretaria com o Ministério da Cultura, no âmbito da rede Brasil Criativo. Assim como o RS, outros 13 Estados brasileiros integram a rede. Ainda em 2015, foram realizadas capacitações para a formulação e execução de projetos culturais, em seis municípios em diferentes regiões do Estado, envolvendo 300 profissionais da cultura das regiões, entre produtores culturais, gestores públicos e artistas de todos os segmentos.

O desenvolvimento da economia da cultura no RS no âmbito do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (Pró-Cultura RS) vem sendo realizado por meio dos recursos oriundos da Lei de Incentivo à Cultura - LIC e do Fundo de Apoio à Cultura - FAC. Cabe ressaltar que, embora a contenção de despesas decretada pelo Governo do Estado, o fomento à cultura foi preservado, foram financiados 309 projetos culturais em 2015. A Lei de Incentivo à Cultura (LIC) liberou benefícios fiscais para 198 projetos, patrocinados por 280 empresas diferentes, e as atividades culturais alcançaram 169 municípios nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Coredes). O Fundo de Apoio à Cultura (FAC), por sua vez, financiou 111 projetos, alcançando 108 municípios em 26 diferentes Coredes.

Em relação aos editais, “Sonora Musical” e “Juntos pela Cultura”, lançados em 2015, os critérios para a distribuição ao público alvo, na sociedade, se tornaram mais democráticos, à medida que estabeleceram faixas de valores menores, buscando assim ampliar o número de projetos contemplados. Aproximadamente 500 projetos foram inscritos, atendendo a todos os segmentos artísticos de modo equânime, com ênfase àqueles que necessitam de maior apoio. Os projetos culturais contemplados ou conveniados com Fundo de Apoio à Cultura e, ou, patrocinados via Lei de Incentivo à Cultura, alcançaram o número de 97, e beneficiarão o público de 138 municípios distribuídos nas nove Regiões Funcionais do Estado.

Para o desenvolvimento do processo cultural, no plano técnico didático-pedagógico, foram realizadas atividades formativas de preservação e conservação do patrimônio cultural material e imaterial e ampliação de acervos, tanto aos servidores da SEDAC, capacitando 27 profissionais dos museus do RS, quanto para profissionais das áreas da educação e história. No Instituto de Educação Flores da Cunha, 99 professores participaram de um curso de formação, e, 143 alunos do curso de Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, foram capacitados por meio de estágio. Ao todo, em 2015, foram capacitadas 580 pessoas nas atividades formativas organizadas pela SEDAC, seja objetivando a economia da cultura ou aspectos técnicos de conservação do patrimônio cultural.

O fomento à realização de projetos culturais existentes nas comunidades é promovido por meio dos Pontos de Cultura, que propiciam o desenvolvimento de ações continuadas em ao menos uma destas áreas: Culturas Populares, Grupos Étnico-Culturais, Patrimônio Material, Audiovisual e Radiodifusão, Culturas Digitais, Gestão e Formação Cultural, Pensamento e

Memória, Expressões Artísticas e Ações Transversais. Foram habilitados pela SEDAC 53 novos Pontos, em 2015, abrangendo um público de 2.120 pessoas, entre produtores e artistas. Atualmente, o RS conta com 78 Pontos de Cultura em 50 municípios, propiciados por meio de convênios entre o Ministério da Cultura e a Secretaria. As ações desenvolvidas induzem o exercício da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade.

A “Ampliação do Acesso a Bens Culturais” que tem por alvo a população em geral, contou, em 2015, com a realização de mais de 200 ações, tais como exposições, oficinas, apresentações artísticas e ações educativas, nas diferentes linguagens artísticas, algumas destas de cunho étnico-cultural objetivando a inclusão social. Essas ações culturais apoiadas ou diretamente realizadas pela SEDAC envolveram, ao todo, um público estimado em 150.000 pessoas. Entre estas destacam-se as exposições da 10ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, realizadas em Porto Alegre, no período entre outubro e dezembro de 2015, que tiveram por público 42.562 pessoas e propiciaram a formação de 420 pessoas para atuarem como mediadores da Bienal, organizando as visitas guiadas.

A difusão do cinema gaúcho se deu pela exibição de filmes em três municípios de diferentes regiões do Estado, que reuniram ao todo mais de 600 pessoas. Nos museus Hipólito José da Costa, Histórico Farroupilha e Julio de Castilhos foram realizadas, além da organização e pesquisa dos acervos, atividades artístico-culturais de preservação da memória cultural envolvendo temas étnico-raciais e nativistas.

A ação “Cultura nas Escolas” tem por objetivo promover atividades culturais em escolas públicas do RS. Em 2015, cerca de 2.400 crianças e adolescentes de 21 escolas da região metropolitana de Porto Alegre participaram do projeto “Autor Presente”, ação direta da Secretaria, que leva às escolas estaduais autores gaúchos para aproximar e incluir alunos em temas da cultura. E, em 2015 foram modernizadas e qualificadas bibliotecas de onze municípios do RS, em cinco Regiões Funcionais, pela ação Modernização de Bibliotecas, projeto voltado à qualificação de bibliotecas públicas municipais para o fomento à leitura.

A **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – IGTF** tem por objetivo a promoção e o incentivo às ações culturais e à preservação da memória da Cultura Gaúcha. Tal objetivo é alcançado junto à população por meio da realização de eventos e festas populares, as quais devem contemplar a diversidade étnica, e os territórios culturais do Rio Grande do Sul.

Em 2015, por meio de convênio realizado entre o IGTF e o Ministério da Cultura/ Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, foram obtidos recursos da ordem de R\$ 915.785,00 para o desenvolvimento do Projeto *Semana Farroupilha 2015 - Interiorização*. O projeto consistiu na organização e realização de eventos artísticos, em diferentes cidades do Estado, para a preservação do folclore gaúcho durante a Semana Farroupilha, de 14 a 20 de setembro. As interiorizações foram sediadas em 12 cidades, reunindo ao todo mais de 50 municípios do Estado, com público estimado de 200.000 mil pessoas. Nos eventos do projeto de Interiorização do IGTF participaram mais de 80 Centros de Tradição Gaúcha - CTG's nas respectivas regiões tradicionalistas.

A **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre** – FOSPA, integrada ao programa Mais Cultura RS, realizou, em 2015, concertos na capital e no interior do Estado, com o objetivo de levar ao conhecimento do público o repertório sinfônico da programação artística e cultural do Órgão, proporcionando a participação e o aperfeiçoamento cultural da comunidade.

Os concertos foram realizados, ao longo do ano de 2015, em cinco cidades do interior do Estado, além de Porto Alegre. O público participante somou 35.789 pessoas. Além disso, por meio do projeto Escola de Música da OSPA, que tem por objetivo ministrar aulas de música para crianças oriundas de famílias de baixa renda, foram atendidos 234 alunos, neste mesmo ano. O valor total, liquidado em 2015, para a realização dessas ações importou em mais de R\$ 1,5 milhão de reais.

Concertos OSPA 2015

Município	Série de Concertos	Público participante
Porto Alegre	Concertos Série Teatro São Pedro	6.280
	Concertos Série Igrejas	5.200
	Concertos Universidades UFRGS	5.330
	Concertos Série Araújo Viana	10.450
	Concertos Dante Barone	1.756
Caçapava	Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção	1200
Pelotas	Theatro Guarany	1323
Santa Maria	Basílica Nossa Senhora Medianeira	650
Rio Pardo	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	2000
São Leopoldo	Igreja Sagrado Coração de Jesus	1600
Público total		35.789

No ano de 2015, a **Fundação Teatro São Pedro** realizou ao todo mais de 200 atividades de âmbito artístico, cultural e pedagógico, que reuniram um público de mais de 79 mil participantes. O acervo digital do site do teatro, com registros históricos desde a sua inauguração, em 1858, até 1984, ano de sua reinauguração, computou 248 usuários e 459 visualizações.

Nas atividades de Ampliação do Acesso à Cultura, realizadas com entrada franca, tiveram ampla repercussão pela adesão do público e divulgação na imprensa. Destacam-se as ações formativas como: “Freud e os escritores” e “Multimúsica”, em convênio com a UFRGS, e as oficinas nos espaços do Multipalco. No Projeto Concertos para a Juventude foram realizadas 12 apresentações da Orquestra de Câmara do Teatro São Pedro, com público de 6.000 estudantes das escolas de ensino público de Porto Alegre. Na Sala da Música foram realizadas 24 atividades, musicais e workshops, reunindo 1.920 espectadores. E, ainda, o Projeto Musical Évora, em 2015, ofereceu música em diferentes estilos, principalmente erudita, atendendo ao público gratuitamente, além de oferecer espaço para artistas do jazz, choro e MPB, contemplando 45 apresentações de músicos conceituados do Estado, com 100 espectadores por atração, em média.

No Complexo Cultural Multipalco, a ONG Associação Sol Maior desenvolveu projeto objetivando a inserção cultural de mais de 300 crianças, entre 07 e 14 anos, de escolas públicas da periferia de Porto Alegre. Por meio do projeto são ministradas aulas de instrumentos de cordas, teclado, sopro, percussão, canto e dança, das crianças.

Por meio da Associação dos Amigos do Theatro São Pedro, foram realizadas 65 apresentações artísticas, com ingresso por meio de bilheteria, em espetáculos de teatro, música e dança que atraíram 60.459 espectadores. Entre a programação cita-se o espetáculo “Nico Tributo”, uma homenagem ao artista falecido de Tangos & Tragédias, além dos concertos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA e da Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro, e os shows musicais que promoveram artistas locais, tais como “Lupi, O Musical” e “Kleiton & Kledir com todas as letras”.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FIGTF	Juntos Pela Cultura	Valorização da Tradição e do Folclore em sua Diversidade
FOSPA	Juntos Pela Cultura	OSPA para todos
FTSP	Juntos Pela Cultura	Promoções Culturais no Theatro São Pedro
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Desenvolvimento das linguagens artísticas
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Fomento à economia da cultura
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Implementação de Pontos de Cultura
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Qualificação das instituições culturais
SEDAC	Juntos Pela Cultura	Teatro da OSPA

EDUCAÇÃO

A **Secretaria da Educação (SEDUC)** é o órgão gestor da educação pública no Rio Grande do Sul, contando com 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) sob sua coordenação direta. Compete à SEDUC promover melhorias no processo educacional da rede estadual do Rio Grande do Sul, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, fortalecendo a formação continuada, inclusive para o uso das novas ferramentas da modernização tecnológica no processo da aprendizagem, buscando a qualificação pedagógica com a participação de toda a comunidade escolar, visando atingir aumento dos Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, a SEDUC busca melhorar a infraestrutura física e qualificar os espaços pedagógicos e administrativos das escolas, CREs e SEDUC, além de viabilizar o acesso e a permanência do aluno na Educação Básica, proporcionando uma educação de qualidade na busca de um novo patamar educacional. As ações da SEDUC estão organizadas em articulação com a sua instituição vinculada, a **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha**.

Desde o início da gestão, a Secretaria da Educação vem implementando e consolidando as seguintes linhas estratégicas:

- Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares
- Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica
- Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem
- Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional
- Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato

Em 2015, no que concerne à melhoria dos espaços escolares, a SEDUC investiu mais de R\$ 112 milhões em reformas e ampliações da infraestrutura físicas das escolas. Em termos quantitativos, no período, foram concluídas 235 obras, incluindo as obras emergências, e aprovados 109 projetos de Prevenção e Combate ao Incêndio – PPCIs. Quanto às obras escolares iniciadas no período, estas totalizaram em 220 em 2015.

Com relação ao Plano de Necessidades de Obras (PNO), a SEDUC realizou estudos técnicos e jurídicos, provenientes de esforço conjunto entre a SEDUC e Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação, procedeu com ajustes de valores e cronograma físico-financeiro com as empresas que se mostraram favoráveis à proposta, ao mesmo tempo em que se providenciou a anulação administrativa das rescisões contratuais perfectibilizadas, permitindo, assim, a continuidade dos pactos firmados com as empresas interessadas.

Para dar agilidade às obras escolares, o governador publicou, no último trimestre de 2015, o Decreto nº 52.592, que institui força-tarefa para coordenar e providenciar a avaliação das condições físicas, a elaboração de projetos e a reforma das escolas estaduais. O decreto, que autoriza a SEDUC a realizar todo o ciclo de contratação de obras em escolas, tem como objetivo dar maior agilidade aos mais de 900 pedidos por intervenções emergenciais em prédios escolares da rede pública estadual.

Objetivando a modernização tecnológica e a instrumentalização da cultura digital dentro da prática pedagógica e de gestão, no ano de 2015, foram entregues 28.640 *netbooks* educacionais a 666 escolas estaduais. Os equipamentos fazem parte de dois programas iniciados na gestão anterior e que tiveram continuidade em 2015: “Laboratórios Móveis” que ficam conectados a armários que podem ser transportados e utilizados em mais de uma sala de aula e “Um Computador por Aluno”.

Para o desenvolvimento do processo educacional e qualificação da aprendizagem com elementos de tecnologia da informação (TI), o Governo também disponibilizou o Portal Educom Tchê. Este se constitui como um ambiente virtual onde os docentes podem compartilhar ideias, planos de aula, vídeos e fotos, entre outros conteúdos interessantes. O objetivo é estimular e facilitar a transmissão de práticas exitosas. O lançamento ocorreu durante cerimônia alusiva ao Dia do Professor, no Palácio Piratini. O endereço é educomtche.educacao.rs.gov.br. Para utilizar a ferramenta, basta o professor criar o seu *login* e seguir as orientações. Em pouco mais de três meses de funcionamento, mais de 11,8 mil visitas foram registradas na plataforma.

Além disso, a SEDUC e a plataforma “Escola Digital” firmaram parceria que possibilitou a criação da plataforma Educom Mais. Com isso, mais de 4 mil objetos de aprendizagem foram disponibilizados aos professores para o trabalho em sala de aula. São vídeos, animações, games, aulas digitais e infográficos, categorizados por série, disciplina, tema, tipo de mídia, idioma, nível de acessibilidade para pessoas com deficiência e licença de uso, entre outros. A plataforma Escola Digital teve custo zero para o Estado e é uma iniciativa do Instituto Inspirare, Instituto Natura e Fundação Telefônica Vivo, que já haviam firmado parceria com os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Destacam-se ainda que no ano de 2015 foram realizadas formações continuadas na área de tecnologia educacional sobre *Tablets*, Programa Um Computador por Aluno e professor e Lousa Digital, totalizando 12.120 participantes.

Ressalta-se ainda que uma das principais conquistas do governo do Estado em 2015 foi a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) na Assembleia Legislativa. O texto, que foi aprovado por unanimidade, tem como diretrizes para os próximos 10 anos, entre outras, a erradicação do analfabetismo no Estado, a universalização do atendimento escolar, a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, a valorização dos profissionais da educação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Em 2015, a SEDUC ofereceu também apoio técnico aos municípios para a sanção dos planos municipais.

Em 2015, foram nomeados 540 professores aprovados no último concurso público para garantir o bom andamento do ano letivo, o que demonstra que o tema é tratado como prioridade pelo governo. O concurso para servidores de escola foi homologado em junho. Em outubro, foi prorrogado por mais dois anos o concurso do magistério.

O Governo também deu início a outra ação prioritária: a ampliação do ensino em tempo integral. No período foi criado um Grupo de Trabalho com os servidores da SEDUC para trabalhar na ampliação do número de escolas no Projeto. Os Coordenadores regionais, diretores e professores das cerca de 100 escolas que ofertarão ensino em tempo integral no

ano letivo de 2016 também realizam desde o início de 2015 encontros para diagnosticar situações e trabalhar para a implementação de uma política de ensino baseada na realidade de cada comunidade. Em 2015, 46 escolas estavam funcionando em ensino de tempo integral.

A formação continuada dos profissionais da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino ocorreu por meio de encontros, cursos, reuniões, fóruns, bem como realização de seminários. Esta visa à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções, que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, inclusive com a utilização de tecnologias no fazer pedagógico, buscando-se um ambiente de estudo e pesquisa que resulte em práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem eficientes e exitosas. Além disso, a SEDUC busca a atualização e capacitação dos profissionais que atuam na gestão educacional, proporcionando uma maior compreensão do contexto social, cultural, ambiental, e atualização de conhecimentos pedagógicos e o uso de novas tecnologias em educação. Em 2015, mais de 48 mil professores passaram pelo processo de formação continuada. Entre as formações de professores e seminários, conferências e encontros estaduais para professores, assessores e diretores, destacam-se:

- Ensino Médio - Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio;
- Gestão Escolar – Formação com os assessores das CREs sobre o PDE/Escola/PDDE Interativo, Escolas de Gestores;
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – PNFCE (MEC);
- Alimentação Escolar – Reuniões de trabalho e planejamento com os assessores das CREs e Capacitações de Agentes Educacionais I nas diferentes Coordenadorias Regionais de Educação;
- Mais Educação e Tempo Integral – Reuniões e Formações com os Diretores das Escolas em Tempo Integral;
- Biblioteca Escolar – Formações Continuadas junto às CREs para os servidores que atuam na Biblioteca Escolar e Lendo Pra Valer;
- Programa Escola Aberta para a Cidadania - Reuniões de trabalho com os assessores das CREs e supervisores sobre o Programa, estudo e mais diagnósticos para novas adesões no ano de 2016;
- Educação Afro – Formação de Grupos de Trabalho para articulação de novas ações de acordo com a legislação e Formações com os assessores das regionais;
- Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Espaços de Privação de Liberdade;
- Formação Inicial e Continuada do Programa Brasil Alfabetizado;
- Educação Física – Formação sobre Esporte Educacional;
- Educação Indígena – Formação Continuada para o Curso Normal Indígena e a Formação de professores no Programa Saberes Indígenas, em parceria com a UFRGS;
- Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas (COPREVES);
- Curso de Medição de Conflitos, Formação em Comunicação Não-Violenta com as Escolas em Tempo Integral;
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa;

- Programa Província de São Pedro – Formação pedagógica dentro do Projeto Um Computador por aluno e professor, Laboratórios Móveis, Grupos de Trabalho do Ensino Médio,
- Curso do PROINFO e reuniões e formações na área de Tecnologia Educacional;
- Seminários – III Seminário Estadual do Pacto Pelo Fortalecimento, I Seminário Estadual das Escolas em Tempo Integral e I Seminário Internacional sobre Educação e Intercultura; e
- Curso de Gestão para Diretores de Escolas Públicas modalidade Ensino à Distância (EAD), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e a Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE).

Além das ações pedagógicas, como forma de promover o desenvolvimento do processo educacional e a qualificação da aprendizagem, em 2015, a SEDUC através do Departamento Planejamento, elaborou um estudo a partir dos resultados apresentados em algumas das avaliações externas da Educação Básica. Destaca-se que a avaliação da Educação Básica brasileira tem por objetivo contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. O resultado deste estudo foi encaminhado para cada Coordenadoria Regional de Educação, com vistas ao conhecimento da realidade educacional da rede estadual.

Também no tema da Avaliação, em 2015, foram preparados os documentos licitatórios para seleção de instituição especializada em avaliação educacional para realizar a Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS 2016. Serão diagnosticadas as habilidades cognitivas, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelos alunos de 2ª e 5ª séries do ensino fundamental regular (com duração de oito anos letivos) ou 3º e 6º anos do ensino fundamental regular (com duração de nove anos letivos) e do 1º ano do ensino médio. A aplicação dos testes deverá ocorrer em novembro de 2016, sendo que as análises e os diagnósticos resultantes deverão ser entregues por item e por aluno. Pretende-se que as provas sejam aplicadas a cada dois anos.

Para garantir a qualidade no acesso e na permanência na educação básica, mais de 1,3 mil escolas estaduais formalizaram a criação de Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVEs) em 2015. A Comissão diagnostica as vulnerabilidades no âmbito escolar e planeja ações que visam à resolução, principalmente, das ocorrências de violência. O programa é uma parceria entre as secretarias da Educação, Gabinete de Políticas Sociais, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Saneamento, Turismo, Esporte e Lazer, e Cultura.

Além das ações de prevenção a acidentes e violência escolar, a SEDUC, através de seu Departamento Pedagógico, desenvolveu, em parceria com a Secretaria da Saúde e prefeituras, o programa “Saúde na Escola”. Além do trabalho de orientação e prevenção junto às Coordenadorias Regionais de Educação, o projeto prevê o atendimento nos Consultórios Itinerantes, destinado aos alunos da rede pública em situação de vulnerabilidade social.

Como forma de articular ações transversais com órgãos públicos e instituições da sociedade civil que garantam a qualidade no ensino, o governo do Estado, no ano de 2015, propôs e a Assembleia Legislativa aprovou o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor. O objetivo é incentivar pessoas físicas e jurídicas a se tornarem parceiras do Poder Público na busca pela melhoria da qualidade do ensino na rede pública estadual. A participação de empresas ou pessoas físicas pode ocorrer a partir da doação de materiais escolares, móveis, equipamentos eletrônicos e de informática, oferta de serviços de manutenção, conservação e reforma, além de outras ações que visem a beneficiar o ensino nas escolas estaduais.

Por fim, destacam-se as ações de Educação Profissional e do Ensino Técnico realizadas no período. A **Superintendência da Educação Profissional do Estado (Suepro)** foi reestruturada em 2015 e mais de 33,7 mil vagas foram ofertadas para o ingresso em cursos técnicos gratuitos dos estabelecimentos estaduais de ensino. Através do programa Pronatec, coordenado pela Suepro e executado a partir de convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Instituto Federal Farroupilha, foram ofertadas outras 3,5 mil vagas em cursos técnicos para alunos da rede pública estadual, sendo 75% delas na modalidade de Ensino à Distância (EAD), o que foi uma novidade.

No ano de 2015, a SUEPRO organizou, coordenou e realizou a 12ª Mostra da Educação Profissional -MEP e 9ª Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional, Ensino Médio Politécnico e Curso Normal - Fecitep. A amostra regional de trabalhos e a apresentações na feira estadual têm como objetivos incentivar os alunos à pesquisa científica e ao empreendedorismo.

A **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)** é uma instituição vinculada à SEDUC, voltada para a educação profissional de nível técnico. A Fundação Liberato possui 3.214 alunos matriculados, provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul, entre eles Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Estância Velha, Campo Bom, Portão, Sapiranga, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz, Montenegro, Ivoti e muitos outros.

No ano de 2015, as divulgações institucionais dos cursos técnicos foram realizadas em feiras de profissões e feiras de ciências do ensino fundamental nas quais a Fundação Liberato atua como apoiadora. No período foram realizados com sucesso o 22º Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET) e a 30ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), superando todas as edições anteriores em números de projetos científicos apresentados. Dos projetos de inserção comunitária, foram apresentados 71 projetos de Ensino Fundamental na Mostratec Júnior, desenvolvidos com o acompanhamento e suporte técnico da Fundação Liberato.

Além dos projetos, diversas outras ações foram apoiadas pela Fundação no ano de 2015, como os seguintes destaques: Dia da Empresa na Escola; Dia Mágico da Liberato; Corrida Mostratec 30 anos; Baile Mostratec 30 anos; Grupo Vocal Liberato e Orquestra Liberato; Robótica Educacional; Feira de Economia Solidária; Liberato Ambientalmente Sustentável (parceria com Catavida); Sede do Fórum estadual da FADERS; Encontro de qualificação com

professores e gestores de feiras municipais de ciências no Ensino Fundamental; Realização das Olimpíadas de Química do RS; Participação no projeto da Mostra de Curtas Metragens de Novo Hamburgo; Divulgação e acompanhamento da exibição e premiação da Mostra de Curtas São Leo em Cine; Participação na Semana da Pessoa com deficiência na Stihl; Participação no evento relativo ao “Dia D da Pessoa com Deficiência” promovido pela FGTAS; Ações do Grupo de Voluntariado da escola; Oferta de formação de lideranças sociais na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FETLSVC	Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato	Ampliação e manutenção de vagas nos cursos técnicos existentes e criação de novos cursos
FETLSVC	Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato	Desenvolvimento de projetos de inserção institucional da Fundação Liberato na sociedade e no fomento à pesquisa
FETLSVC	Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato	Modernização e qualificação dos recursos de apoio e dos equipamentos didáticos-pedagógicos
FETLSVC	Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato	Qualificação da Gestão
FETLSVC	Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato	Qualificação e ampliação da infraestrutura
SEDUC	Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica	Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica
SEDUC	Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica	Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência
SEDUC	Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica	Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC
SEDUC	Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica	Prevenção à Violência - CIPAVES - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas
SEDUC	Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica	Transporte Escolar - Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar
SEDUC	Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica	Viabilização do Transporte Escolar

Órgão	Programa	Ação
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Modernização das esc. técnicas, com ênfase às esc. agrícolas, por meio do intercâmbio de ações, como resultado das ativ. pedagógicas podendo gerar renda
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual
SEDUC	Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional	Promoção de ações voltadas à pesquisa científica e tecnológica, ao empreendedorismo e sustentabilidade nos cursos técnicos
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar

Órgão	Programa	Ação
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Modernização Tecnológica - Escolas/SEDUC e CRE
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Qualificação dos Espaços Pedagógicos
SEDUC	Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem	Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS
SEDUC	Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares	Qualificação da rede física através de construção, reconstrução, ampliação e recuperação
SEDUC	Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares	Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos
SEDUC	Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares	Sustentabilidade Ambiental Escolas/SEDUC e CRE

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

A **Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH)** e suas vinculadas, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e a Fundação de Articulação de Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), têm entre suas principais competências formular e implementar políticas sociais públicas para a promoção dos direitos humanos para a criança e o adolescente, a mulher, o idoso, a igualdade étnica e racial, para as pessoas com deficiência ou altas habilidades, para a população indígena, LGBT, e de pessoas socialmente vulneráveis ou em situação de risco social. Também é de sua responsabilidade a proteção dos direitos do consumidor, além da proteção, auxílio e assistência às testemunhas de crimes. As ações desenvolvidas pela SJDH e suas vinculadas, no ano de 2015, são descritas a seguir.

O Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência às Testemunhas Ameaçadas (Protege-RS), vinculado ao Departamento de Justiça da SJDH, visa oferecer proteção a vítimas ou testemunhas de crimes que estejam expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, oferecendo atendimento multidisciplinar feito por advogados, psicólogos e assistentes sociais, além de seguranças. No ano de 2015, 16 testemunhas juradas de morte por contribuírem com a Justiça foram acolhidas, 20 defensores de justiça foram protegidos e 162 vítimas de violência ou de ameaças foram atendidas pelo Protege-RS. A maioria dos casos envolveu crime organizado, especialmente o narcotráfico.

Já o programa de prevenção ao uso indevido de drogas, desenvolvido pelo Departamento de Políticas sobre Drogas, realizou, no ano de 2015, ações de suporte e capacitação de agentes públicos que trabalham com dependentes de drogas e seus familiares.

O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) prevê um conjunto de ações para redução da criminalidade juvenil e a evasão escolar, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A própria comunidade dos territórios prioritários elegerá as atividades para ampliar e qualificar a oferta de serviços de prevenção social das violências e melhorar as oportunidades de integração social. O programa, coordenado pela SJDH, inclui como protagonistas diversas Secretarias de Estado, num esforço conjunto para o atingimento dos propósitos fixados, envolvendo as comunidades conflagradas pela violência nos municípios de Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Osório e Santa Cruz do Sul.

No âmbito do POD, já foram realizadas a primeira edição do Fórum Permanente da Juventude, no município de Viamão, e visitas técnicas aos estados do Espírito Santo e Pernambuco, respectivamente, para troca de experiências no aprimoramento do processo de ressocialização (Boas Práticas em Socioeducação) e na prevenção situacional e qualificação da segurança pública (Boas Práticas de Segurança). A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos firmou acordo com as prefeituras de Porto Alegre, Alvorada e Viamão para a implantação de seis Centros da Juventude em bairros de maior vulnerabilidade social.

Os seis Centros da Juventude oferecerão atividades de cultura cidadã, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento da identidade, além de iniciativas culturais e esportivas, bem como de estímulo à conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio. Também prevê ações

de formação para o trabalho, além da criação de oportunidades de aprendizagem para estágio e emprego.

O POD prevê, também, a criação de duas unidades da FASE, concebidas a partir de novos conceitos e modernização de métodos de atendimento, simultaneamente ao uso de tecnologia de última geração. A base desta nova modalidade está consubstanciada no Planejamento Estratégico da instituição, consolidando estes avanços e aperfeiçoando os métodos de atendimento ao socioeducando e reduzindo conseqüentemente a reincidência do jovem infrator. Foram firmados acordos com as prefeituras de Osório e Viamão para construção das unidades da FASE e iniciado diálogo com a prefeitura de Santa Cruz do Sul com a mesma finalidade.

No Programa de Promoção dos Direitos Humanos, em 2015, a SJDH realizou diversas ações educativas. Cerca de 469 servidores nos municípios de Porto Alegre, Osório, Lagoa Vermelha, Guaíba, Santa Maria e Montenegro foram capacitados em Educação e Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social. Além dos servidores, aproximadamente 24.000 pessoas, de 66 municípios, participaram de palestras, capacitações, formações e reuniões sobre o tema.

Ressalta-se também a implantação, na SJDH, da Ouvidoria Setorial de Direitos Humanos que acolhe denúncias, faz os encaminhamentos devidos e acompanha sua evolução. Esta ouvidoria, que pertencente ao Sistema Estadual de Ouvidoria - SEO/RS, vinculado ao Gabinete da Casa Civil, pauta suas atividades levando em consideração os valores da Instituição, agindo de forma clara e acessível, transformando manifestações, denúncias e reclamações dos cidadãos em soluções efetivas e melhorias nos processos de trabalho da Administração Pública.

A SJDH reestruturou o Centro de Referência em Direitos Humanos para melhor atender os conselhos de direitos humanos. A "Casa dos Conselhos" como passou a ser chamado o Centro, abriga os conselhos da: Criança e Adolescente, Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, Pessoa Idosa, Pessoa Com Deficiência, LGBT, Desenvolvimento do Povo Negro, Povos Indígenas, Povo de Terreiro, Direitos Humanos, Juventude, sendo estes três últimos instalados na casa em 2015. Além disso, a SJDH implementou o Fórum dos Conselhos de Direitos objetivando a racionalização e funcionamento dos conselhos, assim como, intermediou inúmeras reuniões de trabalho para dar suporte a realização das Conferências Estaduais, dentre outras ações.

Já para o fortalecimento da ação de Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania, a SJDH, em 2015, através da Coordenadoria da Diversidade Sexual participou de 7 Paradas Livres realizadas no Estado. Já na ação de promoção da Igualdade Étnica e Racial, foram realizadas visitas técnicas a comunidades indígenas e realizadas audiências públicas nas comunidades indígenas para o acompanhamento das demandas e para viabilizar o acesso das comunidades aos espaços públicos para a venda de artesanato.

Além disso, a SJDH coordenou ação de acolhimento aos imigrantes (especialmente haitianos e senegaleses vindos do Acre) em parceria com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, Secretaria da Segurança Pública e prefeitura de Porto Alegre. Em 2015, foram

acolhidos mais de 300 imigrantes nas dependências do Centro Humanístico Vida. Atualmente, o RS tem cerca de 70 imigrantes no local, que será reformado e transformado em Casa de Acolhimento por meio de parceria entre os Governos federal, estadual e Prefeitura de Porto Alegre.

No ano de 2015, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, por intermédio do Departamento de Políticas para as Mulheres, ampliou a Rede Lilás, que foi instituída em 2013, com a publicação do Decreto nº 50.914, para articular serviços públicos e ações coordenadas junto às instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, à justiça e ao mundo do trabalho, levando as mulheres e as meninas a saírem do ciclo da violência. A ampliação se deu com a publicação do Decreto nº 52.511, de 13 de agosto de 2015, e com a assinatura do Termo de Cooperação entre as Secretarias da Justiça e dos Direitos Humanos, Geral de Governo, da Segurança Pública, da Saúde, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, de Obras, Saneamento e Habitação, da Agricultura e Pecuária, da Cultura, do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, de Turismo, Esporte e Lazer, Casa Civil, Gabinete de Políticas Sociais e Coordenação de Comunicação, poderes Judiciário e Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, OAB-RS e Banrisul. Também participam da Rede como convidados o Tribunal de Contas do Estado, a FAMURS e entidades da sociedade civil.

O Termo de Cooperação Técnica consiste na articulação de ações coordenadas junto às instituições, visando promover o enfrentamento à violência contra as mulheres e a promoção da autonomia das mulheres, apostando numa forma coletiva de trabalho descentralizado com ações articuladas e integradas entre os Poderes Executivo, Judiciário, com o apoio do Legislativo e das demais instituições autônomas.

Além disso, com o Observatório da Violência contra a Mulher, da SSP, conta-se com uma equipe de técnicos para levantar e analisar os índices de violência contra a mulher. A quantificação desses dados permite ao governo do Estado sistematizar o conhecimento e planejar uso de recursos com ações integradas relacionadas à Violência contra a Mulher.

O Conselho Estadual de Direitos das Mulheres foi estruturado e a nova gestão tomou posse em 30 de abril de 2015, bem como foram criados três Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres, nos municípios de Lagoa dos Três Cantos, Capivari do Sul e Quaraí, sendo importantes instrumentos na defesa dos direitos das mulheres.

Em preparação à V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres – VCEPM, que ocorreu nos dias 07 e 08 de novembro no Centro de Treinamento do Banrisul, foram realizadas 72 conferências municipais e intermunicipais, envolvendo 159 municípios, com a mobilização de 9 mil participantes do Estado. Na VCEPM participaram cerca de 1.300 mulheres.

Em ação para a defesa das mulheres portadoras de deficiência visual, foram impressas em parceria com a FADERS 100 cópias da Lei Maria da Penha em Braille.

Destaca-se também o apoio dado à qualificação e ao fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência com a capacitação de agentes públicos nos

municípios de Torres e Esteio, bem como a liberação de recursos da Consulta Popular para aquisição de equipamentos para Centros de Referência da Mulher em Cachoeirinha e Torres e para construção em Imbé.

O Departamento também promoveu campanhas de conscientização sobre os direitos da mulher e prevenção da violência de gênero, capacitações de parceiros da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e roda de Conversa sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Na busca de promover a autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade o Departamento capacitou 55 mulheres, nas áreas da construção civil e corte e costura, através de convênios com os municípios de Pejuçara e Balneário Pinhal. No mesmo sentido, foram dado andamento a convênios com o Governo Federal que visam à capacitação de mais de 1.000 mulheres ainda em 2016.

O Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor, por meio do PROCONRS, instalou no ano de 2015, a Câmara de Mediação de Defesa do Consumidor. Implantada por meio da parceria entre o PROCONRS e a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), a Câmara de Mediação objetiva facilitar o acordo entre consumidores e fornecedores e potencializar a aprendizagem dos acadêmicos de direito. O programa foi inaugurado em agosto de 2015 e já conta com 90% de resolutividade. A cada 15 dias, estudantes acompanhados de professores da FMP e advogados do PROCONRS mediam audiências entre clientes e empresas.

O PROCONRS, em parceria com diversas entidades, realizou também uma série de eventos, palestras e capacitações no ano de 2015. Destacam-se: palestra sobre Lei da Nota Fiscal, os 25 anos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a formação de servidores de PROCONRS municipais, a 4ª Conferência Estadual e a 1ª Conferência Municipal de Porto Alegre de Defesa do Consumidor. Além disso, o PROCONRS esteve presente com a unidade móvel na PUCRS realizando atendimento aos consumidores. Também, através da Unidade Móvel, foram realizadas ações de fiscalização no município de Rio Grande. Além da fiscalização móvel, foram realizadas ações de fiscalização em postos de gasolina, minimercados e empresas de telefonia, entre outras.

Em 2015, com apoio de lideranças estudantis e estudantes secundaristas, a SJDH, por meio do PROCONRS lançou a campanha "Meia Entrada Todos os Dias Agora é Lei". A iniciativa procurou esclarecer os prestadores de serviços sobre a nova Lei buscando o consenso para o seu cumprimento. A Lei ampliou os benefícios aos estudantes, que agora têm direito à meia entrada todos os dias da semana, em todas as atividades culturais e esportivas (espetáculos cinematográficos, teatrais, musicais, circenses e jogos esportivos), e similares em todo o Estado, independente da quantidade de apresentações. O PROCONRS lançou, ainda, as campanhas: "Antes de comer, melhor saber", "Qual teu PROCONRS?", e "A escolha é sua", esta última relacionada as marcas de lentes de óculos.

A **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)** é o órgão responsável, no Estado do Rio Grande do Sul, pela execução do programa de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, aplicadas pelos Juizados Regionais da Infância e Juventude aos adolescentes

que cometeram atos infracionais. Para realizar o seu trabalho, a FASE conta atualmente com 23 unidades, sendo 8 em Porto Alegre e 15 no interior do Estado. Em 2015 foram atendidos 3.913 adolescentes e jovens adultos, na faixa de 12 a 20 anos.

Durante o ano de 2015 foram realizadas ações para a reforma e a construção de Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs). A FASE realizou ação junto às Prefeituras Municipais visando à liberação de terrenos e licenças ambientais e prévias para a construção de 03 novos CASEs, nos municípios de Osório, de Santa Cruz do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Também em 2015, foi reformada a Biblioteca da Comunidade Socioeducativa - CSE e a Lavanderia do CASE Feminino – CASEF. Além disso, iniciaram as obras de reforma dos banheiros coletivos dos CASEs Santa Maria e Caxias do Sul, a contratação da empresa para a realização de Estudos Geotécnicos na área em que será construído o CASE Osório e o termo de referência para a contratação dos projetos executivos. Está também em construção a ala de Atendimento Especial do CASE Santa Maria.

No tocante às ações voltadas à Profissionalização dos socioeducandos, de acordo com o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade - PEMSEIS, esta se desenvolve em três modalidades: Oficinas Ocupacionais, Educação Profissional e Aprendizagem. Objetiva-se o desenvolvimento de competências, habilidades básicas e atitudes necessárias à convivência social e às exigidas pelo mercado de trabalho. Nas modalidades de Educação Profissional e Aprendizagem, durante o ano de 2015, foram atendidos 425 adolescentes, conforme especificado a seguir:

- Aprendiz Legal, em parceria com CIEE: 335 adolescentes;
- Projeto Pescar: – 60 adolescentes nos cursos de comércio e varejo, no CASE Padre Cacique, e Montagem de Bicicleta, no CASE Porto Alegre I.
- Pronatec – 14 adolescentes no curso de camareira em meio de hospedagem
- Junior Achievement: 16 adolescentes em curso de empreendedorismo em mini-empresa no Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP.

Nas Oficinas Ocupacionais houve um total de 2.207 atendimentos em 2015. Já no Centro de Convivência e Profissionalização (Ceconp) foram atendidos 526 adolescentes. Estas oficinas dispõem ao mercado de trabalho embora não qualifiquem e certifiquem como curso profissionalizante. Possibilita, no entanto, de acordo com o caráter da oficina ocupacional, prestar exame para obtenção da carteira de artesão por meio da Casa do Artesão.

Em 2015 também foram contratados 23 novos servidores, aprovados no concurso realizado no ano de 2012. Quanto à capacitação dos servidores da FASE, ocorreram ações abrangendo um total de 905 servidores. Foram desenvolvidos 75 eventos de capacitação distribuídos em oito regionais do Estado. A capacitação dos servidores da FASE contempla desde a ambientação até a formação continuada perpassando cursos internos e externos à FASE e encontros de gestores para diretores e assistentes de direção de todos os Centros de Atendimento.

Nesse sentido destacam-se a capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA; a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho -

SIPAT integrada Fase; a formação para operadores do módulo do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase, Sistema de Informações para Infância e Adolescência (SIPIA Sinase) em todas as unidades do estado; o programa de ambientação aos servidores novos; a capacitação em gerenciamento de crises; as palestras sobre temas diversos pertinentes à socioeducação; e a capacitação constituída de 5 módulos voltados aos servidores do CASE Pelotas.

Ao longo deste ano, a FASE também avançou na implantação do SIPIA, módulo Sinase, conforme prevê o Artigo 4º da Lei Federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Após a capacitação para usuários de todas as unidades da FASE e de diversas melhorias na estrutura de informática, ocorreu a implantação deste Sistema em todas as unidades de Porto Alegre, e início do cadastro das informações sobre os adolescentes atendidos. O SIPIA Sinase Web é um instrumento de apoio à gestão dos direitos dos adolescentes e fortalece o trabalho dos operadores do Sistema Socioeducativo, integrando todo o Sistema de Garantia de Direitos.

Investiu-se também na implantação do Ponto Eletrônico, com o objetivo de modernizar o processo de efetividade, eliminando procedimentos manuais e melhorando o controle e o gerenciamento de custos de pessoal. O ponto eletrônico já foi instalado em 70% das unidades da FASE. Tal providência irá qualificar a forma de controle efetiva do ponto dos servidores e o gerenciamento de custos de pessoal, além de incidir na diminuição da quantidade de demandas trabalhistas contra a FASE.

A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências e com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS) promove, desenvolve, articula e executa políticas de acesso e garantia aos direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) e das Pessoas com Altas Habilidades (PcAH) através dos eixos de atuação Atenção Direta, Produção de Conhecimento, Articulação de Políticas Públicas e Garantia de Direitos e Construção de uma Cultura de Acessibilidade.

A ação de Atenção Direta às PcD e PcAH realiza-se mediante serviços de atendimento prestados na perspectiva de construir referências a metodologias inclusivas e a práticas de atendimento especializado. Entre os serviços prestados, encontram-se as modalidades de atendimento clínico-terapêutico por equipe multidisciplinar em várias especialidades; Atividades da Vida Diária e Orientação & Mobilidade para Pessoas com Deficiência Visual; atendimento educacional especializado; assessoramento para uso de tecnologias assistivas; oficinas de trabalho em caráter pedagógico e/ou terapêutico; e produção de recursos materiais e/ou de comunicação que promovam acessibilidade e remoção de barreiras físicas, sensoriais ou atitudinais. Nas Unidades Serviços de Saúde (USS-CADEP), Serviço de Educação, Capacitação Profissional e Ajudas Técnicas (USECAT) e Unidade Terapêutica CAZON, foram atendidas de forma sistemática e contínua um total de 346 pessoas, totalizando 45.576 atendimentos. Já o Serviço de Acolhimento atendeu a 502 pessoas e o Setor de Passe Livre Interestadual, que recebeu e analisou 16.090 processos de solicitação, homologou e emitiu 12.542 credenciais.

Foram produzidos também inúmeros materiais em sistema braile e mídias em LIBRAS, entre os quais se destacam quinze títulos literários para a Confraria das Letras em Braille, a Lei

Maria da Penha para a SJDH e o Código de Defesa do Consumidor para o PROCON. Foram promovidas, ainda, inúmeras atividades de caráter social e cultural para os usuários e suas comunidades como a Semana Farroupilha; Campeonato de Futsal e Torneio Esportivo com Escolas Estaduais; evento SESI Lazer Inclusivo; sessões de cinema com audiodescrição, entre outros.

Em sua ação de Produção e Disseminação de Conhecimento em Atenção à PcD e à PcAH, a FADERS, em 2015, promoveu 16 cursos de capacitação, 8 edições das Oficinas de Atenção à PcD: Abordagem com Cidadania e 38 eventos formativos, totalizando 1.902 pessoas capacitadas para a atenção à PcD e à PcAH. Além disso, a Fundação foi campo de estágio obrigatório para 11 acadêmicos em nível superior, atendeu a cerca de 30 convites para proferir palestras e prestou assessoramento a 14 diferentes órgãos, instituições e entidades no desenvolvimento de ações de atendimento direto e de projetos para a inclusão.

A interiorização das ações de Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PcD e PcAH realiza-se através da organização e coordenação das Plenárias do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH. Em 2015, a nova Gestão alterou a metodologia de preparação e a dinâmica de coordenação do Fórum, passando a organizar as plenárias e a convocar a participação dos Executivos locais em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do RS – FAMURS. As plenárias deste ano foram localizadas em dez diferentes regiões do estado e atingiram um público total de 1.137 gestores e profissionais das redes. As preparatórias que as antecederam reuniram 110 pessoas, representando Poderes Públicos e entidades. O Seminário Anual aconteceu em 16/12, na sede da FAMURS, em Porto Alegre, com a presença de autoridades representativas do Governo do Estado e de Conselhos de Direitos, reunindo um público de 105 pessoas com origem em 35 diferentes municípios.

Os Termos de Cooperação com vistas à proposição e execução de políticas transversais, vigentes e/ou celebrados em 2015, proporcionaram oportunidades de assessoramento a gestores, instituição de Grupos de Trabalho e promoção conjunta de eventos voltados ao fomento de políticas públicas, como, por exemplo, o Encontro de Aprimoramento do Sistema Passe Livre Intermunicipal/RS que reuniu 117 pessoas de 18 diferentes regiões do estado. Quanto à sua representatividade de órgão proponente e articulador, a FADERS manteve os assentos já conquistados em Conselhos de Direitos e Controle Social e assegurou, ainda, novos espaços de interlocução, como o Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI/RS e a sua integração ao Grupo de Trabalho Rede de Leitura Inclusiva.

Por fim, na ação Construção de uma Cultura de Acessibilidade, a FADERS desenvolveu duas importantes atividades em 2015: a coordenação da Semana Estadual da PcD, em conjunto com órgãos governamentais, entidades representativas e instituições parceiras, e o Projeto Praia Acessível/Verão para Todos.

Na XXI Semana Estadual da PcD – Acessibilidade e Inclusão: você no protagonismo desta história, a participação da FADERS orientou-se pelo objetivo geral de conscientizar a sociedade quanto aos direitos das PcD, e principalmente, incentivá-las a ter ativa participação e destaque em todos os segmentos da vida social. Em agosto 2015, a FADERS promoveu eventos em cada um dos temas programados – Educação, Saúde, Cultura, Paradesporto,

Comunicação e Trabalho/Empreendedorismo –, atingindo o público total de 641 pessoas. Para o Projeto Praia Acessível, a FADERS propôs nova dinâmica com vistas a ampliar o leque de balneários atingidos, potencializar beneficiários e fortalecer a cultura da acessibilidade no cotidiano do veraneio. Para o Verão 2015-2016, organizado em parceria com o SESC/RS, SESI/RS, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, ONG Caminhadores e as Prefeituras Municipais de Rio Grande, Pelotas, Tapes, Barra do Ribeiro, Porto Alegre, Xangri-lá, Capão da Canoa e Arroio do Sal, o Projeto está oferecendo banho de mar assistido e atividades paradesportivas, em 15 balneários do Litoral Gaúcho.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FADERS	Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcaH/Sd
FADERS	Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação
FADERS	Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Construção de uma Cultura de Acessibilidade
FADERS	Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades / Superdotação
FASE	Atendimento Socioeducativo no RS	Construção e reforma de Unidades
FASE	Atendimento Socioeducativo no RS	Qualificação da gestão e execução das atividades de apoio
FASE	Atendimento Socioeducativo no RS	Qualificação do Atendimento Socioeducativo e Profissionalização dos adolescentes
FASE	Atendimento Socioeducativo no RS	Qualificação e valorização dos profissionais da FASE
SJDH	Integração e Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos
SJDH	Integração e Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Expansão e Fortalecimento do Controle Social no RS

Órgão	Programa	Ação
SJDH	Políticas para as Mulheres	Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres
SJDH	Políticas para as Mulheres	Criação, qualificação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência
SJDH	Políticas para as Mulheres	Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher
SJDH	Políticas para as Mulheres	Fortalecimento e Manutenção da Rede de enfrentamento à violência e proteção às mulheres e meninas
SJDH	Políticas para as Mulheres	Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
SJDH	Políticas para as Mulheres	Realização de campanhas sobre a temática de gênero
SJDH	Programa de Oportunidade e Direitos	Fortalecimento institucional da SJDH
SJDH	Programa de Oportunidade e Direitos	Prevenção situacional e qualificação da segurança pública
SJDH	Programa de Oportunidade e Direitos	Prevenção Social da Violência
SJDH	Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS	Apoio à repressão ao tráfico de drogas ilícitas e prevenção aos crimes conexos
SJDH	Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS	Divulgação e informação dos serviços de utilidade pública sobre drogas
SJDH	Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS	Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas
SJDH	Proteção dos Direitos do Consumidor	Conscientização de Consumidores e Fornecedores
SJDH	Proteção dos Direitos do Consumidor	Fiscalização dos Direitos do Consumidor
SJDH	Proteção dos Direitos do Consumidor	Implantação da Escola Superior de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Sul
SJDH	Proteção dos Direitos do Consumidor	Implementação do Projeto de Ações Integradas
SJDH	Proteção dos Direitos do Consumidor	Modernização e Qualificação do PROCON
SJDH	Proteção dos Direitos do Consumidor	Municipalização do PROCON
SJDH	Proteção e Acesso à Justiça	Articulação Institucional com o Sistema de Justiça

Órgão	Programa	Ação
SJDH	Proteção e Acesso à Justiça	Execução e Fortalecimento do Programa RS Socioeducativo
SJDH	Proteção e Acesso à Justiça	Execução, ampliação e fortalecimento do Programa de Proteção a Pessoas
SJDH	Proteção e Acesso à Justiça	Execução, ampliação e fortalecimento do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE)

OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Em 2015, por meio da lei nº 14.672, a atual gestão de governo, visando ampliar a eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos, integrou as Secretarias de Obras Públicas e a Secretaria de Habitação e Saneamento, que passaram a constituir um só órgão mantendo a CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento - como vinculada. Nesse contexto a Secretaria assume tarefas estratégicas, na medida em que a recuperação, reforma e construção das edificações do patrimônio público, a produção habitacional de interesse social, a regularização fundiária e o saneamento básico são vetores de desenvolvimento, democratização e inclusão social.

Obras Públicas

Por meio do Programa Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal a **Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação**, SOP, tem por objetivo o planejamento, a elaboração de projetos, fiscalização de contratações de serviços de engenharia, fiscalização da execução de obras para os próprios públicos do Estado e assessoramento técnico e operacional, através de termos de cooperação com órgãos da administração indireta e municípios. Dessa forma assume a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos e fiscalização das obras para construção de edificações, ampliação, reforma, recuperação e restauração do patrimônio público.

Aproximadamente 90% dos projetos e obras que envolvem os serviços do Departamento de Obras Públicas, executados com o apoio das Coordenadorias Regionais, são oriundos das Secretarias Estaduais da Educação e da Segurança Pública, destinadas às escolas e instituições de ensino e aos presídios e albergues, entre outros. Além destas ações, os serviços destinam-se às edificações da Secretaria Estadual da Saúde que incluem Unidades Básicas de Saúde – UBS, hospitais e Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, entre outros estabelecimentos assistenciais de saúde; assim como aqueles prestados às demais secretarias de Estado, principalmente às pastas da Cultura, da Justiça e Direitos Humanos, e da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

Entre os serviços de arquitetura e engenharia realizados em 2015, para a área da Segurança Pública do RS, foi concluído o projeto do Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais - IGP, em Porto Alegre, em terreno da Secretaria de Segurança Pública. O prédio terá sete pavimentos, totalizando 11.700,00 m² de área construída em um terreno de 7.300,00 m². O projeto foi integralmente elaborado por uma equipe multidisciplinar de técnicos do Departamento de Obras, tendo sido aprovado pela Caixa Econômica Federal, agente fiscalizador do convênio federal para o financiamento da obra. O investimento para a execução ultrapassa o valor de R\$ 29,2 milhões de reais e, desse total, R\$ 25,9 milhões correspondem aos recursos do governo federal. A obra, licitada e iniciada em 2015, tem sua fiscalização realizada pela equipe da 1ª CROP - Coordenadoria Regional de Obras Públicas – sendo que o prazo previsto para conclusão é de 720 dias.

Entre as obras para escolas, realizadas em 2015, destaca-se o início da restauração do Instituto de Educação Flores da Cunha, em Porto Alegre, investimento de R\$ 22 milhões, com área total 8.600 m², correspondendo 8.000 m² à área de reforma e 600 m² às novas

intervenções. Em Bagé, cita-se a reforma da Escola Estadual de Educação Básica Professor Justino Quintana, investimento de R\$ 7,5 milhões, com previsão de conclusão da obra para março de 2016, compreendendo 5.500 m² de área a ser reformada e 2.600 m² de ampliação. Em Viamão foi realizada a obra na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa – EEEF Rui Barbosa - com valor superior a 2,3 milhões de reais e a obra emergencial para a construção de salas de aula na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Anhetengúá.

Também foram desenvolvidos projetos para escolas em assentamentos e áreas indígenas, compostos por blocos pedagógicos, administrativo e de serviços que inclui refeitório e cozinha. Estes atendem as novas legislações e normas, entre elas a Lei de Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios e a NBR 9050, que trata da Acessibilidade para edificações. As obras das escolas indígenas dos municípios de São Valério do Sul, Tenente Portela e Erebangó, já estão em fase de contratação. Entre os serviços elaborados para atender a Secretaria de Educação, foram realizados projetos de arquitetura e de engenharia para a execução de cobertura de 136 quadras esportivas em Escolas Estaduais. As obras para implantação das coberturas em quadras de esporte escolares é decorrente de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Para ampliar a eficiência dos serviços, encontra-se em desenvolvimento pela SOP e PROCERGS, o Sistema de Gerenciamento de Obras – SGO. Este sistema está estruturado de modo a incluir desde a solicitação de uma obra ou serviço em um prédio público, até o acompanhamento da execução. Compreenderá todas as etapas da realização de uma obra ou serviço de arquitetura ou engenharia, incluindo diferentes módulos que darão agilidade e transparência ao processo.

Reformas Emergenciais em Escolas	Município
Instituto Estadual Ernesto Ferreira Maia	Fontoura Xavier
Escola Técnica Estadual Celeste Gobbato	Palmeira das Missões
EEEF Marechal Luiz Alves De Lima E Silva	Pelotas
EEEM Biagio Soares Tarantino	Rio Pardo
Instituto Estadual Cel Patricio Vieira Rodrigues	Tapes
EEEF Antonio Leite Costa	Taquari

Atualmente, o SGO está em uso para as obras emergenciais no âmbito da Secretaria de Educação e, em breve, será implantado para atender as solicitações de outras Secretarias. Em 2015, foram realizadas, por meio do SGO, obras de reformas emergenciais em seis escolas, localizadas em diferentes regiões do Estado, com valor total superior a R\$ 2,5 milhões. Além disso, mais de 146 projetos foram realizados pelo Sistema e aguardam elaboração de contrato.

Em 2015, foram fiscalizadas as obras dos Parques Tecnológicos em Universidades de diferentes regiões do Estado, por meio de convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, para avaliar a execução dos repasses de recursos do Estado, no valor total superior a R\$ 10,5 milhões.

Fiscalização de Obras Parques Tecnológicos	Valor do Repasse	Município
Parque Científico do Pampa	R\$1.559.231,61	Alegrete
ParqueTecnologico Oceantec FURG	R\$2.677.668,66	Rio Grande
URI Santo Ângelo	R\$1.324.869,00	Santo Ângelo
Univ. Vale dos Sinos - TECNOSINOS	R\$4.980.001,55	São Leopoldo

Entre os indicadores que refletem o alcance de maior eficiência na execução dos serviços prestados pela área das obras públicas, é possível citar-se a menor Taxa de Termos Aditivos em Contratos de Obras Novas, cujo percentual, em 2015, correspondeu a 6% do total dos contratos realizados no ano, inferior ao esperado de 15% dos contratos.

Habitação e Regularização Fundiária

A Secretaria de Obras, Habitação e Saneamento, por meio do Departamento de Habitação, em parceria com a Controladoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE), elaborou decreto com novas interpretações legais para a prestação de contas relacionada aos convênios realizados em programas habitacionais. Essa ação possibilitou que mais de 100 municípios gaúchos tivessem sua situação regularizada perante o Cadastro de Inadimplência (Cadin). O decreto beneficiou cerca de 180 prefeituras que estavam inscritas no Cadin por possuírem pendências, junto à Secretaria, nos convênios do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Em 2015, o Departamento de Habitação realizou convênios, com cooperativas habitacionais, buscando promover a construção de habitações de interesse social em dois Municípios. Os convênios ocorreram para o repasse de recursos financeiros para a complementação das obras das unidades habitacionais, cujos recursos principais são provenientes do Ministério das Cidades. Outros convênios de anos anteriores resultaram, ao longo de 2015, na conclusão das obras de 1.510 unidades habitacionais, beneficiando mais de 6 mil pessoas em áreas urbanas e rurais, distribuídas em 63 Municípios gaúchos.

Município	Objeto	Unidades habitacionais conveniadas
Arroio dos Ratos	Complemento para edificação de habitações	238
Porto Alegre	Complemento para edificação de habitações	400
Total de unidades habitacionais conveniadas - 2015		638
Total complementação financeira do Estado		R\$ 3.190.000,00
Total recurso do Ministério das Cidades		R\$ 40.223.080,00

O Departamento de Habitação realizou doações e cedências de áreas e lotes, provenientes da extinta COHAB – Companhia de Habitação do Estado, para os municípios promoverem processos de regularização fundiária urbana, diante das ocupações consolidadas, ou empreenderem futuros núcleos habitacionais. E, para os municípios de Sapucaia do Sul, Ijuí, Guaíba e Bagé foram doados lotes para implantação de obras destinadas aos Serviços Comunitários às comunidades existentes.

Município	Objeto	Beneficiários
São Luiz Gonzaga	Doação de Gleba para Urbanização	194 Famílias
Barra do Guarita	Doação de 29 Lotes para Regularização Fundiária	29 Famílias
Erechim	Doação de 46 Lotes para Regularização Fundiária	46 Famílias
Erval Grande	Doação de 65 Lotes para Regularização Fundiária	65 Famílias
Bento Gonçalves	Doação de 160 Lotes para Regularização Fundiária	160 Famílias
Porto Alegre	Cedência de Gleba para Edificação de Habitações	760 Famílias
Total de famílias beneficiadas diretamente – 2015		1.254

Importante avanço em 2015, foi a sansão da Lei Estadual 14.779 que prorrogou o prazo de vigência da concessão de significativos descontos para liquidação antecipada do financiamento habitacional aos mutuários, bem como nas aquisições de casas e terrenos da

extinta Companhia. Atualmente o Rio Grande do Sul, possui mais de 6 mil imóveis a quitar ou comercializar, distribuídos em 131 municípios, todos ocupados desde a construção dos núcleos habitacionais ocorrida nas décadas de 70 a 90 e que ocasionam, em muitos casos, custos ao erário público, como pagamento de impostos e taxas municipais.

A Lei possibilita, ainda, ao Estado conceder escritura definitiva ao atual ocupante, cujo contrato original já esteja quitado, desde que este comprove atendimento aos critérios previstos. Aceitas as provas, a titularidade se dará por intermédio da parceria com a Defensoria Pública Estadual, via processo administrativo, dispensando os inúmeros processos de usucapião, via Judiciário. Ao todo, a extinta COHAB detém hoje mais de 47 mil unidades habitacionais que aguardam a partir de 2016, os chamados “mutirões nas comunidades”, que levarão as facilidades da nova proposta de reconhecimento da titularidade e de redução das custas das escrituras públicas, oportunizando a regularização fundiária, e a promoção da cidadania pela eliminação dos chamados “contratos de gaveta”.

Ações da COHAB para Outorga de Escrituras	Nº de Imóveis
Escrituras outorgadas pela extinta COHAB em 2015	890
Previsão escrituras a serem outorgadas em 2016 em face de nova Lei de imóveis quitados	2.500
Total de imóveis da extinta COHAB a serem outorgadas escrituras aos mutuários	47.896

Com relação ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária, a SOP promove a ação Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado, que tem por público alvo as famílias com renda familiar abaixo de cinco salários mínimos que residem em áreas públicas estaduais. Os processos têm média e longa duração, em função das várias etapas envolvidas e da diversidade característica de cada localização, o que impõe complexidade e um ritmo diferenciado a cada um. Em 2011, a avaliação do indicador “número de famílias que ocupam irregularmente áreas do Estado”, resultou na informação de que havia 18 mil famílias nesta condição. Em 2015 o número passou a 16.428 famílias. Das 11 mil famílias que estavam em processo de regularização fundiária no início de 2015, remanescem 10.174 famílias,.

Processos de Regularização Fundiária em áreas do Estado - Estágio da Ação – 2015

Municípios	Regularização fundiária - Processos em andamento	Nº inicial de Famílias	Nº de famílias remanescentes
Araricá	Regularização Fundiária de 86 famílias	146	60
Canoas	Loteamentos João de Barro e Sete de Outubro: 2.159 Lotes transferidos ao município, 926 famílias em situação de Regularização Fundiária	2.159	1233
Eldorado do Sul	Etapas para a transferência da área necessária para a Regularização Fundiária das 436 famílias em andamento	436	436
Gravataí	Loteamento Xará: Registro Cartorial em tramitação Projetos para obras de Infraestrutura elaborados Licença de Instalação e processo licitatório em andamento	568	568
Portão	Loteamento Liberdade: projeto urbanístico em elaboração	350	350
Porto Alegre	Bororó Chácara das Bananeiras - Vilas Claréu, João Pessoa, Linha de Tiro e São Miguel Dormênio/Pantanal Vila Juliano Moreira Morro Santa Teresa	6.529	6.529

Municípios	Regularização fundiária - Processos em andamento	Nº inicial de Famílias	Nº de famílias remanescentes
	Chapéu do Sol. Ampliação do Aeroporto		
Sapucaia do Sul	Loteamento Santa Luzia: Emitida renovação da Licença de Instalação, aguarda-se previsão orçamentária para abertura de certame licitatório visando à execução de obras de infraestrutura.	998	998
Total	1.012 famílias em lotes regularizados e 2.159 lotes transferidos aos municípios	11.186	10.174

Onde as áreas objeto de processos de regularização não são de propriedade do Estado, são realizadas ações de fomento. Atualmente se encontram em fase de conclusão, o apoio à regularização fundiária nos municípios de Tramandaí (Consulta Popular) e Três Coroas. Em 2015, R\$ 350 mil reais foram repassados a Três Coroas, por meio de convênio, para obras de infraestrutura urbana no Loteamento Popular Encosta da Serra. No município de Tramandaí, foi concluído o levantamento topográfico de 1.000 lotes, e o cadastro socioeconômico de 1.100 famílias localizadas no bairro Parque dos Presidentes (Aguai) e no Terminal Turístico da cidade.

Em 2015, para o reassentamento de cerca de 680 famílias oriundas da faixa de domínio na RS 118, que são beneficiárias da ação “Aluguel Social”, o Estado desapropriou área com 28,9 hectares, em Sapucaia do Sul, e a SOP apresentou à prefeitura um estudo preliminar do projeto urbanístico do loteamento, e, atualmente, estão em elaboração, sob responsabilidade dos técnicos desse município, os laudos geológicos e de cobertura vegetal.

Saneamento

A SOP por meio do Programa Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul busca elaborar e executar a política estadual de saneamento, fortalecendo as ações governamentais realizadas em parcerias com a União, com os municípios e com a iniciativa privada, visando implementar e viabilizar, juntamente com a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, a expansão dos serviços de abastecimento de água, bem como do esgotamento sanitário no Rio Grande do Sul. Entre as principais ações do Governo do Estado, visando a implementação da política de saneamento, estão: Apoio aos municípios para a execução de Planos Municipais de Saneamento Básico; Execução de Planos Regionais de Saneamento (Planos de Saneamento de Bacia); Execução do Plano Estadual de Saneamento e a implantação do sistema de informações em saneamento.

Com relação ao desenvolvimento da Política de Saneamento no Estado, ainda em 2015, foi reestruturado o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN com o objetivo de apoiar e dar continuidade ao desenvolvimento da política de saneamento por meio da participação de representantes de instituições e sociedade organizada envolvida neste tema.

Encontra-se em andamento a contratação do Plano Estadual de Saneamento. De acordo com o Termo de Referência, por meio da sua elaboração deverá ser identificado o nível de salubridade ambiental das diferentes regiões do Estado. Conforme definido na legislação estadual, Lei Nº 12.037/2003, o Plano Estadual de Saneamento deverá ser elaborado tendo

por base a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, e deverá ser compatibilizado com o Plano Estadual de Recursos Hídricos. No RS, até 2015, foram completamente concluídos, etapas A, B e C, os Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Gravataí, Sinos e Caí Segundo dados da Agência Nacional de Águas – ANA, e encontra-se em revisão o plano do Lago Guaíba. Outros 12 planos de bacias estão parcialmente concluídos.

Com relação ao apoio à implementação da política de saneamento nos municípios, a SOP, por meio do Departamento de Saneamento - DESAN vem fomentando a elaboração dos planos municipais de saneamento. Segundo levantamento, realizado em 2015 para informar o indicador “*Municípios no RS com Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB*”, ao todo 233 municípios concluíram seus PMSB no Estado. Desse total, 108 municípios receberam recursos do Estado por meio de convênios firmados com contrapartida dos municípios.

Outras ações, que buscam promover a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico, realizadas pela área de saneamento da SOP, compreendem a perfuração de poços, e a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água, esgotos sanitários e drenagem urbana. Por meio do Programa de Poços – PAP, em 2015, foram beneficiadas 6.195 famílias com o fornecimento de água pela abertura de 142 poços em localidades rurais e periurbanas, em 84 municípios do Estado. E, foram realizados convênios para implantação de redes de água com os municípios de Antonio Prado e Doutor Ricardo através da Consulta Popular. Em 2015, para a realização destas ações que visam o saneamento em pequenas comunidades foram empenhados pela Secretaria R\$ 932.169,56.

O DESAN, com recursos federais, de mais de R\$ 7 milhões, oriundos do orçamento geral da união, através da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA está realizando obras de implantação de sistemas de abastecimento de água em assentamentos da reforma agrária em quatro municípios do Estado, São Luiz Gonzaga, Sananduva, Arroio Grande e Santa Margarida do Sul, conforme quadro abaixo.

Sistemas de Abastecimento de Água em Assentamentos da Reforma Agrária, 2015

Município	Assentamento	Famílias Beneficiadas	Valor (R\$)
São Luiz Gonzaga	Assentamento Vinte e Oito de Maio	53	1.003.173,43
Santa Margarida do Sul	Assentamento Novo Horizonte	86	2.282.540,95
Sananduva	Assentamento Três Pinheiros	66	1.351.065,07
Arroio Grande	Assentamento Chasqueiro/Santa Rosa Assentamento Santana	106	2.576.866,42
Total		311	7.213.645,87

A **Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN** vem procurando elevar os indicadores de saneamento nas áreas abrangidas pelos contratos de programa que mantém com os municípios do Estado. Assim, o indicador que informa o nível de universalização do abastecimento de água urbano factível ampliou-se para 99,67% das economias nas áreas abrangidas pelos contratos de programa. No âmbito do programa “Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul” por meio da ação de Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água, em 2015, A CORSAN realizou a ampliação da cobertura do abastecimento de água para mais 78.879 mil economias, atendendo as demandas dos contratos de programa e visando num futuro próximo atingir a universalização do abastecimento.

Ainda, para atender as demandas dos contratos de programa com os municípios, ou qualificar o atendimento, foram assentadas ou substituídas ao todo mais de 340 mil metros de rede de água, em 81 municípios. Com o mesmo objetivo foram construídas 02 estações de tratamento de água em 2015, respectivamente nos municípios de Rio Grande e Três Coroas; e, R\$ 75.828 milhões foram os recursos investidos em 2015 para a realização das ações envolvidas na expansão e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Com relação ao serviço de coleta de esgoto sanitário, a CORSAN tem como proposta implantar e ampliar o sistema coleta do esgoto sanitário nos municípios, pois no RS a maior parte das habitações utiliza sistemas de esgotos individuais. Tais soluções individuais não oferecem segurança quanto à contaminação ambiental, assim a ampliação de redes coletoras de esgoto e estações de tratamento tem por objetivo proporcionar a ampliação da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto à população e diminuir o risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais. A ampliação do número de economias servidas por redes coletoras de esgoto, em 18 municípios do Estado em 2015, foi de 18.393 mil economias. Neste período foram assentados 89,5 mil metros de redes coletoras de esgoto, e, concluídas as obras de 02 estações de tratamento de esgoto, uma no COREDE Litoral e outra no Metropolitano Delta do Jacuí.

Recursos Investidos Pela CORSAN – Programa Mais Saneamento Para O Rio Grande Do Sul - 2015

Ações do Programa Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	R\$(valor)
Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	75.828.008,00
Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário	85.585.057,00
Fomento de Novos Negócios	3.349.551,00
Promoção da Expansão do Abastecimento de Água Potável no Meio Rural	1.943.565,00
Promoção de Medidas Institucionais	13.543.184,00
Renovação dos Contratos de Programa: Prestação de Serviço de Abastecimento e Esgotamento Sanitário	18.000.000,00
Valor total Investido	198.249.365,00

Embora os altos investimentos já realizados pela Companhia para a implantação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETE e redes de coleta, da ordem de R\$ 85,6 milhões apenas em 2015, o percentual do Nível de Universalização de Esgotos Factível - NUE ainda é baixo, da ordem de 13,93%, das economias nas áreas dos contratos de programa da Companhia. Acresça-se a isto o fato de que as economias atualmente servidas, nem sempre estão ligadas aos sistemas implantados. Tal realidade além de comprometer o retorno financeiro dos investimentos realizados pela CORSAN reflete a falta de priorização de ações por parte dos gestores, titulares dos serviços públicos de esgotamento sanitário nos municípios, no sentido de buscar universalizar o acesso a esses serviços. Essa questão deu origem ao Programa RESsanear que pela atuação coordenada do Ministério Público e dos órgãos de saneamento no RS, busca apoiar o desenvolvimento do saneamento básico junto aos municípios, para que os entes municipais envolvidos promovam ações que efetivem os sistemas de saneamento projetados e implantados no âmbito do Estado, notadamente os da Companhia Riograndense de Saneamento.

Em 2015, no âmbito do Programa RESsanear, o MP/RS obedecendo o comando do inciso VIII do artigo 2º da Lei 11.445/07, que trata das tecnologias apropriadas, considerando a

capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas, organizou, por meio do Centro de Apoio à Ordem Urbanística, um Grupo Técnico – GT, constituído por representantes do Departamento de Saneamento da SOP; da CORSAN; dos órgãos de meio-ambiente do RS; da FUNASA, da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS e da Federação de Associações de Municípios do RS – FAMURS. O GT tem por objetivo propor diretrizes aos Municípios, órgãos de saneamento e de regulação dos serviços de saneamento, para sistematizar, e regerar, o funcionamento efetivo das soluções individuais de esgoto sanitário e de sistemas de esgoto misto, como alternativa à universalização dos serviços para todos os municípios gaúchos. Permitindo, desta forma, alcançar crescentes níveis de salubridade ambiental em menor prazo e a um custo menor.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
CORSAN	Programa Estadual de Saneamento	Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água
CORSAN	Programa Estadual de Saneamento	Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário
CORSAN	Programa Estadual de Saneamento	Promoção de Medidas Institucionais
SOSH	Gestão de Obras Públicas	Apoio às obras públicas nos municípios do RS
SOSH	Gestão de Obras Públicas	Elaboração, análise e orçamentação de projetos de arquitetura e engenharia de obras públicas
SOSH	Gestão de Obras Públicas	Gerenciamento da execução e fiscalização de obras públicas
SOSH	Gestão de Obras Públicas	Gestão de ações para o desenvolvimento institucional
SOSH	Gestão de Obras Públicas	Sistema de Gestão de Obras (SGO)
SOSH	Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento	Aluguel Social
SOSH	Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento	Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios
SOSH	Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento	Produção de Ações Habitacionais
SOSH	Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento	Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado
SOSH	Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento	Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores
SOSH	Programa Estadual de	Gestão da Política Estadual de

Órgão	Programa	Ação
	Saneamento	Saneamento
SOSH	Programa Estadual de Saneamento	Repasse de Convênios para Saneamento nos Municípios e Integralização de Capital - CORSAN
SOSH	Programa Estadual de Saneamento	Saneamento Básico para Pequenas Comunidades

SAÚDE

A **Secretaria Estadual da Saúde (SES)** tem por missão coordenar a política de saúde contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as várias ações desenvolvidas pela SES no ano de 2015, cabe destacar as descritas a seguir.

Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

A estruturação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) como forma de superar a fragmentação da atenção nas regiões de saúde requer a qualificação do sistema a partir da Atenção Básica de Saúde. No ano de 2014, a cobertura de equipes de atenção básica no Estado do Rio Grande do Sul era de 70,85%, já no mês de agosto de 2015 essa cobertura passou para 72,28%. Ressalta-se que, em 2015, foi iniciado um amplo processo de reorganização e qualificação da Atenção Primária à Saúde como coordenadora do cuidado e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde, através da planificação da Atenção Primária à Saúde no Estado do RS, iniciado nas Regiões de Saúde 1 e 2, 4ª Coordenadoria Regional de Saúde, como apoio aos gestores municipais. Pode-se apontar, da mesma forma, o estímulo e democratização da utilização do TelessaúdeRS pelas equipes da Atenção Básica, como estratégia qualificada de educação permanente e de melhoria da resolutividade no atendimento da população.

A efetiva implementação da Estratégia da Saúde da Família (ESF) tem fortalecido a Atenção Básica. Pesquisas indicam que a ESF pode resolver 80% dos problemas de saúde da população. A cobertura da ESF no Rio Grande do Sul, que era de 52% em 2014, alcançou o índice de 56% em novembro de 2015 abrangendo 470 municípios no Estado. Em 2015, o RS totalizou 1.889 Equipes de Saúde da Família e 10.594 Agentes Comunitários de Saúde, sendo que para a atenção básica o repasse foi de R\$ 147.446.955 milhões.

O financiamento e a qualificação incidiram também na Transversalidade: saúde da população indígena, saúde da população negra, saúde da população prisional. As atribuições da Política Estadual de Saúde no Sistema Prisional ocorrem por meio de uma gestão intersetorial compartilhada entre a Secretaria Estadual da Saúde, a Secretaria da Segurança Pública, os gestores municipais, o Ministério Público, a Sociedade Civil organizada e o Ministério da Saúde. As equipes são financiadas com incentivos da Secretaria Estadual da Saúde e do Ministério da Saúde. Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 33 equipes municipais de saúde prisional com cobertura de aproximadamente 56% da população privada de liberdade. Ao longo de 2015 foram implantadas 4 novas equipes.

Rede Materno-Infantil e Primeira Infância Melhor

A Rede Materno-Infantil no Estado do Rio Grande do Sul, dentro da estratégia Rede Cegonha do Ministério da Saúde, é destinada a garantir o atendimento qualificado às gestantes e crianças - de zero a seis anos, incluindo as crianças vinculadas ao Programa Primeira Infância Melhor (PIM). É desenvolvida por meio de ações conjuntas com as Políticas Estaduais de Saúde da Mulher, Saúde da Criança e PIM, priorizando a qualidade no atendimento à gestante e à criança, à consulta puerperal e pediátrica. Garante às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo. Às crianças, permite um nascimento seguro, crescimento

e desenvolvimento saudáveis. Um dos principais objetivos desta política é a redução da mortalidade materna e neonatal. Busca a vinculação da gestante à unidade de referência para as consultas do pré-natal, dando a certeza da internação em unidade hospitalar regionalizada para a realização do parto. A rede inclui, ainda, o transporte seguro por meio do serviço Samugonha.

Desenvolvido desde 2003, o PIM tornou-se política pública por lei, em 2006. Compõe uma das Políticas prioritárias da Secretaria Estadual da Saúde (SES) do Rio Grande do Sul, além de integrar programas estratégicos do Governo do Estado. É coordenado pela Secretaria Estadual da Saúde, com apoio das Secretarias Estaduais da Educação, da Cultura, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, da Justiça e dos Direitos Humanos e do Gabinete de Políticas Sociais. O PIM é uma ação transversal de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância e suas ações estão baseadas na elaboração conjunta de planos singulares de cuidados com as equipes municipais de atenção básica em saúde, de proteção social básica e de educação.

Atualmente, conforme informações do Sistema de Dados do PIM (SISPIM, dezembro de 2015), o PIM conta com 2.611 Visitadores atuando em 248 municípios, atendendo ao longo de sua trajetória a mais de 150 mil famílias e beneficiando 185 mil crianças e 39 mil gestantes. Esses resultados consolidam esta política como uma das principais tecnologias de desenvolvimento e transformação social no País. É um dos modelos de visita domiciliar citados no Projeto de Lei Federal da Câmara dos Deputados (PL nº 6998/13) que trata do Marco Legal da Primeira Infância, além de ser um dos pilares para as iniciativas previstas na Ação Brasil Carinhoso do Governo Federal. O PIM tem sido convidado a compartilhar sua experiência, apoiando diferentes iniciativas no Brasil.

Atenção Integral em Saúde Mental e Usuários de Substâncias Psicoativas

A estruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da Linha de Cuidado para Usuários de Álcool, *Crack* e outras Drogas nos municípios e macrorregiões do RS parte da premissa de que apenas diferentes dispositivos de cuidado, funcionando de forma articulada e pactuada, são capazes de garantir aos usuários de substâncias psicoativas o acesso com qualidade e a continuidade e integralidade da atenção à saúde nos seus diversos momentos. Assim, implica a implantação de novos serviços de saúde, a qualificação dos serviços já existentes, a pactuação de fluxos nos níveis municipal e regional entre os mesmos, a articulação com as redes intersetoriais, bem como a implantação de uma política de educação permanente para os profissionais. No Rio Grande do Sul atualmente há 200 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento que atendem usuários de saúde mental, sendo que em relação ao ano de 2014 houve o aumento de seis CAPS.

Ampliação e Qualificação da Rede de Urgência e Emergência (UPAs)

A necessidade de criação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) justifica-se pela existência de superlotação histórica e concentrada nas emergências hospitalares em todo o Estado, do encaminhamento desordenado e desarticulado das urgências e emergências, bem como da necessidade de reorganizar a rede de urgência e emergência dentro dos princípios de regionalização e descentralização do atendimento pré-hospitalar móvel e fixo.

As UPAs são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares. Com o objetivo de diminuir as filas nas emergências dos hospitais, as UPAs funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana, e podem resolver grande parte das urgências e emergências, especialmente à noite e aos finais de semana, quando a rede básica e a Estratégia Saúde da Família não funcionam. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do SAMU, que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o usuário ao serviço de saúde adequado à situação. Segundo o Ministério da Saúde, a necessidade do usuário buscar atendimento em hospital pode ser reduzida em 96% em locais onde as UPAs 24h já estão em funcionamento. Em 2015, foram construídas três novas UPAs 24hs no Estado, e foi repassado recurso para os municípios realizarem a compra de equipamentos necessários para o funcionamento de quatro UPAs.

Qualificação da Atenção Hospitalar

Em um esforço para ampliar serviços ambulatoriais, atendimento especializado e disponibilidade de leitos, a Secretaria Estadual da Saúde (SES) vem realizando ações de reorganização das referências hospitalares e ampliando seu financiamento, tendo como principal instrumento a qualificação da contratualização dos serviços prestados por hospitais e outros estabelecimentos de Saúde em todo o Rio Grande do Sul. Esta qualificação é sempre feita em cooperação com o Ministério da Saúde, que cria novas políticas de atenção secundária e terciária e repassa os valores da contratualização. Essas políticas são ampliadas por políticas estaduais que também complementam os valores com vistas a garantir viabilidade econômica para a execução das ações e serviços. Estes processos também contam com a cooperação dos municípios que executam parte das políticas e participam da gestão destas. Assim, ocorre um processo de cooperação entre as três esferas de governo, com o diferencial de que o Estado recuperou um papel de coordenação e protagonismo na organização do Sistema Único de Saúde.

Hospitais Públicos Regionais

Historicamente a assistência à saúde de média e alta complexidade está concentrada em Porto Alegre e em algumas cidades-polo do Estado, como: Caxias do Sul, Erechim, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santo Ângelo, Santa Cruz, Santa Maria e Santa Rosa. Mesmo nesses municípios, verifica-se dificuldade de acesso em determinadas especialidades, no diagnóstico e tratamento. Além disso, mais de 60% da rede hospitalar contratada ao Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul é constituída de estabelecimentos privados ou filantrópicos, dificultando o processo de regulação e gestão.

Para o período 2012 a 2015, estava prevista a construção de três hospitais e a ampliação de um. No que se refere ao Hospital Regional de Santa Maria, a obra está em fase final de acabamento com previsão de finalização para fevereiro de 2016. Em 2015 foi criado um grupo de trabalho com prefeitos, secretários municipais de saúde da região e a Secretaria Estadual da Saúde, a fim de definir o perfil assistencial, os equipamentos necessários e a gestão do hospital a partir de 2016. Quanto ao Hospital Regional de Palmeira das Missões (cuja construção é de responsabilidade do gestor municipal), está em fase de finalização o processo licitatório, não tendo sido iniciada a obra. Quanto ao Hospital Regional do Vale do Gravataí, a prefeitura do município oficializou a intenção da doação de um terreno de seis hectares na

ERS-118. Em relação à ampliação de serviços e leitos do Hospital Regional de Osório (São Vicente de Paula), foram concluídas as obras da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), Pediatria e parte da Emergência. Estão ainda em andamento a obra do Setor Administrativo e do Auditório. Ao longo do ano de 2015 a Secretaria da Saúde repassou R\$ 814.616.043 milhões para os hospitais e demais prestadores de serviços com recursos estaduais para cobertura de ações e serviços de saúde e mais R\$ 881.203.598 milhões federais.

Está em vigência convênio com a Fundação Universitária de Cardiologia (FUC) para ampliação do Hospital Padre Geremias em Cachoeirinha, Hospital de Alvorada e FUC-Porto Alegre, cujos projetos estão em desenvolvimento. Após a aprovação desses projetos será iniciada a construção dos prédios, destacando-se que a FUC-Porto Alegre já está com as obras em andamento.

Central de Transplantes

O Rio Grande do Sul é uma referência para os Transplantes em toda região Sul e no Brasil. Atualmente são 58 equipes habilitadas para a realização de transplantes no Estado, e são mais de 1.000 profissionais envolvidos em todo o Programa de Transplantes. Foram realizados 2.274 procedimentos de transplantes de órgãos ou tecidos no Estado no ano de 2015, número recorde desde o início das atividades da Central de Transplantes (1996). Foi registrado um número maior de transplantes de fígado, coração, pulmão, córneas, ossos e medula óssea em relação ao ano anterior. No ano de 2015 foi retomado o transplante de conjugado de rim-pâncreas. Assim, o RS voltou a realizar todos os procedimentos de transplantes no Estado.

O trabalho das equipes de procura e doação de órgãos possibilitou o crescimento no número de doadores no Estado, que passou de 214 em 2014 para 245 em 2015. O resultado desse aumento foi um maior número de transplantes, mais pacientes tratados, com maior benefício, trazendo retorno para toda a sociedade.

Regulação Hospitalar

A SES realiza a regulação do acesso aos leitos de UTI Neonatal, Pediátrica e Adulto por meio de uma central no Complexo Estadual Regulador. A central recebe a solicitação de uma vaga de UTI a partir do médico assistente de hospital que não possui leitos de terapia intensiva ou não dispõe de vaga no momento. A equipe médica da central classifica o risco, através de informações sobre as condições clínicas, exames complementares e diagnóstico médico, e procura, na rede do SUS, o serviço que atenda às necessidades do usuário. Identificada a vaga, o leito é reservado e disponibilizado ao hospital solicitante.

A regulação do acesso a leitos cirúrgicos ainda está sendo estruturada pelo Estado. Atualmente, é realizada diretamente pelos serviços de saúde e Secretarias Municipais de Saúde (SMS), com auxílio das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e de centrais de leitos municipais de cidades-polo para esse tipo de atendimento. Quando um usuário do SUS recebe o encaminhamento da necessidade de cirurgia, a SMS ou o próprio serviço onde esta necessidade foi constatada procura pelo leito junto ao hospital que é referência para o

atendimento, seja pela proximidade geográfica ou pela especialidade. Cabe ressaltar que em 2015 foram reguladas 11.848 internações hospitalares no Estado.

Regulação Ambulatorial

A Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CRA/RS) está totalmente informatizada para regulação do acesso às consultas médicas especializadas ofertadas em Porto Alegre. A regulação do acesso aos procedimentos ambulatoriais ofertados em outros municípios, realizada em conjunto pelas CRSs e CRA/RS, está parcialmente informatizada, tanto em relação ao número de hospitais, quanto à oferta dos mesmos. Esse processo está em andamento, com avanços significativos em 2015, com alcance de 90,3% dos municípios abrangidos.

O número de consultas e exames regulados sob gestão da Secretaria Estadual de Saúde cresceu de forma significativa em 2015 (87,3%), com a implantação do processo informatizado em 18 das 19 centrais regionais de regulação localizadas nas Coordenadorias Regionais de Saúde. Além disso, o monitoramento contínuo dos indicadores de processo e resultados relacionados à regulação de consultas permitiu orientar o planejamento desta ação e definir prioridades. A integração da Central Estadual de Regulação Ambulatorial ao TelessaúdeRS, com a finalidade de qualificar a demanda por consultas especializadas, foi ampliada com a implantação de protocolos de encaminhamento à atenção especializada para 78 patologias, sendo 63 protocolos em 2015. Destaca-se, igualmente, que em 2015 foram reguladas 652.190 consultas e exames no Estado.

Vigilância em Saúde

Dada a complexidade e diversidade dos problemas de saúde a que a população está exposta nos dias de hoje, a vigilância em saúde desenvolve ações organizadas em um conjunto de saberes relacionados à vigilância epidemiológica, vigilância ambiental em saúde, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância sanitária. Assim, no ano de 2015, pode-se destacar a prevenção e controle de doenças preveníveis por vacinação, pois a cobertura vacinal da Campanha da Poliomielite foi de 94,72%, superior aos 94,66% de 2014, e a cobertura vacinal da Campanha de Influenza nos grupos prioritários atingiu 86,24%, superando os 85,86% de 2014. A Campanha de Multivacinação de 2015 atualizou o calendário vacinal de 278.294 crianças, aplicando 312.253 doses de vacinas. A implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SIPNI) foi realizada em 467 municípios (representando 93,96% do total), em mais de 1.300 salas de vacinas em todo Estado.

Com a emergência da infestação dos municípios pelo mosquito *Aedes Aegypti*, outra ação de vigilância em saúde de grande relevância em 2015 se refere à prevenção e controle da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, com o repasse de R\$ 3,1 milhões aos municípios, além do incremento das capacitações e supervisões nas regiões de maior risco (noroeste, norte e metropolitana).

O universo de abrangência e a importância da vigilância em saúde são amplos, compreendendo também a vigilância da qualidade da água, com o cadastro de 100% dos municípios no Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISÁGUA), as operações de combate às fraudes e às irregularidades sanitárias em

relação aos alimentos e a investigação de surtos por bactérias multirresistentes em estabelecimentos de saúde. Em 2015 também foi fundamental o papel da vigilância no controle do surto comunitário de Meningite Meningocócica em Cachoeirinha/RS, através da vacinação de cerca de 31.000 pessoas de 5 a 19 anos e da oferta de quimioprofilaxia com Rifampicina para os comunicantes.

Assistência Farmacêutica

Compete à Assistência Farmacêutica assegurar a rotina de avaliações e reavaliações de todos os processos de solicitação de medicamentos especiais (lista própria do Estado) e especializados (lista preconizada pelo Ministério da Saúde). Os medicamentos elencados em ambas as listas não são aqueles dispensados na Farmácia Básica, pois se referem a doenças raras, de baixa prevalência ou de uso crônico prolongado com alto custo unitário. Em 2015 houve um aumento histórico no número de pacientes administrativos cadastrados, que era de 139.000 em 2014 e passou para 200.771 em 2015 (45%), além de 67.026 pacientes atendidos por determinação judicial. Este significativo aumento da demanda demonstra que o acesso aos medicamentos tornou-se mais amplo e que a Secretaria atende à necessidade de avaliações e reavaliações técnicas de rotina.

Ao longo do ano de 2015 o Estado investiu R\$ 353.013.044 em medicamentos para a população gaúcha, sendo destinados R\$ 253.899.125 a aquisições de medicamentos (administrativos e judiciais), R\$ 78.549.577 a sentenças judiciais (depósitos e sequestros) e R\$ 20.564.342 à farmácia básica, como contrapartida para o investimento nos municípios. No ano de 2015 ocorreu também a regularização de sequestros de exercícios anteriores (2007, 2012-2014) no valor de R\$ 97.310.024.

Fortalecimento da Regionalização e Planejamento em Saúde

Ao longo do ano de 2015 fortaleceram-se os processos de planejamento e regionalização em saúde com a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, buscando construir ações e produtos para sociedade de forma regionalizada. Também se iniciaram as oficinas para a construção do Plano Estadual de Saúde e foi implementada a ferramenta de *Business Intelligence* (BI), que busca reunir em uma única base de dados as informações epidemiológicas (sócio-demográficas; morbimortalidades e dos condicionantes e determinantes da saúde). Atualmente o BI opera com os dados sociodemográficos, dados do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC), do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informação Hospitalar (SIH), e do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA). Isso permite qualificar a análise dos territórios ou regiões de saúde, auxiliando o planejamento em saúde e a tomada de decisão pela gestão estadual.

Por fim, aponta-se que a Secretaria apoiou o Conselho Estadual de Saúde/RS para a organização da 7ª Conferência Estadual de Saúde e a participação na 15ª Conferência Nacional de Saúde, na qual 144 Delegados do RS tiveram a viabilização da sua ida a Brasília efetivada pela SES.

A **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)**, criada em 1994, é uma organização da administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, com a finalidade de pesquisa e produção de insumos e serviços estratégicos para as políticas de saúde da SES e do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul.

A FEPPS, além de ser a Coordenadora da Hemorrede Pública do Estado, serve de referência à vigilância epidemiológica e sanitária do SUS no Rio Grande do Sul. Tem como objetivo social a produção de medicamentos, produtos e serviços relacionados à saúde, com fornecimento prioritário ao SUS. A Fundação apoia programas de saúde, realizando pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças e desenvolvimento de produtos, assessora projetos e proporciona treinamento e capacitação de técnicos e estudantes.

A FEPPS agrega o Instituto de Pesquisas Biológicas Jandyr Maia Faillace - Laboratório Central do Estado (IPB/LACEN); o Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT); o Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS); o Centro de Informação Toxicológica (CIT) e o Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS).

O IPB/LACEN tem como missão ser referência à Vigilância em Saúde, atendendo ao Sistema Único de Saúde nas políticas e programas, realizando análises laboratoriais, desenvolvendo ações, diagnóstico, pesquisa e controle de qualidade de produtos e serviços. Em 2015 foram realizadas 722.319 análises laboratoriais em Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária. O Laboratório Central do Estado processou 503,4 mil análises de vetores para atender a demanda dos 497 municípios do Estado em relação à confirmação da presença dos vetores da Dengue, do Zika Vírus e da Febre Chikungunya. Deste total, em média, 70% das amostras são confirmadas para infestação do *Aedes aegypti*.

O CDCT realiza e estimula a pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças, trabalha na criação de novas tecnologias, como Kits diagnósticos, e realiza testes de paternidade/maternidade. Ao longo de 2015 foram realizadas 4.070 análises de DNA, com relevante repercussão social.

O CIT tem por objetivo principal prestar assessoria e orientação frente a acidentes tóxicos, em caráter de emergência e em regime de plantão 24 horas/dia, prestando teleatendimento médico permanente de pacientes vitimados por exposições químicas em geral, exposições por substâncias potencialmente tóxicas, contaminação por pesticidas agrícolas ou domésticos, substâncias químicas de uso doméstico ou industrial, plantas tóxicas, animais peçonhentos, medicamentos de uso humano ou animal, drogas lícitas e ilícitas ou qualquer outro agente potencialmente tóxico.

O CIT ainda atende Unidades Básicas de Saúde e Hospitais Municipais na área de emergência médica e de apoio diagnóstico, possibilitando o tratamento precoce, diminuindo sequelas e risco de vida à população. Ao longo de 2015 foram realizados 23.839 atendimentos tóxicos e 10.238 análises toxicológicas.

Em 2015 o CIT lançou um aplicativo sobre animais peçonhentos voltado à população. Desenvolvido em parceria com o TelessaúdeRS, presta informações às pessoas e profissionais

de saúde sobre os principais animais peçonhentos envolvidos em acidentes no Estado. O aplicativo permite, pela geolocalização, que se encontre o ponto de soro mais próximo do local em que se está o usuário e possibilita que seja feita uma chamada de urgência com o plantão 24 horas do CIT/RS, para o recebimento de informações complementares sobre o atendimento do acidente.

A Hemorrede do Estado do Rio Grande do Sul disponibiliza e garante o fornecimento de sangue e hemocomponentes com qualidade aos leitos do Sistema Único de Saúde, através de seis Hemocentros: Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Palmeira das Missões e Cruz Alta. Além desses Hemocentros Estaduais, também compõem a Hemorrede Pública do Estado três Hemocentros Municipais Regionais, localizados em Caxias do Sul, Santa Rosa e Alegrete, gerenciados pelas Prefeituras. Na estrutura da Hemorrede está ainda a Clínica Hematológica do Estado, referência para o atendimento a 1.300 pacientes hemofílicos e portadores de coagulopatias. Foram realizados 7.718 atendimentos na Clínica Hematológica em 2015.

O LAFERGS tem como objetivo produzir medicamentos com padrão de qualidade cumprindo as Boas Práticas de Fabricação, atendendo às Políticas Públicas de Assistência Farmacêutica. Em janeiro de 2014 foi aprovada a Lei que criou a empresa pública “Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul S.A.” objetivando conferir competitividade ao LAFERGS no mercado produtor de medicamentos. Desde então a FEPPS vem desenvolvendo ações no sentido de efetivar a transição do LAFERGS de um departamento seu para empresa pública. O LAFERGS tem hoje aprovado no Ministério da Saúde cinco parcerias de desenvolvimento produtivo (PDPs) para produção e venda de insumos para o SUS, sendo que a venda imediata depende apenas da concretização da empresa com CNPJ e Inscrição Estadual.

Todos os programas e ações da FEPPS foram concebidos e desenvolvidos com a finalidade de responder às demandas de saúde pública do Estado do Rio Grande do Sul previstas no PES – Plano Estadual de Saúde e no PPA 2012/2015, oferecendo apoio estratégico ao SUS.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FEPPS	Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Fortalecimento de Educação Permanente em Saúde
FEPPS	Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Realização de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
FEPPS	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Formulação da Política Estadual de Laboratórios de Vigilância em Saúde
FEPPS	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Formulação da Política Estadual do Sangue e Hemoderivados
FEPPS	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Gestão da Infraestrutura da FEPPS
FEPPS	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Implantação da Empresa LAFERGS

Órgão	Programa	Ação
FEPPS	Governança da Informação em Saúde	Tecnologia da Informação na FEPPS
FEPPS	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Prestação de Serviços e Disponibilização de Insumos Estratégicos para o SUS
SES	Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Educação em Saúde
SES	Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Fortalecimento da Residência Integrada em Saúde
SES	Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Implementação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Aprimoramento das Relações entre a SES, os Municípios e o Poder Judiciário no Enfrentamento às Demandas Judiciais
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Aprimoramento das Relações entre Estado, Municípios, União e Organismos Nacionais e Internacionais Mediante Cooperação e Gestão Compartilhada
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Fortalecimento da Auditoria do SUS
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Fortalecimento da Ouvidoria do SUS
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Fortalecimento das Instâncias de Participação Social e Pactuação no SUS
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Gestão do Trabalho em Saúde
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS
SES	Gestão da Saúde e Infraestrutura	Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais
SES	Governança da Informação em Saúde	Construção de Plataformas de Gestão, Desenvolvimento de Arquitetura da Informação e Ferramentas Integradas em Saúde
SES	Governança da Informação em Saúde	Fortalecimento da Estrutura da Governança da Informação
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação de Leitos Hospitalares

Órgão	Programa	Ação
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Rede de Urgência e Emergência
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do Acesso
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Saúde da Pessoa com Deficiência
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Próprios
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Gestão da Comunicação
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Nota Fiscal Gaúcha/SES
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Programa de Saneamento (PROSAN)
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Qualificação da Atenção Básica
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Estabelecimento das Referências
SES	Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde	Qualificação e Ampliação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Ambulatoriais e Hospitalares

SEGURANÇA PÚBLICA

A **Secretaria da Segurança Pública (SSP)** tem entre as suas principais atribuições a garantia da ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança, a promoção de ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macrocriminalidade, crime organizado e controle de armamentos, bem como a administração do serviço penitenciário. As diretrizes estabelecidas na Pasta norteiam as atividades desenvolvidas pelas suas instituições vinculadas: **Brigada Militar (BM)**, **Corpo de Bombeiros Militar (CBM)**, **Polícia Civil (PC)**, **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)** e **Instituto-Geral de Perícias (IGP)**. Os dados e informações a seguir referem-se às principais ações desenvolvidas pela SSP e instituições vinculadas durante o ano de 2015.

Administração e Modernização do Sistema Prisional

A **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)** tem como objetivo buscar a recuperação da condição de cidadão do apenado em uma perspectiva socializadora, mantendo-se a educação, capacitação profissional e trabalho, assim como a sistemática de assistência e tratamento penal, tanto aos recolhidos como aos egressos e familiares e, em consequência, promovendo uma redução dos níveis de reincidência criminal, beneficiando a sociedade como um todo. Nesse sentido, são desenvolvidas ações relacionadas com a administração do sistema prisional, a formação e qualificação dos servidores da SUSEPE, a geração e recuperação de vagas no sistema prisional, bem como a assistência material, espiritual, saúde e ensino.

Durante o ano de 2015, a SUSEPE capacitou 5.397 servidores e ampliou o número de vagas prisionais (4.000 vagas geradas mediante utilização de monitoramento eletrônico georreferenciado de sentenciados e/ou provisórios – tornozeleira eletrônica – e 1.056 vagas geradas por meio de construção ou recuperação de área física).

Dentro da ótica de contenção de despesas apresentada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, a SUSEPE foi inserida no Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de compra com doação simultânea, em convênio entre a SDR e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob monitoramento da SSP/RS. Os alimentos estão abastecendo 18 estabelecimentos prisionais, nos municípios de Porto Alegre, Charqueadas, Montenegro e Osório, por um período de cinco meses, entre novembro de 2015 e março de 2016. Entre detentos e servidores, estão sendo atendidas 14,4 mil pessoas, em três refeições diárias. A chamada pública permitiu ao Estado economizar R\$ 500.00,00 mensais, o que representa 40% do custeio mensal da SUSEPE com alimentação. Podem participar da chamada pública cooperativas da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Entre os itens adquiridos pelo Programa estão hortifrutigranjeiros, carnes, ovos, leite, cereais, massas e óleo de soja.

Obras para construção ou ampliação de estabelecimentos prisionais também vem sendo realizadas, como, por exemplo, o Complexo Penitenciário de Canoas, localizado no Bairro Guajuviras, que oferecerá 2.808 novas vagas em regime fechado. O Presídio Estadual de Canoas I está concluído (393 vagas para o regime fechado), enquanto o restante do Complexo se encontra em fase final de construção. Desde março de 2015 a comunidade do Vale do Rio

Pardo conta com a nova Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, com 529 vagas prisionais masculinas para regime fechado e recolhimento de presos provisórios. O investimento foi de R\$ 21,6 milhões com recursos do Governo do Estado. Em junho de 2015 também foi inaugurada, no Presídio Estadual de Carazinho, uma nova galeria para o regime fechado, gerando 42 vagas prisionais. Em 2015 houve, ainda, a inauguração do Anexo do Presídio Estadual de Lajeado, com capacidade para 126 vagas prisionais masculinas para apenados do regime semiaberto. As obras de recuperação do pavilhão para 120 vagas prisionais no Instituto Penal Padre Pio Buck em Porto Alegre encontram-se em fase final.

Destaca-se, também, que a SUSEPE recebeu em 2015 aparelhos de inspeção eletrônica para auxiliar na segurança dos estabelecimentos prisionais. Foram entregues 201 detectores de metais manuais, 86 banquetas de inspeção íntima, 30 portais e 6 esteiras de raios-X, que visam coibir a entrada de armas, drogas, telefones celulares, entre outros materiais proibidos. Os equipamentos foram adquiridos pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e foram ofertados sem custos para os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, houve investimento total de R\$ 909.640,00 e um dos principais objetivos, além de ajudar os estabelecimentos a manter a segurança, é humanizar a revista dos visitantes, prática que vem sendo adotada pela SUSEPE

Prevenção e Repressão à Criminalidade

Frente aos prejuízos sociais que o crime em geral provoca, torna-se cada vez mais necessário o aprimoramento dos métodos de gestão e de controle, coordenação das ações dos órgãos de segurança pública e seu adequado aparelhamento, a fim de possibilitar a execução efetiva das políticas públicas estabelecidas para essa área no Estado. Com o objetivo de prevenir e reprimir a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, a SSP busca realizar ações específicas, controle gerencial de indicadores, adoção de procedimentos operacionais dos órgãos de segurança pública, potencializados pela capacitação dos recursos humanos e de infraestrutura necessários ao implemento das atividades, e estruturação das áreas de inteligência e estratégia. Para tanto, foram capacitados, em 2015, 1.157 servidores da Brigada Militar e 1.746 da Polícia Civil. No que diz respeito à administração da área de saúde da SSP, foram atendidos 140.191 servidores, sendo 110.161 da Brigada Militar e 30.030 da Polícia Civil.

Dentre as ações de prevenção e combate a incêndio, a realização de buscas e salvamentos e atividades de Defesa Civil, sob a responsabilidade do **Corpo de Bombeiros Militar**, destacaram-se como os principais serviços prestados à comunidade, em 2015: a realização de 289.491 ações de prevenção de incêndio; o combate a 7.836 incêndios; a remoção de 5.165 fontes de perigo, a realização de 9.143 salvamentos e a emissão de 68.300 alvarás do plano de prevenção e proteção contra incêndios (APPCI) em todo Estado.

O desempenho das funções de Polícia Judiciária para a repressão qualificada ao crime, sob a responsabilidade da **Polícia Civil**, envolve a investigação criminal e a execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, no sentido do aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços com base em indicadores e da utilização do Sistema de Inteligência Policial, destacando-se, nesse sentido, em 2015: aquisição de 1.781 equipamentos de segurança e proteção; remessa de 181.004

inquéritos policiais, 24.428 procedimentos especiais para adolescentes e 133.255 termos circunstanciados; e aquisição de 104 veículos para a Polícia Civil.

A Polícia Civil realizou, com sucesso, uma série de operações com foco no combate ao crime organizado. Foram ações contra o tráfico de entorpecentes, furto e roubo de veículos, receptação, roubo de cargas e crimes fazendários, entre outros. Em 2015, o Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc) e o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) bateram recordes históricos de prisões e apreensões. O Denarc superou o dobro da meta estabelecida, com a prisão de mais de 600 criminosos. O Deic ultrapassou a marca de 1,3 mil detenções em suas atividades ao longo do ano. Diversas quadrilhas foram desmanteladas, com destaque para os impérios do tráfico em Porto Alegre e para os grupos criminosos especializados em roubo a bancos e de veículos.

A **Brigada Militar** tem a seu cargo o Policiamento Ostensivo e a Preservação da Ordem Pública, tendo como objetivo a prevenção e repressão à criminalidade com agilidade, eficiência e eficácia, provendo a infraestrutura necessária e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia. Destacam-se em 2015: aquisição de 552 unidades de coletes e armamentos e aquisição de 421 equipamentos de tecnologia; construção/reforma de quatro quartéis e aquisição de 63 viaturas para a Brigada Militar; matrícula de 46 alunos no ensino infantil (Escola Tio Chico) e de 1.362 alunos no Ensino Médio (Colégio Tiradentes); a execução de 101.270 prisões e realização de abordagem em 3.719.401 veículos.

A Operação “Força Tática” foi idealizada para reforçar o policiamento ostensivo nos bairros de Porto Alegre. Até 300 policiais militares de pelotões especializados foram deslocados para o trabalho de prevenção e repressão de delitos, reforçando as ações em zonas conflagradas, por meio de saturação de área, com patrulhas motorizadas, barreiras, abordagens de pedestres, veículos e coletivos totalizando 150.822 veículos fiscalizados e 2.970 inspeções em desmanches, efetuados pela Brigada Militar. Outro foco é o trabalho reforçado em zonas comerciais e de grande fluxo de pessoas. Nestes casos os locais de atuação dos policiais são divulgados somente no momento do emprego, para preservar o trabalho da BM. Como as ações são realizadas por policiais de pelotões especializados, em suplementação ao orgânico, não comprometem a solução de continuidade deste.

Ao longo de 2015 foram intensificadas as atividades do Comando e Controle Integrado, com a implantação do Botão do Pânico, resultado do convênio entre EPTC e SSP. O equipamento foi instalado em 3.920 veículos da frota de taxis de Porto Alegre, atendendo a 10.000 taxistas da região. Até dezembro de 2015 foram registradas 1,3 milhão de ligações aos serviços de emergência, uma média de 136,2 mil por mês. Foram geradas 110.280 ocorrências (11 mil/mês). Ao todo, 366 prisões foram efetuadas em decorrência direta do videomonitoramento realizado no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). De janeiro a novembro de 2015, as Plataformas de Observação Elevada (POEs) foram utilizadas em 31 eventos, atendendo a um público superior a 1 milhão de pessoas. Em 48 cidades há cobertura de Videomonitoramento, sendo que em 20 cidades os equipamentos estão em fase de instalação.

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) é o responsável pela realização de perícias criminais e de serviços de identificação, operacionalizando as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal com vistas à coleta e à

produção de prova técnica processual, à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão de cédula de identidade civil, bem como à implementação de projetos destinados à aplicação de novas tecnologias, minimização dos efeitos da violência, promoção de cidadania e igualdade de gênero e prevenção e segurança no trabalho. Para isso, podem ser destacados, em 2015: emissão de 161.516 Laudos Periciais e 716.860 Carteiras de Identidade através de convênio com 291 municípios, sem contrapartida para o Estado. Os convênios contemplam, como obrigação dos municípios, a cedência do espaço físico e a disponibilização do servidor para atendimento, gerando uma economia para o Estado de 11 milhões em despesa de pessoal.

Em 2015, o Instituto-Geral de Perícias efetivou o grande projeto de evolução tecnológica: a implantação do laudo eletrônico em todo o Estado. O laudo eletrônico automatiza as informações decorrentes da perícia oficial nas mais diversas áreas. O processo agiliza o fluxo de informações que tramitam na Justiça, desde os inquéritos elaborados pela Polícia Civil até as sentenças proferidas no âmbito judicial. Cerca de 80% dos postos do IGP no RS contam com o laudo eletrônico no sistema. Até agosto de 2014, apenas dois postos (Santa Maria e Cruz Alta) dispunham da tecnologia. No âmbito da Identificação Civil, o IGP já atingiu 100% no processo de informatização.

O Centro Regional de Excelência em Perícias do RS, nova sede do IGP, está sendo construída em Porto Alegre, ao lado da sede da Secretaria da Segurança Pública (SSP). O prédio terá sete andares, totalizando 11,7 mil m² de área construída, em um terreno de 7,3 mil m². A obra possui valor total de R\$ 29,2 milhões. Destes, R\$ 25,9 milhões são recursos do governo federal, com contrapartida do governo do Estado de R\$ 3,3 milhões. O prazo de conclusão é de 24 meses. A ordem de início dos serviços de execução de obras, de projetos executivos do prédio e licença ambiental de instalação foi assinada em julho de 2015. O centro será responsável também pela formação e capacitação de peritos do RS e de outros estados do Brasil.

Segurança Pública com Cidadania

Frente aos dados indicativos do aumento da violência, atingindo especialmente o grupo etário de 15 a 24 anos, faixa em que se situam os adolescentes aliciados pelo tráfico de drogas e também a maioria das vítimas de homicídio, foram estabelecidos convênios com os Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROs) de 55 municípios. Foram efetivadas ações específicas com o objetivo de reduzir a violência e a criminalidade no Estado, proporcionando aos municípios gaúchos a possibilidade de elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção, com o propósito de combater a violência, a criminalidade e a discriminação, além de disponibilizar o acesso da sociedade na gestão da segurança pública. Nesse sentido, destacaram-se como principais iniciativas: apoio e incentivo às políticas públicas municipais, a partir da criação, instalação e garantia de efetivo funcionamento dos gabinetes de gestão integrada municipais destacando-se, em 2015, o atendimento realizado a 42 municípios. Destaca-se, também, a execução de dois projetos de prevenção à violência e apoio às vítimas que visam reduzir a vulnerabilidade das pessoas através da garantia dos direitos fundamentais, mediante criação de mecanismos capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente os conflitos e controlar as ameaças e

coerções ilegítimas, além de 26 convênios de Policiamento Comunitário, somando um total de investimento de R\$ 4.737.000,00 ao ano.

Combate à Violência Contra a Mulher

O programa “Patrulha Maria da Penha” foi desenvolvido pela Brigada Militar para fiscalizar as Medidas Protetivas de Urgência, solicitadas pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) ao Poder Judiciário, além de prestar atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência. Em 2015, a SSP instalou a Patrulha Maria da Penha em 6 municípios: Santa Maria, Bagé, Erechim, Santa Rosa, Ijuí e Bento Gonçalves. Ao todo, são 37 patrulhas, instaladas em 28 municípios. Também merece destaque a ampliação da fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência, que agora se estende às adolescentes vítimas de violência doméstica. A ação atende a meninas com idade a partir dos 12 anos.

Foi lançado, em dezembro de 2015, o aplicativo PLP 2.0 que contará com informações acerca de violência doméstica e sobre a rede de serviços voltada a essa demanda existente no Estado. O aplicativo permite às mulheres vítimas de violência doméstica que possuem medida protetiva deferida o acionamento, através do *smartphone*, das forças de segurança em caráter prioritário no despacho do Centro Integrado de Comando e Controle – CICC. O RS será o primeiro Estado do País a instituir a parceria do aplicativo com poder público, com estrutura de atendimento disponibilizada pela SSP. Foram realizados convênios com prefeituras, bem como com o Ministério Público, Ministério Público do Trabalho e Poder Judiciário para Instalação dos locais denominados de Salas Lilás (local onde são realizados o acolhimento e exames das vítimas de abuso sexual e violência doméstica à mulher). Destacam-se os municípios de Porto Alegre, Santana do Livramento, Caxias do Sul, Bagé, Vacaria, Lajeado, Rio Grande, Ijuí, Canoas, Santa Rosa, e com respectivos projetos em andamento, Santa Maria, Pelotas e Frederico Westphalen.

Lei dos Desmanches

O projeto de lei estadual 325, sancionado em dezembro de 2015, regulamenta a Lei Federal dos Desmanches, com mecanismos eficientes de fiscalização e inibição de ilícitos. A nova lei possibilitará aos órgãos estaduais de fiscalização dar destino final às peças sem procedência comprovada, encaminhando-as para destruição. A Secretaria da Segurança Pública (SSP), a SMARH e a PGE agora trabalham na regulamentação da lei e nos trâmites legais para realização dos convênios com as empresas que serão responsáveis pela destruição e reciclagem das peças recolhidas. Atualmente, existem cerca de 1.700 desmanches ilegais no RS.

Implantação da Estratégia de Segurança Pública para Fronteira e Área Rural

O Decreto 52.536, de setembro de 2015, instituiu a Companhia de Operações de Fronteira da Brigada Militar, a Coordenadoria de Investigações do Departamento de Polícia do Interior da Polícia Civil e o Núcleo de Perícias de Fronteiras do Instituto-Geral de Perícias. A SSP realiza a capacitação do efetivo, já existindo quatro turmas formadas, totalizando 118 profissionais. Em 2015, foi rearticulado o Comitê de Gestão da Transversalidade das Ações de Combate aos Crimes de Abigeato e Abate Irregular de Animais (Decreto 50.313/2013). Também foi implantado o Sistema de Videomonitoramento na Fronteira, através de convênio

com a Senasp/MJ, nos municípios de Bagé, Itaqui, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga, Rio Grande e Uruguaiana no valor de R\$3.500.000,00.

Nos meses de verão, na fronteira com a Argentina e com o Uruguai, um fluxo de aproximadamente 550.000 turistas estrangeiros se desloca ao litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tornam-se necessárias, portanto, medidas diferenciadas na área de segurança pública, visando a proteção na cidade fronteiriça e nas rodovias de acesso, evitando ocorrências que prejudicariam a imagem do País no exterior. Diante desta realidade, a SSP está desenvolvendo ações estratégicas que atendam ao Plano Estadual de Segurança Pública para a Fronteira e Área Rural baseada em três eixos estruturantes: fortalecimento e desenvolvimento do capital humano, suas estruturas e tecnologia da segurança pública na região de fronteira; criação de um novo paradigma em torno de Segurança Pública em Fronteira; e concretização da integração interinstitucional. Estas ações permitirão a atuação, dos órgãos de segurança pública na região de fronteira, baseada no preparo pronta resposta, mobilidade, cooperação e coordenação, alcançando capacidade operacional voltada a prevenção e repressão imediata e qualificada. Através destas ações busca-se efetivar a presença dos órgãos de segurança pública na região de fronteira além de integrar os órgãos de Segurança Pública e de Defesa Nacional estrangeiros, e de estimular a cooperação com os correspondentes em países vizinhos.

Projeto Preparando a Liberdade

Em uma ação conjunta entre a Secretaria da Segurança Pública, Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social e a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos foi lançado em agosto de 2015 o projeto “Preparando a Liberdade” no Presídio Central de Porto Alegre. O objetivo é preparar a reinserção social de apenados através de cursos profissionalizantes ofertados pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). Entre as ações desenvolvidas, estão a confecção de carteiras de identidade, carteiras de nome social (instituídas para travestis e transexuais no RS, para o exercício dos direitos previstos no Decreto 48.118/2011 e válidas para tratamento nominal nos órgãos e entidades do Poder Executivo do RS) e carteiras de trabalho, ampliação de vagas do Núcleo de Educação de Jovens Adulto (NEEJA) e nas aulas de informática.

Policimento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino

A Brigada Militar executa o Policiamento Comunitário, de modo a fomentar a transversalidade das ações com a comunidade, atuando preventivamente e visando reduzir os índices de criminalidade. Outra forma de atuação comunitária da Brigada Militar se dá nos Estabelecimentos de Ensino, buscando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis dos comandos regionais da instituição subsídios para a execução do policiamento escolar.

A Brigada Militar também executa o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), iniciativa de prevenção para crianças do Ensino Fundamental, onde os pais também recebem orientações em reuniões e palestras, representando um esforço cooperativo entre Escolas, Pais e Brigada Militar. Os objetivos principais do PROERD são: transmitir noções de cidadania, prevenir ou reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças

e adolescentes. A ênfase deste programa está em auxiliar os alunos a reconhecer as pressões diretas ou indiretas que os influenciarão a experimentar álcool ou outras drogas e a resistirem a elas, bem como àquelas para se engajarem em atividades violentas. O Programa oferece estratégias preventivas para reforçar a proteção social. Tem foco especial na família, na escola e na comunidade, favorecendo o desenvolvimento da resistência dos jovens em risco de envolverem-se com drogas e problemas de comportamento.

A SSP participa do Programa CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar), que busca envolver as comunidades para auxiliar a escola diante das situações que ameaçam a integridade dos alunos, professores e do patrimônio público. O objetivo do programa é diagnosticar as fragilidades no ambiente escolar para o planejamento e execução de ações que visem à resolução dos problemas de forma viável e eficaz baseado na mediação de conflitos, debate, mapeamento e ações conjuntas da comunidade e poder público, e envolve secretarias de Estado como o Gabinete de Políticas Sociais, Saúde, Justiça e Direitos Humanos, entre outras, além da Segurança Pública. O programa aborda as preocupações da comunidade escolar como drogadição, além de segurança no trânsito e ocorrência de assaltos no entorno dos colégios. Cada escola constitui a sua CIPAVE e gestiona junto ao público interno e comunidade local, a participação de órgãos e entidades que contribuirão em ações de prevenção à violência escolar. A Brigada Militar atua reforçando o patrulhamento escolar e executando o PROERD na região diagnosticada, e o Departamento Estadual do Narcotráfico (Denarc) da Polícia Civil investiga as denúncias sobre a venda de drogas dentro de escolas.

Parte do total de CIPAVES implantadas em 2015, o foram nos 19 municípios listados pela Secretaria da Segurança Pública como os que possuem os maiores índices de violência no Estado

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Prover os meios necessários para manutenção e funcionamento do sistema prisional, bem como promover o tratamento e a assistência ao preso.
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Gerar vagas no sistema prisional, destinadas exclusivamente aos presos provisórios (sem condenação criminal), em atendimento à legislação vigente.
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Concluir a construção de Penitenciárias no Estado, a fim de promover a desocupação parcial do Presídio Central de Porto Alegre

Órgão	Programa	Ação
		(PCPA).
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Realizar o reaparelhamento do sistema prisional, por meio da aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes necessários à sua melhoria e manutenção.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Implementar e desenvolver atividades e ações que possibilitem a qualificação do atendimento dos servidores pertencentes aos órgãos de segurança pública, tanto por meio da administração e instrumentalização das estruturas orgânicas que prestam atendimento, como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Prover o CICC com os meios necessários à manutenção e à melhoria dos serviços de atendimento, de monitoramento e de despacho de guarnições para o atendimento a chamadas de emergência e outros serviços de segurança pública.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Construir o Centro de Excelência em Perícias, que permitirá ao IGP desenvolver as suas atividades periciais em um complexo moderno, com a integração de todos os seus Departamentos num único prédio.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Construir prédios padronizados visando ao desenvolvimento do trabalho pericial em ambiente integrado e funcional em cada uma das nove Coordenadorias Regionais de Perícia.

Órgão	Programa	Ação
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Construir novas instalações policiais militares em locais em que inexistem prédios. Realizar a edificação de prédios padronizados com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Construir, ampliar e reformar as Delegacias de Polícia, visando à melhoria na prestação dos serviços de Polícia Judiciária.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Formular as políticas públicas de segurança, acompanhar e gerir os meios e supervisionar as ações para sua consecução.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Construir e aparelhar Delegacias de Polícia que compõem os projetos prioritários do Governo, conforme o Acordo de Resultados firmado com a SSP.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Prover as unidades hospitalares da Brigada Militar de condições adequadas ao seu funcionamento, através do reaparelhamento e da reestruturação física, implementando e desenvolvendo ações que possibilitem a melhoria do atendimento à saúde dos policiais militares e seus familiares, bem como à saúde física e mental de seus servidores.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de

Órgão	Programa	Ação
		<p>maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Qualificar os servidores militares da ativa da Brigada Militar, através da realização de cursos curriculares, palestras, seminários, encontros técnicos, entre outros, para o desempenho eficaz e eficiente de suas funções.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Qualificar os policiais atualmente na ativa para que possam desempenhar com eficácia e eficiência suas funções.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Qualificar os servidores do IGP, visando à melhoria dos serviços periciais através de programas de ensino que visem à atualização profissional dos servidores do IGP, buscando a eficiência dos serviços prestados.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Operacionalizar todas as rotinas relacionadas às atividades periciais no âmbito das perícias criminais, médico legais, laboratoriais e serviços de identificação, visando à coleta e à produção da prova técnica processual e à confiabilidade dos processos de identificação e emissão da cédula de identidade civil, por meio da</p>

Órgão	Programa	Ação
		implementação de novos projetos e aplicação de novas tecnologias, que levem ao desenvolvimento de um serviço qualificado na prestação dos serviços aos cidadãos e aos Órgãos Judiciais e Policiais, tornando a Perícia Gaúcha um modelo de excelência em nível nacional.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Realizar as atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente, em especial: realização da investigação criminal qualificada, e execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, tendente ao aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços de Polícia Judiciária, com base em indicadores e na utilização do Sistema de Inteligência Policial.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Planejar, controlar e executar todas as atividades de Polícia Ostensiva, assegurando a preservação da ordem pública com agilidade, eficiência e eficácia, em consonância com a política estadual de segurança pública, mediante a qualificação das áreas de inteligência e estratégia, e a dotação de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento das atividades.
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reaparelhar a Brigada Militar, proporcionando equipamentos de proteção individual (coletes balísticos) e armamentos de qualidade e em quantidade suficiente para o efetivo, potencializando a ação dos Policiais

Órgão	Programa	Ação
		<p>Militares com o aumento de sua capacidade individual para fazer frente aos crescentes índices de violência, possibilitando combate à ilicitude com maior garantia a integridade física dos policiais. Dotar o parque de TI da Brigada Militar de equipamentos em quantidades e arquitetura que permitam atender as carências existentes e utilização de ferramentas de gestão para melhor desempenho das atividades administrativas e operacionais. Incrementar a renovação e ampliação da frota de viaturas policiais proporcionando presença real do policial militar aliada ao estreito relacionamento com a comunidade que permitirá a consecução de elevados níveis de prevenção criminal sendo este um dos principais fatores para a redução da criminalidade.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Reaparelhar os órgãos de polícia judiciária, visando à realização das atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Adquirir novas tecnologias e novos equipamentos, visando à atualização e à modernização dos recursos materiais, para atender à crescente demanda solicitada ao IGP, permitindo a realização de alguns tipos de perícias que não vêm sendo atendidos por falta de condições técnicas.</p>
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	<p>Implementar e desenvolver atividades e ações que possibilitem a qualificação da saúde dos</p>

Órgão	Programa	Ação
		servidores do IGP, bem como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores.
SSP	Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar	Realizar obras de melhorias no que diz respeito à construção, ampliação de reformas das estruturas físicas dos quartéis de bombeiros militares.
SSP	Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar	Coordenar e executar atividades de prevenção e combate de incêndios, buscas e salvamentos e ações de defesa civil.
SSP	Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar	Desenvolver a capacitação do efetivo a partir de cursos de qualificação, especialmente no que diz respeito aos cursos técnicos e de especialização, visando, além disso, ao treinamento dos salvavidas (civis e militares) em virtude da Operação Golfinho.
SSP	Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar	Otimizar os serviços prestados pelos bombeiros militares em razão do reaparelhamento técnico da dotação de infraestrutura patrimonial relacionada com o exercício das suas funções, especialmente a partir da gestão estratégica das tecnologias de comunicação e informação, melhoria da logística, bem assim com os equipamentos destinados ao serviço de combate a incêndio e demais ocorrências.

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Compete à **Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS)** atuar nas áreas de: assistência social, trabalho, geração de emprego e qualificação profissional, economia popular solidária e segurança alimentar e nutricional sustentável, desenvolvendo ações que promovam a inclusão e a autonomia social e econômica, visando a erradicação da pobreza e a promoção da cidadania.

Na área da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável são desenvolvidas atividades de hortas, padarias e cozinhas comunitárias, atendendo a população de áreas em situação de vulnerabilidade social, capacitando para a produção de alimentos, promovendo geração de renda e inserção no mercado de trabalho, desenvolvendo atividades educativas para a alimentação saudável e oferecendo refeições de baixo custo através dos Restaurantes Populares para atender a população de baixa renda.

Entre as principais ações da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável destaca-se o repasse de R\$ 500 mil do governo do Estado à prefeitura de Porto Alegre, que permitiu a reabertura do Restaurante Popular. Atualmente, são oferecidas cerca de 500 refeições por dia ao custo de R\$ 1,00. Em Caxias do Sul, a Secretaria firmou convênio com a prefeitura, a Fundação Caxias e a Intral S/A - Indústria de Materiais Elétricos para o repasse de R\$ 97.790,00 por meio da Lei de Solidariedade ao Restaurante Comunitário. No restaurante comunitário são servidas 820 refeições por dia, ao custo de R\$ 1,00. Em Canoas, a Secretaria assegurou mais um ano de funcionamento do Restaurante Popular, repassando, também por meio da Lei de Solidariedade, R\$ 220 mil para manutenção da estrutura, que diariamente atende 200 pessoas.

Em 2015 realizou-se a 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, na qual, durante três dias, 425 participantes (sendo 260 delegados municipais) debateram o tema "Comida de Verdade, no Campo e na Cidade". O encontro resultou na elaboração de um documento com as prioridades da área para o Estado e para a União. Foram eleitos 56 delegados estaduais para representar o RS na conferência nacional (37 da sociedade civil e 19 do governo) e oito municípios assinaram termos de adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Estão vinculados à área da assistência social os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas descentralizadas da política de assistência social, responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os CRAS, juntamente com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), organizam o Prontuário do Sistema Único de Assistência Social, que deve conter as informações para subsidiar o processo de acompanhamento familiar e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

O governo do Estado disponibilizou R\$ 2 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/RS) referente a 2014 para 121 municípios, beneficiando 6 mil usuários. A intenção é promover o financiamento das ações na área de proteção básica da assistência social desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esse cofinanciamento

por parte do Estado auxilia os municípios na gestão e execução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em 2015 a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social expandiu o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em municípios com menos de 20 mil habitantes, com a implantação de 24 Centros de Referência Especializados. Pela primeira vez, eles são cofinanciados pelo governo do Estado por meio do Fundo Estadual de Assistência Social. Foram beneficiadas as cidades de Santo Antônio das Missões, Arvorezinha, Arroio Grande, Planalto, São Francisco de Assis, Vale do Sol, Não-me-Toque, Serafina Correa, Horizontina, Agudo, Tapes, Marcelino Ramos, Nova Esperança do Sul, Tapera, Sobradinho, Santo Augusto, Restinga Seca, São Martinho, Redentora, Fontoura Xavier, Faxinal do Soturno, Lagoão, Cruzeiro do Sul e Cristal. Ficaram como suplentes os municípios de Cerro Largo, Amaral Ferrador, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Cambará do Sul e Tuparendi.

O programa de Capacitação Permanente para gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social CAPACITA SUAS foi realizado pela primeira vez no Rio Grande do Sul. Foram oferecidas 1,6 mil vagas distribuídas em 40 turmas nos módulos Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementação do Plano Brasil sem Miséria (BSM), Gestão Financeira e Orçamentária, e Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento SUAS e BSM. As aulas foram presenciais, em Porto Alegre, reunindo gestores e trabalhadores de todo o Estado.

Também foram implantadas, em 2015, as Residências Inclusivas nas cidades de Rio Grande, Passo Fundo e Pelotas. As residências são uma iniciativa pioneira no Rio Grande do Sul e fazem o acolhimento institucional e de proteção social especial de alta complexidade para jovens e adultos em situação de dependência. Cada casa atende até 10 pessoas em turno integral, e são mantidas por meio de cofinanciamento entre as três esferas de governo, por meio do FEAS/RS.

Ainda no ano de 2015 foi realizada a 11ª Conferência Estadual de Assistência Social. Nos três dias de conferência, foram debatidos os rumos da Política de Assistência Social do Estado. O tema foi “O SUAS Que Temos E O SUAS Que Queremos”. Foram eleitos 60 delegados para a conferência nacional (30 da sociedade civil e 30 do governo). Em preparação ao evento estadual, 464 municípios fizeram suas conferências e elegeram 1.542 delegados nas conferências municipais.

No Cadastro Único (CadÚnico) do Rio Grande do Sul, estão relacionados todos os usuários inseridos nos programas sociais, mesmo que recebam acima do perfil. No total, são 1.079.789 famílias. O valor médio do benefício no Estado é de R\$ 153,64, por família. O repasse total é de R\$ 64.511.038,00 por mês.

Juntamente com o Gabinete de Políticas Sociais, a STDS realizou em 2015 ação conjunta com as concessionárias de energia para atualização de cadastro de 190 mil consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), por meio da gestão do Cadastro Único (CadÚnico). Foram distribuídos panfletos e cartazes informativos por todo o RS, que resultaram no recadastramento de 53.823 mil famílias e na inclusão de 16.262 mil novas economias.

No contexto do programa Bolsa Família, a STDS realizou gestão junto ao MDS e prestou assessoramento técnico para os municípios, com a finalidade de antecipar o calendário de pagamento às famílias das cidades em situação de calamidade pública e emergência. Foram 94 municípios, totalizando 241.178 famílias e perfazendo o total de R\$ 34.948.761 em recursos antecipados.

No âmbito da proteção especial foi realizado em Porto Alegre, em junho, o 1º Seminário Estadual para o Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com a instalação da Comissão Estadual Intersectorial do PETI (CEPETI), integrada por representantes de diversas secretarias de Estado e da sociedade. No primeiro semestre, foi concluído o Plano Decenal Intersectorial de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Ao longo do ano, houve duas audiências públicas sobre o tema: na Região Central, em Santa Cruz do Sul, onde há maior incidência de cultivo de fumo no RS, e em Santana do Livramento, de caráter binacional, para ações interfronteiriças entre Brasil e Uruguai. O Plano Estadual do PETI está em fase de conclusão.

Outras ações de 2015 que merecem menção são as relativas à inclusão produtiva. Por meio do programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO), a STDS orientou os municípios quanto à correta utilização dos recursos deste programa e para que os usuários da assistência social, com qualificação pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), se formalizassem no Micro Empreendedor Individual (MEI). Outra ação foi a transferência da gestão do Programa de Economia Solidária para a STDS, o que permite a aproximação das ações já implementadas nas famílias beneficiárias do Bolsa-Família.

Com a coordenação do Departamento de Responsabilidade Social da STDS, foram executados 14 projetos entre 1º de janeiro e 27 de julho de 2015, por meio da Lei da Solidariedade, no total de R\$ 909.107,18. Instituída pela Lei 11.853, de 29 de novembro de 2002, a norma permite que as empresas com Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) recolham e destinem parte do valor dos tributos a projetos de diversas áreas de atendimento e desenvolvimento social.

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) administra o Sistema Nacional de Emprego (SINE). O sistema é operacionalizado em 147 municípios, por meio das Agências FGTAS/SINE, oferecendo serviços de intermediação, seguro desemprego, Carteira de Trabalho e Previdência Social, informações sobre mercado de trabalho, projetos de emprego e renda, qualificação profissional (PRONATEC) e habilitação e apoio ao profissional Artesão Gaúcho. O Programa Gaúcho do Artesanato incentiva a profissionalização e fomenta a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e apoio à comercialização. As “Casas do Artesão”, presentes em 29 municípios, desenvolvem, qualificam e geram renda para famílias e cidadãos que se utilizam do artesanato para sua subsistência. O Centro de Convivência - Vida Centro Humanístico, equipamento público de Proteção Social Básica, oferece atividades de inclusão social voltadas às crianças, adolescentes, jovens e idosos, através de ações de saúde, educação, esporte, lazer e cultura. O Vida tem por essência a transversalidade de ações entre entes públicos e organizações da sociedade civil.

Diante da necessidade de promover maior empregabilidade aos cidadãos, por meio de parcerias com prefeituras, órgãos públicos e organizações locais, se realizou o Evento Empregar-RS, em outubro de 2015. O evento tem por finalidade a dedicação exclusiva na aproximação entre trabalhadores e empregadores, ofertando mais de 4 mil vagas de emprego, além de palestras de orientação. O Empregar-RS obteve a participação de 72 municípios e efetuou 12.320 atendimentos.

A FGTAS comemorou em novembro de 2015, os 24 anos de atendimento ao Trabalhador, chegando à marca de 1.204.514 atendimentos realizados. A instituição lançou um novo portal, site de atendimento ao cidadão, ofertando serviços aos trabalhadores e empregadores. A plataforma digital oferta à sociedade o serviço de Agendamento Eletrônico no encaminhamento do Seguro Desemprego, permitindo ao cidadão o agendamento prévio com maior conforto e comodidade, reduzindo filas e tempo de espera. O sistema está presente em 42 municípios.

A Pessoa com Deficiência obteve exclusividade de atenção com a realização do Dia Nacional de Contração das Pessoas com Deficiência, evento realizado todo ano no mês de setembro. Na oportunidade foram realizadas entrevistas de emprego exclusivas para trabalhadores com deficiência e reabilitados do INSS. Ao todo, foram encaminhadas 836 pessoas para seleções de emprego.

O Programa Gaúcho do Artesanato qualificou 4.496 artesãos com a realização de 33 oficinas e de 19 cursos profissionalizantes. O programa promove e apoia Feiras e Eventos com foco no artesanato em todo Rio Grande do Sul. Destaca-se a EXPOINTER, que dispõe no complexo da maior Feira de Artesanato, a Exposição de Artesanato do Rio Grande do Sul - EXPOARGS, da qual participaram 282 expositores de 58 municípios. No evento foram comercializadas 28.631 peças, com faturamento de R\$ 960.090,25, com destaque para os produtos de cutelaria, couro típico, resina e modelagem.. Na mostra, foi lançado o novo Manual do Artesão, que traz orientações gerais ao Artesão Gaúcho. O Programa Gaúcho do Artesanato possui 85.101 artesãos cadastrados.

O Vida Centro Humanístico, com área de 120m², oferta serviços à população da capital e da Região Metropolitana. Atuou de forma estratégica, desde maio de 2015, abrigando 86 estrangeiros do Haiti e do Senegal. Os acolhidos obtiveram Carteiras de Trabalho e de intermediação de mão de obra para o alcance da autonomia pessoal e profissional. A ação é fruto de parceria entre a FGTAS, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre.

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social formalizou a cedência de uma área de 87 hectares ao município de São Leopoldo. O local oferta serviços ao Trabalhador, Famílias e Comunidades, por meio do Programa Parque de Recreação do Trabalhador, espaço de lazer, de práticas esportivas e culturais. O direcionamento do espaço ao município de São Leopoldo atendeu a uma antiga reivindicação da comunidade.

Em 2015, 539 servidores receberam qualificação, com capacitação na legislação do Empregador Web e nas práticas de trabalho. Também se realizou a qualificação de

intermediação com o SINE Móvel, veículo destinado ao atendimento de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

A instituição obteve maior eficiência e economicidade com a implantação de práticas de gestão no alinhamento à realidade financeira do Estado. A redução de despesas foi de 55,50%, especificamente, com diárias, passagens aéreas, contratos terceirizados, materiais e processamento de dados. Visando maiores resultados no fomento ao trabalho e renda e, também, no desenvolvimento e inclusão social, promoveu Cooperações Técnicas com entes públicos, organizações da sociedade civil e com a iniciativa privada.

A **Fundação de Proteção Especial (FPE)** executa medidas de proteção e promove os direitos fundamentais da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social. Além disso, é encarregada de executar as medidas de acolhimento no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2015, a FPE atendeu 766 crianças e adolescentes acolhidos em medida de proteção de acolhimento residencial ou institucional. O Serviço de acolhimento é prestado em 33 abrigos residenciais e em 2 abrigos institucionais em Porto Alegre, com características de residenciais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou com seus direitos violados. Ademais, conta com um Núcleo de Acolhimento em Uruguaiana e um Centro Social em Taquari.

A Fundação trabalhou com técnicos do Arquivo Público Estadual para organizar os cadastros e histórico de cada acolhido. Foi criado um programa de Apadrinhamento Afetivo específico, que está em funcionamento e atende mais de 60 crianças.

A FPE também desenvolveu o projeto de Inserção Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes em fase de desligamento, processo que visa à autonomia, à melhoria da qualidade de vida da população atendida, assim como à restituição dos vínculos familiares. No ano de 2015 foram efetivados 35 desligamentos com apoio do projeto, 18 encontram-se em experiência familiar e 10 estão em processo de reinserção familiar, totalizando 73 acolhidos inseridos no projeto. Através da disponibilização de recursos mínimos necessários, o projeto também oportunizou a efetivação dos desligamentos, tendo em vista a fragilidade dos vínculos familiares. Os recursos mínimos disponibilizados foram: entrega de cestas básicas, material de higiene e limpeza, itens de cama, mesa, banho, utensílios de cozinha, materiais pedagógicos e de construção para pequenas reformas.

Teve início em 2015 o Projeto Práticas Restaurativas da Fundação, com intuito de mediar as relações conflituosas entre os servidores, as crianças e os adolescentes dos abrigos e seus familiares. Já são 32 servidores qualificados a utilizar este método.

A atual gestão da Fundação de Proteção Especial proporcionou o aprimoramento dos servidores através da oferta de capacitações especializadas, totalizando a emissão de 1.686 certificações, decorrentes de 19 eventos de formação e capacitação realizados. Dentre as formações ofertadas, destacaram-se a temática do enfrentamento à violência sexual, sendo capacitados neste ano mais de 200 servidores, e a formação para gestores, que buscou a

qualificação das equipes diretas dos núcleos de abrigos residenciais e institucionais. Foram realizadas ações de formação e qualificação das equipes de comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) e ações de prevenção e cuidado à saúde dos trabalhadores. Houve aumento do quadro do pessoal com o ingresso de 5 enfermeiros e 1 contador, oriundos do concurso público realizado em 2012.

A FPE também realizou melhoria física dos Abrigos Residenciais e Institucionais. Como resultado, neste primeiro ano, mais de 80% das casas já receberam algum tipo de obra (pinturas, reformas e/ou troca de mobiliários).

A FPE ganhou parceiros, apoiadores e colaboradores que propiciaram aos acolhidos inserção social e qualidade de vida, com doações de cobertores, ferramentas, tintas, brinquedos, utensílios domésticos. Com o apoio do Gabinete de Políticas Sociais, do Bannrisul, e de outros parceiros culturais, foram ofertados aos acolhidos ingressos aos jogos da dupla GreNal, shows, espetáculos circenses, peças teatrais e demais eventos esportivos e culturais. Nas datas comemorativas do Dia das Crianças e do Natal, mais de 500 acolhidos foram presenteados por meio de doações advindas da comunidade, da Receita Federal e de empresas privadas. Outro parceiro foi o Sindicato do Leite, que doou 500 litros do produto. O Ministério Público auxiliou na renovação do mobiliário dos abrigos residenciais através da doação de 40 camas e beliches. Também foram doados 7 veículos seminovos, provenientes de outros órgãos da administração do Estado, para o atendimento aos acolhidos e ao serviço de manutenção predial da FPE. Foi realizado acordo com a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEMPA) para a disponibilização de mão de obra para o auxílio na execução de reformas nas unidades de acolhimento.

Além do mencionado anteriormente, foram redimensionados os recursos humanos, com relação às horas extras, e a estrutura física de acolhimento. Medidas como o fechamento de cinco abrigos, realocação de acolhidos e realocação de servidores proporcionaram uma redução considerável do custo com horas extras. Estas ações impactaram aos cofres públicos uma economia superior a R\$ 2,5 milhões.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Orientação e qualificação profissional e social para trabalhadores
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Relações com o mercado de trabalho
FGTAS	Inclusão e Desenvolvimento Social	Apoio a ações de geração de trabalho e renda e inclusão social

Órgão	Programa	Ação
FGTAS	Inclusão e Desenvolvimento Social	Atendimento a comunidade: Centro Humanístico Vida (Vida) e Parque de Recreação do Trabalhador (PRT)
FPERGS	Proteção Especial em Acolhimento	Cooperação Técnica com os Municípios
FPERGS	Proteção Especial em Acolhimento	Garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento
FPERGS	Proteção Especial em Acolhimento	Inserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes da FPERGS, em fase de desligamento
STDS	Emprego, Trabalho e Renda	Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente
STDS	Emprego, Trabalho e Renda	Fomento e Incentivo à Criação e Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Economia Solidária
STDS	Emprego, Trabalho e Renda	Implementação da Política e Manutenção do Conselho de Economia Solidária
STDS	Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Apoio ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
STDS	Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Construção de Cisterna para armazenamento de água para consumo humano
STDS	Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Gestão do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
STDS	Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Implantação de Projetos na Área de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
STDS	Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Implantação e implementação Restaurante Popular
STDS	Inclusão e Desenvolvimento Social	Apoio a Projetos Sociais
STDS	Inclusão e Desenvolvimento Social	Nota Fiscal Gaúcha/STDS
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Apoio ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/RS
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/RS
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Implementação do CapacitaSuas

Órgão	Programa	Ação
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Implementação do Programa Estadual de Educação Permanente para o SUAS (EducaSuas-RS)
STDS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS	Implementação do RS Acolhedor - Casas da Solidariedade

EIXO INFRAESTRUTURA E AMBIENTE

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A **Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA)**, criada em 1999 como Secretaria do Meio Ambiente, é o órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), responsável pela política ambiental do RS. A partir de janeiro de 2015, a pasta passou a ser denominada Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme a Lei 14.672/2015 do Poder Executivo, aprovado pela Assembleia Legislativa. A SEMA possui duas vinculadas, a **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM)** e a **Fundação Zoobotânica do RS (FZB-RS)**.

No Plano Plurianual 2012-2015, a SEMA foi responsável pelo programa Tutela e Gestão Ambiental Integrada, que teve como objetivos: coordenar e planejar a execução, o acompanhamento e a atualização da Política Ambiental do Estado, mediante a integração intra e interinstitucional e dos sistemas SISEPRA e SERH (Sistema Estadual de Recursos Hídricos) e a adequação de legislação, processos, instrumentos e ferramentas; promover a preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais, do conjunto da diversidade biológica nativa, da integridade dos ecossistemas, do patrimônio genético e das belezas cênicas de regiões e locais com interesse científico e cultural, com vistas à utilização sustentável, garantindo equilíbrio ecológico; e coordenar a articulação das ações de controle, fiscalização e monitoramento ambientais, com base na aplicação de normas regulatórias e no uso de sistemas de informação integrados.

Compondo o Programa, a ação Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais pretendeu promover e apoiar a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos, a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade, o manejo sustentável de atividades antrópicas sujeitas à regularização ambiental, a adoção de tecnologias limpas e as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção. Nessa ação, pode-se destacar a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que foi integralmente concluído no período. No segundo semestre de 2015, tendo como base as necessidades apontadas nas audiências públicas realizadas para a construção do plano, a SEMA promoveu ações nas regiões da Campanha, Litoral e Fronteira Oeste, apresentando os novos modelos de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

Ainda em 2015, a SEMA trabalhou na elaboração do Sistema de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, a partir de uma rede de informações sobre hidrologia, meteorologia, meio ambiente e atividades antrópicas sobre o território do Rio Grande do Sul. O sistema deverá estruturar, qualificar e distribuir a informação de maneira mais eficiente para tomada de decisões sobre ações de defesa civil e emergências ambientais. O projeto está em processo de reestruturação a fim de ampliar sua eficiência e aplicabilidade.

Em dezembro do mesmo ano, foi lançado o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT), que possibilita a emissão de autorização totalmente automática e

informatizada, para uso da água. Ao reunir as informações relativas aos recursos hídricos de forma digital, o novo sistema aperfeiçoa o gerenciamento das concessões e a administração das outorgas de uso. O modelo é autodeclaratório, elimina burocracia e tem possibilidade de outorga imediata. O próprio sistema, seguindo parâmetros determinados, já conclui o atendimento, emitindo a autorização. Desta forma, o SIOUT torna o processo mais transparente e ágil para a sociedade. Para apoiar os Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios, a SEMA firmou convênio para auxiliar a manutenção e a realização dos planos de trabalho.

No que se refere à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), cabe observar que o procedimento licitatório para elaboração do ZEE foi homologado em 2015. Foram iniciados os procedimentos de ajuste da minuta do contrato para sua assinatura e os trabalhos devem iniciar em março 2016. A implementação do Zoneamento deverá constituir um importante instrumento de organização do território, estabelecendo medidas e estratégias para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico.

Outro projeto relevante é o Projeto RS-Biodiversidade que tem como objetivo a produção de conhecimento voltado a ações de conservação, manejo e estímulo às potencialidades da biodiversidade do RS, através do gerenciamento integrado dos ecossistemas e da criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vista ao desenvolvimento regional, compatibilizando as atividades de agricultura, silvicultura e pecuária. O projeto está em processo de finalização tendo atingido 90% de sua execução técnica. Em 2015, através do projeto, foi instituído o Corredor Ecológico da Quarta Colônia, envolvendo onze municípios, além de promover a prática do manejo sustentável em campos nativos e agroflorestas em mais de duzentos estabelecimentos rurais.

Na ação que visava à integração entre SEMA, FEPAM e FZB, buscando, no exercício das suas atribuições legais, a articulação de políticas e processos, o SIGA (Sistema Integrado de Gestão Ambiental) foi desativado em 2012, devido à alteração de legislação. No entanto, outras iniciativas foram tomadas, como a racionalização e fortalecimento das unidades de atendimento regionais da SEMA e FEPAM no interior do Estado. Para otimizar rotinas e racionalizar as atividades, as equipes foram integradas visando tornar o trabalho mais eficiente. A unificação também representou a redução de importantes custos operacionais.

Ainda no que diz respeito à integração dos órgãos, outra iniciativa importante foi a criação, em 2015, da sala de atendimento integrado. Para qualificar os serviços prestados e dar transparência às ações, a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental e a Fundação Zoobotânica, criou um espaço onde o empreendedor é atendido por meio de agendamento pelos sites da SEMA e da FEPAM. No local, o empreendedor é recebido pelo técnico responsável pelo licenciamento de seu empreendimento, que coloca o processo à disposição para vistas, cópias e esclarecimento de dúvidas, e também presta as orientações necessárias para o bom andamento do licenciamento ambiental. Em cinco meses de operação foram realizados 1.280 atendimentos.

Outra ação relevante foi a assinatura do decreto 52.431/2015, que estabeleceu regras para os imóveis localizados no Bioma Pampa e regulamentou o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Com isso, foi possível eliminar dificuldades encontradas por agricultores no preenchimento do CAR, diante da realidade diferenciada do Rio Grande do Sul - único estado da federação a possuir o Bioma Pampa. Por esse motivo, a SEMA trouxe a base de dados do cadastro para o estado, gerando assim o CAR-RS, com as adaptações necessárias ao programa, dando segurança ao produtor rural. A ação permitirá o uso das informações para o planejamento ambiental e econômico.

Por fim, em 2015, reconhecendo a importância do planejamento territorial para basear as tomadas de decisões, seja no momento de licenciamento ambiental ou na construção de políticas públicas, foi criado o Departamento de Geoprocessamento do Sistema Ambiental do Rio Grande do Sul. As informações ambientais geoespaciais estavam desconectadas e espalhadas em diferentes departamentos da SEMA, FEPAM e FZB. Em pouco tempo de atuação já foi possível observar a necessidade de reorganização estrutural para que opere de forma conjunta em atendimento à demanda projetada.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) é a instituição responsável pela gestão ambiental no Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Tem atribuições de planejamento ambiental, licenciamento, fiscalização e monitoramento, englobando o monitoramento da qualidade do ar e da água, análise de balneabilidade e serviço de emergência ambiental 24h.

As ações desenvolvidas pela atual gestão para redução dos estoques de processos de licenciamento foram muito bem sucedidas. O sistema de modernização do licenciamento ambiental implantado no Rio Grande do Sul reduziu em 38% o estoque de processos pendentes de análise técnica para obtenção do licenciamento ambiental. Na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), de 1º de janeiro a 30 de novembro, o volume foi reduzido de 12.752 para 7.988 processos.

Também cabe destacar, que a FEPAM implantou, em maio de 2015, novo sistema de renovação automática de licenças de operação. Antes, as empresas esperavam até um ano para obter a renovação, correndo o risco de serem multadas. De maio a novembro foram renovadas cerca de 1,5 mil licenças automaticamente, de forma ágil e sem burocracia. Com a renovação automática, os empreendedores têm tranquilidade para dar continuidade ao trabalho, sem incorrer em irregularidade decorrente da falta de licenciamento. Com esta providência, a FEPAM passou a ter melhores condições de concentrar sua atuação na fiscalização e controle do cumprimento das condições e restrições estabelecidas na autorização.

Não obstante as ações articuladas pela FEPAM, a Secretaria vem ampliando as atribuições do licenciamento ambiental de alguns municípios, por meio de convênio de delegação de competência em ações de meio ambiente, para além das atividades de impacto local. Foram ampliadas as competências dos municípios de Canoas, Caxias do Sul e Erechim para a realização de licenciamento, fiscalização e controle ambiental das atividades

potencialmente poluidoras desenvolvidas no seu território. Para firmar o convênio, as prefeituras precisam se preparar com equipe multidisciplinar e qualificada, seguindo orientação da FEPAM. A medida serve para reduzir ainda mais os prazos do licenciamento ambiental.

Além da operação do Licenciamento Ambiental das atividades de impacto supra-local, as principais atividades da Fundação foram: aplicação da Legislação Ambiental; fiscalização em conjunto com os demais órgãos da SEMA, Municípios e Batalhão Ambiental da Brigada Militar; avaliação, monitoramento e divulgação de informação sobre a qualidade ambiental (este trabalho é a base para a priorização e avaliação da efetividade das ações desenvolvidas - como o próprio licenciamento ambiental); diagnóstico e planejamento, para que a ação do SISEPRA, a avaliação das mudanças ambientais e o licenciamento ambiental de atividades individuais sejam vistos dentro do marco de diretrizes regionais e da capacidade suporte do ambiente; e apoio, informação, orientação técnica e mobilização de outros atores importantes como Municípios, Comitês de Bacia e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, a partir de julho de 2015, a FEPAM passou a realizar operações de fiscalização por amostragem. A iniciativa decorreu da implantação da renovação automática das licenças de operação para empreendimentos. Foram realizadas operações nas regiões dos municípios de Tramandaí, Alegrete, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Caxias do Sul.

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul é uma instituição dedicada à pesquisa da biodiversidade e dos ecossistemas gaúchos. Através de seus três órgãos executivos, o Jardim Botânico, o Museu de Ciências Naturais e o Parque Zoológico, tem por finalidade a conservação da fauna e da flora, a manutenção de coleções científicas com espécimes testemunhos de animais e vegetais recentes e fósseis (*in situ* e *ex situ*), a difusão científica, a educação ambiental e o assessoramento à gestão ambiental do Estado, utilizando-se da produção do conhecimento e da participação na elaboração de zoneamentos, planos de manejo, laudos e perícias.

Em 2015, a FZB participou, como consequência da implementação da ação para Incentivos para La Conservación de Los Pastizales Naturales em El Cono Sur, em conjunto com a Alianza del Pastizal (AP) e, a partir de ações de monitoramento de aves em propriedades certificadas, na organização de eventos e encontros, além de fazer parte da diretoria da mesa diretiva da AP. A Alianza vem desenvolvendo atividades de capacitação de técnicos no sentido de certificar propriedades que atendam aos protocolos criados a fim de que se possam vir a atender mercados internacionais e nacionais de carne certificada; neste sentido no RS já foram certificados mais de cem mil hectares de campos nativos. Em 2016 carne produzida em propriedades certificadas pela AP estarão disponíveis para o mercado consumidor.

No que tange às ações educativas para o público externo, a equipe da FZB/Parque Zoológico realizou em 2015, cursos de formação de professores, com o título “O Zoo como Espaço Educativo” proporcionando conhecimentos em educação ambiental a aproximadamente 600 professores das redes municipal, estadual e privada de escolas de diversas regiões. A Equipe da FZB/Jardim Botânico realizou cursos de formação de professores para visita orientada no Jardim Botânico, horta em pequenos espaços, confecção de

terrários, compostagem, análise de sementes e herbonização de plantas. A equipe da FZB/Museu de Ciências Naturais realizou atividades como Ciência na Praça, Exposições Itinerantes, Museu Vai a Escola, Oficinas de Fauna e Flora, além do acervo exposto à visitação pública na sede da FZB. o Zoo recebeu, em 2015, mais de 500 mil visitantes.

O Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica foi enquadrado na categoria "A" pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos (órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente). Com a classificação, o Jardim Botânico de Porto Alegre chegou ao patamar dos principais do Brasil. A posição representa o reconhecimento da qualidade do trabalho de conservação da flora, educação ambiental e pesquisa. Com a classificação, passou a figurar entre os quatro mais importantes do país, ficando ao lado do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife. Para a definição, são observados critérios técnicos que levam em conta infraestrutura, qualificação do corpo técnico, objetivos, localização e especialização operacional. Até novembro de 2015, visitaram o Jardim Botânico mais de 50 mil pessoas.

Dentre o que foi realizado para a modernização e adequação da Instituição, existe um contrato em andamento (16/06/2015 a 16/03/2016) entre SEMA e Geoambiente Sensoriamento Remoto Ltda. para desenvolvimento de sistema de gerenciamento, aplicativo com interface Web Gis e banco de dados das coleções biológicas da FZB. Dois dos três produtos previstos já foram concluídos e entregues, os sistemas de cadastro e importação de dados já estão operantes e a digitação de registros foi iniciada, com 35 mil registros de um total previsto de cerca de 200 mil já cadastrados no sistema (17,5%).

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FEPAM	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Gestão, Controle e Licenciamento Ambiental
FEPAM	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Participação na elaboração de instrumentos de planejamento ambiental e implementação de planos, programas e projetos ambientais
FZB	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FZB na Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais
FZB	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Pesquisa em Biodiversidade - FZB
SEMA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Construção, Implantação e Manutenção do Sistema Integrado de Regularização Ambiental - SIRAM
SEMA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE-RS

Órgão	Programa	Ação
SEMA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Elaboração, Implementação e Manutenção do Sistema de Gestão de Riscos
SEMA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Gestão Ambiental - Atividade SEMA
SEMA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais
SEMA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada	Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

MINAS E ENERGIA

As ações desenvolvidas na área de energia e mineração são de competência da **Secretaria de Minas e Energia (SME)**, conforme Lei Nº. 14.733, de 15 de setembro de 2015. Dentre as suas competências legais importa destacar: elaboração de políticas, planos, programas e projetos de infraestrutura setorial. No setor energético, atribuição de grande relevância é a elaboração e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento para aproveitamento de novas fontes de energia, especialmente as renováveis, como eólica, solar, biomassa, geração de energia a partir do lixo e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), entre outros. No campo da mineração, destaque para a responsabilidade quanto à elaboração de estudos, planejamento e exploração, direta ou indireta, de recursos minerais. Competem-lhe também a fiscalização dos serviços de geração, transmissão, transporte, transformação, distribuição, armazenamento e comercialização de energia.

A SME participou do Programa Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e desenvolveu as ações adiante relacionadas.

A ação Coordenação de Programas de Infraestrutura reúne as atividades através das quais a SME implementou seus maiores avanços no campo da gestão pública. Os resultados são expressivos e seguem adiante relacionados:

- Renovação da Concessão da CEEE-D - O ano de 2015 foi especialmente importante para a CEEE. A concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica foi renovada por 30 anos. A Secretaria de Minas e Energia e a direção da CEEE adotaram diversas medidas de gestão que permitiram um melhor desempenho dos indicadores. Além do fortalecimento de ações preventivas, os índices DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) passaram a ter monitoramento diário.
- Criação de Grupo de Trabalho - GT Eólica - Criado em 2015, o GT Eólica está voltado para o desenvolvimento da capacidade de geração do setor no Estado. Contando com a participação de empreendedores da cadeia produtiva instalada no RS, sua missão é debater os desafios do setor, garantir que os empreendimentos existentes se consolidem e que outros venham a se viabilizar. Para o próximo Leilão A-5 foram cadastrados 118 empreendimentos de geração de energia eólica para o Rio Grande do Sul, representando um total de 2.6 GW. O RS apresenta o maior potencial de produção de energia eólica do país e atualmente é o segundo em potência instalada, contando com 52 parques eólicos com capacidade de geração que atinge 1.4 GW.
- Plano Energético do RS - Os processos de desenvolvimento econômico e social são fortemente condicionados pela oferta e pela disponibilidade de energia de qualidade. A SME trabalha para que o setor energético do Estado seja um agente do desenvolvimento no RS. A elaboração do Plano Energético do Estado, com a realização de Audiências Públicas em 17 regiões, irá projetar a demanda de energia e identificar os gargalos a serem enfrentados para a garantia do abastecimento continuado e da manutenção da qualidade da energia a ser ofertada ao longo da próxima década. O escopo do plano está estruturado em dois campos de ação que podem ser considerados estratégicos para o setor: o campo da identificação e do apontamento da localização de empreendimentos potenciais para a geração de energia e o campo da

identificação daqueles energéticos que precisam ser melhor explorados e mais bem aproveitados. Observe-se, neste particular, que o RS dispõe hoje de mais de 80% das reservas de carvão mineral do País. Entretanto, essa fonte de energia não tem sido usada plenamente em prol do desenvolvimento do Estado. Da mesma forma, ainda são poucas as iniciativas na exploração da energia solar, da biomassa, de energia a partir do lixo, entre outros. Trabalho pioneiro no Rio Grande do Sul, o Plano vai além do apontamento de demandas, buscando elencar as ações necessárias a um setor energético estruturado e com forte capacidade de resposta às demandas por energia.

- GT Solar e Atlas Solarimétrico - Criação do GT Solar e elaboração do Atlas Solarimétrico do Estado. Energia limpa e renovável, território vasto, ainda pouco explorado é objeto de interesse crescente em todo mundo. O GT Solar apoiará a SME na elaboração do Atlas Solarimétrico cujo objetivo é estimular o estudo e a pesquisa, delimitar o potencial gaúcho na exploração do energético e identificar as regiões de maior incidência solar. Os investimentos e negócios gerados a partir da energia solar no RS e no País ainda são modestos quando comparados aos realizados na Europa, mesmo com uma incidência solar muito menor do que a do Brasil. O Atlas, assim sendo, tem a intenção de estimular novos investimentos, especialmente aqueles voltados à produção de células e painéis fotovoltaicos, bem como incentivar a micro e minigeração distribuída, na qual o consumidor produz sua própria energia.
- Instituição do Comergs - Através do Decreto Nº 52.582, de 1º de outubro de 2015, foi instituído o Comitê de Planejamento de Mineração do Estado do Rio Grande do Sul - Comergs. Ao Comitê compete, basicamente, elaborar as diretrizes gerais sobre a produção dos recursos minerais, propor políticas gerais e planos de ação no campo da fiscalização, além de contribuir com a captação de recursos para o desenvolvimento gerencial, tecnológico e mercadológico nos estabelecimentos empresariais que constituem a cadeia produtiva mineral.
- Programa Gaúcho de Biometano – O Programa tem por escopo o incentivo à produção de Biometano no Estado. Seu objetivo é aumentar a participação do combustível de origem não fóssil na matriz energética Gaúcha e atingir - em um período de 10 anos - o percentual de 10% do total de gás distribuído. O Programa permitirá que o gás seja distribuído para regiões não atendidas por gasoduto, especialmente o interior do RS, e estimulará a conversão de dejetos orgânicos resultantes do agronegócio em energia, possibilitando aos produtores uma fonte de renda alternativa e a geração de energia para o seu próprio consumo.
- Reestruturação do COPERGS - Através do Decreto nº 52.282, de 05 de março de 2015, foi reestruturado o Comitê de Planejamento Energético do Estado do Rio Grande do Sul (COPERGS). Vinculado à SME, o COPERGS tem por objetivo estabelecer as políticas do setor energético. Entre suas principais atribuições destacam-se: realizar estudos e projeções da matriz energética do RS; estabelecer diretrizes para programas específicos, por fontes de geração de energia, com vista a incrementar a diversificação da matriz energética; promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos e atrair investimentos para o setor de energia. Em 2015 foram criados três subcomitês

através dos quais serão organizadas as principais iniciativas do COPERGS no campo da estruturação e do planejamento do setor energético.

A **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE. É concessionária do serviço Público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado. Sua área de concessão compreende as regiões Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha Gaúcha. A companhia atende 72 municípios e leva energia elétrica a mais de 4 milhões de pessoas.

No ano de 2015 um dos grandes objetivos da Companhia foi alcançado. Foi firmado junto ao Ministério de Minas e Energia, por recomendação da ANEEL, o termo que prorroga por 30 anos a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Companhia, conforme estabelecido em seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD), priorizou investimentos nos ativos elétricos e em tecnologia de suporte, intensificando esforços na área de distribuição. A CEEE-D também elaborou o Plano de Resultados com foco na melhoria dos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente por Consumidor). O DEC e o FEC permitem, respectivamente, avaliar a duração (tempo em horas) e a frequência (número de interrupções) que o consumidor fica, em média, sem energia. Ainda no ano de 2015 foi possível observar uma grande melhoria nos indicadores globais da empresa. O FEC sofreu redução de aproximadamente 35% em relação ao ano de 2014. O DEC foi reduzido em aproximadamente 40%, sendo que em 2014 foi de 27,41 horas e no ano de 2015 foi de apenas 17 horas.

A CEEE-D participou do programa Energia Para o Rio Grande com as ações finalísticas adiante apresentadas.

A ação Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição tem seu foco no atendimento às redes de distribuição. A CEEE-D aplicou recursos na ordem de R\$ 3,26 bilhões, expandindo a sua capacidade de rede em 223,62 MVA (Mega Volt Ampères).

As realizações vinculadas à ação visaram permitir que as redes de distribuição pudessem suportar o incremento de carga motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores buscando ainda melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema. As atividades e as realizações estão organizadas segundo três programas. O Programa Luz Para Todos (PLT) Rural, que inclui as obras de reforço e melhoria com objetivo de incremento de carga no meio rural, o Programa Energia Legal que visa à regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social e na redução de perdas e o programa Mais Energia que visa eliminar gargalos, universalizar e reforçar as redes de distribuição.

As obras, apresentadas adiante, estão agrupadas em Baixa Tensão e Média Tensão.

- Obras em Redes de Distribuição / Baixa Tensão - Contempla obras em redes para abertura de circuitos com instalação de unidades transformadoras, recondução, extensão e alteração do padrão e obras destinadas à substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil. O objetivo é atender o crescimento vegetativo, garantir a confiabilidade e/ou perfil de tensão do sistema e reduzir as perdas de energia. As obras foram realizadas em redes que se estendem por

6 COREDEs: Campanha, Centro Sul, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Sul e Vale do Rio Pardo.

- A CEEE-D, através do Programa Energia Legal, desenvolveu atividades focadas na inclusão social e na redução de perdas mediante a regularização de unidades consumidoras. O programa contempla obras de extensão de rede de baixa tensão para regularização de ligações clandestinas. Foram beneficiados, preferencialmente, 1.435 clientes residentes em domicílios localizados na região do Corede Metropolitano Delta do Jacuí. Desde o lançamento do programa, em 2012, foram regularizados 7.759 clientes.
- Obras em Redes de Distribuição / Média Tensão - Obras de expansão, melhoria e renovação das redes de distribuição (alimentadores) melhorando os níveis de tensão e a confiabilidade do sistema, possibilitando a garantia da qualidade do fornecimento de energia e o atendimento do aumento de demanda da região. Os benefícios incluem novos alimentadores em redes rurais e urbanas na área de concessão da CEEE-D. As obras foram realizadas em redes que se estendem por 5 COREDEs: Campanha, Centro Sul, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí e Sul.

A ação Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão busca atender ao crescimento da demanda e a melhoria da qualidade do fornecimento de energia através da ampliação e da renovação do sistema (Linhas de Transmissão e Subestações). A CEEE-D aplicou mais de R\$ 1,03 bilhões na ação e obteve uma expansão da capacidade de subtransmissão da ordem de 67 MVA (Mega Volt Ampères).

As atividades desenvolvidas estão adiante apresentadas segundo dois grupamentos e estão relacionadas às Linhas de Subtransmissão e às Subestações.

No que refere às Linhas de Subtransmissão, estão em andamento serviços de desenvolvimento de projetos de engenharia e obras de construção, recondutoramento, isolamento e melhorias que envolvem mais de 269,59 km de linhas que integram o sistema e se estendem pelos COREDEs Centro Sul, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí e Sul.

No âmbito das instalações de subtransmissão 24 subestações estão sendo objeto de investimento, envolvendo construção, ampliação, digitalização ou ainda adequação e melhorias. São subestações localizadas em 4 diferentes COREDEs: Centro Sul, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí e Sul. Atividades de grande alcance econômico e social foram efetivadas através da ampliação das Subestações que, na área de concessão da CEEE-D, atendem comunidades rurais, especialmente aquelas atendidas pela Subestação SE Pelotas 1 no COREDE Sul.

A Ação Eficientização Energética da CEEE-D tem foco no combate ao desperdício de energia elétrica. Para o suporte financeiro das atividades desenvolvidas, a CEEE-D viabilizou a aplicação de R\$ 304,38 mil. Estão em fase de desenvolvimento três diferentes atividades:

- CEEE-D na Comunidade – Fase II – Contempla a substituição de geladeiras e lâmpadas em unidades residenciais de baixa renda. O projeto, em fase de encaminhamento para licitação, objetiva viabilizar, até julho de 2016, a economia de energia de 5.165 MWh/ano e a redução de demanda na ponta de 2.112 kW/ano em um universo de 16.000 clientes.

- CEEE-D Distribuição em Casa: Incentiva consumidores a substituírem suas geladeiras, freezers e lâmpadas por produtos similares, etiquetados com o Selo “A” em economia de energia do PROCEL-INMETRO. O projeto, em fase de encaminhamento para licitação, tem como meta alcançar, até setembro de 2016, uma economia de energia de 6.473,68 MWh/ano e uma redução de demanda na ponta de 2.344,15 kW/ano em um universo de 18.000 clientes.
- A ação Pesquisa e Desenvolvimento P&D da CEEE-D atende a obrigatoriedade, prevista em lei, da aplicação de recursos em P & D. A Companhia aplicou R\$ 2,05 milhões, durante o ano de 2015, em projetos com foco na busca por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, entre os quais podemos destacar:
- Geração Solar Fotovoltaica: Tem por objetivo instalar usina conectada à rede de distribuição com capacidade de 550 kWp (Kilowatt-pico), utilizando painéis fotovoltaicos como fonte de geração de energia. A proposição de arranjos técnicos e comerciais para o projeto de geração de energia elétrica através de tecnologia solar fotovoltaica, de forma integrada e sustentável, busca criar condições para o desenvolvimento de conhecimento técnico e desenvolvimento tecnológico necessário à inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética nacional. Público Alvo : GRUPO CEEE - TRENSURB - AEROMÓVEL - PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.
- Usina Modular de Biogás: Visa desenvolver uma Usina modular de biogás de 660kva, com sistema de biorreatores para geração de biogás e gerenciamento remoto atendendo os conceitos de Smart Grid. Projeto de P&D em atendimento a Lei nº 9.991/2000. Este tipo de projeto é considerado como Estratégico pela ANEEL, pois busca a geração de energia elétrica a partir dos resíduos orgânicos, que são jogados fora no dia a dia das cidades. Público-alvo: GRUPO CEEE - SENAI/RS e CEASA/RS nos municípios de Porto Alegre e Viamão.

A **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE - GT** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE. Atua na geração e transmissão de energia, produzindo cerca de 18 % da energia hidrelétrica gerada no Rio Grande do Sul e possui 6.056 km em linhas de transmissão. O Parque Gerador da CEEE-GT é composto pelas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto e por nove Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que juntas totalizam uma potência instalada de 909,9 MW (Megawat).

A Companhia participou do Programa Energia Para o Rio Grande executando cinco ações, adiante apresentadas, segundo três grupamentos estruturadores. O primeiro é o grupamento Geração e engloba duas ações: Expansão da Geração e Manutenção e Operação da Geração. O segundo grupamento é o da Transmissão que organiza outras duas ações: Expansão da Transmissão e Manutenção e Operação da Transmissão e, por fim, o terceiro grupo é composto pelas realizações da Ação Pesquisa e Desenvolvimento.

Área de Geração

Através da ação Expansão da Geração, no ano de 2015, a Companhia aplicou recursos da ordem de R\$ 161,41 milhões com o objetivo de aumentar sua participação no mercado através da renovação e da ampliação do parque gerador existente, bem como através de participações em novos projetos das diversas fontes de energia, especialmente PCHs,

biomassa e energia eólica. A companhia expandiu em 52,5 Mw (Megawatt) a sua capacidade de geração. Destacadas, abaixo, as principais realizações:

- Ampliação da capacidade de produção de energia através da implantação de parques eólicos e participações em Sociedades de Propósito Específico-SPEs. Destaque-se, nesse particular, a aquisição de 10% das SPEs: Parques Eólicos Palmares, Ventos da Lagoa, Ventos do Litoral, Ventos do Sul e Ventos dos Índios, localizados na região de Osório e Palmares, conforme acordo de Investimentos firmado em 2012. Todos os parques eólicos já estão em operação e totalizam uma potência de 375,40 MW;
- Implantação do Complexo Eólico Povo Novo, no município de Rio Grande, constituído por três centrais geradoras: Ventos de Curupira, Ventos de Povo Novo e Ventos da Fazenda Vera Cruz. Potência total de 52,5 MW e entrada em operação prevista para maio de 2016.

A ação de Manutenção e Operação da Geração objetiva manter o percentual ótimo de disponibilidade do fornecimento de energia elétrica. No ano de 2015, a Companhia superou a meta estabelecida para o produto Energia Disponibilizada, alcançando o percentual de 96,5 %, resultado obtido pela soma de esforços operacionais e pela aplicação de recursos da ordem de R\$ 181,15 milhões investidos na modernização e na adequação das usinas, melhorando a confiabilidade, a qualidade, a segurança e a rentabilidade da produção de energia elétrica. As principais realizações no âmbito da ação de manutenção e operação da geração foram direcionadas às Usinas Hidrelétricas (UHEs): Ernestina, Jacuí, Passo Real, Itaúba e Ivaí e às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): Santa Rosa, Canastra, Bugres, Toca, Passo do Inferno, Guarita, Ijuizinho, Forquilha, Herval e Capigui.

Área de Transmissão

A CEEE-GT é responsável pela maior parte das instalações que compõem a rede básica de transmissão do RS. Viabiliza o suprimento de energia às concessionárias de distribuição: CEEE Distribuidora, AES Sul, RGE, concessionárias municipais e cooperativas de eletrificação rural. Para tanto, dispõe de 6.056 km de linhas de transmissão. Possui ainda 67 Subestações que alcançam uma potência de 9.688 MVA (Megavolt-ampere).

A ação Expansão da Transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica. No ano de 2015, foram aplicados R\$ 353,08 milhões na expansão da transmissão da companhia, tendo a sua capacidade ampliada em 208 MVA (Megavolt-ampere).

A CEEE-GT, além de suas iniciativas próprias no campo da expansão de transmissão, realizou parcerias com outras empresas dos leilões de Empreendimentos de Transmissão realizados pela ANEEL, destacadamente com a TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia, com a TESB - Transmissora de Energia Sul-Brasil LTDA e com a FOTE - Fronteira Oeste Transmissora de Energia. Os empreendimentos viabilizados em cada uma das participações seguem abaixo apresentados.

TSLE – Consórcio formado entre CEEE-GT (49%) e Eletrosul (51%). Empreendimento estimado em R\$ 709 milhões que viabilizará a conexão dos Parques Eólicos de Santa Vitória do Palmar e a interligação de futuros Parques Eólicos em estudo. Os principais empreendimentos são as Linhas de Transmissão (LTs): LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo -

Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar e as Subestações (SEs): SE Povo Novo; SE Marmeleiro e SE Santa Vitória do Palmar. Obras concluídas.

TESB - Consórcio formado pela CEEE-GT, PROCABLE e INSIGMA, onde a CEEE - GT possui 90,4% de participação. O valor em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) aplicado pela CEEE-GT em 2015 foi de R\$ 195,64 milhões. Este investimento possibilitará a interligação de novos Parques Eólicos que estão em estudo. Os principais empreendimentos deste Consórcio são as Linhas de Transmissão (LTs): LT Porto Alegre 9 x Porto Alegre 8; LT Porto Alegre 9 x Nova Santa Rita; LT Campo Bom x Taquara; LT Restinga x Viamão 3; LT Restinga x Porto Alegre 13 e as Subestações (SEs) : SE Jardim Botânico; SE Viamão 3; SE Restinga e SE Candelária 2.

FOTE - Consórcio formado entre CEEE-GT (49%) e Eletrosul (51%). Empreendimento estimado em R\$ 222 milhões. As principais obras, no RS, são a Linhas de Transmissão Santo Angelo x Maçambará e a Subestação Santa Maria 3.

Ainda na área da expansão da transmissão a CEEE-GT realizou obras de ampliação de 14 Subestações (SEs) : SE Passo Real, SE Bagé 2, SE Santa Rosa, SE Livramento 2, SE Uruguaiana 5, SE São Borja 2, SE Guarita, SE Eldorado do Sul, SE Guaíba 2, SE Santo Ângelo 2, SE Pelotas 3, SE São Vicente, SE Scharlau e SE Canoas 1.

A ação Manutenção e Operação da Transmissão está focada na garantia do bom desempenho e disponibilidade do sistema. No ano de 2015, a CEEE-GT aplicou R\$ 79,73 milhões em obras em Subestações (SEs), Linhas de Transmissão (LTs) e serviços de telecomunicação que lhe permitiram alcançar a marca de 99,85% de disponibilidade do sistema, parâmetro definido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Dentro dessa ação, duas realizações merecem destaque especial:

- Lançamento de Fibra Ótica - Realização que, através da interligação das diversas Subestações, visa melhorar a comunicação e o envio de dados para os Centros de Operação do Sistema da CEEE-GT e do ONS. Estão em fase de elaboração de estudos e projetos básicos o lançamento de fibra ótica na LT Canoas, no trecho LT 230 kV-Cidade Industrial x Guaíba 2, com uma extensão de 38,2 km.
- Modernização de Instalações de Transmissão da SE Porto Alegre 9 -Investimentos que totalizaram mais de R\$ 3,38 milhões em serviços e obras relativos à reforma e modernização da subestação.

A ação Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) buscou incentivar processos e projetos inovadores no campo do enfrentamento dos desafios tecnológicos do setor elétrico, tendo como base a regulamentação do Programa de P&D do segmento. O investimento total em 2015 foi de mais de R\$ 1,09 milhões, destacando-se:

- Geração Solar Fotovoltaica - Projeto que tem por objetivo instalar - e conectar à rede de distribuição - uma usina com capacidade de 550 kWp (KiloWatt-Pico) utilizando-se painéis fotovoltaicos como fonte de geração de energia. A proposição de arranjos técnicos e comerciais para projeto de geração de energia elétrica através de tecnologia solar fotovoltaica busca criar condições para o desenvolvimento de base tecnológica e

infraestrutura técnica destinadas a sustentar a inserção da geração fotovoltaica na matriz energética. Público Alvo: GRUPO CEEE - TRENSURB - AEROMÓVEL - PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

A **Companhia Riograndense de Mineração - CRM** é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e tem como missão pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

A principal aplicabilidade da atividade fim da CRM tem sido, nos últimos anos, a geração de energia elétrica a partir do carvão mineral. A Companhia é uma das principais fornecedoras nacionais de combustível para geração termoelétrica a carvão mineral. Ocupa lugar de destaque no ranking das empresas de mineração de carvão do Brasil e sua atividade está embasada na importância do carvão como fonte energética alternativa de baixo custo, viável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental.

A Companhia é detentora de grande potencial energético sob a forma de reservas de carvão mineral estimadas em mais de 3 bilhões de toneladas. Estas reservas estão distribuídas em diferentes áreas, algumas com titulação de lavra já consignada pelo órgão regulador federal e outras ainda em fase de pesquisa. Suas unidades mineiras em atividade estão situadas nos municípios de Minas do Leão e Candiota, ambas com exploração a céu aberto.

A maior unidade mineira, a Mina de Candiota, possui uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano e uma produção mínima, garantida contratualmente, de 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300. Sua produção está vinculada ao abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici – UPME, localizada no município de Candiota, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE / ELETROBRAS.

A Mina do Leão tem uma capacidade instalada de produção de 240.000 t/ano de carvão bruto. São produzidos diversos tipos de carvão, obtidos após processamento em sua usina de beneficiamento. Sua produção é destinada ao mercado termoelétrico e industrial do Estado de Santa Catarina, e no exercício de 2015 sua produção anual foi de 145.255,26 toneladas.

A CRM participou do Programa Energia Para o Rio Grande e, no ano de 2015, implementou as ações a seguir apresentadas.

A ação Implantação da planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco envolve atividades e investimentos necessários à busca de soluções e práticas ambientalmente sustentáveis na utilização do carvão mineral. No ano de 2015, a CRM realizou investimentos da ordem de R\$ 163 mil para a implantação de sua planta-piloto de beneficiamento do carvão a seco, ampliando em 13% o percentual de serviços e obras realizados e elevando a 93% o seu estágio de implantação.

Com estes investimentos em pesquisa e tecnologia, a CRM pretende demonstrar a possibilidade da redução do teor de enxofre e os contaminantes não carbonosos presentes nos carvões brutos. O objetivo da pesquisa também se estende sobre a possibilidade do aumento do poder calorífico do mineral, permitindo ganhos em eficiência ao principal cliente da Companhia atualmente, a Usina Presidente Médici, da CGTEE, e a ampliação do portfólio de potenciais compradores do produto e da utilização na matriz energética.

A ação Produção de Carvão CE - 3.300 na Mina de Candiota envolve atividades e investimentos necessários à produção de carvão mineral com poder calorífico de 3.300 kcal/kg. No ano de 2015, a CRM despendeu R\$ 78,9 milhões na produção de cerca de 3,07 milhões de toneladas de carvão mineral com poder calor de 3.300 Kcal/Kg.

A ação Produção de Carvão CE - 4.200 na Mina do Leão reúne as atividades necessárias à produção de carvão mineral com poder calorífico de 4.200 Kcal/Kg, no município de Minas do Leão. Estão em andamento operações nas minas de Leão I e Leão II. No ano de 2015, houve dispêndio de recursos da ordem de R\$ 19,02 milhões destinados ao suporte da produção de 145,3 mil toneladas de carvão mineral com poder calorífico de 4.200 Kcal/kg para abastecimento do mercado de Santa Catarina.

A **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás** é a empresa responsável pela comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado. Criada em 1993, atua como sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A-Gaspetro. A Sulgás iniciou a comercialização do gás natural no ano de 2000, por ocasião da conclusão do gasoduto Bolívia-Brasil, abastecendo os segmentos industrial, comercial, veicular e residencial.

A Companhia, através de seus 939 km de rede de distribuição, atende 39 municípios distribuídos pela Região Metropolitana de Porto Alegre, Vale do Sinos e Serra. Sob a forma de Gás Natural Comprimido (GNC), transportado por carretas, são atendidos outros 20 municípios situados nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Hortênsias, Paranhana Encosta da Serra, Litoral, Campos de Cima da Serra, Produção, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Sul e Central. A Sulgás atende 25.797 clientes em 7 diferentes segmentos: Residencial (25.024), Industrial (120), Comercial (556), Veicular - Postos de Gás Natural Veicular - GNV (80), Programa Prioritário de Termelétricidade - Cogeração PPT (02), Geração em Horário de Ponta (14), e Geração Elétrica (01).

A Sulgás investiu mais de R\$ 33.96 milhões, no ano de 2015, em ações que integraram o Programa Energia Para o Rio Grande. Os recursos e as atividades desenvolvidas objetivaram a ampliação da distribuição de gás natural e o desenvolvimento tecnológico do sistema de distribuição de gás natural.

A ação Ampliação da Distribuição de Gás Natural envolveu atividades e investimentos necessários à expansão da rede física de gasodutos, à ampliação da oferta de gás natural comprimido (GNC) e ao desenvolvimento do mercado de Biogás. Foram destinados R\$ 30,10 milhões para a construção de mais de 132,465 km de redes no ano de 2015. No quadriênio 2012 - 2015 a Sulgás ampliou em mais de 386,433 km as redes de distribuição de gás natural e, com esse incremento, a companhia passou a dispor de mais de 939 km de redes implantadas.

Redes de Distribuição de Gás Natural Construídas (km)			
2012	2013	2014	2015
54,897	113,756	85,314	132,465
Total Geral			386,433

O volume de gás natural boliviano comercializado, no ano de 2015, atingiu a marca de mais 2,49 milhões de m³/dia. Além de indústrias, o gás natural tem sido fornecido a postos de combustíveis, residências, shopping centers, clubes, hospitais, hotéis e restaurantes.

Sulgás social - No ano de 2015 a Sulgás destinou mais de R\$ 3,1 milhões à área social. Foram recursos apropriados através de receitas próprias e também recursos gerados a partir de benefícios fiscais (ICMS E IR). Foram beneficiados projetos como a Unidade Projeto Pescar Sulgás, o Curso de gasistas com o SENAI e o Programa Aprendiz Legal - FASE/CIEE-RS. Foram ainda destinados recursos para os Fundos Estaduais Pró-Cultura e Pró-Esporte.

A Responsabilidade Social na Sulgás se consubstancia através de uma gestão integrada, ética e transparente dos seus negócios e das suas relações com o público. A companhia, no ano de 2015, buscou promover direito e cidadania, respeito à diversidade humana e cultural e contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades sociais. Buscou ainda, tanto o desenvolvimento de programas próprios quanto o apoio e participação em projetos realizados por outros agentes sociais, principalmente nas áreas de Meio Ambiente, Capacitação profissional para o mercado de gás natural, Cultura, Esporte, Direitos da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Promoção da Saúde.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
CEEE-D	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Eficientização Energética
CEEE-D	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição
CEEE-D	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão
CEEE-D	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - D
CEEE-GT	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Expansão da Geração
CEEE-GT	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Expansão da Transmissão
CEEE-GT	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Manutenção e Operação da Geração
CEEE-GT	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Manutenção e Operação da Transmissão
CEEE-GT	Energia Elétrica pelo Rio Grande	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - GT
CRM	Carvão Mineral pelo Rio Grande	Expansão da Mineração do Carvão
CRM	Carvão Mineral pelo Rio Grande	Produção de Carvão CE 3.300 na Mina de Candiota
CRM	Carvão Mineral pelo Rio Grande	Produção de Carvão CE 4.700 na Mina do Leão
SME	Energia pelo Rio Grande	Ampliação da Disponibilidade Energética
SME	Energia pelo Rio Grande	Elaboração do Plano Energético do Rio Grande do Sul 2016-2025

Órgão	Programa	Ação
SME	Energia pelo Rio Grande	Fontes Renováveis de Energia
SME	Energia pelo Rio Grande	Política Estadual de Conservação de Energia
SME	Energia pelo Rio Grande	Política para a Mineração
SULGÁS	Gás pelo Rio Grande	Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural
SULGÁS	Gás pelo Rio Grande	Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado
SULGÁS	Gás pelo Rio Grande	Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural

TRANSPORTES

As ações desenvolvidas na área de transportes e logística são de competência da **Secretaria dos Transportes (ST)**, conforme a Lei Nº. 14.733, de 15 de setembro de 2015. Dentre as suas competências legais importa destacar: estabelecer a política de transportes do Estado; realizar projetos, estudos e iniciativas que colaborem na melhoria da logística e dos meios de infraestrutura e transporte; explorar e administrar aeroportos, aeródromos e heliportos no Estado mediante delegação, concessão ou autorização do Ministério da Aeronáutica, competindo-lhe ainda, deliberar sobre assuntos relativos à integração dos sistemas de transportes do Estado.

A ST participou do Programa de Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística e também do Programa Transportes Multimodais.

No Programa de Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística a ST desenvolveu a ação Promoção de benefícios da integração logística do Estado através da qual realizou atividades que impulsionaram o desenvolvimento de dois planos fundamentais para o setor transporte, tanto de passageiros quanto de cargas. São eles: o Plano Diretor de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso no Rio Grande do Sul e o Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT/RS).

- O Plano Diretor de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso cumpre papel estruturador do setor, além de constituir-se como marco regulatório sobre o qual será possível desenvolver os processos licitatórios e a concessão de outorgas para linhas de ônibus e estações rodoviárias. O Estado foi dividido em 14 sistemas de mercado instituídos com subsídio cruzado. Neste modelo as linhas de baixa rentabilidade, cuja demanda é menor, terão acesso a parte do aporte financeiro gerado pelo faturamento das linhas com alta demanda e rentabilidade. O Plano, acima de tudo, resgata a perspectiva da otimização dos serviços, da segurança das relações jurídicas envolvidas e da transparência nas relações entre os agentes intervenientes, ou seja, as empresas de transporte, estações e agências rodoviárias, poder concedente e usuários.
- O desenvolvimento do PELT/RS, da mesma forma, cumpre papel estruturador do setor, neste caso, do transporte de cargas. É um plano estratégico de longo prazo e se constitui como um plano de estado, pois insere-se em um processo de planejamento permanente, sendo continuamente monitorado e reavaliado. Tem caráter dinâmico, participativo e deverá perenizar as ferramentas de planejamento em logística de transportes no Estado em consonância com os planos de transportes e logística instituídos para a malha transportadora sob a jurisdição da União Federal. O Plano, uma vez concluído, deverá definir a visão de futuro e as estratégias de intervenção pública e privada no setor, e deverá sustentar nos próximos 25 anos, o crescimento da economia estadual. O PELT-RS fornecerá ao Estado as ferramentas de planejamento setorial destinadas a torná-lo autossuficiente no diagnóstico de suas situações problema e na identificação de gargalos, habilidades de grande relevância quando se trata de elaborar projetos e priorizar investimentos destinados à ampliação e

manutenção da malha transportadora e do sistema logístico. Outro aspecto do Plano será a possibilidade de buscar, estrategicamente, a promoção da integração progressiva dos diferentes modais de transporte de cargas, buscando maior equilíbrio na partição da matriz de transportes do RS.

No Programa Transportes Multimodais, a ST desenvolveu atividades de coordenação voltadas para o desenvolvimento e integração dos diferentes modais. No plano rodoviário, o destaque recai sobre o Plano Emergencial de Recuperação de Estradas, o Pró-Safra, que visou manter a malha rodoviária em condições de trafegabilidade. Estradas que necessitavam de manutenção para beneficiar a logística e o escoamento da produção foram priorizadas. Cerca de 200 km de estradas da região Norte do RS foram recuperadas.

No plano aeroviário foi lançado, em 2015, o Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR-RS) que visa promover o desenvolvimento econômico, social e turístico do Estado por meio da ampliação das rotas de voos regulares nos aeroportos regionais. O PDAR-RS prevê a concessão de incentivos fiscais para as empresas de transporte aéreo que aderirem ao programa e vierem a garantir a operação de rotas regionais que atendam quatro ou mais municípios oferecendo pacotes para roteiros turísticos. Resultado da implantação do programa é a linha Porto Alegre - Uruguaiana, já em operação.

A ST, através do seu Departamento Aeroportuário - DAP, é responsável pelas ações destinadas à manutenção e à modernização dos aeroportos do Estado. Foram investidos cerca de R\$ 7,24 milhões para suportar a execução de suas atividades e realizações.

A ação Manutenção de Aeroportos desenvolveu atividades destinadas a manter a operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange a equipamentos e serviços. No ano de 2015, o investimento realizado foi de mais de R\$ 1,95 milhões. A aplicação destes recursos permitiu executar serviços de manutenção e apoio às operações aéreas. Basicamente, serviços e obras de manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos de apoio às operações aéreas e da segurança da aviação civil. Merece destaque a aquisição de equipamentos de Scanner Raios-X e equipamentos de comunicação e tela informativa de voos para o terminal de passageiros do aeroporto de Passo Fundo e equipamento de Raios-X para inspeção de bagagem de mão no aeroporto de Caxias do Sul.

A ação Modernização dos Aeroportos se concentra naquelas atividades necessárias a contratação de projetos para aeroportos regionais ou internacionais, novos ou existentes, e de consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. No ano de 2015, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços foi de mais de R\$ 5,29 milhões. Destaque para a reforma do sistema hidráulico da Seção Contra Incêndio do aeroporto de Passo Fundo.

O **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER**, autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes - ST, é responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado e foi criado pela Lei nº 750, de 11 de agosto de 1937. O Departamento participou do Programa Transportes Multimodais e implementou as seguintes ações:

A ação Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual tem foco nas atividades de projeto, serviços e obras destinadas a qualificar a malha rodoviária através da pavimentação de acessos aos municípios. No ano de 2015, foram executados 48,09 km de acessos municipais. O investimento realizado foi de mais de R\$ 20,60 milhões e beneficiou os municípios de São José do Hortêncio, Esmeralda, Feliz, Muliterno, Tapejara, Arroio do Padre, Carlos Gomes, Porto Vera Cruz, Eugênio de Castro e Barra do Guarita.

A ação Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais opera atividades destinadas a, periodicamente, conservar e manter as rodovias estaduais, pavimentadas ou não pavimentadas. No ano de 2015, trabalhos de manutenção e conservação foram realizados em uma extensão de 8.846,79 km de rodovias. Os recursos direcionados para esta ação totalizaram mais de R\$ 59,91 milhões.

A ação Construção de Rodovias tem foco na expansão da malha rodoviária estadual e no aprimoramento de suas condições de trafegabilidade. No ano de 2015, na região dos COREDEs Vale do Caí e Serra, foram executados 10,26 km nos trechos de Capitão - Arroio do Meio e Alto Feliz - Linha Boêmios. O investimento total foi de mais de R\$ 8,41 milhões.

A ação Ampliação da Capacidade de Rodovias destinada a aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através da duplicação de rodovias e implantação da terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego. No ano de 2015, foi realizado um investimento total de R\$ 6,54 milhões e foi possível dar andamento na execução de 4,02km da rodovia ERS-509 no trecho Santa Maria - Camobi.

A ação Restauração de Pavimentos opera atividades que visam restaurar rodovias pavimentadas, incluindo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação, serviços complementares, obras de arte, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. No ano de 2015, no âmbito do CREMA - Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias, especificamente o Crema Serra Lote I e Lote II e também o Programa RESTAURO BIRD, foram realizados serviços e obras de em 120,72 km de rodovias, resultado da aplicação de recursos financeiros da ordem de R\$ 80,92 milhões.

A ação Operação do Sistema Rodoviário Estadual aglutina atividades de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nos serviços de transporte de passageiros, estações rodoviárias e transporte de cargas nas rodovias estaduais. No ano de 2015, com o suporte financeiro de R\$ 14,33 milhões o DAER desenvolveu entre outras, as atividades destinadas ao monitoramento e autuação de veículos através de equipamentos eletrônicos e fiscalização de veículos com excesso de peso.

Ainda no âmbito da ação o DAER desenvolveu atividades destinadas a reativar o monitoramento eletrônico nas rodovias estaduais. Foram cinco lotes de lombadas eletrônicas contratados. Atualmente, são 112 faixas monitoradas pelos dispositivos implantados em 20 trechos de estradas. O investimento realizado foi da ordem de R\$ 2 milhões. Na fiscalização do trânsito, juntamente com o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM) foram utilizados valores superiores a R\$ 8,70 milhões.

A ação Gestão organizacional do DAER tem foco nas atividades que visam aperfeiçoar as práticas de gestão. O DAER realizou atividades relacionadas à melhoria de processos internos, modernização de rede de lógica, arquivamento digitalizado de documentação, modernização de sistema de informação, modernização de instalações físicas e mobiliário e qualificação técnica de servidores. Destaque para a reinauguração da Biblioteca Engenheiro Darcy Gonçalves Teixeira, conhecida como Biblioteca do DAER. O espaço, localizado no 13º andar da sede da autarquia, possui 10 mil itens documentais e tornou-se referência para pesquisa de áreas de Engenharia Civil, Administração e Informática.

A ação Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária, de competência da Diretoria de Gestão e Projetos - DGP tem foco na elaboração do Plano Diretor Rodoviário. Visa adquirir novas tecnologias de geoprocessamento e atualizar os atuais processos de planejamento e gerenciamento da malha rodoviária. No ano de 2015, através desta ação e mediante a aplicação de mais de R\$ 24,65 milhões o DAER realizou atividades relacionadas à gestão estratégica, diagnóstico e adaptação do sistema de planejamento rodoviário.

Outra atividade relevante, no campo do transporte de passageiros, foi a elaboração do Plano Diretor de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso que visa reorganizar a distribuição das linhas do transporte coletivo intermunicipal de longo curso e ordená-las juridicamente em novos segmentos. O projeto, já encaminhado à Assembleia Legislativa e aprovado como a Lei nº 14.834/2015, incide também sobre a questão das estações rodoviárias. O destaque é a futura implantação do Centro de Controle Operacional - CCO, sistema que interligará todas as linhas e rodoviárias visando à ampliação da segurança, da agilidade, do conforto e da abrangência do sistema.

A **Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR** é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes - ST, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado. A EGR participou do Programa Transportes Multimodais desenvolvendo duas ações finalísticas nas praças abaixo:

Praça	Extensão (km)
Campo Bom	75,54
Portão	74,79
Santo Antônio da Patrulha	35,00
Viamão	97,92
Flores da Cunha	46,70
Três Coroas	40,87
Gramado	43,98
São Francisco de Paula	59,22
Encantado	87,83
Boa Vista do Sul	73,99
Cruzeiro do sul	29,45
Venâncio Aires	77,00
Candelária	72,16
Coxilha	78,33
Total	892,78

A ação Operação do sistema de rodovias pedagiadas estaduais visa planejar, controlar e fiscalizar o fluxo de veículos e o uso das faixas de domínio e administrar as praças de pedágio. A EGR investiu, em 2015, cerca de R\$ 51,8 milhões na operação de 892,78 km.

Atendimento de urgências e prestação de socorro - No âmbito dessa ação a EGR implementou o serviço de atendimento de urgências e prestação de socorro. O serviço é disponibilizado com a utilização de 14 ambulâncias e abrange os municípios de Boa Vista do Sul, Campo Bom, Candelária, Coxilha, Cruzeiro do Sul, Encantado, Flores da Cunha, Gramado, Portão, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Três Coroas, Venâncio Aires e Viamão. O valor investido foi de R\$ 11,5 milhões e é o produto da arrecadação das praças de pedágio administradas pela EGR.

A ação Conservação, manutenção, restauração, construção e ampliação de capacidade de rodovias pedagiadas visa garantir a qualidade das estradas e da segurança no trânsito, desenvolvendo ainda aquelas atividades destinadas a planejar, controlar e fiscalizar o fluxo de veículos, o transporte de cargas, o uso das faixas de domínio, bem como a administração das praças de pedágio. A EGR aplicou recursos na ordem de R\$ 80 milhões.

Foram beneficiados 892,78 km de rodovias em diferentes COREDEs conforme apresentado no quadro abaixo.

COREDE	Extensão (km)	COREDE	Extensão (km)
Alto da Serra do Botucaráí	39,23	Serra	46,50
Hortênsias	69,96	Vale do Caí	73,89
Metropolitano – Delta do Jacuí	120,09	Vale do Rio dos Sinos	37,7
Paranhana - Encosta da Serra	74,04	Vale do Rio Pardo	161,57
Produção	78,33	Vale do Taquari	190,77

No âmbito desta ação cabe destacar as atividades adiante relacionadas:

- Trevos de acesso aos municípios de Encantado e Boa Vista do Sul - Encaminhamento dos processos destinados à construção de trevos de acesso aos municípios. As obras demandarão investimentos da ordem de R\$ 3,20 milhões e serão viabilizadas com recursos das praças de pedágio próximas aos municípios.
- Recuperação de rodovias e pontes - A ponte do Rio Caí, na ERS 122 - km 23, em Bom Princípio, foi recuperada e, após quase dois anos interditada, devolvida ao tráfego rodoviário. Com capacidade de 45 toneladas e uma extensão de 254 metros, recebe a circulação de cerca de 14 mil veículos / dia. O custo total da recuperação foi de R\$ 3,48 milhões.
- Recuperação de rodovias - A EGR executou a recuperação asfáltica da ERS 122 no trecho entre Caxias do Sul e Flores da Cunha. A ação, somada à obra de construção do viaduto no acesso a Santa Cruz do Sul na RSC-287 em andamento e à recuperação asfáltica da ERS-235 entre Gramado e Nova Petrópolis, também em andamento, resulta em um investimento total de R\$ 18,39 milhões.

- Recuperação da ERS-115 - A EGR assinou contratos emergenciais para a recuperação da rodovia entre os quilômetros 27 e 29, no trecho Gramado -Três Coroas, danificado devido a desmoronamentos causados por fortes chuvas verificadas no local. As obras demandarão investimentos da ordem de R\$ 11,33 milhões e incluem projeto e supervisão.
- Obras de melhorias – A EGR concluiu em novembro de 2015 a obra de implantação de ciclovia no km 74 da ERS 239 no município de Rolante, com um custo total de mais de R\$ 1.81 milhões. Neste mesmo mês, iniciou-se a obra de pavimentação asfáltica nas baias das paradas de ônibus localizadas entre o km 11 e o km 32 e entre o km 35 e o km 64. A obra demandará um investimento na ordem de R\$ 900 mil, com previsão de conclusão em março de 2016.

A Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes - ST e entre suas competências legais, delegadas pela União, se destaca a administração dos portos e suas respectivas instalações. A SPH atua como autoridade portuária responsável pelos portos de Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira do Sul. A SPH realiza o planejamento, a coordenação, a execução e a fiscalização dos serviços e obras relacionadas à dragagem necessária ao aprofundamento, ao melhoramento, à ampliação e à conservação dos canais de acesso aos portos e hidrovias, bem como os serviços de sinalização náutica. Os trabalhos de manutenção da malha hidroviária abarcam o acesso à Lagoa dos Patos, ao Lago Guaíba e aos rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí e São Gonçalo. A SPH promove a manutenção permanente da navegabilidade, também, através do desassoreamento periódico dos 758 km de hidrovias e do posicionamento permanente dos 458 sinais náuticos existentes na malha hidroviária do Estado.

O transporte de cargas através da malha hidroviária da Bacia Sudeste do RS, no ano de 2015, registrou a marca de 4,6 milhões de toneladas. Entre as principais movimentações destaca-se a importação de sal, cevada, matéria prima para fertilizantes, combustíveis, granéis agrícolas, produtos petroquímicos e a exportação de transformadores elétricos.

A SPH participou do Programa Transportes Multimodais executando quatro ações: Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre; Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias; Reestruturação administrativa e operacional e a ação de Sinalização Náutica das Hidrovias com aumento do índice de eficácia.

A ação Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre envolve atividades que visam garantir a segurança da navegação entre o Porto da Capital e o Porto de Rio Grande e na hidrovia do Rio Jacuí até o Porto de Cachoeira do Sul. Os trabalhos de dragagem e desassoreamento dos canais garantem navegação segura nos acessos aquaviários da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí.

A ação Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias envolve o desenvolvimento de projetos e do planejamento necessário ao licenciamento ambiental das atividades de desassoreamento das hidrovias da

Laguna dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí. O aumento do calado nos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre também fizeram parte dos estudos, assim como as atividades relacionadas à atualização da licença operacional do Porto de Porto Alegre, a elaboração de Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ para os Portos de Porto Alegre e de Pelotas. Neste sentido, as principais realizações do ano de 2015 se dão as seguintes.

- Aquisição de Equipamento de Levantamentos Batimétricos - Multiflex: Aquisição de equipamento pela SEMA que através de convênio com a SPH possibilitará maior qualidade nos levantamentos batimétricos, maior agilidade na obtenção dos resultados e melhor interpretação do comportamento do transporte dos sedimentos no fundo dos rios e lagos do estado, possibilitando melhores tomadas de decisão quanto a execução de dragagens.
- Estudo Ambiental e Obtenção de Licença de Operação - LO do Porto de Pelotas: através de estudo ambiental apresentado a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, a SPH, Autoridade Portuária do Porto de Pelotas obteve a LO 8162/2015DL.
- Obtenção de Licença de Operação para Dragagem do Rio Jacuí: Obtida junto a FEPAM a Licença de Operação - LO para a realização dos serviços e obras de dragagem de manutenção de todos os canais de navegação pertencentes ao corpo hídrico do Rio Jacuí.
- Obtenção de Celebração de Termo de Compromisso Ambiental - TCA para Serviços de Dragagem: Celebração de TCA assumido pela SPH junto à SEMA e FEPAM, a fim de viabilizar os serviços e as obras de dragagem do Rio Gravataí e dragagem do berço de atracação de área do Porto de Porto Alegre junto ao Cais Navegantes.

Já a ação Reestruturação administrativa e operacional fornece suporte para a execução de atividades destinadas a ampliar e qualificar os processos sistêmicos de movimentação de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado. A seguir estão relacionadas às principais realizações:

- Contrato de Uso Temporário CMPC - Celulose Rio Grandense de Segurança: o Porto de Pelotas recebeu, por meio de Contrato de Uso temporário aprovado pela ANTAQ, o projeto da CMPC Celulose Rio Grandense. O contrato permitirá que empresa venha a movimentar, através da hidrovia, toras de madeiras desde o Porto de Pelotas até a planta de Guaíba. Este projeto permitirá que as movimentações do porto se elevem de 45 mil toneladas para mais de 1 milhão de toneladas ano.
- Convênio com a ANTT – Regularidade dos Caminhões - Termo de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres a fim de promover a verificação online da regularidade dos caminhões agendados para operações no Porto de Porto Alegre. Caso a verificação seja negativa, automaticamente o sistema impede o agendamento daquele caminhão. Esta é uma ação de fiscalização das operações portuárias que visa resguardar a autoridade portuária perante a legislação vigente.

- Contrato de Uso Temporário - Indústria Naval - O Porto de Porto Alegre recebeu, por meio de Contrato de Uso Temporário autorizado pela ANTAQ, dois importantes projetos que atendem a indústria de óleo e Gás. O projeto da KOCH PALFINGER com montagem de guindastes para plataformas e navios de extração de petróleo, e outro projeto destinado a receber empresa especializada na montagem de módulos para plataformas de petróleo.

A ação Sinalização Náutica das Hidrovias tem por escopo adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando navegabilidade segura, 24 horas por dia. A SPH viabilizou a aquisição de 30 bóias de sinalização do tipo BL-2, BCCo e BCP, em consonância com o projeto de balizamento das hidrovias do RS, mediante processo licitatório. Os equipamentos adquiridos e/ou recuperados foram instalados na Bacia do Sudeste. A distância sinalizada com os novos equipamentos atingiu 630 quilômetros de extensão.

A **Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG** é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes - ST. A SUPRG tem como sua principal atribuição legal administrar o Porto do Rio Grande - PRG, na qualidade de executor da concessão da União ao Estado. Constitui-se como autoridade portuária executiva, coordenando a exploração do PRG e fiscalizando as diversas entidades atuantes no Porto Organizado²⁷. Desenvolve, ainda, o planejamento e a execução da política portuária mediante a elaboração de estudos, a realização de melhorias e de atividades de manutenção e conservação dos canais de acesso e da infraestrutura portuária.

O Porto do Rio Grande (PRG), por segmento de cargas, atingiu uma movimentação de 37 milhões de toneladas em 2015. O crescimento verificado em relação ao ano de 2014 foi de 7%. A movimentação de contêineres registrou um volume de 700.000 / TEU e o crescimento verificado em relação ao ano de 2014 foi de mais de 6%.

Em 2015, a SUPRG participou do Programa Transportes Multimodais promovendo: a gestão do acesso aquaviário, a modernização e adaptação da Infraestrutura do Porto e a gestão ambiental, com um investimento mais de R\$ 10,13 milhões.

A ação Gestão do Acesso Aquaviário envolve atividades relacionadas aos canais de acesso e bacias de evolução. São obras e serviços necessários para o aprofundamento, a modernização e a sinalização destes canais, visando maior segurança e eficiência da navegabilidade. A ação contempla a manutenção de calados e a sinalização do canal de acesso. Através destas atividades foi possível manter o canal de acesso e bacia de evolução (área do Porto Novo), dragado para 10,5m de profundidade, 16m para o canal da área do Super Porto e 18m para o canal fora da Barra. Foi obtida, assim sendo, a homologação da navegabilidade segura e do calado de 42 pés por parte da Autoridade Marítima.

Através da ação Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto foram desenvolvidas atividades que dão continuidade ao processo de modernização do Porto Novo

²⁷ Considera-se, na forma da legislação vigente, porto organizado aquele que - concedido ou explorado pela União - foi construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação e da armazenagem de mercadorias.

através de obras de construção de 1.125m de cais de acostagem com investimento de aproximadamente R\$ 97,1 milhões. A obra consiste na construção de uma superestrutura que avança 11,6 metros para dentro do canal, possibilitando a utilização de equipamentos de maior porte e o aprofundamento do calado de 31 para 40 pés. O PRG, resultado do processo continuado de modernização e adaptação de sua infraestrutura, passou a contar com um novo pátio de operações. O antigo Pátio Gota, destinado a contêineres, recebeu investimentos de quase R\$ 1 milhão para abrigar toras de madeira. A operação permitiu ao PRG, via operações de cabotagem, iniciar a realização de embarques sistemáticos de toras ao estado do Espírito Santo. Destaque-se que, como medida de ampliação da competitividade do porto, houve a manutenção do valor das tarifas portuárias em que pese a existência de autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários para aumento imediato.

A ação Gestão Ambiental envolveu atividades necessárias à manutenção, superação e atendimento das exigências e condicionantes da licença de operação do Porto do Rio Grande. No ano de 2015, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços correlatos à ação foi de R\$ 7,8 milhões.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Ampliação de Capacidade de Rodovias
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Conservação e Manutenção de Rodovias
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Construção de Rodovias
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Convênios Municipais
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Operação do Sistema Rodoviário Estadual
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado
DAER	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Restauração de Pavimento
EGR	Década de Ação Pela Segurança no Trânsito	Educação para Segurança no Trânsito - EGR
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Ampliação da Malha Rodoviária Pedagiada
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Ampliação de Capacidade de Rodovia Pedagiada
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada

Órgão	Programa	Ação
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Manutenção de Praças de Pedágio
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rododovias Pedagiadas
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários
EGR	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Restauração de Rodovia Pedagiada
SPH	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Instalação do Fórum Hidroportuário
SPH	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Manutenção e Desenvolvimento Operacional dos Portos Interiores
SPH	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária
ST	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Articulação de Ações para Implantação de Infraestrutura de Apoio a Atividade Portuária
ST	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Elaboração e Implementação do Plano Diretor do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso – PDSTC RS
ST	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Implementação do Plano Estadual de Logística de Transportes – PELT RS e Integração do Sistema Estadual de Transportes
ST	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário
SUPRG	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Expansão de Área Portuária
SUPRG	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Gestão do Acesso Aquaviário
SUPRG	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto do Rio Grande
SUPRG	Planejamento Logístico - Pró - Transporte Multimodal	Segurança no Porto do Rio Grande

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Criada em 1890, a **Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ - RS)** tem sua sede em Porto Alegre e está presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com cerca de 2.500 pessoas atuando em suas repartições. Sua estrutura básica está disposta no Decreto Nº 47.590, de 23 de novembro de 2010, que também define suas áreas de competência: administração tributária; administração financeira; administração orçamentária, programação financeira e liberação de recursos orçamentários; administração da dívida pública; contabilidade pública e societária; auditoria da administração pública; política de estímulos fiscais; avaliação dos convênios e ajustes realizados pela Administração com a União, os Estados e os Municípios; identificação da dívida e análise de fontes de recursos; administração financeira da folha de pagamento de pessoal do Estado; definição de limites globais para orçamentação e programação de liberação de recursos orçamentários e financeiros, compatíveis com as estimativas e a arrecadação da receita pública; e tecnologia da informação e certificação digital.

Um dos objetivos principais da SEFAZ-RS no ano de 2015 foi o de organizar as finanças do Estado do Rio Grande do Sul, reduzindo seu déficit estrutural a partir da racionalização dos gastos públicos e da otimização da receita. Com déficit previsto de R\$ 5,4 bilhões no início de 2015, o Estado fechou o ano com redução das despesas em torno de R\$ 1 bilhão, o que representa 51% a menos do registrado no mesmo período de 2014. Destaque para a redução no pagamento de diárias (para fora e dentro do Estado) e passagens aéreas, que, juntas, tiveram queda aproximada de 47% nesse período: dos R\$ 129 milhões em 2014, o gasto baixou para R\$ 68 milhões nos dez meses de 2015.

Em um ano de conjuntura econômica extremamente adversa, ainda assim, a Receita Estadual, responsável pela administração tributária do Rio Grande do Sul, empreendeu esforços no sentido de minimizar os efeitos negativos sobre o nível de receita. A produção fiscal, em termos de lavratura de autos de lançamentos, atingiu o maior patamar dos últimos anos. De fato, com autuações na casa dos R\$ 2 bilhões em valores nominais (R\$ 1.973 bilhão), a Receita Estadual teve o melhor desempenho no combate à sonegação dos últimos quatro anos.

Entre os fatores que contribuíram para ampliar significativamente a constituição dos créditos tributários estão:

- a) o uso em larga escala das novas tecnologias no cruzamento das informações fiscais e aperfeiçoamento de ferramentas utilizadas em auditorias;
- b) a realização de diversas operações especiais com enfoque em combate a sonegação e fraude estruturada, bem como controle de devedores contumazes.

Também foram encaminhadas ao Ministério Público 361 representações fiscais para fins penais, que correspondem ao montante de R\$ 573 milhões em autuações lavradas contra contribuintes do ICMS que apresentaram indícios de cometimento de crimes contra a ordem tributária.

Outra frente de atuação foi o combate à inadimplência do IPVA, com a realização de diversas blitzes em várias regiões do Estado.

A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), no ano de 2015, foi de R\$ 632 milhões, 78% maior do que a ocorrida em 2014. Esse é o melhor desempenho dos últimos cinco anos.

Fatores do sucesso:

- a) ocorreram inventários relevantes no período;
- b) avanços no processo de avaliação dos bens;
- c) aperfeiçoamento da legislação do imposto;
- d) ampliação das ações de fiscalização;
- e) melhorias no sistema ITC, considerado, em nível nacional, o melhor na gestão desse tributo.

Em termos de Cobrança, a Receita Estadual arrecadou, em 2015, cerca de R\$ 1,6 bilhão com a cobrança da dívida, o que demonstra um crescimento de 30% em relação ao registrado em 2014, em valores nominais. Esse foi o melhor desempenho dos últimos cinco anos. A meta no planejamento estratégico de 2015 era de R\$ 1 bilhão e foi superada, atingindo R\$ 1,6 bilhão.

Fatores que influenciaram a superação da meta:

- a) início das ações de cobrança mais próximas do inadimplemento;
- b) intensificação dos contatos com os devedores;
- c) criação de ferramenta de seleção de contribuintes devedores com maior potencial de pagamento;
- d) operações realizadas pelas Delegacias para notificação de contribuintes devedores contumazes;
- e) incremento no número de empresas no Regime Especial de Fiscalização (REF);
- f) melhoria na troca de informações com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para penhoras de duplicatas e valores de cartões (crédito e/ou débito);

g) intensificação de ações conjuntas com a PGE para identificação de grupos econômicos e blindagem patrimonial, com ingresso de medidas cautelares para garantia do crédito tributário;

h) programa especial de quitação e parcelamento de débitos fiscais de ICMS - Refaz 2015, que oportunizou aos contribuintes devedores de ICMS regularizem sua situação fiscal. Foram negociados valores brutos da ordem de R\$ 2,261 bilhões, ingressando nos cofres públicos, à vista, quase R\$ 600 milhões.

Um ponto importante a ser destacado nas ações da Receita Estadual, em termos de tecnologia da informação, foi a aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados, identificado como *Big Data*. A nova plataforma permitirá, em frações de segundos, a análise e o cruzamento de informações por parte da Receita Estadual sobre a movimentação das empresas e os eventuais casos de evasão fiscal. O sistema exigiu investimentos de R\$ 5,5 milhões, a partir de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e integra as medidas previstas no Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado (PROFISCO-RS), lançado em 2009.

Por fim, o programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG), da Receita Estadual, seguiu fomentando a cidadania e a conscientização fiscal, a concorrência leal e o aumento da arrecadação por meio do estímulo à emissão de documentos fiscais pelas empresas e sua exigência por parte dos consumidores. Além disso, foi formalizado o Grupo de Educação Fiscal Estadual (GEFE-RS), e a educação fiscal foi incluída como uma das metas prioritárias do Plano Estadual de Educação.

No ano de 2015, o Governo do Estado também resolveu fazer acordos em passivos que ultrapassam R\$ 680 milhões. O maior desses é de R\$ 591 milhões e tem origem na falta de correção dos valores do vale-refeição entre os anos de 2000 a 2010. Foi firmado, ainda, acordo para devolução de outros R\$ 90 milhões decorrentes do desconto previdenciário suplementar de 2% dos professores estaduais.

A Secretaria da Fazenda também empreendeu esforços para obter maior qualidade no gasto, resultando em economia de fato, reduzindo desperdícios e entregando mais com os mesmos recursos. Nessa linha, foram implantadas iniciativas integradas, com projetos voltados para a melhoria dos preços de aquisição de bens e serviços, através do cruzamento de informações da Nota Fiscal Eletrônica (NFE), e implantação de novos modelos e ferramentas de gestão das despesas.

Lançado ainda no mês de junho, o Relatório Anual da Dívida Pública apontou que o Estado fechou 2014 com a dívida fundada da Administração Direta na casa dos R\$ 54,79 bilhões, o que significa crescimento de 8,6% sobre o estoque final do ano anterior. Em apenas três anos, o salto foi superior a R\$ 11,5 bilhões, por conta de novos empréstimos e da variação do IGP-DI, o indexador do contrato com a União. Por esse motivo, o atual Governo se mobilizou em favor da urgente regulamentação da Lei Complementar nº 148/14, que substituiu o indexador e reduz os juros. Responsável proporcionalmente pela maior dívida em precatórios entre todos os demais Estados brasileiros, o RS fechou o ano com débito estimado

em R\$ 9,4 bilhões, resultado dos processos judiciais contra o Estado. Até agosto de 2015, já haviam sido pagos mais de R\$ 325 milhões em precatórios. Somados os gastos em Requisições de Pequeno Valor (RPVs), o montante, à época, já era de R\$ 900 milhões.

Com relação à estruturação da contabilidade de custos nos órgãos estaduais, foi concluída a implantação da Estrutura Hierárquica de Centros de Custos (EHCC) em 60 órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, sendo que, em 36 deles, foi implantado o Sistema CUSTOS/RS. A implantação do sistema, que contou com a estruturação de Grupos Setoriais de Custos, permitiu aos órgãos/entidades efetuarem ajustes em seus controles de lotação de pessoal, de administração de material e de consumo de água e energia, uma vez que os relatórios produzidos pelo sistema evidenciam o consumo por centro de custos, permitindo análises gerenciais. Assim, incentiva os gestores a refletirem sobre a forma como o controle de custos é feito e permite avaliar objetivamente se as ações para contenção dos gastos e aumento da produtividade surtiram os efeitos desejados ou necessitam ser revistas. Por fim, foi iniciada a integração da Estrutura Hierárquica de Centro de Custos com o novo Sistema de Administração de Patrimônio (APE), garantindo uniformidade no cadastro das estruturas administrativas do Estado.

O portal de transparência do Governo do Estado teve um total de 262.835 acessos desde sua implantação, tendo aumentado 142% desde 2012. Cabe destaque também, com início em junho, a divulgação nominal dos salários dos servidores, após a edição do Decreto Nº 52.387, determinando a publicação do quantitativo dos cargos públicos, funções gratificadas e empregos vinculados ao Poder Executivo. A iniciativa atende a demandas da sociedade por maior transparência nos gastos do Governo. A Lei nº 13.507 definiu que essas publicações fossem feitas na periodicidade bimestral.

Alinhada com os projetos do Governo do Estado, a gestão do **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)** alocou recursos nos segmentos de micro, pequenos e médios empreendedores, no crédito imobiliário, no segmento agropecuário, necessidades de giro para pagamento do ICMS, linhas de crédito destinadas à exportação, promoção do desenvolvimento regional, apoio à modernização da infraestrutura social e apoio a programas de natureza voluntária.

O desempenho do BANRISUL em 2015 foi afetado pelo adverso contexto de negócios que se configurou na economia brasileira ao longo do ano. Sendo assim, a estratégia de negócios priorizou a redução da exposição em crédito, face à elevação do fluxo de despesas com provisões para perdas, refletindo o aumento dos níveis de inadimplência. Por outro lado, o ano de 2015 foi também um período de consolidação da estratégia de ampliação dos negócios associados a serviços.

Em agosto de 2015, foi constituída a *holding* BANRISUL Icatu Participações S.A., na qual o BANRISUL detém 49,9% do capital. A criação da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., que compõe o grupo, representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco, que recebia comissão pela venda do produto, passando a incorporar parte do resultado gerado na operação. A Seguradora detém exclusividade na comercialização de produtos de seguros de pessoas e previdência privada nos canais de distribuição do BANRISUL.

Outro fato relevante no âmbito do mercado de seguros foi a aprovação da Lei Estadual nº 14.797/15, que autoriza o BANRISUL a operar no ramo de distribuição de seguros, previdência e capitalização. A exemplo do que já acontece no segmento de aquisição e emissão de cartões, a estratégia do Banco é de verticalização da atuação nos negócios de seguros, aprofundando sinergias operacionais e de gestão.

No exercício de 2015, foram colocadas à disposição do público oito novas agências do BANRISUL, sete no Rio Grande do Sul e uma em Santa Catarina. Os municípios contemplados pela expansão do Banco no Estado do RS foram Porto Alegre (Agências Rua da Ladeira e Bairro Vila Nova), Caxias do Sul (Ag. Bairro Kayser), Santa Rosa (Ag. 14 de julho), Sertão Santana, São Leopoldo (Ag. Bairro Campina) e Tramandaí (Ag. Capital das Praias). No Estado de SC, o Banco inaugurou agência no município de Rio do Sul.

O BANRISUL injetou, nos mercados em que atua, R\$ 34.876,4 milhões até setembro de 2015. Especificamente nas linhas que compõem o Plano Plurianual 2012/2015, foram investidos R\$ 8.136,9 milhões até o mês de novembro de 2015, com destaque especial para linhas de financiamento à saúde. Em outubro de 2015, o BANRISUL operacionalizou a abertura do VIII Programa FUNAFIR, linha de crédito destinada à recuperação financeira dos hospitais sem fins lucrativos e hospitais privados conveniados ao SUS, conforme Leis Estaduais nº 11.366 e nº 11.953. Até dezembro de 2015, foram contratadas 222 operações no âmbito do Programa, somando R\$ 341,9 milhões.

Outra importante ação construída em conjunto com o Governo do Estado foi a disponibilização da linha de Adiantamento do 13º Salário aos servidores públicos estaduais ativos e inativos. As contratações somaram R\$ 843,4 milhões em 252,8 mil operações.

Relativamente às posições patrimoniais do BANRISUL, as informações na sequência referem-se a novembro de 2015. O patrimônio líquido do BANRISUL alcançou R\$ 6.180,9 milhões em novembro de 2015, com crescimento de 12,0% ou R\$ 660,3 milhões em relação a novembro de 2014 e expansão de 9,0% ou R\$ 509,5 milhões em comparação com dezembro de 2014. O resultado gerado no acumulado dos onze meses de 2015 corresponde à rentabilidade anualizada recorrente de 12,5% calculada sobre o patrimônio líquido médio. As oscilações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação dos resultados gerados, reduzidas pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

A estrutura de captação do BANRISUL é, principalmente, representada por depósitos a prazo, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), depósitos de poupança, depósitos à vista, recursos em letras financeiras e imobiliárias e pela emissão de dívidas subordinadas no exterior. Ao final do mês de novembro de 2015, os recursos captados e administrados, excluindo-se os recursos em letras e a dívida subordinada, alcançaram saldo de R\$ 46.654,7 milhões, o que significa avanço de 11,0% em relação ao saldo registrado em novembro de 2014 e de 8,5% comparados ao montante de dezembro de 2014. Os depósitos alcançaram, em novembro de 2015, R\$ 37.757,5 milhões, com expansão de 13,5% sobre novembro de 2014 e de 10,6% em relação a dezembro de 2014. Os recursos de terceiros administrados atingiram R\$ 8.897,2 milhões, posição 1,5% acima da registrada em novembro de 2014 e 0,3% superior a dezembro de 2014.

Os ativos totais do Banco alcançaram, em novembro de 2015, R\$ 66.338,5 milhões, com acréscimo de 11,4% sobre novembro e dezembro de 2014. A carteira de crédito perfaz 47,5% dos ativos totais, composta por operações pulverizadas, contratadas, principalmente, junto a pessoas físicas, médias e pequenas empresas e microempresas. O crescimento dos ativos, em doze meses, decorreu da alocação de recursos em operações de tesouraria e em crédito, especialmente na carteira de crédito comercial. Com relação ao crescimento anual, além da carteira comercial, observou-se relevante expansão no crédito imobiliário.

As operações de crédito do BANRISUL somaram R\$ 31.527,4 milhões ao término de novembro de 2015, com ampliação do saldo em 3,9% em relação ao mesmo período de 2014 e 3,4% em onze meses. A carteira comercial totalizou R\$ 20.916,4 milhões, com expansão de 3,4% em doze meses e de 3,6% em onze meses. As operações de crédito comercial com pessoas físicas somaram R\$ 11.292,4 milhões em novembro de 2015, o que significa crescimento de 3,4% comparativamente ao mês novembro de 2014 e de 5,4% em relação a dezembro de 2014. As operações com pessoas jurídicas totalizaram R\$ 9.624,0 milhões em novembro de 2015, com incremento de 3,5% na comparação com o mesmo mês de 2014 e de 1,5% em relação a dezembro de 2014.

As linhas de crédito consignado na pessoa física e de giro às empresas absorviam, em novembro de 2015, 26,4% e 22,3%, respectivamente, do saldo total de crédito. Com menor participação, as carteiras de crédito imobiliário e rural também apresentaram montante expressivo em novembro de 2015, representando 12,1% e 8,5% da carteira de crédito total respectivamente.

No quadro a seguir, estão apresentados os montantes de concessão de crédito do BANRISUL, no âmbito do Programa de Crédito e Fomento do PPA 2012/2015, considerado o fluxo acumulado de janeiro até novembro de 2015, por linha de financiamento, recursos estes que têm impacto direto na dinâmica da produção local, com repercussões sobre a capacidade de geração de emprego e renda:

Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	
Linhas de Financiamento	Montante liberado em 2015 (R\$ 1,00)
Financiamento ao Custeio Agropecuário	827.865.516,02
Financiamento ao Investimento Agropecuário	327.112.570,08
Financiamento à Comercialização Agropecuária	472.720.057,01
Financiamento para Construção e Aquisição de Casa Própria	843.889.889,47
Financiamento ao Microcrédito	43.970.636,57
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social	136.077.832,36
Cartão BNDES	198.110.399,37

Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	
Linhas de Financiamento	Montante liberado em 2015 (R\$ 1,00)
Financiamento para Capital de Giro	4.264.603.321,32
Financiamento para Pagamento de ICMS	28.116.097,02
Financiamento à Saúde	340.383.472,89
Financiamento à Educação	64.134.491,79
Financiamento para Exportação	589.938.336,18
TOTAL	8.136.922.620,08

Em relação às empresas controladas, a concessão de cartas de crédito, por meio da BANRISUL Consórcios, somou R\$ 482.127.080,38 de janeiro a novembro de 2015. O faturamento da BANRISUL Cartões alcançou R\$ 1.138.521.421,20 de janeiro até novembro de 2015 em cartões de benefício e empresariais. No que diz respeito à BANRISUL S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a receita gerada na intermediação de títulos e valores mobiliários somou R\$ 2.031.998,09 em onze meses. Por fim, o espaço para estocagem nos Armazéns Gerais foi ampliado, mais do que dobrando durante o período de vigência do PPA.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - (PROCERGS) é uma empresa de economia mista, que iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 1972 como órgão executor da política de informática do Estado. Tem como Negócio, Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação para a Administração Pública, e, como Missão, prover soluções em TIC para aumentar a eficiência e transparência da gestão pública, dar agilidade aos processos e melhorar os serviços prestados ao cidadão.

A PROCERGS atua de forma transversal, por meio do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de informação e da rede de telecomunicações em diversos processos de órgãos do Governo do RS.

Para o cumprimento de sua Missão, as ações no Plano Plurianual foram focadas em três eixos principais:

- i. Modernização do *Data Center*;
- ii. Modernização da Rede de Telecomunicações;
- iii. Implementação de soluções de Governo Digital.

No tocante ao *Data Center*, foram feitos investimentos na expansão e modernização do parque de servidores e na capacidade de armazenamento, adequando-os para suportar os novos sistemas desenvolvidos. Merece destaque a reforma de sua infraestrutura visando, dentre outras coisas, aumentar a segurança e confiabilidade dos serviços prestados.

A Companhia também realizou investimentos na área de Telecomunicações durante o período de 2011 a 2015, visando à qualificação da gestão dos recursos de Rede de Comunicação e à ampliação da capacidade dos serviços de comunicação prestados aos órgãos do Estado que atendem ao cidadão. Foram realizadas aquisições de equipamentos para a infraestrutura de rede da INFOVIARS, instalações de novos trechos de fibras ópticas e melhorias na infraestrutura de rede de escolas do ensino público. Foram investidos R\$ 825.000,00 no ano de 2015. Com o montante desses investimentos, foi possível inovar no uso da tecnologia de fibras ópticas através da utilização da tecnologia GPON (*Gigabit Passive Optical Network*), proporcionando aumento de velocidade e qualidade dos serviços prestados e maior disponibilização de acesso às novas tecnologias para os alunos de escolas públicas.

Quanto às soluções de Governo Digital, a PROCERGS trabalhou intensivamente em 2015, no sentido de viabilizar ações e projetos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) que suportem a implantação da estratégia definida pelo Governo, tendo como foco principal a inovação nas ações a partir do uso de novas tecnologias, tais como Dispositivos Móveis, Redes Sociais, Computação em Nuvem e Internet das Coisas.

Dentre as diversas soluções desenvolvidas, cabe destacar as das seguintes áreas:

Gestão:

- a) PROA - Processo Eletrônico;
- b) Modernização dos *sítes* de Governo.

Fazenda:

- a) Modernização dos Sistemas da Receita Estadual – SEFAZ;
- b) Nota Fiscal do Consumidor;
- c) Operador Nacional dos Estados - ONE.

Saúde:

- a) Implantação de novos módulos do Sistema de Administração de Medicamentos - AME.

Saneamento:

- a) Sistema Móvel de Serviços para a CORSAN.

Educação:

- a) A implantação do Sistema de Informatização de Escolas - ISE com destaque para o módulo de gestão de Recursos Humanos.

Segurança:

- a) Informatização de Centro Integrado de Comando e Controle da Segurança Pública;
- b) Unificação das bases de dados de indivíduos/biometria.

Trânsito:

- a) Foram desenvolvidas diversas soluções, dentre as quais destacamos o Talonário Eletrônico de Multas - TEM, e o Sistema de Remoção, Depósito e Leilão de Veículos.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
BAC	Programa Banrisul de Controladas	Administração de Consórcio
BAGERGS	Programa Banrisul de Controladas	Disponibilização dos Armazéns Gerais e Entrepasto Aduaneiro
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Cartão BNDES
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento à Comercialização Agropecuária
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento ao Custeio Agropecuário
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento ao Investimento Agropecuário
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento ao Microcrédito
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento para a Educação
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento para a Saúde
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento para Capital de Giro
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento para construção e aquisição de casa própria
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento para Exportações
BANRISUL	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Financiamento para pagamento de ICMs
BC	Programa Banrisul de Controladas	Credenciamento à Vero de novos estabelecimentos comerciais
BCV	Programa Banrisul de Controladas	Obtenção de Receita de Corretagem
PROCERGS	Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Ampliação e Modernização Infraestrutura (INS)
PROCERGS	Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Data Center – Ampliação da Capacidade de Armazenamento

Órgão	Programa	Ação
PROCERGS	Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Data Center –Índice de Atualização do Parque de Servidores (PAS)
PROCERGS	Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Info ViaRS - Modernização da Infraestrutura de Rede RS (RRS)
PROCERGS	Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Prestação de Serviços de TIC para o Setor Público (TIC)
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social	Ampliação e qualificação da interação da Sefaz com a sociedade e com os Órgãos Públicos
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social	Implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social	Otimização das Receitas e Despesas públicas, com justiça fiscal, controle e transparência
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social	Racionalização das Despesas públicas, com controle e transparência

CASA CIVIL

Dentre as principais ações realizadas pela Casa Civil no decorrer de 2015, destacam-se as seguintes.

Ajuste Fiscal Gaúcho

A Casa Civil cumpriu com sua função de dialogar com representantes da sociedade e servidores públicos, além de articular com o Legislativo e órgãos do Executivo a implementação dos principais objetivos da gestão. Esse processo foi fundamental para que os projetos do Ajuste Fiscal Gaúcho, voltados à reversão da crise estrutural do Estado, fossem aprovados. O novo regime de previdência complementar, o fim da incorporação de gratificações entre diferentes poderes para fins de aposentadoria e a Câmara de Conciliação de Precatórios são iniciativas que terão efeitos em longo prazo. Para garantir maior transparência, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento do Estado foram elaborados a partir de propostas viáveis e realistas.

Redução de Gastos

A Casa Civil reduziu em 45% os gastos com cargos em comissão, enxugando a estrutura e colaborando para a economia a ser realizada por todo o governo. Os R\$ 1,2 bilhão gastos durante todo o ano de 2014 foram reduzidos para uma despesa de R\$ 676 mil até novembro de 2015.

Avanços na Transparência

A sub-chefia de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil atendeu as demandas da sociedade através da Lei de Acesso à Informação (LAI). O Sistema LAI, desenvolvido em conjunto com a PROCERGS, teve sua implantação concluída em 2015. O Sistema respondeu a todos os 3,7 mil pedidos de informações recebidos até 30 de novembro, e qualificou a regulamentação, designando comissão julgadora em última instância, com a inclusão das secretarias mais demandadas: Educação e Saúde. Desde maio, um posto de atendimento presencial funciona no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), onde o cidadão é orientado sobre o uso da ferramenta eletrônica para solicitar informações, fazer denúncias, sugerir e reclamar sobre serviços prestados pelo Executivo. Um decreto do governador autorizou a divulgação nominal dos salários dos servidores do Executivo.

Denúncias Encaminhadas

De janeiro a novembro, o Sistema Denúncia recebeu 538 demandas. Destas, 488 foram avaliadas e concluídas. A eficácia do sistema atingiu 90%. Entre as denúncias estão, por exemplo, casos de abuso de autoridade, assédio sexual ou moral e uso indevido de cargo público.

Atenção ao Cidadão

Pelo sistema que concentra todas as ouvidorias do Estado, o cidadão pode encaminhar dúvidas, reclamações, sugestões e elogios sobre qualquer assunto que envolva o Executivo, por meio do portal www.centraldeinformacao.rs.gov.br/ouvidoria. De janeiro a outubro, foram recebidas 2.656 demandas. A metade das manifestações foi referente à área da Educação. Os usuários dos serviços públicos também buscaram a Ouvidoria para tratar de questões relativas

a obras, saneamento, habitação, saúde e administração. Para qualificar o atendimento, foram realizadas capacitações com os servidores envolvidos com o sistema em 62 órgãos públicos. Uma das novidades em 2015 foi o ingresso de demandas pelas redes sociais *Facebook* e *Reclame Aqui*, em parceria com a Secretaria de Comunicação.

Parceria com os Municípios

A Assessoria de Assuntos Municipais da Casa Civil é uma das portas de entrada das questões regionais na administração. A equipe é responsável por auxiliar no trato administrativo dos processos e pleitos das prefeituras e câmaras municipais junto às estruturas de governo. Diariamente são atendidos mais de 20 representantes. Os encaminhamentos são diversos: obra em estradas e escolas, atendimento a hospitais, melhorias em sinalização e lombadas eletrônicas, reencaminhamento de veículos do Estado em descarte para municípios e entidades. A Assessoria trabalhou com a Defesa Civil e a Central de Doações durante o período de emergências climáticas, ajudando as prefeituras no encaminhamento de documentos. Também está presente nas reuniões da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa e participou da Caravana da Transparência.

Medidas com Impacto Social - Renda e Oportunidade

A Casa Civil qualifica o programa de Erradicação da Pobreza Extrema – RS Mais Igual, aprimorando a assistência a famílias na geração de oportunidades, acesso a serviços e transferência de renda. O Estado repassou mais de R\$ 35 milhões, para até 65 mil famílias em mais de 440 municípios gaúchos de janeiro a novembro. O programa RS Mais Igual atua em parceria com o governo federal, administrações municipais, órgãos estaduais e sociedade civil. A transferência de renda exige que a família seja beneficiária do Programa Bolsa Família, tenha dependentes com idade de zero a seis anos e renda inferior a R\$100,00 mensais por pessoa. Os repasses médios mensais do Estado em 2015 foram de cerca de R\$ 4,2 milhões.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
CC	Apoio às Famílias em Situação de Extrema Pobreza	Apoio às Famílias em Situação de Extrema Pobreza
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria	Incentivo à Ética Pública, à Transparência e ao Combate à Corrupção
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria	Restauração e readequação de instalações das edificações da Governadoria

CASA MILITAR

A Casa Militar, órgão integrante da Governadoria do Estado, tem como principais competências executar as atividades de segurança pessoal do Governador e do Vice-Governador, bem como de seus familiares; assessorar o Governador em assuntos relativos à Segurança Pública; executar a segurança e recepção de autoridades em visita oficial ao Estado; executar a segurança interna dos palácios governamentais; e exercer a coordenação, o planejamento e a execução das ações de Defesa Civil.

Dentre as principais realizações da Casa Militar, em 2015, cumpre destacar as seguintes:

Controle de Decretação de Situação de Emergência em Eventos Adversos

Os eventos climáticos adversos mais relevantes aconteceram nos meses de maio, julho, setembro e outubro de 2015, quando ocorreram inundações, tempestades, chuvas intensas, queda de granizo, vendaval e enxurradas. Ao todo foram homologados 220 decretos de Situação de Emergência (SE). Destes, 115 estão vigentes.

Recursos Disponibilizados para Ações de Resposta

Foram repassados R\$ 5.133.328,24 para 26 municípios entre recursos financeiros e recursos materiais de ajuda humanitária (*kits* dormitório, lonas, cestas básicas e *kits* de limpeza).

Projeto Capacitar

O Projeto Capacitar superou a meta de capacitação de 60% dos gestores estaduais e municipais em conteúdos de Defesa Civil. Os nove cursos previstos para 2015 tinham uma meta a ser atingida de 297 municípios, e o resultado final alcançado foi de 313 municípios, tendo sido realizados apenas oito cursos. Essa meta estava prevista no Acordo de Resultados firmado com a Secretaria-Geral de Governo.

Os nove cursos foram realizados da seguinte forma:

01 - Em Passo Fundo, dia 22 de julho de 2015, com uma meta prevista de 35 municípios. Resultado: 51 municípios alcançados;

02 - Em Santa Maria, dia 04 de agosto de 2015, com uma meta prevista de 39 municípios. Resultado 40 municípios atingidos;

03 - Em Santa Rosa, dia 08 de outubro de 2015, com uma meta prevista de 44 municípios. Resultado 69 municípios alcançados;

04 - Em Caxias do Sul, dia 04 de novembro de 2015, com uma meta prevista de 31 municípios. Resultado 30 municípios alcançados;

05 - Em Frederico Westphalen, dia 12 de novembro de 2015, com uma meta prevista de 32 municípios. Resultado 45 municípios alcançados;

06 - Em Lajeado, dia 25 de novembro de 2015, com uma meta prevista de 35 municípios. Resultado 38 municípios alcançados;

07 - Em Pelotas, dia 02 de dezembro de 2015, com uma meta prevista de 16 municípios. Resultado 21 municípios alcançados;

08 - Em Santana do Livramento, dia 08 de dezembro de 2015, com uma meta prevista de 16 municípios. Resultado 19 municípios alcançados;

O nono curso previsto, deverá ocorrer em Porto Alegre, no início de 2016, com uma meta prevista de 49 municípios.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
CM	Defesa Civil	Aparelhamento da Defesa Civil do Estado
CM	Defesa Civil	Atendimento à comunidade em casos de calamidade pública e/ou situações de emergência
CM	Defesa Civil	Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários
CM	Defesa Civil	Implementação do sistema de prevenção e atendimento em acidentes envolvendo cargas com produtos perigosos

COMUNICAÇÃO

A **Secretaria de Comunicação (SECOM)**, órgão integrante da Governadoria do Estado, tem como vinculada a **Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão**.

Durante o ano de 2015, a SECOM cumpriu suas atribuições de: formular, coordenar e executar a política de comunicação do Poder Executivo, bem como suas diretrizes de comunicação, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta; coordenar o sistema de comunicação do Governo; unificar a linguagem dos órgãos e das ações governamentais; produzir e distribuir informações de interesse público referentes a atos e ações governamentais; formular, executar e acompanhar o Plano Anual de Publicidade e Propaganda Governamental; assessorar e orientar os eventos e as atividades institucionais de relações públicas dos órgãos da Administração Estadual; coordenar a elaboração, produção e distribuição de informações de interesse público, por meio das redes sociais e dos canais digitais de comunicação; monitorar todo e qualquer tipo de patrocínio, coordenando a divulgação e utilização das marcas da Administração Direta e Indireta do Estado; e administrar, executar e fiscalizar a publicidade do Governo, coordenando a divulgação das demais áreas da gestão, envolvendo as atividades de agências de publicidade e contratos pertinentes.

Em dezembro de 2015, a SECOM apresentou um *kit* com quatro manuais para padronizar rotinas de trabalho e alinhar a forma de comunicar do Governo do Estado, durante o 4º Seminário de Comunicação.

A **Fundação Piratini** é a gestora das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado do Rio Grande do Sul - TVE e FM Cultura. Sua missão é promover comunicação democrática e que propicie o acesso à informação, educação e cultura, estimulando a reflexão crítica da realidade. Além disso, sua programação tem o compromisso de incentivar a participação social, refletindo sua diversidade, expressões e seus anseios.

O maior objetivo da Fundação é oferecer à população gaúcha uma comunicação cidadã e de qualidade. Mediante a produção de conteúdo adequado ao interesse do público, as duas emissoras contribuem significativamente para a geração de conhecimento, estabelecendo nexos não aparentes da realidade e oferecendo contrapontos à abordagem das emissoras de radiodifusão comerciais.

O sinal da TVE chega a mais de 7,4 milhões de telespectadores, por meio das suas 40 antenas repetidoras e sua geradora, localizada em Porto Alegre. Já a FM Cultura, dedicada à música erudita, popular brasileira e internacional, chega a atingir mais de 3 milhões de ouvintes.

Dentre as principais realizações da TVE no ano de 2015 está a interiorização do seu jornalismo com a formação de uma rede de parceiros em várias regiões do Estado, por meio da participação de 25 tvs universitárias, comunitárias e web tvs, de 22 municípios para troca de conteúdo. Com custo zero, a TVE exhibe reportagens de várias regiões do Estado e envia seus conteúdos para serem mostrados nas emissoras parceiras.

Ainda, a Fundação Piratini obteve reconhecimento em diversos prêmios de jornalismo no ano de 2015. As emissoras TVE e FM Cultura 107.7, receberam no final de 2015 o reconhecimento pelo trabalho realizado durante todo o ano. Programas tradicionais como o

TVE Repórter e novos como o TVE Esportes, foram homenageados e premiados em nível estadual e nacional.

A TVE recebeu três premiações no tradicional 5º Prêmio da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS) de Jornalismo, sendo que o programa TVE Repórter venceu o concurso com o tema “Medicalização da Infância”. No mesmo concurso, foram premiadas duas matérias exibidas no Jornal da TVE 2ª Edição: o trabalho sobre eletrocardiograma fetal, na categoria reportagem, e a matéria sobre a ampliação do Setor de Ecocardiograma Fetal e Pediátrica do Instituto de Cardiologia de Porto Alegre. O programa TVE Repórter, com o tema Imigrantes, recebeu Menção Honrosa no 32º Prêmio Nacional de Direitos Humanos de Jornalismo, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil/secção RS.

Outro destaque no ano ficou por conta do programa Nação, que recebeu o Troféu Antônio Carlos. Nação recebeu também menção honrosa na categoria Documentário de TV do 37º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos com programa sobre a Revolta da Chibata.

Já o esporte, resgatado na programação da TVE a partir de setembro de 2015, foi reconhecido pelo trabalho desenvolvido com a formação de uma rede de parceiros formada com clubes e federações para a produção de conteúdo do programa TVE Esportes. A emissora foi uma das homenageadas no Prêmio Destaques Esportivos 2015, promovido pelo Departamento Esportivo do Grêmio Náutico União (GNU). O foco do programa é levar ao público gaúcho as mais diversas modalidades esportivas, dando destaque ao esporte amador.

A FM Cultura 107.7 recebeu o Prêmio Açorianos de Dança como Mídia do Ano pelo trabalho de divulgação, incentivo e apoio à produção da dança em Porto Alegre, no dia 15 de dezembro. O prêmio, promovido pela Secretaria Municipal da Cultura (SMC), tem como objetivo reconhecer e consagrar a produção de Porto Alegre em toda sua diversidade. Para isso, abrange 24 categorias. Outro prêmio conquistado pela FM Cultura foi o primeiro lugar na categoria radiojornalismo do Prêmio Cooperativismo Gaúcho de Jornalismo 2015, promovido pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), com a reportagem *As cooperativas rurais no desenvolvimento de práticas sustentáveis*, que aborda o papel das cooperativas de eletrificação rural para o desenvolvimento do campo. Além disso, a média diária da carga horária da produção ao vivo da Rádio FM Cultura foi aumentada de 13 para 16 horas.

No decorrer dos quatro anos do Plano Plurianual, 2012-2015, a TVE digitalizou seu parque técnico de produção e transmissão e a rede de retransmissoras foi reconstituída.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
FCP-RTV	Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura	Ampliação da rede de parceiros da TVE e da Rádio FM Cultura
FCP-RTV	Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura	Estudo e aquisição de sede própria

Órgão	Programa	Ação
FCP-RTV	Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura	Modernização dos parques técnicos, ampliação da área de cobertura e digitalização da rede da TVE e FM Cultura
FCP-RTV	Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura	Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Ampliação da Comunicação Digital
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Assessoramento e Orientação aos Eventos Institucionais do Estado
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Elaboração de um Plano de Inovação em Comunicação
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Estruturação Física e Tecnológica
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Gestão da Publicidade Institucional do Estado
SECOM	Inovação e Modernização em Comunicação Social	Transparência e Modernização da Publicidade

GABINETE DE POLÍTICAS SOCIAIS

O **Gabinete de Políticas Sociais (GPS)**, órgão integrante da Governadoria do Estado, criado em 2015, tem como principais atribuições: promover e acompanhar as políticas sociais desenvolvidas pelo Governo em todas as áreas pertinentes, atuando de forma transversal com as demais Secretarias e órgãos governamentais e reportando as avaliações e resultados diretamente ao Governador do Estado; promover a integração com as entidades assistenciais, de prestação de serviço social e comunitário, compatibilizando-a com a execução das políticas sociais do Governo do Estado; e exercer a representação institucional do Governador nas ações de natureza social e assistencial, participando de atos e eventos vinculados aos trabalhos da área.

Dentre as principais ações realizadas pelo Gabinete em 2015, cumpre destacar as seguintes.

Vigimama RS

O programa articula e realiza ações de luta contra o câncer de mama no Rio Grande do Sul, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da detecção precoce da doença, do autoexame, da mamografia, do acompanhamento médico, bem como da prevenção.

O Rio Grande do Sul é o estado com o maior índice de mortes de mulheres causadas por esse tipo de câncer. Se descoberta em estágios iniciais, a doença tem grande chance de cura. Durante o Outubro Rosa, mês dedicado a essa conscientização, o Gabinete de Políticas Sociais intensificou as ações de sensibilização da população a respeito da importância do diagnóstico precoce da doença.

Todos Solidários

O programa Todos Solidários reúne ações realizadas por diversos órgãos que são acompanhadas pelo Gabinete de Políticas Sociais. O objetivo é aumentar as ações de solidariedade no Rio Grande do Sul por meio da articulação de redes. O programa contempla as seguintes ações: Escolha o Destino, Primeira Infância Melhor (PIM), Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), Prato para Todos, Campanha do Agasalho e Ações para Crianças da Fundação de Proteção Especial (FPE).

Escolha o Destino

A ação atende crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social e tem o objetivo de mobilizar as pessoas a doarem parte do Imposto de Renda aos respectivos fundos estaduais. As doações podem ser feitas dentro dos limites de 6% para pessoas físicas, e 1% para pessoas jurídicas. A campanha é promovida pelo Gabinete de Políticas Sociais e pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e é apoiada pelos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa. Dados da Receita Federal mostram que cerca de R\$ 300 milhões poderiam ter ficado no RS em 2013. Porém, apenas R\$ 14,7 milhões foram destinados a projetos, programas e serviços que promovem o bem-estar dessas pessoas. Estão integrados à ação os poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e as entidades civis.

Primeira Infância Melhor (PIM)

O PIM é uma ação transversal de promoção do desenvolvimento integral da primeira infância, desenvolvida pela Secretaria da Saúde, com o apoio do Gabinete de Políticas Sociais. Acontece por meio de visitas domiciliares e comunitárias a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. O programa está voltado ao desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano, e tem o objetivo de orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, a promover o desenvolvimento das crianças desde a gestação até os seis anos de idade. O PIM está presente em 253 municípios e atende a 53 mil famílias, beneficiando 58 mil crianças.

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE)

A Lei Estadual nº 14.030/2012 dispõe sobre a criação das CIPAVes na rede de ensino público estadual. As comissões devem diagnosticar as vulnerabilidades no âmbito escolar, planejar ações para resolver os problemas de forma viável e eficaz e conter o avanço da violência no ambiente escolar. Formam o grupo técnico para implantação das CIPAVes o Gabinete de Políticas Sociais e as Secretarias da Educação; da Saúde; da Justiça e dos Direitos Humanos; do Trabalho e do Desenvolvimento Social; da Cultura; de Obras, Saneamento e Habitação; e Turismo, Esporte e Lazer. A Secretaria da Educação já instalou e/ou reativou 1.310 comissões.

Prato para Todos

O programa oferece alimentos e educação nutricional para cerca de 30 mil famílias de baixa renda, atendidas por 150 entidades de Porto Alegre. O projeto foi idealizado pela Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA), em conjunto com o Gabinete de Políticas Sociais e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, e tem a parceria do setor empresarial. Voluntários da CEASA coletam hortifrutigranjeiros entre os excedentes de mercado do pavilhão de produtores e do setor atacadista. Os produtos são classificados, armazenados e utilizados na composição de *kits*.

Campanha do Agasalho

O tema da Campanha do Agasalho 2015 foi: *O RS vai desfilar solidariedade*. O destaque foi para a participação da sociedade, incluindo entidades e empresas, que atenderam às demandas das comunidades atingidas pelas chuvas. A Central de Doações do Estado é o órgão responsável pela arrecadação e pela distribuição de doações a prefeituras e entidades do Rio Grande do Sul. Em razão das frequentes chuvas que atingiram o RS em 2015, passou a ser comandada pela Defesa Civil para dar mais agilidade ao atendimento.

Ações para Crianças da FPE

O Gabinete de Políticas Sociais articula ações de solidariedade que atendem às crianças acolhidas pelo Estado, por meio da Fundação de Proteção Especial. Em parceria com o BANRISUL, as crianças e os adolescentes assistem aos jogos da dupla GreNal nos estádios dos clubes em Porto Alegre. Em outubro, em uma ação coletiva de governo, foi organizada uma festa para comemorar o Dia das Crianças, com distribuição de presentes para 300 crianças da FPE e 20 da Brigada Mirim. A atividade contou com as apresentações da Banda da Brigada

Militar e do grupo teatral Brigada em Cena. Em dezembro, as crianças entre seis e doze anos assistiram *As Aventuras do Pequeno Príncipe*, no Theatro São Pedro.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
GPS	Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais	Articulação e acompanhamento de políticas para as mulheres
GPS	Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais	Articulação e acompanhamento de políticas para crianças e adolescentes
GPS	Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais	Articulação e acompanhamento de políticas para os idosos
GPS	Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais	Promoção da captação de recursos para fundos estaduais que atendem a públicos vulneráveis
GPS	Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais	Promoção da integração das políticas sociais com entidades assistenciais, gabinetes de primeiras-damas municipais e sociedade

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

O **Gabinete do Vice-Governador do Estado (GVG)** integra a estrutura do Gabinete do Governador, compondo a Governadoria do Estado. Dentre as principais ações realizadas pelo GVG ao longo de 2015, podemos destacar as que seguem.

Coordenação do Gabinete de Emergência

As fortes e contínuas chuvas que atingiram o território gaúcho em 2015 levaram o Governo a instituir o Gabinete de Emergência, liderado pelo Vice-Governador. Foram atendidos mais de 70 municípios e 60 mil pessoas, sendo que mais de duas mil foram levadas a abrigos provisórios e dezenas de cidades declararam situação de emergência.

O trabalho foi desenvolvido pela Defesa Civil Estadual e contou com apoio do Ministério da Integração, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e dos municípios.

Entre as ações realizadas, destacam-se visitas aos locais e contato com as comunidades, atendimento e entrega de ajuda humanitária – mais de 16 mil kits de higiene e limpeza, cestas básicas e cobertores, entre outros. Foi realizada reunião com prefeitos e técnicos para definir auxílio imediato e medidas preventivas, além da obtenção, junto ao Ministério da Integração, de apoio e envio de material, bem como da vinda do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, para avaliar a situação do RS.

Participação na Caravana da Transparência

O Vice-Governador esteve presente em todas as reuniões da Caravana da Transparência que, em março, percorreu nove macrorregiões do Estado, apresentando a real situação financeira do RS. O contato possibilitou o recebimento de demandas que foram repassadas às secretarias, autarquias e fundações do Governo. Também foram apresentadas e debatidas propostas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) para o Plano Plurianual 2016-2019 (PPA), coordenado pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.

A Caravana da Transparência começou no dia 30 de março e percorreu os municípios de Passo Fundo, Ijuí, Santa Maria, Osório, Novo Hamburgo, Alegrete, Pelotas, Lajeado e Caxias do Sul.

Além disso, o Vice-Governador também foi palestrante ou participou de dezenas de eventos, representando o Estado.

Coordenação da Operação Verão 2016

A Operação Verão 2016, coordenada pelo Vice-Governador, foi definida após mais de uma dezena de reuniões. A Operação assegura a prestação dos serviços essenciais do Governo, que vão proporcionar qualidade de vida aos gaúchos que se dirigirem aos litorais norte e sul, além da serra, com custo inferior ao de outros anos, a começar pela segurança. Haverá um efetivo maior da Brigada Militar (BM), com um orçamento mais enxuto.

Entre os serviços essenciais disponibilizados estão: saúde, segurança, emissão de documentos, entretenimento, alvarás e segurança alimentar. O programa é uma articulação entre Governo e mais de 30 órgãos públicos, visando atender o deslocamento de muitos gaúchos para as praias e balneários do Estado. O programa envolve áreas de serviço, lazer e infraestrutura.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Cadastramento de Alunos
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Cadastramento de Profissionais Voluntários para Ministrarem Aulas
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Cadastramento de Voluntários para Manutenção e Andamento dos Cursos
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Captação de Entidades Parceiras Públicas e Privadas
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Divulgação do Programa
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Implementação dos Cursos
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Planejamento dos Cursos
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Seleção de Profissionais Voluntários Cadastrados
GVG	Capacitação por Meio de Voluntariado	Seleção de Voluntários para Organização e Funcionamento dos Cursos

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVAS E RECURSOS HUMANOS

A **Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos** tem como competências dispor sobre a política de compras e realizar procedimentos licitatórios; administrar o patrimônio e transporte oficial, o Centro Administrativo do Estado e os serviços gráficos; promover políticas de gestão de recursos humanos e de gestão da organização administrativa; executar perícia médica do servidor público e medicina ocupacional; executar política de gestão documental; promover o desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; promover a previdência e a assistência social ao servidor público e a seus dependentes; prestar atendimento e administrar as atividades de trânsito; coordenar a política de negociação permanente com servidores e empregados públicos; e desenvolver projetos, programas e atividades permanentes de modernização administrativa, atualizando a gestão e incrementando as ações de eficiência gerencial.

Fazem parte da estrutura da SMARH as seguintes instituições vinculadas: a **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)**, que administra os serviços gráficos do Estado; a **Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH)**, responsável pelo desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; o **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)**, responsável pela previdência e assistência social ao servidor público e seus dependentes; e o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRANRS)**, que realiza a prestação do atendimento e a administração das atividades de trânsito no Estado.

Em 2015, a Secretaria da Modernização Administrativa e Recursos Humanos desenvolveu atividades nas seguintes áreas:

Gestão dos Arquivos do Estado

Foram realizados 8 cursos e 110 orientações em Arquivística, perfazendo um total de 350 servidores capacitados, com o intuito de garantir a organização, preservação e disponibilização dos documentos do Estado. As capacitações, além de qualificar as equipes que trabalham com arquivos para atuar na gestão documental, buscaram criar multiplicadores capazes de orientar a execução da gestão documental, a partir de diagnóstico nas Secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e Municípios, implementando os instrumentos de gestão documental propostos pelo Sistema de Arquivos (SIARQ/RS). Também nessa área de gestão de arquivos, foram destinados 1.900.000 documentos, de acordo com a tabela de temporalidade, a fim de racionalizar o uso dos espaços físicos e garantir a segurança dos documentos públicos do Estado. Por fim, foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 21/12/2015, o Decreto 52.808 que reorganiza o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS). Essa nova versão buscou atualizar a legislação estadual referente à gestão de documentos arquivísticos.

Modernização da Gestão Pública

Foi dada continuidade ao desenvolvimento de sistemas na área de gestão de licitações e contratações. Em 2014 foram contratados os Sistemas de Gestão de Compras do Estado

(GCE) e de Gestão de Contratos Públicos (GCP), que tiveram a continuidade de seus trabalhos em 2015 e têm como previsão de término março de 2016.

Gestão Patrimonial

Na gestão de ativos imóveis do Estado, em 2015, foram atualizados os dados cadastrais de 2.069 imóveis de propriedade do Estado; foram destinados para execução de políticas públicas, alienação, doação ou permuta 8.020 imóveis; e foi implantado o Sistema de Georreferenciamento, denominado GPE WEB, com banco de dados de imóveis georreferenciados do Estado.

No que tange à gestão de ativos móveis, em 2015, foram adotadas várias medidas de fiscalização de toda a frota de veículos do Poder Executivo, tais como: bloqueio de veículos sem abastecimento há mais de 30 dias e encaminhamento de denúncias, dentre outras. Também nessa área, em 2015, iniciou-se a elaboração de um novo convênio SULGÁS-SMARH, para instalar em 05 veículos, o gás veicular tipo 5 com o intuito de analisar se é viável a instalação do gás em mais veículos da frota estadual.

A **Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG)** é uma sociedade anônima, de economia mista. Sua missão é executar serviços gráficos, em geral, e atividades correlatas, nomeadamente, a edição e publicação do Diário Oficial do Estado.

Em 2015, a CORAG imprimiu 6.280.000 documentos, sendo que 350.000 foram carnês de IPTU para os municípios de Vacaria, Novo Hamburgo, Xangri-lá, Gramado, Tramandaí, Alvorada e Uruguaiana; 5.000.000, documentos de veículos; 800.000, talões do produtor rural; e 130.000, provas de concursos públicos. A CORAG possui dois Centros Externos de Impressão – Gráfica Expressa, objetivando o atendimento das demandas dos clientes Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) e Assembleia Legislativa do Estado.

Com relação à modernização e adequação da gestão e da infraestrutura da CORAG, em 2015 deu-se andamento aos seguintes produtos: reestruturação do almoxarifado; adequação do ambiente físico às normas legais de acessibilidade, segurança e saúde; modernização da central telefônica; implementação de nova estrutura lógica; implementação do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI); implementação do Programa de segurança patrimonial; modernização da rede elétrica; modernização da rede hidráulica; conserto do telhado do edifício-sede e modernização do sistema de exaustão.

Na qualificação da infraestrutura também foram adquiridos novos *softwares* para gestão da contabilidade, da folha de pagamento e do patrimônio, bem como um novo gerador. Entre outras ações, pode-se destacar: obtenção de duas certificações de qualidade ISO 9001:2008 (Diário Oficial do Estado e Talão do Produtor); finalização de projeto para o novo *software* do Diário Oficial do Estado em versão eletrônica; terceirização do restaurante com economia mensal média de R\$ 45.000,00; análise e readequação dos bens patrimoniais da Companhia; e rescisão dos contratos de terceirização da área-fim.

Além disso, em termos de resultados administrativos gerais, entre as ações tomadas, houve renegociação de todos os contratos da empresa; redução real de 13,70% do custeio em

2015; resultado anual de cerca de R\$ 12 milhões, mantendo patamar semelhante ao do ano de 2014.

A **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)** foi criada há 42 anos, a fim de promover o desenvolvimento dos recursos humanos do Estado. Durante essas quatro décadas, a FDRH tem atendido três áreas de atuação: administração de concursos públicos, gestão de estágios e formação e assessoramento organizacional, dando suporte administrativo a municípios do Rio Grande do Sul.

Em 2015, a FDRH implantou a plataforma de Ensino a Distância (EAD) com o objetivo de ofertar formação continuada aos servidores públicos e agentes sociais, a distância ou semi-presencial, através da formulação de cursos de extensão ou de especialização ou, ainda, a partir de parcerias com ações educativas em EAD já disponíveis. Também em 2015, a FDRH realizou 61 ações educativas, somando a participação de cerca de 3 mil servidores públicos e agentes sociais de todo o Estado.

Com relação aos concursos públicos, a Fundação realizou cinco processos seletivos, alguns em andamento. Além disso, foi remodelado o processo de execução dos concursos públicos, buscando-se assegurar maior controle, autonomia, segurança e qualidade no atendimento às demandas por concursos públicos.

Por fim, no que tange aos estágios, 6.968 estudantes estagiaram pela Fundação, no ano de 2015, em todo o Rio Grande do Sul.

O **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)** é a autarquia responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários, administrando a assistência à saúde dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Criado pelo Decreto nº 4.842, de 08/08/1931, o IPERGS completou 84 anos em 2015. Ao longo das últimas décadas do século XX, a partir dos mandamentos constitucionais, sucessivas modificações na legislação foram promovendo a transição para que o IPERGS se tornasse o gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Através da Lei nº 12.395/05, houve a reestruturação do Instituto em seu nível hierárquico superior, buscando dotar a autarquia de melhores condições para gerir suas duas áreas de atuação: saúde e previdência.

Em 2015, foram desenvolvidas ações na busca da modernização e qualificação dos serviços prestados pelo Instituto, dentre outras, destacam-se:

Modernização da Folha de Pagamento de Pensões

A implantação do Sistema RHE (Recursos Humanos do Estado), ocorrida no início de 2015, permitiu maior agilidade e eficiência à operação da folha de pagamento dos pensionistas. Com isso, foi possível reunir e concentrar as informações do instituidor da pensão e da origem do benefício, gerando uma base monetária de cálculo segura, a ser posteriormente distribuída ao pensionista. O projeto é composto pelo IPERGS, PROCERGS e Secretaria da Fazenda e, além de ser considerado uma revolução no sistema de operacionalização da folha, é totalmente parametrizado e adaptado às mudanças de legislação. Com a disponibilidade completa de dados no sistema, não é mais necessário, por parte do beneficiário, reunir e atualizar documentos. Com a automação, a burocracia diminuiu

e os processos se tornaram mais ágeis. Um dos exemplos é a possibilidade de consulta ou impressão dos contracheques nos caixas eletrônicos do BANRISUL, o que anteriormente não ocorria.

Atualização da Tabela de Procedimentos Médicos

O Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) disponibilizou, em maio de 2015, a Tabela de Honorários Profissionais (THP) atualizada e baseada na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) 2014. Entre os motivos da adoção da tabela, está o atendimento das reivindicações das entidades médicas e dos prestadores, feitas há mais de cinco anos, pois já está em uso pelo mercado de saúde, e a padronização facilita os processos. Com os avanços da medicina, novos procedimentos, que não constavam na tabela do IPERGS, já integram o modelo da CBHPM. Um dos exemplos é a injeção intraocular com anti-angiogênico para tratamento de degeneração de retina.

Digitalização de Documentos

Dentro do processo de modernização e digitalização dos arquivos e documentos do IPERGS, ocorreu, em setembro de 2015, reunião de alinhamento do programa de gerenciamento eletrônico de documentos, que integra o Projeto de Qualificação da Gestão Previdenciária, do Programa PROREDES BIRD. Até a data do evento, haviam sido organizados cerca de dois milhões de documentos, do total de cinco milhões. A organização prévia visa à digitalização de documentos, para fins de consulta. Com isso, as séries documentais dos setores Habitacional, Recursos Humanos e Pensões poderão ser acessadas, ao término do projeto, previsto para a primeiro semestre de 2017, sem a necessidade de consulta ao documento físico. Foi apresentado, pela empresa contratada e vencedora do pregão eletrônico, o esboço do sistema que está sendo desenvolvido e customizado para o IPERGS. A ferramenta é baseada na plataforma Alfresco, um padrão internacional de sistema de gestão de conteúdo empresarial.

Comitês de Investimento do FundoPrev

Os Comitês de Investimentos dos Fundos Previdenciários dos servidores públicos (FundoPrev) e servidores públicos militares (FundoPrev/Militar) foram instituídos a partir da publicação do Decreto nº 52.669, no Diário Oficial do Estado do dia 29/10/2015. Os comitês foram criados para cumprir exigências legais com base nas leis nº 13.758, que dispõe sobre o RPPS do Estado do Rio Grande do Sul, e institui o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV) e a nº 13.757, que dispõe sobre o RPPS dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul e institui o FundoPrev/Militar. O objetivo é garantir maior segurança técnica nas aplicações de recursos financeiros do FundoPrev e FundoPrev/Militar, e, para isso, cada comitê será composto por seis integrantes, três indicados pelo Governo e três indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos.

Acordo de Cooperação Técnica entre IPERGS e FEE

Em novembro de 2015, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre o IPERGS e a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), com o objetivo de promover pesquisas e projetos, adotando meios de desenvolvimento tecnológico aplicados à

previdência pública estadual, e efetuar avaliações atuariais. O Acordo de Cooperação tem como princípio conjugar esforços para promover estudos, utilizando as informações disponíveis em ambas as instituições. A equipe que conduz o trabalho conta com dois atuários, um estatístico, um advogado, um contador e um economista do IPERGS, além de dois estatísticos e um economista da Fundação.

Qualidade do Gasto Público

Em 2015, o IPERGS aprimorou as avaliações atuariais dos planos (Principal, PAC, PAMES, Optantes, Contratos com Prefeituras e outros), mensurando os riscos com parâmetros mais realistas, qualificando ainda mais a gestão atuarial do Sistema IPE-Saúde.

O IPERGS criou, em abril de 2015, o Comitê de Prevenção a Fraudes - um grupo para analisar situações de risco e evitar futuros prejuízos para o sistema. É composto por representantes da PGE, da CAGE, da Polícia Civil, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e da Secretaria da Saúde. Também compõem a pauta do Comitê a questão dos atendimentos domiciliares e das judicializações.

Para dar mais agilidade às auditorias e torná-las ainda mais eficazes, em 2015, foram atualizados os modelos estatísticos de auditoria das despesas.

A partir de uma demanda crescente de ações judiciais, em novembro de 2015, implementou-se a possibilidade de cobrança desses processos por Guia de Autorização e transmissão de notas de cobrança, o que possibilita maior controle e facilidade de auditoria.

A Comissão Processante de Sindicância na área previdenciária foi constituída por meio da Portaria 71/2015, de 28/05/2015, publicada no DOE em 01/06/2015. A Comissão atua ativamente em casos de pensões indevidas, especialmente as de filhas solteiras. Em alguns casos, as mulheres estão casadas ou em união estável e seguem recebendo o benefício, o que é vetado por lei. A investigação dos processos está sendo realizada em conjunto com o Departamento de Gestão do Conhecimento para a Prevenção e a Repressão à Corrupção (DEGECOR), órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e com a Procuradoria-Geral do Estado. Também estão sendo auditadas pensões destinadas a filhos inválidos.

Ainda, o Recurso Eletrônico de Glosas de Despesas foi implantado em setembro de 2013, para os atendimentos ocorridos de 2005 a 2009. Em 2015, foram abertos recursos para atendimentos de 2010 a 2014. O que significa a quitação de débitos desde 2005 e que o IPE está com as contas em dia com os prestadores. Glosas são cobranças efetuadas que não coincidem com os acordos e regras firmadas entre o serviço contratado e o contratante, referentes a materiais, honorários médicos, procedimentos que não constam na tabela vigente, entre outros. Por esse sistema, o próprio prestador solicita o recurso de glosas, que são analisadas de acordo com critérios definidos pelo IPERGS e pelo Grupo Paritário. O próprio sistema indica itens passíveis de recursos.

No que se refere a recursos de notas, em 25 de agosto houve desembolso de R\$ 4,5 milhões referentes ao período de competência 2010 a agosto de 2014. Foram pagos também R\$ 11 milhões referentes a recursos de notas do período de 2005/2009.

Nova Relação com os Municípios

Desde abril de 2015 está sendo realizada a regularização dos convênios com as prefeituras, câmaras municipais e demais órgãos que, em 2013 e 2014, tiveram apontamentos da CAGE e do Tribunal de Contas do Estado. Foram apontados 141 contratos, por estarem acima do nível de sinistralidade permitido, que é 85%. No total, 106 contratos foram regularizados inicialmente, e 35 obtiveram liminares judiciais. Destes, 19 já foram regularizados junto ao IPERGS. Mais de 100 prefeituras e câmaras manifestaram interesse de adesão ao IPE-Saúde.

Em julho deste ano foram nomeados coordenadores para atuar em 15 escritórios do IPERGS no interior. Além disto, uma parceria com as prefeituras vem sendo feita para a cedência de funcionários municipais para o atendimento nas agências do IPERGS locais, sem ônus para o Instituto. Municípios como Anta Gorda, Canguçu e Frederico Westphalen, já estão com o escritório em funcionamento nessa modalidade. Desde o início da gestão, mais de 25 cidades tiveram o atendimento retomado ou normalizado.

O **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)** é uma entidade autárquica, criada em 1996, dotada de autonomia administrativa e financeira e detentora de quadro de pessoal próprio. O DETRAN/RS tem por finalidade gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do Estado, as atividades de trânsito. O Departamento atua como gestor do Sistema Estadual de Trânsito no cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, com aproximadamente 20 mil credenciados, cadastrados, vinculados ou contratados. Esse número se integra a dois dos pilares propostos pela ONU para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020), os que se relacionam à educação e à fiscalização.

Nesses 18 anos, o DETRAN/RS foi agregando diversas funções e ampliando sua esfera de ação. Atualmente, gerencia um cadastro de mais de 6 milhões de veículos (crescimento de mais de 60% desde 2007) e de mais de 4,5 milhões de condutores (crescimento de mais de 30% nos últimos sete anos). Além disso, processa todo o sistema de infrações dos órgãos fiscalizadores, no âmbito do Estado e Municípios, além da aplicação de penalidades restritivas, como a suspensão e a cassação do documento de habilitação.

O atendimento ao cidadão realizado pela Autarquia, seja no balcão, por telefone ou por e-mail, atingiu a marca de aproximadamente 900 mil em 2015.

O DETRAN/RS aproximou-se de diversos públicos, como transportadoras de cargas, ciclistas, motociclistas e estudantes universitários; implantou o sistema de desmanche de veículos, credenciando mais de 200 empresas e cadastrando cerca de 1,5 milhão de peças usadas em seu *site* – colaborando assim para a redução de roubo de veículos e a regularização das empresas; reforçou a Operação Viagem Segura, ampliando o número de órgãos participantes e a integração das instituições para a redução da acidentalidade através da mudança comportamental.

O Departamento, em 2015, aprimorou a educação para o trânsito, tendo formado mais de dois mil multiplicadores, professores e profissionais. Realizou cursos especiais para ciclistas, caminhoneiros, pedestres e foi às empresas para levar o tema segurança no trânsito ao

ambiente corporativo. Ministrou aulas e palestras para condutores que cometeram crimes de trânsito e qualificou seus examinadores e seus credenciados – como Centros de Formação de Condutores e psicólogos. Ainda, registrou, no sistema informatizado, quase 2 milhões de aulas com os simuladores de direção veicular.

Além disso, iniciou a implantação da virtualização do processo de registro de veículos nos Centros de Registro de Veículos Automotores e acompanhamento processual efetuado pela Corregedoria-Geral. Também ampliou sua presença digital, contando com mais 46,5 milhões de acessos no ano de 2015, ou cerca de 1,5 milhão acessos/dia a seu *site* (www.detran.rs.gov.br), educando e atendendo diretamente a população via redes sociais. Em 2015, o DETRAN/RS buscou educar e mudar comportamentos de risco, como excesso de velocidade e ultrapassagem perigosa, incentivando boas atitudes. Também foram realizados 24 eventos técnicos de trânsito, incluindo debates sobre acidentalidade e uso de gás natural veicular.

No quesito mudança de comportamento, destaca-se a Balada Segura, comprovando o acerto da combinação de fiscalização e educação. Em 2015, as abordagens das equipes de fiscalização do DETRAN/RS na Balada Segura aumentaram em 54%. Foram 23,8 mil abordagens realizadas em 407 *blitze*, somente em Porto Alegre e Litoral. Isso significou, entre tantos outros resultados, a retirada das ruas de 649 motoristas alcoolizados, potenciais causadores de acidentes.

A implantação do Talonário Eletrônico de Multas (TEM) veio colaborar para a qualificação das autuações. O TEM é utilizado não só pelo DETRAN/RS, como também pela EPTC e em diversos municípios no Estado.

O DETRAN/RS também contribui de forma significativa na redução de resíduos poluentes no ambiente. Veículos sucateados ou que não devem voltar à circulação saem dos depósitos e, após leilões, retornam à indústria como matérias-primas, sendo compactados e triturados, encerrando um ciclo ecologicamente correto.

Como resultado das ações, no ano de 2015, houve significativa redução na acidentalidade do trânsito através da conscientização das pessoas, preservando, assim, muitas vidas no trânsito.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
CORAG	Otimização da Gestão dos Serviços de Artes Gráficas	Capacitação do Colaborador
CORAG	Otimização da Gestão dos Serviços de Artes Gráficas	Modernização dos Produtos e Serviços da CORAG
CORAG	Otimização da Gestão dos Serviços de Artes Gráficas	Modernização e Adequação da Infraestrutura da CORAG

Órgão	Programa	Ação
DETRAN	Década de Ação Pela Segurança no Trânsito	Conscientização sobre os Perigos do Álcool no Trânsito - Balada Segura
DETRAN	Década de Ação Pela Segurança no Trânsito	Educação para segurança no trânsito
DETRAN	Década de Ação Pela Segurança no Trânsito	Implantação da Inspeção Veicular
DETRAN	Década de Ação Pela Segurança no Trânsito	Publicidade DETRAN
DETRAN	Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito	Aquisição de Prédio Administrativo para o DETRAN/RS
DETRAN	Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito	Modernização dos Serviços de Trânsito
DETRAN	Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito	Serviços Técnicos de Trânsito
FDRH	Excelência em Gestão Pública	Consolidação da Educação a Distância na Rede Escola de Governo
FDRH	Excelência em Gestão Pública	Consolidação e Ampliação da Rede Escola de Governo
FDRH	Excelência em Gestão Pública	Evolução na Gestão dos Estágio
FDRH	Excelência em Gestão Pública	Implantação do Observatório da Escola de Governo e do Centro de Documentação e Memória da FDRH
FDRH	Excelência em Gestão Pública	Modernização da FDRH
FDRH	Excelência em Gestão Pública	Revitalização da Divisão de Concursos
IPEPREVI	Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual	Censo Biométrico - IPEPREVI
IPEPREVI	Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual	Gestão de Aposentadorias e Pensões
IPEPREVI	Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual	Modernização do Sistema de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Dados do IPEPREVI na Capital e no Interior
IPESAUDE	Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)	Gestão de Ativo Imobiliário
IPESAUDE	Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)	Gestão dos Serviços de Saúde
IPESAUDE	Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)	Modernização do Sistema de TI e de Gerenciamento de dados do IPE-Saúde na capital e no interior
SMARH	Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual	Política de Qualificação dos Servidores do Poder Executivo Estadual

Órgão	Programa	Ação
SMARH	Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual	Promoção à Saúde dos Servidores
SMARH	Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual	Recadastramento de Servidores Ativos
SMARH	Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual	Reestruturação Organizacional
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Aperfeiçoamento da Gestão da Frota de Veículos do Poder Executivo Estadual
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Atualização do Cadastro de Imóveis do Estado
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Avaliação e Disponibilização de Imóveis Sem Utilidade Pública para Alienação
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Gestão Documental
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Implementação da Rede Estadual de Monitoramento e Fiscalização de Bens Imóveis
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Implementação de Gestão e Virtualização de Processos no Poder Executivo Estadual
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Modernização de Compras Governamentais
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Modernização do Sistema de Controle e Gestão do Patrimônio Móvel e Imóvel
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Reestruturação Física do Complexo do CAFF e seus Anexos
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Regulamentação da Gestão dos Bens Móveis e Imóveis do Estado
SMARH	Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual	Renovação Tecnológica da SMARH

PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A **Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN)** integra a Governadoria do Estado e tem como vinculadas a **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)**, a **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** e a **Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)**.

Entre fevereiro e agosto de 2015, a SEPLAN trabalhou na coordenação da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, tendo como orientação a busca de maior integração entre o Plano e o Orçamento e entre o Plano e os Projetos Prioritários de Governo. O processo de elaboração do Plano Plurianual levou em consideração elementos técnicos e demandas da população, representada através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). O PPA foi finalizado com 85 programas e 219 indicadores de resultado e foi publicado em 20/outubro na Lei nº 14.755/2015.

Ainda, foram publicados os *Cadernos de Regionalização*, nos quais consta a expressão territorial dos programas, ações e produtos e metas do Plano Plurianual para as nove Regiões Funcionais de Planejamento. É importante ressaltar que os Cadernos de Regionalização compreendem 40% das ações e 35% dos produtos do PPA 2016-2019, representando a maior regionalização obtida nos últimos PPAs elaborados.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 foi elaborada, aprovada e sancionada, trazendo as orientações e referenciais para a elaboração da proposta orçamentária de 2016, no que diz respeito à forma de apresentação do orçamento e aos limites com os quais os Poderes podem contar para a elaboração de suas propostas orçamentárias, além de dispor sobre alterações na legislação tributária e na aplicação das agências oficiais de fomento do Estado e ser acompanhada pelos anexos fiscais (Metas Fiscais e Riscos Fiscais) requeridos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposta orçamentária para o exercício de 2016 foi elaborada dentro das diretrizes definidas na LDO, e a SEPLAN apoiou intensamente os órgãos estaduais da administração direta e indireta na sua elaboração. O Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016 foi apresentado em audiências públicas realizadas nas 9 regiões funcionais pela Assembleia Legislativa com participação do Departamento de Orçamento e Finanças da SEPLAN. A LOA foi publicada com o nº 14.795/2015, em 22/12/2015 no DOE.

A SEPLAN tem prestado apoio metodológico para a construção de planos setoriais e territoriais. Em 2015, estavam sendo construídos o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, em parceria com FEE e METROPLAN, o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR), o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), e o Plano Estratégico do Conselho Estadual do Idoso.

Quanto ao Plano Estratégico dos COREDEs, a SEPLAN elaborou as diretrizes, a metodologia, o termo de convênio e o plano de trabalho para a atualização dos planos estratégicos de desenvolvimento regional dos COREDEs. O convênio foi assinado entre Governo do Estado, por intermédio da SEPLAN, e o Fórum dos COREDEs, e os planos deverão ser elaborados até 2017. Visando contribuir para o aprofundamento do debate sobre a

questão regional no RS, a SEPLAN, em um esforço adicional, elaborou a publicação “*Perfil Socioeconômico*” para cada um dos 28 COREDES.

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul disponibiliza mapas temáticos, tabelas e gráficos que apresentam informações espacializadas sobre a realidade socioeconômica do Estado e pode ser acessado no *site* <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>. Em 2015, o Atlas Socioeconômico teve alguns de seus subcapítulos atualizados. Também em 2015, foi criada a versão em língua inglesa do Atlas, sendo traduzida a maior parte do material produzido para a publicação, visando à apresentação do Rio Grande do Sul no Exterior, podendo ser utilizado em missões internacionais e por empreendedores que tenham intenção de investir no Estado.

Em 2015, foi reativado o periódico Estudos DEPLAN, tendo sido disponibilizados dois volumes: “Estudos DEPLAN nº 03/2015 Textos de Referência - RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial” e “Estudos DEPLAN nº 04/2015 Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2016-2019”. É uma publicação semestral da SEPLAN que tem por objetivo a divulgação de estudos e metodologias de caráter técnico-científico da área de planejamento e avaliação de políticas públicas.

A SEPLAN está desenvolvendo metodologia para verificar, a partir da projeção de custos e benefícios sociais, a viabilidade econômica de projetos para financiamento público. Em dezembro de 2015 foi realizado o primeiro seminário interno do sobre o tema.

A Secretaria também trabalhou para captação de recursos e financiamentos. No Orçamento Geral da União foi contemplada a construção da Avenida do Litoral, no valor de R\$ 40 milhões, e outras três emendas foram incorporadas nos pleitos da bancada: aquisição de equipamentos e veículos para segurança pública, Hospital Público Regional de Palmeira das Missões e UERGS.

Foi iniciada a preparação de carta consulta para captação de financiamento externo junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). O valor proposto é de US\$ 100 milhões, com contrapartida de US\$ 67 milhões. Os recursos serão utilizados para programas de melhoria em transportes, do DAER.

Em conjunto com a SDR, foi viabilizado financiamento junto ao Fundo Social - BNDES para o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa. O valor total da operação ficou definido em R\$ 50 milhões, sendo R\$ 25 milhões de doação do BNDES - Fundo Social e R\$ 25 milhões de contrapartida do Estado, por meio do financiamento PROREDES BNDES.

Em 2015, após as negociações com o Banco Mundial e com a União, definiu-se pela prorrogação de prazo do contrato do PROREDES BIRD em 20 meses, com o objetivo de financiar investimentos em transportes (DAER, ST), educação (SEDUC), desenvolvimento do setor privado (AGDI), tecnologia e inovação (SDECT), meio ambiente (SEMA) e gestão pública (SMARH, SEPLAN, IPERGS), passando a vigorar até fevereiro de 2019, e pela diminuição do valor da contrapartida, reduzido para US\$ 271 milhões.

A SEPLAN ainda é responsável pela execução das licitações para a execução do financiamento do PROREDES BIRD, em 2015, foram realizados procedimentos licitatórios para a contratação de consultorias, consultores individuais, aquisição e instalação de equipamentos

e a contratação de empresa especializada em realização de cursos e de empresa para execução de serviços de restauração e manutenção de rodovias na região de Erechim.

Está em andamento a revisão do contrato do PROREDES BNDES, assinado em 2012, prevendo que a data de encerramento passe de abril para dezembro de 2016. O contrato tem o objetivo de financiar investimentos em transportes (ST, DAER, METROPLAN), segurança pública (SSP, SUSEPE, PC, BM e IGP), desenvolvimento do setor privado e inovação tecnológica (SDECT, SEPLAN), modernização do sistema produtivo rural (SDR, SEAPI, FEPAGRO, IRGA), habitação (SOP) e ampliação de crédito para municípios e empresas (SDECT, BADESUL). O valor financiado é R\$ 1,085 bilhão, com contrapartida de R\$ 120 milhões. Até 30/11/2015, a execução total do PROREDES BNDES atingiu aproximadamente R\$ 784,3 milhões de recursos BNDES e R\$ 105 milhões de contrapartida.

A Unidade Executiva de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Rio Grande do Sul (UPPP) é vinculada à SEPLAN e foi criada pela Lei nº 12.234/2005 para exercer atividades operacionais e de coordenação executiva do Programa de Concessões e PPPs/RS. Em 2015, a UPPP estruturou-se e publicou a Portaria nº 067/2015, de designação dos membros. Foi responsável por: elaboração do Projeto a ser firmado junto ao Banco Mundial para apoiar a estruturação do programa de concessões e PPPs; elaboração do Termo de Referência (TR) e memória de cálculo para a contratação de consultoria para assessorar a modelagem de dois projetos de concessão ou PPP; levantamento de projetos de Concessões/PPPs implantados em outros estados; reuniões com órgãos da Administração Pública para prospecção de novos projetos de Concessões ou PPPs; e elaboração da Solicitação de Manifestação de Interesse (SMI) do Parque Zoológico; elaboração da SMI da RS-324.

A implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais no RS (IEDE/RS) tem como objetivo principal promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso de dados geoespaciais adquiridos com recursos públicos. Dentre as atividades desempenhadas pela SEPLAN em 2015, nesse sentido, pode-se destacar: elaboração e adequação do projeto ao modelo do agente financiador e adesão às regras de financiamento do PROREDES BIRD; tratativas junto à 1ª Divisão de Levantamento do Exército e redação do Acordo de Cooperação e Plano de trabalho; formação de grupo de trabalho para o estabelecimento de um Plano de Ação para a Implantação da IEDE; realização do inventário de dados geoespaciais existentes em cada órgão; elaboração da minuta do Termo de Referência (TR) para contratação de consultor individual para elaboração de dois TRs que tratam do Plano de Projeto Global da IEDE/RS e do desenvolvimento e implantação de Banco de Dados Geoespaciais da SEPLAN, do Diretório Estadual de Dados Geoespaciais (DEDG) e do Geoportal RS; e início da elaboração do Plano de Ação para a implantação da IEDE.

No Gerenciamento de Limites Municipais, a SEPLAN trabalha na identificação de inconsistências, erros e imprecisões nos textos legais vigentes e dirimindo dúvidas oriundas, principalmente, de Prefeituras e do Poder Judiciário. As demandas relacionadas aos limites e áreas territoriais dos municípios são acolhidas e analisadas a partir de pesquisa documental e trabalho de campo. Foram realizados trabalhos de gerenciamento de limites municipais nos municípios de Anta Gorda, Bom Princípio, Chuí, Colorado, Feliz, Harmonia, Lagoa dos Três Cantos, Montenegro, Pareci Novo, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Sul, Selbach, Tapera e Tupanciretã.

Outra ação da SEPLAN em 2015 foi o gerenciamento e a editoração de duas edições do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Trata-se de um periódico eletrônico destinado ao fomento, à produção e à difusão de conhecimento técnico e científico da área da Geografia e suas temáticas afins. As edições estão disponíveis no Portal de Revistas FEE/SEPLAN (revistas.fee.tche.br).

A SEPLAN faz, juntamente com a SGG, o monitoramento e apoio ao gerenciamento dos projetos prioritários. Nesse processo, são identificadas as variações e os desvios, relativos ao seu planejamento inicial, que subsidiam a tomada de decisões e de ações corretivas, quando necessário, visando atingir as suas metas e os seus objetivos. Em 2015, foram planejados e monitorados, em cinco ciclos de 42 dias cada um, 60 projetos prioritários.

Também foi executado o monitoramento intensivo dos projetos financiados pelo BIRD dentro do PROREDES, cujos produtos são estudos, diagnósticos ou sistemas para qualificação de estruturas administrativas, monitorados e avaliados pela SEPLAN por meio do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). São produzidos relatórios semestrais de apoio à gestão daqueles projetos.

Outra ação da SEPLAN diz respeito à institucionalização do Escritório de Projetos, que tem os objetivos de simplificar, facilitar e aperfeiçoar o trabalho de todos os órgãos do Governo na elaboração, planejamento e gerenciamento de seus projetos não incluídos na carteira de projetos prioritários do Governo do Estado. Em 2015, o Escritório trabalhou em: a) elaboração dos Acordos e acompanhamento dos resultados em conjunto com as vinculadas METROPLAN e FEE; b) elaboração de planos de projeto: Avenida do Litoral – METROPLAN, Rota Turística Gemas e Joias, Jogos da Juventude do MERCOSUL e VI Salão Gaúcho de Turismo, os três da SETEL; c) elaboração e assessoria em planos de projeto: Estrada do Conde - SDECT e METROPLAN; SEDAC; SDR/EMATER e SEDUC; d) capacitações: SJDS; AGDI; SGG/CAIXA; e e) participação na coordenação do GT sobre Estatuto das Metrôpoles e elaboração do PDUI/RMPA e Colaboração da proposta do PL OGU 2016.

A Consulta Popular foi realizada em 19 agosto de 2015. É uma consulta direta à população sobre parcela do Orçamento Estadual, organizada em parceria com os COREDEs. Foram realizadas 28 audiências públicas regionais/28 fóruns regionais e 384 assembleias públicas municipais para levantamento de demandas regionais, escolhidas por voto direto e universal da população, sendo as eleitas incluídas na peça orçamentária. Participaram 565.558 eleitores (443.761 votos presenciais e 121.797 votantes digitais).

Em 2015, foi desenvolvido pela PROCERGS aplicativo para votação digital *off line* da Consulta Popular, para propiciar o voto através de *smartphones*, mesmo sem a conexão com a internet. Também foi realizado o projeto-piloto visando à migração do voto em cédulas de papel para o modo digital.

A **Fundação de Economia e Estatística (FEE)** é uma referência em dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul, dispondo de importante acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica. As áreas de atuação da FEE são: Informações Estatísticas e Indicadores; Pesquisas socioeconômicas; Pesquisa de Emprego/Desemprego (PED) e Disseminação de informações. Nela atua uma equipe multidisciplinar composta por profissionais que realizam estudos, pesquisas e análises, divulgados regularmente em publicações impressas e *on line*.

Os meios que a FEE utiliza para disseminação de informações são: o *Portal FEE*; o banco de dados *FEEDADOS*; a *Biblioteca* física em sua sede; o *Portal Revistas Eletrônicas Ensaios FEE e Indicadores Econômicos FEE*; a *Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul* (BVRS), que engloba a rede de bibliotecas do setor público do Estado do RS e as bibliotecas municipais participantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP); e as publicações disponibilizadas em versão PDF para *download*, e que também podem ser adquiridas na Biblioteca da Fundação.

A FEE disponibilizou, em 2015, as seguintes publicações: a) livro *RS em Números - 2015*; b) 12 edições da *Carta de Conjuntura FEE*; c) 12 edições do *Informe PED-RMPA (Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre)*; d) 2 edições de *Ensaios FEE*, sendo uma delas a coletânea de artigos selecionados do 7º Encontro de Economia Gaúcha (7º EEG), ocorrido em maio de 2014; e) 4 números da revista *Indicadores Econômicos FEE*; f) 2 edições do *Panorama Internacional FEE*; g) 11 *Textos para Discussão FEE*; h) *Relatório de análise da dívida pública do Rio Grande do Sul*; i) lançamento do dispositivo para smartphone, *Perfil RS*, com as informações socioeconômicas dos municípios do RS; j) Sistema de exportações SISEXP, que calcula os índices de valor (US\$), de volume (kg) e de preço (US\$/kg) das exportações do Brasil e de todas as unidades da Federação para qualquer país de destino; Estatísticas Internacionais; 4 Divulgações do PIB trimestral; 2 Divulgações das estimativas populacionais; Divulgação do PIB municipal e Divulgação do IDESE.

Em 2015 o *site* da FEE contabilizou 1.666.856 acessos. No mesmo período, a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, na qual são coletados dados e apresentadas estatísticas e análises dos movimentos do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, obteve 11.928 acessos.

Ao longo de 2015 a FEE firmou Termos de Cooperação Técnica com os seguintes órgãos de Governo: Secretaria de Minas e Energia, Procuradoria Geral do Estado, Instituto de Previdência do Estado, Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, Instituto de Previdência do Estado, METROPLAN, Junta Comercial do RS. Além desses a FEE firmou Termos de Cooperação Técnica com o IBGE, com o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas e com a Faculdade Brasileira de Tributação.

Finalmente, no primeiro semestre de 2015, a FEE entregou à AGDI os estudos de caracterização e análise das aglomerações produtivas de Máquinas e Implementos Agrícolas - Pré-Colheita (COREDEs Alto Jacuí e Produção); Pedras, Gemas e Joias (COREDE Alto da Serra do Botucaraí); Calçados (COREDEs Vale do Rio dos Sinos e Paranhana-Encosta da Serra); Laticínios (COREDEs Fronteira Noroeste e Celeiro); Laticínios (COREDE Vale do Taquari); Automotivo (COREDE Serra); Máquinas e Implementos Agrícolas (COREDEs Jacuí Centro e Central) e; Componentes Eletrônicos (COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí).

A **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** trabalha na elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive a atribuição de planejamento, de coordenação, de fiscalização e de gestão do sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros. Atua predominantemente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR) e Aglomeração Urbana do Sul (AULSUL).

Gestão de Projetos de Obras Públicas para a Prevenção dos Desastres Naturais

Em 2015 foram iniciados quatro estudos ambientais e de concepção para a proteção, regularização de vazões e amortecimento de cheias em áreas urbanas suscetíveis à ação das enxurradas e enchentes na Região Metropolitana de Porto Alegre, que são: Estudo de concepção e análise de Impacto Ambiental Dique Arroio Feijó, iniciado em maio/2015, com previsão de término para junho/2016; Estudo de concepção e análise de Impacto Ambiental Dique Eldorado do Sul, iniciado em maio/2015, com previsão de término em março/2016; Estudo de concepção e análise de Impacto Ambiental para a Barragem na Lagoa da Anastácia (Estudo na Bacia do Rio Gravataí), iniciado em junho/2015, com previsão de término em junho/2016; e Estudo de concepção e análise de Impacto Ambiental para Barragem do Rio Rolante (Estudo na Bacia do Rio dos Sinos), iniciado em junho/2015, com previsão de término em dezembro/2016.

Promoção das Ações Integradas de Infraestrutura Urbana

O Programa Pacto pela Mobilidade, do Ministério das Cidades, selecionou cartas-consulta de: duplicação e corredor de ônibus da Av. Protásio Alves, da Av. Frederico Dilh e do Caminho do Meio (Alvorada, Porto Alegre e Viamão), sendo formalizados Termos de Cooperação com os municípios para elaboração de anteprojetos; estudos de viabilidade e projetos da Perimetral Metropolitana (Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão), cujo Termo de Referência foi elaborado e concluído pela METROPLAN; estudos de viabilidade e projetos duplicação da Av. da Legalidade-Entrada de Porto Alegre, Termo de Referência elaborado; Corredor de ônibus - Guaíba (Estrada do Conde - Trecho 1) e Corredor de ônibus - Eldorado do Sul (Estrada do Conde - Trecho 2), anteprojeto concluído, que serão entregues na Caixa Federal para análise, sendo que, concomitantemente, foi elaborado Plano de Trabalho para viabilizar o cadastro no SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal) a fim de obter recursos para execução da obra no município de Guaíba.

Foi também elaborado Plano de Trabalho para cadastrar no SICONV a obra do sub lote 03, do lote 08, da Av. do Litoral, no município de Xangri-lá, e outro Plano de Trabalho para cadastro no SICONV, estudo de viabilidade e anteprojeto da Travessia sobre o Rio Tramandaí, entre os municípios de Tramandaí e Imbé.

Ainda, em 2015, foi finalizada a pavimentação de 45,94 km de vias urbanas, em dezoito municípios do Estado: Alvorada, Arroio do Padre, Balneário Pinhal, Esteio, Garibaldi, Glorinha, Gramado, Gravataí, Montenegro, Nova Palma, Paim Filho, Passo do Sobrado, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Tabai, Taquara, Taquari e Torres.

Promoção do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS

Com o objetivo de promoção do desenvolvimento da mobilidade urbana da RMPA, através do Ministério das Cidades - PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram encaminhadas cartas-consulta, as quais foram selecionadas e aprovadas em 2011. A METROPLAN elaborou projetos para requalificar e implantar sistemas estruturantes para o Transporte Integrado Metropolitano: Corredor exclusivo de ônibus/Melhoria de Vias do Sistema de Transporte Coletivo da RMPA (Porto Alegre, Gravataí, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Viamão, Alvorada e São Leopoldo). Os projetos já foram entregues na Caixa Econômica Federal e estão em análise pelo órgão.

Na fiscalização da frota do transporte coletivo de passageiros foram abordados, em 2015, 5.275 veículos.

O Programa Passe Livre Estudantil garantiu o benefício de transporte intermunicipal subsidiado fora do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo a 8.305 estudantes.

Outra importante ação em 2015 foi a conclusão do Termo de Referência para elaboração do novo Plano do Transporte Público Metropolitano Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana de Porto Alegre (modelagem) pertencente ao Sistema Estadual de Transporte Metropolitano (SETM).

Com a vigência da Lei Federal nº 13.089/2015, que criou o Estatuto da MetrÓpole, a METROPLAN iniciou os trabalhos de avaliação e crítica dos projetos existentes de planejamento metropolitano com vistas a subsidiar os debates. Para tanto, foram realizados nove encontros na SEPLAN, juntamente com a FEE, além de três Audiências Públicas na Comissão Especial do Estatuto da MetrÓpole da Assembleia Legislativa Estadual. A discussão é de suma importância, já que os Estados devem apresentar, até 2018, o Plano Diretor das Regiões Metropolitanas (Plano de Desenvolvimento Integrado), sendo um dos principais objetivos a integração das políticas públicas de interesse comum, a partir do Plano Diretor.

A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) é uma autarquia com autonomia financeira, funcional e administrativa, que tem como objetivo principal assegurar a prestação de serviços públicos delegados de forma adequada. As áreas de atuação da AGERGS são: saneamento, energia elétrica, polos de concessões rodoviárias, hidrovias, irrigação, transportes intermunicipais de passageiros e estações rodoviárias.

As ações da AGERGS ocorrem principalmente por meio de fiscalizações; estudos técnicos sobre tarifas e qualidade dos serviços públicos; audiências e consultas públicas e mediação de conflitos entre poder concedente, usuários e prestadores de serviço público. Seu Conselho Superior, estância máxima da Agência, é o órgão que delibera, determina e homologa os resultados dessas ações, por meio de resoluções normativas, decisórias e homologatórias.

Em 2015, buscando o fomento à participação social, foram realizadas nove audiências públicas. Visando ao monitoramento da modicidade tarifária, equilíbrio econômico-financeiro e justa remuneração, foram realizadas 11 revisões/reajustes tarifários, 22 vistorias/auditorias e 58 vistorias regulatórias. Além disso, foram realizadas 51 fiscalizações.

Desde a implementação da Lei Federal nº 11.445, de 2007, a presença de um ente regulador se tornou obrigatória nos contratos de concessão de fornecimento de água e esgotamento sanitário. Essa mesma determinação transferiu a responsabilidade do serviço, que antes era do Estado, para o Município. Desde a entrada em vigor da norma, a AGERGS firma convênios no Rio Grande do Sul, nos quais a Agência afere os padrões de qualidade exigidos nos contratos e nos planos de saneamento municipais. No decorrer de 2015, a AGERGS assinou convênios para a regulação dos serviços de água e esgoto da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) com os seguintes municípios: Passo Fundo, em 08/01/2015; Inhacorá, em 12/02/2015; Cambará do Sul, em 18/03/2015; Nova Hartz, em

09/06/2015; Selbach, em 06/10/2015; Santana da Boa Vista, em 07/10/2015; Casca, em 22/10/2015; e Viamão, em 24/11/2015.

No âmbito da mediação de conflitos, cumpre destacar a mediação feita pela AGERGS, no mês de abril, entre a Prefeitura de Bento Gonçalves e a CORSAN; a mediação feita em maio de 2015, para melhoria do fornecimento de energia na zona rural em Venâncio Aires; e a mediação, realizada em junho, buscando melhorias na segurança às pessoas que transitam no Cais do Porto, na Capital, pelo túnel que dá acesso ao serviço de travessia hidroviária, bem como no estacionamento do acesso à hidrovia em Guaíba.

Foi assinado Termo de Cooperação do Projeto AGERGS na escola, entre a AGERGS e a Secretaria da Educação do RS, no dia 18/09/2015. O Projeto AGERGS na Escola visa desenvolver, junto às escolas, um trabalho didático utilizando materiais adequados à faixa etária de 11 a 13 anos de idade, além de atingir futuras gerações para que participem de modo consciente e para que contribuam com a qualidade de serviços públicos através de um olhar crítico construtivo.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
AGERGS	Regulação dos Serviços Delegados	Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Disseminação de Informações e Serviços à População
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Divulgação de Estudos em Novas Mídias e Aplicativos para Smartphone
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED RMPA)
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Treinamento de Pessoal
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Aperfeiçoamento e Implantação de Regiões Metroplitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Aperfeiçoar os Serviços de Fiscalização e Sistema Informatizado, Controle do Sistema e Apoio ao Usuário do Transporte Metropolitano Coletivo

Órgão	Programa	Ação
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Gestão de Projetos para Implementação do Plano Hidroviário da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Gestão de Projetos, Obras e Estudos de Alternativas e Concepções para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Manutenção e Expansão do Programa Passe Livre Estudantil
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Promoção das Ações Integradas da Infraestrutura Urbana
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Promoção do Desenvolvimento e Mobilidade Urbana das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas
METROPLAN	Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas	Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Análise de Viabilidade Econômica de Projetos
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Análises Socioeconômicas para o Planejamento
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Avaliação de Programas e Políticas Públicas
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Captação de Recursos
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Consulta Popular e Outras Consultas à População
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Escritório de PPPs
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Planejamento Governamental e Regional
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Planejamento, Monitoramento e Apoio ao Gerenciamento de Programas e Projetos Prioritários
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs

Órgão	Programa	Ação
SEPLAN	Planejamento para o Desenvolvimento Regional	Qualificação do Orçamento Estadual
SEPLAN	Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul
SEPLAN	Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais	Gerenciamento dos Limites Municipais
SEPLAN	Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE-RS)
SEPLAN	Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais	Tudo Fácil - Rede de Serviços ao Cidadão

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)**, integrante da Governadoria do Estado, tem como principais funções exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, de suas autarquias e fundações públicas, além de outras atribuições cometidas por lei.

Dentre as principais ações realizadas em 2015, no âmbito do Programa Representação Judicial e Consultoria ao Estado, podem ser destacadas:

A atuação conjunta da PGE e Secretaria da Fazenda (SEFAZ) que possibilitou a negociação de dívidas de ICMS. O Programa Especial de Quitação e Parcelamento - REFAZ 2015 alcançou R\$ 600 milhões de arrecadação até dezembro de 2015, entre quitações e os dois primeiros meses de parcelamento. Focado nas empresas com dívidas de ICMS, o programa atingiu, em valores brutos, R\$ 2,2 bilhões em créditos regularizados por parte dos contribuintes. Como o REFAZ beneficiou devedores de ICMS com vencimento até o dia 31 de julho de 2015, tanto em cobrança administrativa, quanto judicial, a atuação da PGE foi fundamental para que as metas fossem superadas. Ao todo, mais de 14 mil empresas aderiram ao programa, totalizando 110 mil débitos negociados. O REFAZ ofereceu descontos de 40% de juros em todas as modalidades de adesão, bem como redução de até 100% de multas para o caso das empresas enquadradas no Simples Nacional.

Em janeiro de 2015, a PGE-RS tornou pública a denúncia contra suspeitos de fraudarem procedimentos cirúrgicos na área de traumatologia, que cobravam valores até 20 vezes superiores ao preço de mercado. A denúncia feita pela PGE envolve médicos e advogados, em 65 processos com as mesmas características. A investigação evitou que pacientes fossem lesados economicamente, pagando valores indevidos ou realizando procedimentos cirúrgicos desnecessários e retornou o atendimento para a rede pública do SUS. Os médicos envolvidos na fraude, em vez de encaminhar o paciente para a rede pública, recomendavam que os pacientes buscassem sempre a via judicial.

A PGE-RS economizou para os cofres públicos, nos primeiros cinco meses de 2015, a importância de R\$ 275.143.318,75, em decorrência da análise contábil de cálculos. Ainda, apenas no mês de maio, aplicando os critérios definidos na modulação dos efeitos do julgamento da Questão de Ordem, suscitada nas ADIs nº 4357 e nº 4425, o valor da economia alcançou o montante de R\$ 94.386.491,09.

A Câmara de Conciliação de Precatórios, instituída pela Lei nº 14.751/15 e coordenada pela Procuradoria-Geral do Estado teve seu primeiro Ato Convocatório publicado em novembro de 2015, para uma proposta de acordo envolvendo 77 precatórios, sendo 47 do Tribunal de Justiça do RS (TJ-RS) e 30 do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), quitando dívidas referentes a um período de 12 anos. A Câmara tem o desafio de aumentar o número de precatórios pagos por meio da conciliação que oferece 40% de desconto, contra um percentual de até 95% de deságio oferecido pelas empresas que se especializaram nesse tipo de negociação. Com o novo instrumento, os precatórios que não tinham expectativa de receber seus créditos, podem vislumbrar essa possibilidade. A conciliação atenderá à ordem cronológica dos precatórios.

A atuação da PGE garantiu na justiça a desobstrução das estradas gaúchas no período de greve dos caminhoneiros em fevereiro de 2015 e evitou multa de R\$ 1 milhão, caso o Estado e o DAER não tomassem providências para desfazer os piquetes nas rodovias estaduais. A PGE formulou pedido de suspensão de execução da decisão judicial, alegando que “a execução da ordem judicial acarretaria grave lesão à ordem, à administração e à economia públicas, gerando significativo ônus econômico e administrativo a ser suportado pelo ente estadual”. A decisão judicial, além de garantir o direito de ir e vir, estabeleceu multa de R\$ 5 mil por caminhão impedido de circular.

A PGE-RS participou da Operação Reeducação Fiscal, realizada em conjunto com a Receita Estadual e que resultou em liminar concedendo a indisponibilidade dos bens das empresas envolvidas e o arresto da marca utilizada pela devedora. A operação detectou fraude em sonegação de tributos estimada em mais de R\$ 3 milhões.

A Procuradoria assinou com o TJ-RS e com a SEFAZ, em junho de 2015, Termo de Cooperação para viabilizar a conciliação em mais de 60 mil processos judiciais relativos ao reajuste do vale-refeição de servidores públicos. Desenvolvida pela PGE, a proposta prevê a conciliação nos processos judiciais em que o Estado for parte e nas hipóteses em que houve decisão condenatória da Fazenda Pública ao pagamento do reajuste mensal do vale-refeição, referente ao período de 1º de março de 2000 a 31 de março de 2010. Pela proposta, os servidores recebem os valores em dez parcelas, em pagamentos semestrais a partir de novembro de 2015.

Em novembro de 2015, a PGE-RS e o Instituto de Estudos de Protestos do Rio Grande do Sul (IEPRO) assinaram Termo de Cooperação Técnica, que permitirá o protesto de Certidões de Dívida Ativa do Estado (CDA) e de Títulos Executivos (Certidões/TCE) emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em um primeiro momento, a PGE vai atuar no protesto das multas aplicadas ao Estado e aos Municípios pelo TCE e das glosas do âmbito estadual. O novo mecanismo forçará o contribuinte inadimplente a pagar a dívida para encerrar o litígio, uma vez que, por se tratar de valores menores, a judicialização, via de regra, torna-se mais cara que a dívida cobrada.

Em agosto de 2015, a Procuradoria obteve importante decisão judicial que manteve uma autuação fiscal de aproximadamente R\$ 100 milhões aos cofres públicos. Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Estadual contra multinacional do setor de supermercados, por utilização fraudulenta de créditos com o intuito de diminuir o ICMS devido.

A PGE-RS obteve liminar na Justiça, em julho de 2015, que determina o bloqueio de bens de empresas que atuam no comércio de vestuário e artigos esportivos, por indícios de esvaziamento patrimonial, evasão fiscal, sucessão tributária e formação de grupo econômico. Trata-se de investigação realizada a partir de operação de combate à sonegação fiscal, denominada Ponto Final, em que a PGE, em parceria com a Receita Estadual, apurou fatos que comprovam que a primeira empresa do grupo, criada em 2001, tem uma dívida superior a R\$ 18 milhões. Como forma de redução do pagamento de tributo e esvaziamento patrimonial, foram criadas outras empresas, sempre com membros da família no quadro societário, porém registradas na modalidade especial de recolhimento de tributo, o Simples Nacional.

Importante ressaltar que todas as empresas constituídas pelos familiares utilizam a mesma marca.

A PGE-RS obteve vitória em recurso interposto junto ao Tribunal de Justiça (TJ-RS), desconstituindo sentença de liquidação estimada em mais de R\$ 26 milhões, em maio de 2015. Trata-se de ação proposta em decorrência de invasão de propriedade, chamada Estância São Pedro, por integrantes do Movimento Sem-Terra (MST) no ano de 1991, no Município de Hulha Negra. A Justiça de primeiro grau homologou os cálculos apresentados pelos autores, nos quais foram apurados danos morais de R\$ 2,4 milhões e danos materiais de R\$ 24 milhões, sem a intimação do ente público.

Em março de 2015, a PGE-RS obteve decisão favorável na Apelação Cível, da 25ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, que acolheu o recurso e extinguiu a execução de sentença proposta por servidor do Poder Judiciário, relativa às diferenças da URV obtida em ação ordinária movida pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do RS (SINDIJUS). A PGE sustentou a iliquidez do valor executado, em razão dos pagamentos administrativos efetuados ao servidor, na folha de pagamento, de 2004 até 2008. O Tribunal determinou a extinção da execução dada a impossibilidade de aferição do valor devido.

A PGE obteve importante vitória na Justiça gaúcha, gerando economia de R\$ 316 milhões aos cofres públicos em ação contra a extinta Companhia de Habitação (COHAB). A expressiva economia decorreu de minuciosa análise jurídica do processo, com oposição de Embargos à Execução em que se alegou, dentre outros argumentos, a prescrição das obrigações, tese essa que foi acolhida pelo Juízo de Primeiro Grau.

A Procuradoria-Geral do Estado do RS obteve mais uma vitória no Tribunal de Justiça com o indeferimento do efeito suspensivo do agravo de instrumento interposto contra o Estado por empresa do ramo de moda jovem que, em dezembro de 2014, foi investigada na Operação Parafina, deflagrada pela PGE. Na ocasião, foi constatada formação de Grupo Econômico para fraudar e sonegar impostos na ordem de R\$ 15 milhões. Os familiares, detentores da marca, abriam lojas, exploravam o comércio e após fechavam as lojas com as dívidas tributárias, preservando a marca, realizando o mesmo movimento por meio de procurações a terceiros. A PGE pediu a indisponibilidade de bens dos integrantes do grupo econômico e a penhora da marca, com depósito judicial dos *royalties* destinados pelas franquias à franqueadora, que foi deferido pela Justiça de primeiro grau.

Em dezembro de 2015, a PGE obteve importante vitória no Supremo Tribunal Federal (STF), evitando desvirtuamento no Sistema Único de Saúde, que ocorreria no caso de serem permitidas internações, pelo SUS, com possibilidade de melhoria no tipo de acomodação mediante o pagamento da respectiva diferença. Foi fixada a seguinte tese: “É constitucional a regra que veda, no âmbito do SUS, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio SUS ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes”.

A PGE, em dezembro de 2015, obteve vitória em sede de agravo de instrumento, para o efeito de determinar a amortização de todos os valores pagos administrativamente antes de

eventual expedição de requerimento, sob pena de enriquecimento ilícito do credor. Trata-se de ação ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (SINDJUS) com o objetivo de receber acréscimos salariais pela incorporação da diferença da URV. O montante economizado aos cofres públicos é de mais de R\$ 350 mil.

A PGE, em parceria com o Tribunal de Justiça e a Secretaria da Fazenda, assinou Termo de Cooperação para viabilizar o pagamento relativo à devolução da cobrança de previdência suplementar de 2% da Lei nº 10.588/1995, no período de 1996 a 2000, a mais de 25 mil professores aposentados. O acordo destina R\$ 81 milhões para serem pagos durante 27 meses, por meio de RPVs, em fluxo que atenda aos interesses dos credores e à capacidade de pagamento do Estado. Ao término dos 27 meses, mais seis mil professores aposentados, que possuem demandas de mesma natureza e que dependem de exame de eventual duplicidade, terão seus cálculos finalizados e também serão beneficiados.

Ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2012-2015, foram transmitidas eletronicamente aproximadamente 77.965 petições e instaurados em torno de 2.324 processos administrativos eletrônicos.

A PGE-RS, em maio de 2015, apresentou a atualização do Módulo Atuações no novo sistema Controle de Processos Judiciais (CPJ), que tem por objetivo atender os requisitos de integração com a Justiça Estadual (eThemis 1G e 2G) para os processos eletrônicos (Citar-se/Intimar-se via CPJ). A exposição foi feita no Auditório da PGE a Procuradores do Estado e Servidores na quarta-feira (20/5).

Em março de 2015, a PGE-RS, em parceria com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), contratou, com recursos do PROFISCO, a partir de licitação internacional, empresa de consultoria e assessoria em informática para a prestação de serviços em regime de fábrica de *software*. O valor da licitação é de R\$ 2,5 milhões. A fábrica prestará serviço sob demanda no desenvolvimento, manutenção e criação de sistemas de *software*. A contratação da empresa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas, em especial, no CPJ, que é o principal sistema da PGE ligado à atividade fim.

Visando ao constante aperfeiçoamento e qualificação dos servidores, ao longo da vigência do Plano Plurianual 2012-2015, foram realizados 241 treinamentos, nos quais foram capacitadas 5.361 pessoas. Nesse sentido, no ano de 2015, foram realizadas palestras, no âmbito do PGE Debate. Além disso, foi realizado workshop online para as Procuradorias Regionais com o objetivo de facilitar o acesso de Procuradores do Estado e Servidores, a atividades de qualificação sem a necessidade de deslocamento para a Capital.

A Procuradoria-Geral do Estado lançou, em outubro de 2015, o Programa PGE Qualidade de Vida, que tem por objetivo promover a qualidade de vida, a saúde e a integração de Procuradores e Servidores e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
PGE	Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado	Câmaras de Conciliação e Mediação
PGE	Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado	Manut. da Repr. Judicial, da Conciliação, do Proc. Adm. Disciplinar, da Consultoria à Adm. Pública e do Incremento da Cobrança Jud. da Dívida Ativa
PGE	Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado	Modernização Institucional
PGE	Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado	Publicidade Institucional e de Orientação para a Prevenção e Composição de Litígios e Pagamentos dos Tributos em Cobrança Judicial

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

A Secretaria-Geral de Governo (SGG) tem como principais competências, nos termos da Lei 14.733, de 15 de setembro de 2015: coordenar e gerenciar as atividades e os atos de gestão do Governo; atuar de forma intersetorial nas diversas áreas do Governo; analisar e avaliar técnica e operacionalmente os projetos, programas e ações do Governo, mediante a fixação de metas e indicadores; acompanhar a execução dos atos de Governo, por meio de estrutura técnica setorial nas áreas definidas por regulamento, e monitorá-los com o intuito de aumentar a transparência na gestão, tendo como meta o adequado e eficaz uso dos recursos públicos; e coordenar os atos vinculados à iniciativa de programas e projetos das parcerias com o setor privado e outros órgãos governamentais.

Seguem algumas das principais realizações da SGG no ano de 2015.

Novo Modelo de Gestão Pública

Desde janeiro de 2015, o Governo do Estado estruturou um novo processo de governança e gestão focado nos resultados. Por meio dos Acordos de Resultados, assinados com 63 órgãos, entre secretarias e suas vinculadas, o novo modelo, coordenado pela Secretaria-Geral de Governo, estabeleceu as prioridades para todas as áreas. Organizando as secretarias em quatro eixos que compõem o Mapa Estratégico do Estado: Econômico, Social, de Infraestrutura e Ambiente, e de Governança e Gestão, as metas e projetos foram acompanhados em reuniões periódicas. É um processo gerencial com metas, indicadores de desempenho e projetos prioritários, que vai do diagnóstico às correções de curso e busca, por meio de acompanhamento permanente, destravar gargalos e reforçar a transversalidade.

Implantação do Modelo de Governança e Gestão – Acordo de Resultados

A assinatura dos Acordos de Resultados com órgãos das Administrações Direta e Indireta, no primeiro ano de governo, abrange a mensuração: de 300 indicadores de desempenho, que facilitaram a definição e a gestão dos objetivos de cada uma das secretarias e suas vinculadas; de indicadores de gestão, que reforçam o compromisso de trabalhar dentro da cota orçamentária definida pelo Governo; e o monitoramento de 60 projetos prioritários. O Acordo de Resultados foi gerenciado em mais de 500 reuniões de projetos, específicas com cada secretaria ou órgão vinculado e reuniões de Eixo (Econômico, Social, Infraestrutura e Gestão). Para isso, a Secretaria-Geral conta com uma rede de governança que envolve os responsáveis pela gestão nos respectivos órgãos, multiplicando a prática em todos os níveis. O Sistema Informatizado de Monitoramento Estratégico (SME) dá suporte à gestão.

Reestruturação e Redução de Gastos na SGG

Determinada a implementar mudanças em busca do equilíbrio fiscal do Estado, a Secretaria-Geral de Governo priorizou a contenção de gastos e rescindiu o contrato de aluguel do imóvel junto ao prédio anexo ao Palácio Piratini, economizando R\$ 11.896,33 por mês. O organograma foi reestruturado, promovendo um enxugamento do número de servidores e contenção dos gastos com equipe de trabalho. A Secretaria-Geral conseguiu uma economia de mais de 40% de redução em gasto de pessoal e 80% de redução no custeio.

Gestão de Convênios é a Nova Ferramenta do Governo Estadual

O Sistema Estadual de Gestão de Convênios é a nova ferramenta de Governo para monitorar, qualificar e tornar mais efetiva a captação e a transferência de recursos pelo Executivo. O monitoramento dos recursos de convênios federais e dos concedidos pelo Estado às prefeituras e Organizações da Sociedade Civil (OSC) é coordenado pela Secretaria-Geral de Governo. Em 2015, o Estado sistematizou todos os dados referentes aos convênios ativos com a União, consolidando cerca de 450 convênios, totalizando R\$ 4,3 bilhões. O Estado é concedente de 4,4 mil convênios para prefeituras e OSCs. Destes, 2,1 mil contam com transferência de recursos financeiros (R\$ 1,4 bilhão, sendo que R\$ 985 milhões já foram transferidos). As secretarias da Saúde; Educação; Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; e Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia concentram mais de 80% do total conveniado.

Implantação dos Processos Administrativos Eletrônicos (PROA)

A partir de janeiro de 2016, os novos processos administrativos do Estado (capa branca) passam a circular em formato eletrônico. Atualmente, 3,5 milhões de processos tramitam no Executivo. Por isso, além da economia anual de milhões de folhas de papel e de espaço de armazenagem de documentos, a medida representa ganhos significativos de agilidade e transparência ao Governo do Estado, uma vez que permitirá amplo controle e rastreabilidade dos processos em circulação nos diversos órgãos públicos. A implantação realizada pela Secretaria-Geral de Governo (SGG) e pela Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) prevê que, a partir de 2016, o Governador e os Secretários assinarão os processos encaminhados via sistema PROA, desenvolvido pela PROCERGS, de forma eletrônica. O sistema promoverá agilidade, sustentabilidade, economia, rastreabilidade, transparência e segurança da informação para os processos, transformando-se em um marco para a Administração Pública do Estado.

Política de Tecnologia da Informação e Comunicação

A Política de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC-RS) foi instituída pelo Decreto nº 52.616. Esse trabalho contou com a cooperação técnica da PUC-RS. Voltada à promoção do desenvolvimento da TIC na Administração Pública Estadual, a política possui como subordinados os órgãos da Administração direta, autarquias e fundações. Abrange as decisões referentes a investimentos, arquitetura e infraestrutura de TIC, necessidade de *softwares*, segurança da informação, responsabilidade ambiental compras e contratos. A aplicação da Política de TIC-RS se dará por meio de padrões de governança e de padrões técnicos definidos pelo Comitê de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (CGTIC), composto por representantes da Secretaria-Geral de Governo, que o presidirá, e outras secretarias.

Celfix: uma solução para redução de custos em telefonia

Desde setembro de 2015, a Secretaria-Geral de Governo, em parceria com a PROCERGS, vem implementando uma solução para redução de custos de telefonia fixa para todo o Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF). O sistema conhecido no mercado como

Cellfix foi instalado em cinco secretarias e órgãos e nos gabinetes do Vice-Governador e do Governador e procura reduzir custos através da conversão da tarifa fixo → móvel para móvel → móvel. Outra vantagem é a integração do ambiente de telefonia à InfoviaRS, quando todas as ligações telefônicas entre os órgãos do sistema deixam de utilizar a rede pública de telefonia e passam a usar a Infovia. Nas faturas de serviço de telefonia fixa observou-se que cerca de 70% ou mais dos custos são referentes a ligações efetuadas para usuários do serviço móvel.

Ações para 2016

Órgão	Programa	Ação
SGG	Governo Eletrônico	Coordenação das Políticas de TIC
SGG	Governo para Resultados	Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas de Governo
SGG	Governo para Resultados	Coordenação e monitoramento de convênios firmados entre Estado, União, municípios e organizações da sociedade civil

